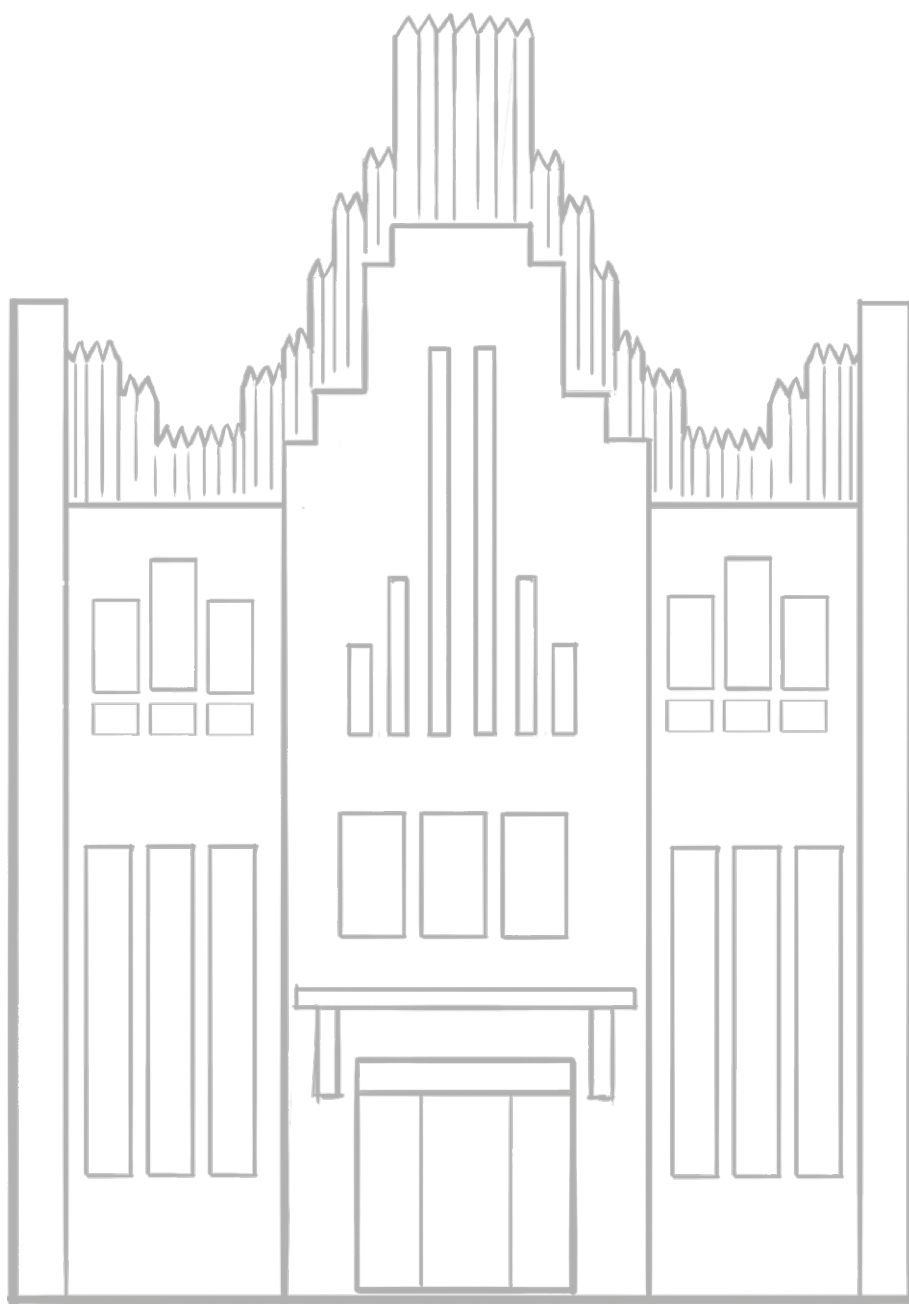


# *Volume 2*

Dossiê Universidade Federal de Sergipe:  
meio século de histórias





## Apresentação

### Dossiê: Universidade Federal de Sergipe: meio século de histórias

*Eva Maria Siqueira Alves\**  
*João Paulo Gama Oliveira\*\**

O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe congratula-se com a Universidade Federal de Sergipe, a qual completa seu jubileu de ouro, e a presenteia com este número da Revista do IHGSE, por meio do dossiê temático: “Universidade Federal de Sergipe: meio século de histórias”. Nele, estão expostos artigos de onze pesquisadores que investigam elementos pertinentes à UFS.

O dossiê abre suas páginas com o artigo “O mundo não anda para trás: aspectos da criação e dos avanços da Universidade Federal de Sergipe” de autoria do atual Reitor, Angelo Roberto Antonioli. São esclarecidos, aí, os embates políticos da criação da UFS na década de 1960, de modo a atender à “antiga aspiração da sociedade sergipana”, chegando ao momento atual com a expansão para distintos municípios sergipanos, com seis Campi em funcionamento. Considerando-se o percurso da UFS, de 1968 até 2018, conclui que a instituição “tem-se mantido como um bastião do saber em terras sergipanas. O tripé que alicerça a educação superior, qual seja o ensino, a extensão e a pesquisa, tem sido levado avante pela dedicação dos seus professores, pelo trabalho dos seus técnico-administrativos e pelo entusiasmo dos seus alunos, somando-se a tudo isso o esforço de tantos quantos participaram e participam da gestão”.

José Vieira da Cruz, por sua vez, no artigo “Pela democratização do ensino superior: a sociedade e os movimentos em favor da criação da Universidade Federal de Sergipe, 1948-1968”, o atual vice-reitor da Universidade Federal de Alagoas, trata dos “movimentos da sociedade e as iniciativas do Estado de Sergipe em defesa da criação de uma Universidade Federal”. De forma dinâmica, o autor aborda como partidos

\* Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005). Professora Titular, aposentada e voluntária do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. É a Coordenadora do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS). Pesquisa e orienta trabalhos na área de Educação com ênfase em História da Educação e Educação Matemática. Líder do Grupo de Pesquisa Disciplinas Escolares: História, Ensino e Aprendizagem (DEHEA/UFS/CNPq). E-mail: evasa@uol.com.br.

\*\* Professor do Departamento de Educação (DEDI) da UFS, vice-líder do Grupo de Pesquisa Disciplinas Escolares: história, ensino, aprendizagem (DEHEA/UFS/CNPq) e integrante do Grupo de Pesquisa Relicário (DEDI/UFS/CNPq). Sócio do IHGSE e desde 2015 atua como editor da Revista da “Casa de Sergipe”. Pesquisa sobre História da Educação e Ensino de História. E-mail: profjoapaulogama@gmail.com.

políticos, Igreja Católica, imprensa, movimento estudantil e intelectuais disputaram o modelo e a efetivação da UFS, em 1968.

Já Marcia Terezinha Jerônimo Oliveira Cruz, com o texto “Reflexos de Themis: aspectos prosopográficos dos primeiros docentes do Curso de Direito da Universidade Federal de Sergipe (1968)”, investigou “as origens e as ocupações sociais dos professores que compuseram o primeiro corpo docente do Curso de Direito da Universidade Federal de Sergipe”. Assim, conclui: “em que pese a solidez da formação no âmbito do Direito de cada um dos professores e as mudanças ocorridas ao longo de quase 20 anos, o Curso de Direito da UFS foi herdeiro de antigos *habitus* do magistério superior”.

Feito a três mãos, o texto intitulado “Atheneu Sergipense, Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Universidade Federal de Sergipe: casas de pesquisas, formação e histórias de Sergipe”, pelos autores Eva Maria Siqueira Alves, João Paulo Gama Oliveira e Simone Paixão Rodrigues, analisam “elementos congruentes às três instituições, quais sejam: as finalidades quando das respectivas criações, professores do Atheneu Sergipense que participaram da institucionalização do IHGSE e aqueles que, pertencendo a elas, faziam parte das Faculdades que alicerçaram a UFS”. Por meio de variadas fontes documentais, os autores elucidam como a memória do Atheneu Sergipense é parte significativa da memória do estado de Sergipe, e que está intimamente relacionada à do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e à da Universidade Federal de Sergipe.

Os professores José Fernandes de Lima e José do Patrocínio Hora Alves, diante da experiência que acumularam, respectivamente, como Reitor e Pró-Reitor de Pós-graduação e Pesquisa da UFS, no texto intitulado “Universidade Federal de Sergipe: pós-graduação e produção de conhecimento”, discutem aspectos da evolução da pós-graduação no Brasil e os avanços da UFS. Concluem que a pós-graduação em Sergipe, com participação da UFS em 85%, “é um projeto vitorioso que deve ser incentivado, como um vetor capaz de alavancar o desenvolvimento do estado”.

Por outra via, Andréia Bispo dos Santos e Josefa Eliana Souza tratam da documentação administrativa e pedagógica da UFS, no texto “Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe: duas décadas preservando a memória documental (1998 -2018)”. Nele, as autoras advertem para “a relevância do Arquivo para a escrita da história da Universidade Federal de Sergipe, cursos, alunos, professores, funcionários, departamentos, biblioteca e outros, uma vez que o mesmo foi pensado para ter esta funcionalidade: guardar a memória documental da instituição”.

“O quadro docente da Universidade Federal de Sergipe: ampliação, distribuição e área de concentração dos novos professores da UFS (2008-2013)” é o texto analisado por Silvana Aparecida Bretas. Objetiva a autora “demonstrar a ampliação do quadro docente da UFS bem como,



mapear os campi, as áreas do conhecimento, a locação departamental e a titulação dos novos docentes”. Ao fim, indica que há “um leque de possibilidades de novas pesquisas sobre as novas configurações do quadro docente da UFS atual”.

Aqui, estão contidos instigantes artigos bastante indicados a leitores interessados no tema “Universidade Federal de Sergipe”. Tais textos também possuem grande relevância a todos que se interessam pela História do Ensino Superior ou mesmo de Sergipe nos últimos 50 anos, já que a história da UFS está intrinsecamente ligada à história do estado do qual ela não só leva o nome, mas efetivamente ajuda a construir.

Esperamos que todos aqueles que presenciaram os projetos para a construção dessa universidade, como também todos os que participaram dos debates, das aulas, das pesquisas, dos cursos, da labuta diária na construção da única universidade pública de Sergipe, ou mesmo os que conhecem os frutos da UFS sem nunca ter frequentado seus espaços, enfim, possam aqui encontrar elementos para pensar e repensar sobre uma universidade cinquentenária com várias estradas trilhadas e muitas outras ainda por percorrer.

Parabéns, UFS!

**Eva Maria Siqueira Alves**

**João Paulo Gama Oliveira**

UFS/IHGSE







DOSSIÊ





# O mundo não anda para trás

## Aspectos da criação e dos avanços da Universidade Federal de Sergipe

Angelo Roberto Antonioli\*

### Resumo

Este artigo versa sobre a criação da Universidade Federal de Sergipe, na década de 1960. Os embates ideológicos que permearam o processo de criação demandaram um bom lapso de tempo. Duas correntes opostas disputaram as atenções e puseram-se em movimento. Razões de ordem política também causaram interferência. Aos poucos, contudo, a situação foi sendo contornada para prevalecer o pensamento do governo federal. Do mesmo modo, o artigo aborda os avanços da UFS, ao longo dos cinquenta anos de sua existência. A criação da Universidade Federal de Sergipe atendeu a uma antiga aspiração da sociedade sergipana. Nos últimos anos, ela começou a expandir-se para o interior. Ao todo, são seis Campi em funcionamento.

**Palavras-chave:** Universidade; Ideologias. Criação.

### Abstract

This article deals with the creation of the Federal University of Sergipe in the 1960s. The ideological clashes that permeated the creation process required a good lapse of time. Two opposing chains fought the attention and set off. Political reasons also caused interference. Gradually, however, the situation was being circumvented to prevail the thinking of the federal government. Likewise, the article addresses the UFS 'advances over the fifty years of its existence. The creation of the Federal University of Sergipe met an old aspiration of Sergipe society. In recent years, it has begun to expand inland. In all, there are six Campi in operation.

**Keywords:** University; Ideologies; Creation.



\* Doutor em Farmacologia pela USP. Reitor da Universidade Federal de Sergipe - UFS.

## Introdução

O mundo não anda para trás. Aliás, andar para trás não seria andar: seria desandar. A História não sai por aí de marcha à ré. Do contrário, não seria História. Os homens e as mulheres aprenderam, desde cedo, a conquistar. Conquistas maiores ou menores, mas, sempre conquistando. Se há conquistadores, há, também, conquistados. Porém, em certos processos de conquista, o gáudio apresenta-se para todos. É o caso de uma das maiores conquistas da Humanidade: a comunicação.

Ao longo do processo evolutivo, os homínídeos foram conquistando coisas e situações. No dito mundo natural, eles foram, aos poucos, edificando o mundo cultural. Para tanto, o poder da comunicação foi algo grandioso para a espécie humana. Comunicar-se, pode-se dizer, trouxe a redenção a essa espécie, que acabaria se destacando diante de todas as outras existentes no planeta Terra. Os processos comunicativos foram se estabelecendo de modos diversos. Os gestos, os sinais de fumaça, os tambores soando alto nas florestas e todas as formas primitivas de comunicação que os seres humanos souberam usar, de início, fizeram deles seres especiais e únicos dentre todos os demais seres vivos.

Por fim, a fala. O poder de comunicar-se articulando palavras e frases foi um ganho extraordinário para esses seres bípedes, que conquistaram o mundo. Depois, veio o registro dos seus feitos através das pinturas rupestres e da escrita.

As potencialidades da inteligência distinguiram os seres humanos dos outros animais. Nenhum outro ser “inteligente”, para quem admite a existência de “inteligência”, mínima que seja, em alguns animais, compara-se ao homem. Nenhuma outra espécie chegaria aonde os seres humanos chegaram. De fato, nenhuma outra espécie de animal pôde construir o saber. Isto ficaria reservado aos homens e às mulheres. Nenhuma outra espécie edificou escolas para o seu aprendizado. Nenhuma outra espécie sabe o que é uma Universidade. Os homens vieram da “Edubba”<sup>1</sup> sumeriana, tida por alguns estudiosos como a escola formal mais antiga, para as modernas Universidades, templos memoráveis do conhecimento sistematizado.

As Universidades não são tão antigas quanto a “Edubba”, sendo esta datada de alguns milênios, mas já são, aquelas, senhoras de muita idade. No Brasil, contudo, as Universidades são novas. Nasceram no século XX, ao passo que o ensino superior data do século anterior. As nossas Universidades ainda caminham para celebrar o seu primeiro século de existência. Em Sergipe, mal chegamos à primeira metade de uma centúria.



1 <https://cpantiguidade.wordpress.com/2010/03/02/educacao-na-mesopotamia/>Acesso em 27/03/2018.

## *A luta por uma Universidade*

Não foi pacífica a criação da Universidade Federal de Sergipe, até agora, a única Universidade pública em terras sergipanas. Muitas foram as discussões. Muitos foram os embates. Muitas as desavenças no plano das ideias. Confrontos verbais não faltaram. Em situações que tais, até as ideologias se defrontam cegamente. Ao bem da verdade, ideologias nem sempre têm “olhos de ver”. Elas nem sempre “enxergam”, ou fazem com que as pessoas enxerguem com largueza. As ideologias às vezes fazem as pessoas tatearem. Elas, as ideologias, podem se erguer monstruosamente e, assim mesmo, podem desabar. Conservadoras, moderadas ou progressistas, as ideologias inspiram situações que podem, ou não, levar as pessoas a darem passos seguros. E quando se tratam de ideologias políticas, ou eivadas de conotações políticas circunstanciais, os subjetivismos e os personalismos afloram como ervas daninhas no meio de boas sementeiras.

A criação da Universidade Federal de Sergipe foi precedida de muitos embates, nos anos 1960. Calorosos. Desafiadores. Pensamentos opostos. Aspirações díspares. No fundo, duas correntes se destacaram, amiudadas, ambas, por algumas conotações periféricas. Uma corrente tinha sua liderança maior na pessoa do Bispo Auxiliar de Aracaju, Dom Luciano José Cabral Duarte, diretor da Faculdade Católica, e que viria a ser, depois, Arcebispo Metropolitano da Arquidiocese de Aracaju (1971-1998). Costumava-se dizer que Dom Luciano Duarte representava as forças conservadoras. Ele tinha, todavia, um norte traçado, que atendia ao que preconizavam as diretrizes do governo federal para o ensino superior e, em particular, para a criação de Universidades, tanto na era do governo de João Goulart, quanto nos anos seguintes em que o militarismo governava o Brasil. Do lado oposto ao prelado, despontavam estudantes, professores e outros segmentos sociais, que se posicionavam contra o anteprojeto elaborado pelo Bispo Duarte, ou por ele coordenado. Uma das vozes contrárias ao referido anteprojeto era a do professor e diretor da Faculdade de Medicina, Antônio Garcia Filho, católico, mas, nem por isso, adepto do pensamento do Bispo Auxiliar no que dizia respeito à criação da Universidade. A Faculdade de Direito, de natureza autárquica, também resistia à criação nos moldes preconizados pelo Bispo. Deu-se um embate entre os dois líderes através da imprensa:

Era o começo de um verdadeiro enfrentamento entre as posições que defendiam a ampliação do debate e as que o restringiam. Em meio às notícias de viagens de Dom Luciano para o Rio de Janeiro, em busca de obtenção da aprovação do projeto, discussões eram travadas, entre Antônio Garcia Filho e Dom Luciano Duarte. Os dois expunham suas opiniões acerca do processo de criação da UFS nas páginas dos jornais *Gazeta de Sergipe*, *Diário de Aracaju* e *A Cruzada*.



Assim, ficava público o debate a respeito do conteúdo do anteprojeto da Universidade, bem como as divergências a respeito da condução da elaboração do anteprojeto, a ser encaminhado para o Conselho Federal de Educação (BRETAS, 2014, p. 87)<sup>2</sup>.

Uma das divergências que, à época, devem ter se levantado, na criação de Universidades pelo governo federal, dizia respeito provavelmente à natureza jurídica dessas entidades da administração pública indireta. Uns argumentavam que o ideal seria dar às Universidades a natureza fundacional, como era o caso de Dom Luciano. Outros alegavam que o certo seria dar-lhes a natureza autárquica, como entendia Antônio Garcia. Nessa questão, pairava, naquele tempo, entendimentos jurídicos diferentes. As autarquias deveriam gozar de autonomia administrativa, a partir da própria nomenclatura. A palavra autarquia origina-se da justaposição de dois elementos gregos: *autós* (= próprio) e *arquia* (=governo, comando, direção), significando autogoverno, de acordo com CRETELLA JÚNIOR (*Apud* DI PIETRO, 2015, p. 533)<sup>3</sup>. Parece ter sido usada, pela primeira vez, em 1897, na Itália, por SANTI ROMANO, na Enciclopédia Italiana, quando aquele mestre italiano dissertou sobre a descentralização administrativa. MARCELLO CAETANO, contudo, afirma que SANTI ROMANO apresentou a fórmula da autarquia em 1906 (1997, p. 191)<sup>4</sup>.

Por seu turno, as fundações não gozariam da mesma autonomia que era detida pelas autarquias. Temia-se, então, que as fundações ficassem a reboque do Ministério da Educação. Ledo engano. Tanto as autarquias quanto as fundações eram, como ainda o são, vinculadas a um órgão público (Ministério, no caso federal, ou Secretaria, no caso estadual, distrital ou municipal). Em suma, salvo algumas particularidades, autarquias e fundações equivalem-se. Ao menos, para fins de suporte orçamentário-financeiro que advém da administração direta, no caso específico das Universidades federais.

Bem. Ao que tudo indicava as duas Faculdades mais expressivas em termos de visibilidade social, Medicina e Direito, sem desmerecer as demais, pois cada uma tinha a sua importância no seio da sociedade sergipana, juntavam-se contra o anteprojeto conduzido por Dom Luciano Duarte. Sem dúvida, eram duas forças consideráveis. Professores e alunos formavam fileiras contra a forma como era conduzida a situação. Todavia, o Bispo tinha muita força. Isso era inegável.

2 BRETAS, Silvana Aparecida. *A Criação da Universidade Federal de Sergipe – história, política e formação da comunidade acadêmica (1950-1970)*. São Cristóvão (SE): Editora UFS, 2014.

3 DI PIETRO, Maria Sylvia Zenella. *Direito Administrativo*. 28 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

4 CAETANO, Marcelo. *Manual de Direito Administrativo*. Vol I. 10. ed. Coimbra: Almedina, 1997.



As divergências chegaram à Assembleia Legislativa, onde o deputado Gilton Garcia, sobrinho de Antônio Garcia Filho, posicionou-se em favor do que o seu parente defendia (BRETAS, 2014, p. 90). Dom Luciano reagiu (BRETAS, 2014, p. 90-91). Antônio Garcia reafirmou suas convicções (BRETAS, 2014, p. 91). Até que o Bispo Auxiliar e os membros do Conselho Estadual de Educação mudaram “a metodologia de participação na construção do anteprojeto”, convidando “o professor Antônio Garcia a participar de sua 51ª reunião ordinária da plenária da CESS/CEE/SE, no dia 17 de abril de 1966” (BRETAS, 2014, p. 93).

Dizia-se que o presidente João Goulart “só autorizaria a Universidade como fundação”. Então, o professor Manoel Cabral Machado, da Faculdade de Direito, “expôs a posição do Governo Federal e os motivos deste para tal posicionamento” (BRETAS, 2014, p. 94-95).

As aspirações dos sergipanos por uma Universidade vinham da década de 1950. Aumentaram na década seguinte, especialmente após a criação da Faculdade de Medicina, no governo de Luiz Garcia (1959-1962). Atravessou os governos de Juscelino Kubitscheck, Jânio Quadros e João Goulart. Aportaram no governo federal os militares com o golpe de estado de 1964, travestido de “revolução”.

Importante colaboração à criação da Universidade Federal de Sergipe foi dada pelo governador Seixas Dória, que seria arbitrariamente apeado do governo pelos militares, no início de abril de 1964:

A UFS começou a ser criada no ano de 1963, através da Lei nº 1.194, de 11 de junho, quando o governador do Estado de Sergipe, João de Seixas Dória, autorizou a transferência dos estabelecimentos de ensino superior existentes no Estado para a Universidade Federal de Sergipe (BRETAS, 2014, p. 35).

É inegável que o Estado e a Igreja uniram-se para a criação da Universidade Federal de Sergipe. As Faculdades então existentes e que se congregaram eram: Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Química, Faculdade de Direito (federalizada), Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (que ofertava os cursos de Filosofia, Letras Anglo-Germânicas, Matemática, Geografia, História e Pedagogia), Escola de Serviço Social e Faculdade de Medicina.

Pela letra do Decreto-Lei nº 269, de 28 de fevereiro de 1967, da lavra do presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, a Universidade Federal de Sergipe foi criada. Enfim, a 15 de maio de 1968, no governo do presidente Artur da Costa e Silva, depois de muitas marchas e contramarchas, a UFS foi solenemente instalada com natureza fundacional, e cujo primeiro reitor foi o professor de Medicina, João Cardoso Nascimento Júnior, que, quando foi necessário, soube enfrentar a ditadura militar em defesa



dos seus alunos, que foram objeto de perseguições políticas, tão comuns naqueles tempos de chumbo (DANTAS, 1997, p. 101-106)<sup>5</sup>.

### *A Cidade Universitária e a expansão da UFS*

A Universidade Federal de Sergipe foi criada para funcionar, inicialmente, de forma “espalhada”, nos diversos prédios onde estavam instaladas as Faculdades que a compunham, além da reitoria na Rua de Lagarto, esquina com a Rua de Maruim. Foram atravessados os anos finais da década de 1960 e a década de 1970. Nos meados desta, teve início a construção do Campus de São Cristóvão, sede da UFS, na antiga Fazenda Santa Cruz. Era reitor Luiz Bispo (1972-1976). A inauguração deu-se em 8 de agosto de 1980, pelo reitor José Aloísio de Campos (1976-1980). Tempo novo. Inquietações por parte da comunidade acadêmica:

Havia resistência para realizar a transferência imediata para a nova cidade universitária também por parte de alunos e funcionários que reclamavam das condições dos esgotos, sanitários, da ligação da rede externa de serviços telefônicos, do transporte e da ponte de acesso ao campus (SOUZA, 2015, p. 118)<sup>6</sup>.

Aloísio de Campos inaugurou o Campus/Sede antes de concluir todas as obras. Era o final da sua gestão na reitoria. O seu sucessor, Gilson Cajueiro de Hollanda, assumiu com a promessa de concluir as obras do novo Campus que recebeu o nome de “Cidade Universitária Professor Aloísio de Campos” (SOUZA, 2015, p. 119).

Aos poucos, tudo foi se ajeitando. As obras e instalações faltantes quando da inauguração do Campus foram sendo construídas e implantadas. Depois, veio a instalação do Campus da Saúde, que recebeu, mercidamente, o nome do professor João Cardoso Nascimento Júnior. Ali foi instalado o Hospital Universitário, onde funcionara por muitos anos o Hospital Sanatório de Aracaju, para o tratamento de pacientes atingidos pela tuberculose.

Ainda na década de 1970, a UFS criou o Festival de Arte de São Cristóvão, baseado no Festival de Inverno de Ouro Preto, realizado pela Universidade Federal de Minas Gerais (SOUZA, 2015, p. 197). Surgiram, depois, o Museu do Homem Sergipano, o Cultart, o Museu de Arqueologia de Xingó – MAX, a Editora UFS, a Rádio UFS, a Orquestra Sinfônica e assim por diante. Não se deve esquecer o Colégio de Aplicação – CODAP, originário

5 DANTAS, Ibarê. *A Tutela Militar em Sergipe – 1964/1984*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

6 SOUZA, Josefa Eliana. *História e Memória – Universidade Federal de Sergipe / 1968-2012*. São Cristóvão (SE): Editora UFS, 2015.



do antigo Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Sergipe, congregada, como é sabido, à UFS, na sua criação.

Passou o tempo. A Universidade Federal de Sergipe foi crescendo em número de cursos oferecidos. Era a hora de expandir-se, de modernizar-se e de ganhar outras plagas. Os avanços na UFS foram realizados em todas as gestões. Os reitores Eduardo Antônio Conde Garcia (1984-1988), primeiro reitor eleito e sucessor de Gilson Cajueiro de Hollanda (1980-1984), Clodoaldo de Alencar Filho (1988-1992), Luiz Hermínio de Aguiar Oliveira (1992-1996), José Fernandes de Lima, o primeiro reitor a ser reeleito (1996-2004), Josué Modesto dos Passos Subrinho (2004-2012), também reeleito, muito contribuíram para o processo de aprimoramento, modernização e expansão da UFS. Na gestão de José Fernandes de Lima, por exemplo, foi construído o prédio da Didática IV, para atender a demanda por salas de aula em face do aumento de cursos e vagas.

A partir da gestão de Josué Modesto dos Passos Subrinho, com o incremento orçamentário-financeiro advindo do REUNI, a expansão da UFS agigantou-se. Novos prédios foram construídos. Era chegada a hora de a UFS tomar o rumo do interior.

A primeira cidade interiorana a receber um Campus da UFS foi Itabaiana com o Campus Professor Alberto Carvalho. Viriam a seguir os Campi de Laranjeiras, Lagarto, denominado Antônio Garcia Filho, todos na gestão de Josué Modesto, e Nossa Senhora da Glória (Sertão), instalado na atual gestão. Nesta gestão, foi consolidada a construção do Campus de Lagarto, que, antes, funcionava numa escola estadual cedida para tal fim. Mais recentemente, o governo do Estado cedeu o Hospital Regional de Lagarto, que passou a ser administrado pela EBSEH – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, que já administrava o Hospital Universitário, em Aracaju, através do contrato celebrado com a UFS (Contrato nº 141/2013).

Também há pouco tempo, A EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias cedeu, por comodato, as terras de uma fazenda experimental encravada entre os municípios de Feira Nova e Nossa Senhora da Glória para a construção do Campus definitivo, no sertão. Por ora, o Campus funciona provisoriamente em um imóvel cedido pelo governo do estado, na zona urbana de Nossa Senhora da Glória. Assim como em Lagarto, na área da saúde, no sertão a metodologia aplicada nas aulas é do tipo PBL. Como se sabe, o Aprendizado Baseado em Problemas (Problem-Based Learning - PBL) destaca o uso de um contexto especial para o aprendizado, promove o desenvolvimento da habilidade de trabalhar em grupo, e também estimula o estudo individual.



## Atualidades

O panorama atual da Universidade Federal de Sergipe é de muito esforço para vencer a crise que se instalou no país, nos últimos anos, e, por conseguinte, nas Universidades federais. Com dotações orçamentárias e recursos financeiros contingenciados, a atual gestão vem lutando para que os serviços prestados pela UFS à sociedade sergipana não sofram solução de continuidade. O aprimoramento da gestão, a redução de custos, a dinamização dos procedimentos têm surtido efeitos benéficos.

As obras estão sendo tocadas. O montante de recursos aplicados desde novembro de 2012, início da atual gestão, que se encontra no segundo mandato, ultrapassa R\$ 161.000.000,00 (cento e sessenta e um milhões de reais). Obras paralisadas foram retomadas e muitas já foram concluídas. Reformas indispensáveis foram ou estão sendo realizadas. No total, são 43 obras de suma importância para toda a Universidade, em seus diversos Campi.

Na parte acadêmica, podem ser citados números importantes, que aferem o crescimento da UFS.

Entre 2004 e 2017 o número de docentes permanentes aumentou de 461 para 1.486, representando um crescimento de 220%. O número de docentes com doutorado passou de 165 para 1.132, crescendo, pois, 600%. O percentual de qualificação docente (doutorado) subiu de 35% para 77% do total.

Em igual período, o número de vagas na graduação presencial saltou de cerca de 2.000 para 5.720, um crescimento de quase três vezes mais. O número de alunos matriculados na graduação presencial passou de 10.498, em 2004, para 24.350, em 2017, com um crescimento de 130%. Dos alunos matriculados em 2017, 12.377 (50,8%) ingressaram através das cotas.

Dados de 2017, relativos aos Campi, individualmente considerados:

- São Cristóvão: 17.934 alunos; 959 docentes; 792 técnicos; 81 opções de curso.
- Aracaju (Saúde): 1.590 alunos; 154 docentes; 405 técnicos; 4 opções de curso.
- Itabaiana: 1.900 alunos; 120 docentes; 50 técnicos; 10 opções de curso.
- Laranjeiras: 777 matriculados; 48 docentes; 17 técnicos; 6 opções de curso.
- Lagarto: 1.290 matriculados; 167 docentes; 166 técnicos; 8 opções de curso.
- Sertão: 340 matriculados; 36 docentes; 20 técnicos; 4 opções de curso.





Ainda entre 2004 e 2017, o número de programas de pós-graduação aumentou de 09 para 68. Mestrados acadêmicos, de 08 para 44; mestrados profissionais, de 1 para 14; doutorado, de 1 para 16.

Entre 2008 e 2017, o número de alunos matriculados em programas de pós-graduação aumentou de 708 para 2.415, representando um acréscimo de 240%, assim divididos: em mestrados acadêmicos, de 562 para 1.546, com crescimento de 175%; em mestrados profissionais, de 34 para 178, com crescimento de 420%; e em doutorados, de 112 para 691, aumento de 516%.

Na expansão da estrutura física, a área construída da UFS passou de 99 mil m<sup>2</sup> para 204 mil m<sup>2</sup>, um acréscimo de 106%, entre 2005 e 2016. O número de salas de aula cresceu 121%, passando de 141 para 312 salas. O número de laboratórios passou de 162 para 312, crescendo 92%. O número de auditórios e mini-auditórios subiu de 16 para 41, com acréscimo de 156%.<sup>7</sup>



## Conclusão

Passaram-se cinquenta anos. Do seu nascimento até hoje (1968-2018), a Universidade Federal de Sergipe tem-se mantido como um bastião do saber em terras sergipanas. O tripé que alicerça a educação superior, qual seja o ensino, a extensão e a pesquisa, tem sido levado avante pela dedicação dos seus professores, pelo trabalho dos seus técnico-administrativos e pelo entusiasmo dos seus alunos, somando-se a tudo isso o esforço de tantos quantos participaram e participam da gestão.

A UFS continuará trilhando o seu caminho. Um caminho que tem sido palmilhado no dia a dia com os solavancos dos tempos, com a tateante busca de bem servir ao povo sergipano e aos que vêm de outras plagas para beber da água do saber, que aqui se busca disseminar.

O tempo não retrocede. A Universidade Federal de Sergipe continuará avançando. O seu passado é História bem construída e documentada. O seu presente é História em formatação. O seu futuro só o tempo dirá. Entretanto, espera-se que nada lhe impeça de avançar. Amanhã, a História continuará a ser contada. Afinal, o mundo não anda para trás.

7 Todos os números citados foram extraídos do “Resumo Executivo N° 1/2017: O Crescimento da UFS entre 2004 e 2017”, publicado em agosto de 2017, pela Pró-Reitoria de Planejamento da UFS.



# “Pela democratização do ensino superior...”: A sociedade e os movimentos em favor da criação da Universidade Federal de Sergipe, 1948-1968

José Vieira da Cruz\*

## Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir os movimentos da sociedade e as iniciativas do Estado de Sergipe em defesa da criação de uma Universidade Federal. Estes movimentos, fomentados em um contexto de debates nacionalistas e reformistas, tiveram como ponto de partida a criação de instituições de ensino superior isoladas, mantidas pelo erário estadual, pela Igreja Católica e pela sociedade civil, a partir de 1948. E se estenderam durante duas décadas, até 1968, quando, somadas a estruturação da rede de ensino superior no Estado, uma série de movimentos da sociedade civil (partidos políticos, Igreja Católica, imprensa, movimento estudantil e intelectuais), disputaram o modelo e a efetivação, em maio de 1968, já no contexto da ditadura civil-militar, da criação da Universidade Federal de Sergipe, sob a forma de uma fundação federal.

**Palavras-chave:** Ensino superior; Reforma universitária; Universidade Federal de Sergipe

## Abstract

This article aims to discuss the movements of society and the initiatives of the State of Sergipe in defense of the creation of a Federal University. These movements, fostered in a context of nationalist and reformist debates, had as their starting point the creation of isolated higher education institutions maintained by the state treasury, the Catholic Church and civil society, beginning in 1948. And they extended for two the structure of the higher education system in the State, a series of civil society movements (political parties, the Catholic Church, the press, the student movement and intellectuals) fought against the model and 1968, already in the context of the civil-military dictatorship, of the creation of the Federal University of Sergipe, in the form of a federal foundation.

**Key words:** Higher education; University reform, Universidade Federal de Sergipe



\* Doutor em História Social pela UFBA, membro da Comissão de Altos Estudos Memórias Reveladas do Arquivo Nacional, professor adjunto da UFAL, onde ocupa atualmente o cargo de Vice-reitor.

## *Prenúncio de uma nova jornada*

A ampliação da rede do ensino primário acarreta fatalmente o ensino secundário; a ampliação da rede de ensino secundário acarreta o ensino superior. A vontade forte, é o abrete, Sésamo e não duvido (sic) que haja vontades fortes, serenas e clarividentes na tripulação da nau do Estado, nesta nova jornada que se há de iniciar.<sup>1</sup>

No decurso das comemorações alusivas ao centenário de implantação do ensino secundário em Sergipe, são significativas as palavras proferidas por José Augusto da Rocha Lima, então professor do Colégio Estadual de Sergipe, mais conhecido como Atheneu Sergipense, em 15 de março de 1947, um ano antes da criação da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE)<sup>2</sup> e da Escola Superior de Química (ESQ).<sup>3</sup> Nesse discurso, dentre outros aspectos, o aumento na oferta de vagas para o ensino primário e para o ensino secundário são destacados, enfatizando que isso implicaria na demanda para a instalação do ensino superior no Estado. Rocha Lima imputa à vontade da sociedade, da intelectualidade e dos políticos a força para a implantação do ensino superior em Sergipe.

No ano de 1948, mantidas com recursos do erário estadual, tem-se a criação das duas referidas faculdades, e o conseqüente impulso para a nova jornada. A partir de então, envolto no contexto de reformas nacionalistas, desenvolvimentistas e do processo de federalização do ensino superior,<sup>4</sup> somam-se às mencionadas iniciativas do governo estadual, por um lado, o envolvimento de diferentes segmentos da sociedade em favor da criação de uma universidade no Estado,<sup>5</sup> e, por outro, a tessitura de uma comunidade universitária formada por docentes, técnicos e estudantes, entre o final da década de 1940 e início da década de 1960.<sup>6</sup>

1 LIMA, José Augusto da Rocha. "Discurso". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, v. 14, nº 19, 1947, p. 29.

2 SANTOS, Verlane Aragão. "Breve histórico do curso de Ciências Econômicas". In: ROLLEMBERG, Maria Stella Tavares; SANTOS, Lenalda Andrade (org.). *UFS: História dos cursos de graduação*. São Cristóvão: UFS, 1999, p. 17-24.

3 ANDRADE, Dijalma. O curso de licenciatura em Química. In: ROLLEMBERG, Maria Stella Tavares; SANTOS, Lenalda Andrade (orgs.) *UFS: história dos cursos de graduação*. São Cristóvão: UFS, 1999, p. 91-101.

4 CUNHA, Luiz Antônio. "Ensino superior e universidade no Brasil". In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greiva. *500 anos de educação no Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 151-204.

5 CRUZ, José Vieira da. "A sociedade e o movimento em defesa de uma universidade em Sergipe, 1958-168". In: *Anais eletrônicos do VIII Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade*. V. 8, Aracaju: EDUCON/UFS, set/2014, p. 1-7.

6 ROLLEMBERG, Maria Stella Tavares & SANTOS, Lenalda Andrade (Org.). *UFS: História dos Cursos de Graduação*. São Cristóvão: UFS, 1999.



O encontro de interesses dos dois movimentos, o de formação de uma comunidade universitária e o da sociedade em reivindicar uma universidade no Estado, resultaram, duas décadas depois, na instituição da Fundação da Universidade Federal de Sergipe (FUFSE), conhecida pela sigla UFS, em 15 de maio de 1968.<sup>7</sup> No referido contexto, a Fundação Universidade Federal do Maranhão (UFMA), fundada em 1966, a Fundação Universidade Federal do Piauí (UFPI), instituída em 1971, junto com a UFS, em 1968,<sup>8</sup> foram algumas das últimas universidades do referido processo de federalização.

Esse processo tardio de criação de uma rede de universidades federais, a partir das capitais do Nordeste do Brasil, e, em particular, em relação ao contexto do ensino superior Latino-americano,<sup>9</sup> é, ao mesmo tempo, revelador das dificuldades enfrentadas para superar aquilo que Nunes – uma das fundadoras da nova instituição e a primeira mulher a ocupar o cargo de reitora na UFS – definiu como, “a arcaica estrutura socioeconômica que teimava em permanecer”.<sup>10</sup>

A persistência de uma estrutura socioeconômica pouco desenvolvida, de um ambiente político dominado por oligarquias e o fato, inicialmente, de a Província de Sergipe e, posteriormente, de o Estado de Sergipe – entre o Império, a Primeira República e o fim do Estado Novo –, não contar com instituições de ensino superior agravaram-se com a crise dos setores produtivos tradicionais associados à produção do açúcar e da atividade pecuária.<sup>11</sup> Esta realidade não impediu que alguns intelectuais, provenientes dos mencionados setores socioeconômicos, concluíssem sua formação nos meios universitários de outros estados: Bahia, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro, e obtivessem destaque em importantes debates jurídicos, científicos, literários e políticos. Dentre eles: Tobias Barreto, Silvio Romero, João Ribeiro, Fausto Cardoso, Gumercindo Bessa, Felisbello Freire, Manoel Bomfim, Alina Paim, entre outros.<sup>12</sup>

7 SOUZA, Eliana. *História e memória: Universidade Federal de Sergipe, 1968-2012*. São Cristóvão: Editora da UFS, 2015.

8 BRETAS, Silvana Aparecida; OLIVEIRA, Ladelhe de Souza. “A constituição da Universidade Federal de Sergipe (1950- 1960): um estudo sobre aspectos históricos da educação superior brasileira”. In: *Hist. Educ.* [online], v. 18, Porto Alegre, n. 42, Jan./abr, 2014, p. 151-169.

9 CUNHA, Luiz Antônio. Op. cit.

10 NUNES, Maria Thétis. “A UFS completa 40 anos”. In: *Universidade Federal de Sergipe 40 anos*. 04 de abril de 2008. Disponível em: <[http://www.ufs.br/ufs40anos/index\\_artigos.php?id=22](http://www.ufs.br/ufs40anos/index_artigos.php?id=22)>. Acessado em 10/02/2009.

11 PASSOS SOBRINHO, Josué Modesto dos. *História Econômica de Sergipe, 1850-1930*. Campinas: Unicamp, 1983. (Dissertação de mestrado).

12 FONTES, José Silvério Leite. *A formação do povo sergipano*. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 2004.

Contudo, a projeção alcançada por esses intelectuais não foi suficiente para a efetivação de instituições de ensino superior no Estado de Sergipe, ao menos até o final da primeira metade do século XX. A necessidade de deslocamento para outros centros culturais, com o propósito de obter formação universitária e galgar uma projeção no ambiente intelectual, persistiu sem uma alternativa local até 1948, quando se efetivariam as primeiras instituições de ensino superior no Estado.

À iniciativa estadual, da Faculdade de Ciências Econômicas e da Escola Superior de Química, ambas fundadas em 1948, somou-se a Faculdade de Direito de Sergipe (FDS),<sup>13</sup> esta mantida por juristas ligados ao Partido Social Democrático (PSD), tendo sido fundada em 1951 e federalizada em 1962. Agregou-se também a esse processo duas instituições mantidas pela Igreja Católica: a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (FCFS),<sup>14</sup> em 1951, e a Escola de Serviço Social (ESS), em 1954.<sup>15</sup> Além da Faculdade de Medicina de Sergipe (FMS), mantida pela sociedade civil com aportes financeiros do Estado, em 1961.<sup>16</sup> Estas seis instituições, a partir de 1963, através de um processo demandado pela sociedade civil e articulado pelo Estado, através da Câmara do Ensino Superior do Conselho de Educação do Estado (CES/CEE/SE),<sup>17</sup> originou um processo que resultou na criação, sob a condição de fundação federal, da UFS.

### *Novas demandas, novas mudanças...*

O crescimento da demanda por acesso ao ensino superior, estava associado às conjunturas política e econômica do pós Segunda Guerra Mundial, do final da ditadura do Estado Novo, do processo de industrialização e de urbanização do País. Em Sergipe, além desse contexto, verificava-se também, em razão da crise da cultura da cana-de-açúcar e da pecuária, a

13 CRUZ, Márcia Terezinha Jerônimo Oliveira. *Ritos, símbolos e práticas formativas: a Faculdade de Direito de Sergipe e sua Cultura Acadêmica (1950 a 1968)*. São Cristóvão: UFS, 2014 (Tese de doutorado).

14 Ver a respeito: LIMA, Luís Eduardo Pina. *Ideologias e utopias na história da educação: o processo de criação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe – 1950-1951*. Aracaju: NPPCS/UFS, 1993, (Monografia de especialização). E em: OLIVEIRA, João Paulo Gama. *O curso de Geografia e História na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1951-1954), entre alunas, docentes e disciplinas – uma história*. Aracaju: Departamento de História/UFS, 2008 (Monografia de graduação).

15 SANTOS, Eliana Marcos; GONÇALVES Maria da Conceição Vasconcelos; CRUZ, Maria Elisa. “História do curso de Serviço Social”. In: ROLLEMBERG, Maria Stella Tavares; SANTOS, Lenalda Andrade (orgs.) *UFS: história dos cursos de graduação*. São Cristóvão: UFS, 1999, p. 31-46.

16 SILVA, Henrique Baptista. *A história da medicina em Sergipe*. Aracaju: J. Andrade, 2007.

17 BRETAS, Silvana Aparecida; OLIVEIRA, Ladelhe de Souza. “A constituição da Universidade Federal de Sergipe (1950- 1960): um estudo sobre aspectos históricos da educação superior brasileira”. Op. cit.

busca pela diversificação da matriz econômica, entre as décadas de 1940 e 1960, com apostas na extração de sal, na intensificação da cultura do coco e no início da exploração do petróleo.<sup>18</sup>

Antes desse contexto de diversificação da matriz econômica, em relação ao ensino superior, o Estado contou com o funcionamento do Seminário Episcopal do Sagrado Coração de Jesus – fundado em 1913 e em atividade até 1933 –, centrado na formação superior para a vida sacerdotal,<sup>19</sup> e duas tentativas de instalar cursos superiores laicos, ocorridas no governo de Maurício Graccho Cardoso, durante a década de 1920.<sup>20</sup> Mas apesar das referidas experiências, a efetivação de instituições de ensino superior laicas somente ocorreu quando o governo passou a investir na infraestrutura básica.<sup>21</sup> Dentro desta perspectiva, para Machado, intelectual católico ligado ao PSD, à faculdade e à escola, fundadas em 1948, em particular, lançaram as bases para a construção de uma política de desenvolvimento associada ao processo de efetivação do ensino superior no Estado.<sup>22</sup>

Em termos políticos, o quadro de dependência regional disputado pelo domínio econômico do setor do açúcar e da pecuária, a partir do final da década de 1940, foi polarizado entre o PSD e a União Democrática Nacional (UDN), que se alternavam no poder estadual, em meio às mobilizações da sociedade civil, dos debates nacionalistas e desenvolvimentistas. Quadro modificado com a vitória da Aliança Social Democrática (ASD) que conduziu João de Seixas Dória ao governo do Estado, em 1963. Experiência política atropelada pela coalizão civil-militar de 1964 que, dentre outros atos, depôs o governador eleito, empossou o seu vice e passou a controlar as ações da sociedade.

A história da efetivação do ensino superior em Sergipe indica ainda que entre as demandas, mobilizações e “debates apaixonados”, o caminho percorrido por essas instituições – das faculdades e escolas isoladas à instalação da Fundação da Universidade Federal de Sergipe – foi acompanhado de uma intensa participação do governo do estado, da Igreja Católica e de diversos outros segmentos da sociedade civil, em particular, pelo movimento estudantil universitário. Frente a essa realidade, a necessidade de garantir o acesso ao ensino superior tornou-se ainda mais decisiva,

18 DANTAS, José Ibarê Costa. *História de Sergipe: República (1889-2000)*. *História de Sergipe República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 97-104.

19 BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. *Os Padres de Dom José: O Seminário Sagrado Coração de Jesus 1913-1933*. São Cristóvão: UFS/NPGED, 2004 (Dissertação de mestrado).

20 NUNES, Maria Thétis. *História da educação em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 251.

21 NUNES, Maria Thétis. *História da educação em Sergipe*. Op. cit.

22 MACHADO, Manoel Cabral. “Nossa Universidade Federal e o Ensino Superior em Sergipe (I)”. In: *Universidade Federal de Sergipe 40 anos*. 25 de abril de 2008. Disponível em: <[http://www.ufs.br/ufs40anos/index\\_artigos.php?id:19](http://www.ufs.br/ufs40anos/index_artigos.php?id:19)>. Acessado em 10/02/2009.



tanto para aqueles que tinham dificuldades para migrar para cidades fora do estado de origem, quanto para aqueles provenientes de segmentos sociais excluídas do acesso ao ensino superior.<sup>23</sup>

### *A sociedade e a luta por uma universidade em Sergipe*

não só para atender a um apelo vocacional de muitos sergipanos, como também para completar o número mínimo exigível para a criação da UNIVERSIDADE DE SERGIPE, o que viria a consolidar nossas faculdades e livrá-las das ameaças de fechamento.<sup>24</sup>

A mensagem em destaque, publicada no jornal *Academus*, periódico do Centro Acadêmico Silvio Romero (CASR), vinculado à Faculdade de Direito de Sergipe (FDS), em setembro de 1958, foi uma das discussões que nortearam o VIII Congresso da União Estadual dos Estudantes de Sergipe (UEES). No referido conclave, dentre as discussões fomentadas, os universitários passaram a erguer a bandeira da luta “por uma universidade em Sergipe”. A partir de então, as discussões sobre a necessidade de criação de uma universidade, estimularam uma agenda de reivindicações para a criação da nova instituição.<sup>25</sup>

Dentro desta perspectiva, os participantes do VIII Congresso da UEES passaram a solicitar dos políticos sergipanos, a doação de um prédio para funcionamento da faculdade de medicina, criada quatro anos depois, em 1961, e a criação da faculdade de odontologia, fundada nove anos depois, em 1967. Em ambas as reivindicações, a premissa do número de instituições de ensino superior, estabelecida pela legislação para criação de universidades federais, era constantemente evocada.<sup>26</sup>

Embora a intenção acerca da criação de uma universidade em Sergipe fosse algo do interesse de vários setores da sociedade, naquele momento, este propósito parece ter despertado mais atenção dos universitários e das instituições de ensino superior mantidas ou próximas a Igreja Católica. A presença de Dom José Vicente Távora – bispo da Diocese de Aracaju, religioso sensível às problemáticas sociais, próximo às posições de Dom Helder Câmara, assim como de outros bispos que começaram a pensar a necessidade de uma política social para o desenvolvimento do

23 CRUZ, José Vieira da. “Desloca-se não era mais preciso: os estudantes e a efetivação do ensino superior em Sergipe, 1948-1961”. In: *Anais eletrônicos do VI Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade*. Aracaju: UFS, 2012, p. 1-12.

24 ACADEMUS. *VIII Congresso Estadual dos Estudantes*. Ano VII, nº 18, setembro de 1958, p. 2.

25 ACADEMUS. *VIII Congresso Estadual dos Estudantes*. Op. cit., pp. 1-2.

26 ACADEMUS. *VIII Congresso Estadual dos Estudantes*. Op. cit.



Nordeste –,<sup>27</sup> na plenária de encerramento do VIII Congresso da UEES, anunciava o interesse da Igreja Católica e de seus movimentos leigos em favor da criação de uma universidade no Estado.

Outra evidência desse crescente envolvimento da Igreja Católica com o referido movimento foi à visita realizada, em 26 de dezembro de 1958, de uma representação de estudantes ligados a Juventude Universitária Católica (JUC), dentre eles: Afonso Gueiros e Lucia Viana (FCFS); Heli Nascimento e Inácio Gomes (FDS), Carmem Machado e Lêda Costa (ESS); Juarez Ribeiro (FCE); e Geraldo de Oliveira e Salvador Ávila (ESQ). Sendo este último o estudante responsável pelo envio de informações sobre os motivos da visita, realizada por leigos católicos, ao deputado federal Luís Garcia, governador recém-eleito, ao jornal *A Cruzada*, periódico vinculado à referida Igreja. Junto com os estudantes da JUC, também se fizeram presentes à visita, intelectuais ligados a Liga Universitária Católica (LUC), dentre eles os professores: José Silvério Leite Fontes, Paulo Machado e Antônio Garcia. Este último foi escolhido como o representante da comissão para discutir os “problemas da classe universitária” e sobre a posição do governador recém-eleito em relação a “fundação da Universidade de Sergipe”.<sup>28</sup>

### *Ecoss da reforma universitária e a declaração de Santo Amaro das Brotas*

A presente tese, apresentada pela bancada de Sergipe ao I Seminário Nacional de Reforma Universitária, constitui a nossa contribuição, dentro de nossas limitações ao estudo do problema do sistema universitário brasileiro (...) a imprescindibilidade da participação do corpo discente no governo das universidades e faculdades, seja no Conselho Universitário, nas Congregações (...) autonomia suficiente do organismo universitário<sup>29</sup>.

As discussões sobre a reforma universitária são anteriores à instalação da ditadura civil-militar no Brasil e também evocam o acúmulo de discussões sobre a concepção e modelo de gestão acerca do ensino superior na América Latina.<sup>30</sup> Esse debate, iniciado nos anos 50 pela União Nacional dos Estudantes (UNE), começou a ganhar maior intensidade quando

27 NASCIMENTO, Isaías. *Dom Távora, o bispo dos operários: um homem além do seu tempo*. São Paulo: Paulinas, 2008, p. 127-165.

28 A CRUZADA. *Governador eleito Luiz Garcia, recebe universitários de Sergipe*. Ano XXIV, nº 1073, 03 de janeiro de 1959, p.1 e p.6.

29 UEES/SNRU. *Tese apresentada ao I Seminário Nacional de Reforma Universitária pela bancada de estudantes de Sergipe*. Aracaju, 19 de maio de 1961, p. 3. In: Projeto Engenharia nacional, os estudantes e a educação superior: a memória reabilitada (1930-1985)/UFPE.

30 UNC. *Manifesto de La Federación de los Universitaria de Córdoba*. Córdoba, 21 junho de 1918. Disponível em: <<http://manifestodecordoba1918.blogspot.com/>>. Acessado em 10/10/2010

o movimento estudantil passou, a partir de 1961, a reivindicar 1/3 (“uma terça parte”) das representações nos conselhos deliberativos das instituições de ensino superior para o segmento dos estudantes.<sup>31</sup> No cerne dessas discussões também estava a proposta da estruturação de políticas de assistência estudantil. Estas propostas encontravam resistências institucionais e corporativas.<sup>32</sup>

Não obstante essas discussões, o modelo de gestão universitária brasileira consolidar-se-ia no contexto de instalação da ditadura civil-militar, limitando e, sobretudo, negando o modelo de democracia representativa nas universidades.<sup>33</sup> Para Saviani, a herança do referido período “acabou por implicar a circunscrição do problema da universidade aos limites da democracia liberal burguesa”.<sup>34</sup> Dessa forma, percebe-se que, no período compreendido entre 1961 e 1968, em meio à questão da criação de uma universidade em Sergipe, discutia-se a reforma do ensino universitário no Brasil.

Em torno desse debate, no período anterior ao golpe civil-militar, a UNE promoveu Seminários Nacionais pela Reforma Universitária (SNRU) para discutir o papel das universidades para o desenvolvimento nacional. A tese apresentada ao I SNRU pela bancada de estudantes de Sergipe divide-se em três partes: a primeira parte versa sobre o sistema universitário, em particular sobre a questão do exame, da política de aprovação, do currículo e dos programas de ensino e, por fim, da política de assistência estudantil; a segunda, focaliza a necessidade de formulação de um projeto político para discutir a reforma universitária; e a terceira, aponta a necessidade da participação dos estudantes nos conselhos deliberativos das instituições de ensino superior.

Um dos ecos dos debates sobre a reforma universitária foi a realização do I Seminário Estadual pela Reforma Universitária (I SERU), promovido pelos estudantes universitários, na cidade de São Cristóvão, entre os dias 26 a 27 de maio de 1962.<sup>35</sup> Dentre os resultados desse seminário, os

31 Ver a respeito em: PINTO, Álvaro Vieira. *A questão da universidade*. 2 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986; e em: FORACCHI, Maria A. *A juventude na sociedade moderna*. FORACCHI, Maria A. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.

32 OLIVEIRA, Dalila Andrade; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de Azevedo. “Atualidade dos ensinamentos da Reforma de Córdoba (1918): ou qual a herança de Córdoba nas reformas atuais”. In: SADER, Emir, GENTILI, Pablo, ABOITES, Hugo. *La reforma universitaria: desafios y perspectivas noventa años después*. Buenos Aires: CLACSO, 2008. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/reforAboit/08oliaze.pdf>>. Acessado em 10/10/2010..

33 FÁVERO, Maria de Lourdes de ALBUQUERQUE. “A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968”. In: *Educar*. 28, Curitiba: Editora UFP, 2006, p. 17-36.

34 SAVIANI, Dermeval. “Prefácio”. In: PINTO, Álvaro Vieira. *A questão da universidade*. Op. cit., p. 2.

35 GAZETA DE SERGIPE. *UEES promove seminário de reforma universitária*. Ano VII, nº 2794, de 27 de abril de 1962, p. 6.



estudantes sedimentaram o propósito de lutar pela criação da universidade de Sergipe e declararam à imprensa o entendimento de que era necessária “a adequação da universidade à realidade sergipana – especialmente a face atual do nosso ensino superior academicista, classista e retrógada” e ainda que esse ensino fosse “acessível a todas as classes”.<sup>36</sup>

Não obstante às raízes latino-americanas do debate sobre a reforma universitária,<sup>37</sup> a discussão a respeito da universidade como centro de ciência e cultura, fomentada no Ocidente Cristão, em fins do medievo e início da modernidade, já antagonizava sua natureza cosmopolita/universal em oposição a sua perspectiva funcional/provinciana.<sup>38</sup> Essa ambivalência foi intensificada ao longo da segunda metade do século XX através de pelo menos três crises: a da hegemonia, a respeito da universidade como centro de produção cultural; a da legitimidade, no tocante à necessidade de democratização do conhecimento; e, por fim, a de institucionalização, diante dos parâmetros produtivistas da sociedade contemporânea. As duas primeiras crises já evidenciadas no horizonte social da década de 1960,<sup>39</sup> portanto, estão no escopo temporal desta reflexão.

Em Sergipe, outro importante eco da reforma universitária ocorreu na cidade de Santo Amaro das Brotas, nos dias 8 e 9 de junho de 1963, quando a UEES promoveu a realização do II SERU.<sup>40</sup> O mencionado seminário, presidido pela universitária Gilsa Luiza da Mota Gomes, contou com a presença de representantes de representações estudantis das instituições de ensino superior do Estado. Contou também com as presenças do(a)s professor(a)s Antônio Garcia Filho, Bonifácio Fortes, Carmelita Fontes Pinto, Eurenice Fontes Pinto, do Secretário de Educação do Estado Luiz Rabêlo Leite, do Arcebispo D. Távora, entre outros professores e autoridades.<sup>41</sup> Estavam presentes também os professores Paulo Freire, Jonas Brito e Eurico Cardoso, da Universidade do Recife.<sup>42</sup>

36 GAZETA DE SERGIPE. *São Cristóvão*: primeiro seminário de reforma universitária. Ano VII, nº 2818, de 26 de maio de 1962, p. 1 e 6.

37 PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. “Universidade no contexto da América Latina: 90 anos da Reforma de Córdoba e 40 nos da Reforma Universitária Brasileira” In: *Políticas Educativas*, v.2, n. 1, Campinas, dez. 2008, p. 54-75.

38 GROPPPO, Luís Antonio. *Autogestão, universidade e movimento estudantil*. Campinas: Autores Associados, 2006, p. 29-30.

39 SANTOS, Boaventura de Souza. “Da ideia de universidade a universidade de ideias”. In: *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 87-233.

40 GAZETA DE SERGIPE. *II Seminário de reforma universitária*. Ano VII, nº 2223, 8 de junho de 1963, p.1.

41 A CRUZADA. *Em Santo Amaro II Seminário de reforma universitária*. Ano XXVII, nº 1391, 16 de junho de 1963, p.1.

42 GAZETA DE SERGIPE. *Paulo Freire ensina alfabetizar em trinta e seis horas*. Ano VII, nº 2224, 9 de junho de 1963, p. 1.

O II SERU discutiu os seguintes temas: a universidade de Sergipe e a reforma universitária; as universidades brasileiras e as estruturas das faculdades de Sergipe; a universidade de Sergipe como universidade nova; a LDB e a universidade de Sergipe, entre outros pontos.<sup>43</sup> Estes temas não apenas incorporavam os debates realizados pelos Seminários Nacionais propostos pela UNE, como também intensificavam as discussões “pela democratização do ensino superior em nosso estado...” a partir da criação de uma universidade em Sergipe, inclusive sobre o modelo de sua forma de gestão se seria uma autarquia ou fundação.<sup>44</sup>

A Declaração de Santo Amaro das Brotas, documento construído a partir das deliberações do II SERU, defendeu a criação da “Universidade de Sergipe” sob a forma de uma fundação federal, colocou-se em oposição ao sistema de cátedra e à ordem econômica capitalista, propôs a participação dos estudantes na comissão encarregada de estudar o problema do ensino superior no estado e, sobretudo, defendeu de modo intransigente a necessidade de criação da “Universidade de Sergipe” voltada para o povo.<sup>45</sup>

A referida declaração foi objeto de apreciação do editorial do jornal *Gazeta de Sergipe*, em 12 de junho de 1963. O editorial reforça a crítica de que o ensino superior no Brasil continuava elitista e precisava ser reformulado em favor de uma sociedade mais democrática e mais participativa. E avalia o mérito político do documento e a atitude dos estudantes quanto à “reformulação do espírito universitário” e à expansão do ensino superior a diferentes camadas sociais.<sup>46</sup>

Em um segundo editorial, datado de 16 de junho de 1963, observa-se a defesa da criação da Universidade de Sergipe nos moldes da Universidade de Brasília, considerada pelo editorial, como a melhor das experiências do ensino superior no País. O texto destacou também a compreensão do Arcebispo Dom Távora em aceitar sem restrições que ESS e a FCFS, mantidas pela Igreja Católica, fossem incorporadas, junto com as outras quatro instituições de ensino superior, para constituírem a base da futura Universidade de Sergipe. Ainda segundo este editorial, a ideia de uma “Universidade para o povo”, defendida pela Declaração de Santo Amaro das Brotas representava o desejo dos estudantes de participar tanto da

43 GAZETA DE SERGIPE. *II seminário de reforma universitária*. Ano VII, nº 2223, 08 de junho de 1963, p. 1.

44 DINIZ, José Alexandre Felizola. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE. 12/03/1998.

45 GAZETA DE SERGIPE. *Universitários: “Declaração de Santo Amaro das Brotas”*. Ano VII, nº 2225, 11 de agosto de 1963, p. 6.

46 DANTAS, Orlando. “Universidade para o povo” [editorial]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, nº 2226, 12 de junho de 1963, p. 2.



criação da futura instituição de ensino superior quanto dos quadros dirigentes do país.<sup>47</sup>

Em relação a atitude da Igreja Católica, em favor da criação de uma universidade em Sergipe, como discutido, observa-se o envolvimento de sua autoridade maior, o arcebispo D. Távora, o bispo dos operários, como também era conhecido, que desde o VIII Congresso da UEES, realizado em 1958, já havia declarado seu apoio à questão, inclusive para que seus auxiliares, a exemplo do então monsenhor Luciano José Cabral Duarte, não poupassem esforços para atingir esse objetivo.<sup>48</sup>

Em Alagoas, sede da Província Eclesiástica, da qual as dioceses de Sergipe eram parte de 1912 a 1960, também se verifica, em período concomitante, tanto o envolvimento de membros da Igreja Católica e de políticos na criação de uma universidade federal no Estado, quanto o esforço de organizar as instituições de ensino superior – que originaram a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), em 1961. Esse envolvimento – de parte da Igreja, da sociedade e dos políticos –, segundo Verçosa, teve como objetivo, também, alcançar “novas oportunidades de ascensão social” para jovens, “já que, de outra forma, [eles] estariam definitivamente excluídos do acesso ao mais alto nível da educação escolar”.<sup>49</sup>

Dessa forma, os caminhos trilhados para criação de uma universidade em Sergipe, tecida a partir da criação das faculdades estaduais, em 1948, evocada, enquanto bandeira, a partir de 1958, durante o VIII Congresso da UEES, significada, de modo mais intenso, durante o II SERU e a Declaração de Santo Amaro das Brotas, ocorrido em 1963, começou a ser concretizado a partir da publicação, pelo governo do Estado de Sergipe, da Lei nº 1.194, em 11 de julho daquele ano. A referida lei, autorizou providências legais para que o patrimônio das faculdades e escolas de ensino superior existentes viesse a compor os bens da futura universidade. Contudo, as providências administrativas, só seriam tomadas nos primeiros meses do ano de 1964.<sup>50</sup>

Não obstante os debates em torno da proposta de como deveria ser criada a universidade e de seu papel junto a sociedade, os desdobramentos da política nacional, naquele ano, redimensionaram o norte do que

47 DANTAS, Orlando. “Universidade de Sergipe” [editorial]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, nº2229, 16 de junho de 1963, p.2.

48 ACADEMUS. *VIII Congresso Estadual dos Estudantes*. Ano VII, nº 18, setembro de 1958, p. 2.

49 VERÇOSA, Elcio de Gusmão. “Uma primeira rede de instituições de educação superior em Alagoas: novos horizontes para a juventude alagoana”. In: VERÇOSA, Elcio de Gusmão; TAVARES, Maria das Graças Medeiros (Orgs.). *História da Educação Superior em Alagoas de suas origens ao século XXI*. 2 ed. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2015, p. 85.

50 GAZETA DE SERGIPE. *Universidade de Sergipe em fase de criação*. Ano IX, nº 2345, 25 de fevereiro de 1964, p.1.



viria a ser a Fundação Universidade Federal de Sergipe. Ela continuaria a ser objeto dos esforços de grande parte da sociedade, contudo a proposta de uma universidade popular cederia espaço para um projeto de ensino circunscrito aos horizontes políticos de uma sociedade controlada por autoridades, sob a égide de um golpe e de uma ditadura civil-militar.

### *A polêmica sobre o modelo de fundação...*

Para os professores e os alunos da FDS, a criação de uma universidade federal nos moldes de uma fundação federal não era interessante. Segundo Santana, então vice-presidente do CASR, em 1966, o diretor da referida faculdade, professor Gonçalo Rollemberg Leite, não queria que ela fosse incorporada à UFS. Ele dizia: “já somos Faculdade Federal de Direito’ e não temos interesse de participar da UFS”.<sup>51</sup>

Essa divergência, entre as faculdades acerca de como seria a nova universidade, como discutido, estava presente desde os primeiros debates sobre a reforma universitária no Estado, ocorridos, inicialmente, na cidade de São Cristóvão, em 1962, e, aprofundados, na cidade de Santo Amaro das Brotas, em 1963. Segundo José Alexandre Felizola Diniz, estudante da FCFS, presidente da UEES no período de 1962/1963, no seminário ocorrido em Santo Amaro das Brotas, o então monsenhor Duarte defendeu a criação da universidade na forma de fundação. Na ocasião, antes mesmo do golpe civil-militar, a defesa do modelo de fundação federal, aprovado pelos participantes do II SERU e anunciado à imprensa e à sociedade, através da “Declaração de Santo Amaro”, despertou polêmicas e controvérsias.<sup>52</sup> No referido seminário, alguns estudantes da FMS e da FDS defenderam o modelo de autarquia para gestão da universidade a ser criada.

Até então, os esforços em torno da criação de uma universidade em Sergipe, haviam perpassado os governos de José Rollemberg Leite (1947-1951) e de Arnaldo Rollemberg Garcez (1951-1955) do PSD; de Leandro Maynard Maciel (1955-1959) e de Luís Garcia (1959-1962) da UDN; e de João de Seixas Dória (1963-1964) da ASD. No breve governo de Dória, último do período democrático (1945-1964) – pós-ditadura do Estado Novo (1937-1945) e anterior ao período da ditadura civil-militar (1964-1985) –, foi nomeada uma comissão, organizada pelo monsenhor Luciano José Cabral Duarte, diretor da FCFS, com o intuito de concretizar a criação da mencionada fundação federal. A respeito, a imprensa católica, através do jornal *A Cruzada*, registrou os esforços do monsenhor Duarte para via-

51 SANTANA, Luiz. “História de uma vida”. In: *Crônica de uma cidade*. 6 de setembro de 2009. Disponível: <<http://cronicadacidade.blogspot.com>>. Acessado em 12/01/2010.

52 MORAIS, Gizelda. *Dom Luciano José Cabral Duarte: relato biográfico*. Op. cit., pp. 247-249.



bilizar os trabalhos da referida comissão e de seu projeto/relatório para criação da universidade em Sergipe.<sup>53</sup>

Não obstante essa importância, a divergência quanto à forma a ser adotada pela nova instituição de ensino superior não havia encontrado um consenso entre as faculdades. Neste sentido, a FDS, segundo o então estudante Luís Antônio Barreto, manteve-se resistente ao modelo de fundação, apoiando a posição de seu diretor em defesa de “um movimento pela universidade autárquica, no sentido de que a autarquia não tem subordinação a este ou aquele órgão, mas é vinculada ao Ministério da Educação”.<sup>54</sup>

A oposição articulada pelos diretores da FDS e da FMS, ao modelo de fundação defendido pelo monsenhor Duarte, diretor da FCFS, ao menos entre os estudantes do curso de direito, parece ter conquistado alunos de diferentes posições ideológicas e políticas. Dentre esses alunos, destacam-se membros dos movimentos de cultura popular e da Ação Popular (AP), como a estudante Zelita Rodrigues Correia dos Santos, até estudantes com destacada militância junto ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), como foi o caso do estudante Wellington Dantas Mangueira Marques. Em outras palavras, a FDS, devido a sua estrutura, forma de contratação de professores por cátedras, localização e ao fato de já ser federalizada, não tinha interesse na criação da universidade a partir do modelo fundacional.

Em contraposição ao prestígio da FDS e da FMS e do relativo carisma exercido pelos seus diretores, monsenhor Duarte, apesar de sua erudição, obstinação, pragmatismo e da defesa de condições mais favoráveis às demais instituições superiores – FCFS, ESS, ESQ e FCE –, sofreu severas críticas e a oposição de parte do movimento estudantil universitário. Para os críticos do monsenhor Duarte, faltava-lhe a sensibilidade e diálogo que haviam sobrado a Dom Távora, quando este, a partir de 1958, passou a incentivar setores leigos da Igreja Católica para se mobilizarem em favor da democratização do ensino superior e da criação de uma universidade em Sergipe. Desta forma, não obstante a sua decisiva atuação para adequar o projeto de criação da mencionada universidade às exigências do Conselho Federal de Educação, sua figura pessoal era alvo de estigmas e repúdios devido a certas atitudes autoritárias e confessada posição anticomunista. Para Diniz, monsenhor Duarte foi muito estigmatizado e pouco compreendido, apesar do decisivo papel que desempenhou na criação da UFS.<sup>55</sup>

53 A CRUZADA. *Sergipe terá universidade antes de março de 1967*. Ano 84, nº 1468, 10 de setembro de 1966, p.11.

54 BARRETO, Luís Antônio. “Os 100 anos de Gonçalo Rollemberg Leite”. In: *Infonet*, 16 de fevereiro de 2006. Disponível em: <[http://www.infonet.com.br/luisantonioabarreto/ler.asp?id=44237&titulo=Luis\\_Antonio\\_Barreto](http://www.infonet.com.br/luisantonioabarreto/ler.asp?id=44237&titulo=Luis_Antonio_Barreto)>. Acessado em 12/01/2010.

55 MORAIS, Gizelda. *D. Luciano José Cabral Duarte: relato biográfico*. Op. cit., p. 248.





Segundo Barreto, as críticas da direção, de parte dos professores e, sobretudo, dos estudantes da FDS à figura do monsenhor Duarte, por ocasião da visita de Newton Sucupira, membro do Conselho Federal de Educação, relator do processo que solicitava a criação da Universidade Federal de Sergipe, evidencia um desses momentos de embate.<sup>56</sup> Nesse episódio, em particular, monsenhor Duarte travou uma polêmica com o estudante Wellington Dantas Mangueira Marques, que havia lido uma carta assinada por vários estudantes externando posição contrária à criação da universidade sob a forma de uma fundação.<sup>57</sup> Segundo Marques, a posição assumida pelos estudantes que assinaram a referida carta não foi compartilhada pela presidente do CASR, Josefa Paixão.<sup>58</sup> Ela, nesse episódio, segundo o jornal *Gazeta de Sergipe*, dirigiu-se ao representante do Conselho Federal de Educação, professor Newton Sucupira, declarando que aquele discurso não representava em absoluto “o pensamento do Diretório (sic) da Faculdade de Direito”.<sup>59</sup>

Na sequência dos acontecimentos, em 28 de fevereiro de 1967, foi promulgado, pelo Presidente Marechal Castelo Branco, o Decreto-Lei nº 269 autorizando a instituição da Fundação Universidade Federal de Sergipe e as providências para sua implantação. Nesse sentido, nos primeiros dias da promulgação do mencionado Decreto-Lei, o então governador, Lourival Batista, da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), reuniu representantes das seis faculdades em funcionamento e o representante da faculdade de odontologia que estava sendo criada. Nessa reunião, ele oficializou, ainda que de modo simbólico, que o patrimônio e os corpos docentes e discentes das instituições estaduais passariam a compor os da fundação recém-criada.<sup>60</sup>

Não obstante a euforia das autoridades, a reportagem que descreveu o ocorrido informava que a instalação da universidade somente ocorreria no ano seguinte, uma vez que, carecia “ainda da inclusão de dotação orçamentária nos termos da legislação em vigor”.<sup>61</sup> O referido processo foi concluído, em 15 de maio de 1968, com a instalação, em sessão solene

56 Op. cit., p. 246.

57 ESTUDANTES DE DIREITO. *Carta dos Estudantes da Faculdade Federal de Direito de Sergipe ao Dr. Newton Sucupira* [manifestando seu repúdio ao anteprojeto de criação da UFS e criticando a atuação de Dom Luciano Duarte], de 19 de setembro de 1966. In: Instituto Dom Luciano Duarte, caixa 01, pacotilha 06.

58 MARQUES, Wellington Dantas Mangueira. Entrevistado por Gardênia Correia Palmeira e Glícia Lais Macedo Silva. Aracaju/SE, 03/12/2007 (negritos nosso).

59 A CRUZADA. *Relator do processo da universidade em Sergipe*. Ano 84, nº 1468, 24 de setembro de 1966, p.11.

60 SERGIPE. *Decreto Estadual nº1362/67*, de 14 de maio de 1967.

61 GAZETA DE SERGIPE. *Decreto cria a universidade*[manchete da primeira página]. Ano XII, nº 3.235, 2 de março de 1967, p.1.



no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), da Fundação Universidade Federal de Sergipe.<sup>62</sup> Estabelecia-se assim, um novo marco cultural para a vida intelectual no Estado, assim como havia sido com a criação do IHGSE, em 1912.<sup>63</sup>

### *Críticas e protestos na solenidade instalação da UFS...*

Para o movimento estudantil, a solenidade de instalação da UFS, em 15 de maio de 1968, não obstante ter sido um momento de comemoração, também foi uma oportunidade de tecer críticas e protestar quanto à forma como o processo foi conduzido e quanto a não concessão da palavra aos representantes dos estudantes presentes ao mencionado acontecimento, ocorrido no auditório do IHGSE, até então um dos espaços públicos mais significativos do Estado.

Na referida solenidade fizeram uso da palavra, o já Bispo Auxiliar de Aracaju, D. Luciano José Cabral Duarte, presidente do Conselho Diretor da UFS, que, após empossar João Cardoso Nascimento Júnior, na condição de primeiro reitor da nova instituição, mencionou os nomes das autoridades que haviam se somado para concretização da criação de uma universidade federal no estado e da luta deferida em torno desse objetivo. Em seguida, a palavra foi concedida a Newton Sucupira, membro do Conselho Federal de Educação, um dos responsáveis pelo citado processo de criação da UFS, que destacou não ser possível “pensar a Universidade divorciada do povo’ e que a Universidade é feita para o estudante”. O terceiro orador, Nascimento Júnior, reitor empossado, declarou ser sabedor das dificuldades existentes na instituição, então fundada quanto à estrutura física de seus prédios, a necessidade de novos equipamentos, atualização do acervo bibliográfico, problemas relacionados aos alunos excedentes no vestibular, necessidade de ampliação e de qualificação do corpo docente, entre outros problemas, e que “iria enfrentá-los com realismo”. Na sequência, Lourival Batista, governador do Estado, encerrou os discursos destacando, a exemplo de Dom Duarte, as pessoas que haviam contribuído para que o Estado de Sergipe viesse a ter “a nossa universidade”.<sup>64</sup>

Presentes, mas não contemplados com o uso da palavra, os representantes dos estudantes, João Bosco Rolemberg Côrtes, estudante da ESS, e Francisco Carlos Varela, estudante da ESQ, procuraram a redação do

62 A CRUZADA. *Solenidade de instalação da FUFSE, marco cultural na vida sergipana*. Ano 49, nº 1545, 18 de maio de 1968, p.1.

63 CRUZ, José Vieira da. “O IHGSE e a Sociedade em Sergipe, 1951-2012”. In: ALBUQUERQUE, S. B. de M.; SANTOS, M. F. de J.; SANTOS, A. L. S. M.. (Org.). *História, memória e comemorações na Casa de Sergipe*. Aracaju: IHGSE, 2014, p. 75-94.

64 GAZETA DE SERGIPE. *Só estudante não falou na instalação da UFS*. Ano XII, nº 3568, 16 de maio de 1968, p.1.



jornal *Gazeta de Sergipe*, para protestarem contra aquilo que eles classificaram como mais um ato que aviltava os direitos da representação estudantil. E ainda que a cerimônia, relegou ao esquecimento a participação do movimento estudantil universitário em torno da luta pela criação de uma universidade em Sergipe. Segundo os representantes dos estudantes, a “classe universitária sergipana também lutou e contribuiu no processo de criação da Universidade em Sergipe”, um processo que teve início com a “Carta de Santo Amaro”, resultado dos debates produzidos pelo II SERU, ocorrido em 1963, no qual os universitários “já lutavam por sua Universidade, Federal, autárquica, popular e gratuita”.<sup>65</sup> Antes, portanto, da iniciativa estadual que resultou nos trabalhos da comissão responsável pelo processo de organização e de criação da UFS, entre 1963 e 1968.

Segundo os representantes estudantis, eles não tiveram a oportunidade de contribuir com a elaboração do anteprojeto da Comissão, em razão de este já ter sido apresentado em fase de redação final. E, ainda, que eles não tiveram direito de indicar nenhum dos nomes da lista tríplice para o cargo de reitor. A postura política por parte das autoridades responsáveis pela comissão de criação da UFS, segundo os estudantes, só considerava “a representação discente como figura decorativa nas grandes decisões da Universidade”, postura que eles esperavam não ser reproduzida pela nova instituição.<sup>66</sup>

Na mesma edição do jornal *Gazeta de Sergipe*, que noticiava o protesto dos estudantes, o editorial intitulado “A Universidade”, ao tempo em que discorria sobre a importância da instalação da UFS, também alertava a nova instituição para a necessidade de promover o “diálogo entre os corpos docente e discente”. Na visão dos responsáveis pelo editorial, os jornalistas Orlando Dantas e Ivan Valença, a nova instituição deveria incluir os estudantes no processo de construção da universidade.<sup>67</sup>

O tom dessas críticas, proferidas pelos representantes dos estudantes e pelo editorial da *Gazeta de Sergipe*, dirigiam-se, sobretudo à forma como Dom Duarte havia dirigido a comissão responsável pela criação da UFS, abrindo poucos espaços para a participação dos estudantes nesse processo, procurando alinhar o anteprojeto do estatuto da universidade ao processo de reforma universitária em curso, no período entre 1963 e 1968,<sup>68</sup> e, sobretudo, enfrentando, em razão de sua relação com os estudantes e com diretores de algumas faculdades, críticas e resistências à proposta de uma universidade sob a forma de uma fundação federal.

65 GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes protestam*. Ano XII, nº 3568, 16 de maio de 1968, p.1.

66 GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes protestam*. Op. cit.

67 GAZETA DE SERGIPE. A Universidade [editorial]. Ano XII, nº 3568, 16 de maio de 1968, p.3.

68 FÁVERO, Maria de Lourdes de A. “A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968”. Op. cit., p. 17-36.



Em meio às críticas tecidas pelos representantes estudantis e pelo referido jornal, por ocasião da instalação da UFS, notam-se alguns esquecimentos, dentre eles: as iniciativas governamentais e da sociedade civil, de criação de faculdades e escolas de ensino superior no Estado, a partir de 1948; as deliberações do VIII Congresso da UEES, em 1958, no qual os estudantes universitários, junto com a Igreja Católica – no início do bispado de Dom Távora –, levantaram a bandeira “por uma universidade em Sergipe”; e, parcialmente, da importância do I e II SERU, seminários estaduais que aprofundaram tanto o debate sobre a reforma universitária quanto o da criação de uma universidade em Sergipe, em particular, com a publicação da Declaração de Santo Amaro.<sup>69</sup>

A mencionada Declaração, publicada no jornal *Gazeta de Sergipe*, por um lado, teve de fato uma dimensão política importante para a sociedade e para o movimento estudantil. Entretanto, pelos menos em termos históricos, ela não pode ser considerada o marco inicial das mobilizações em favor de uma universidade no Estado, e sim um de seus marcos. Por outro lado, seus significados, enquanto acontecimento histórico e político, apontavam para a criação da “Universidade de Sergipe, sob a forma de Fundação Federal”,<sup>70</sup> e não uma autarquia, como evocados na crítica estudantil, igualmente publicada no referido jornal, tempos depois, em 1968.<sup>71</sup>

Ao tomarem a “Declaração de Santo Amaro das Brotas”, publicada em 1963, como ponto de definição dessa luta, os críticos e suas críticas, focaram mais na forma como foi conduzido o processo de organização da nova instituição – já no contexto de golpe e de ditadura civil-militar –, do que no resgate dos movimentos e iniciativas que, desde 1948, desencadearam a luta por uma universidade em Sergipe.

Nesse sentido, a remissão à história das iniciativas e dos movimentos em defesa da criação de uma universidade no Estado revela pontos de discordância entre aqueles que a reivindicavam. Em síntese, um movimento compreendia que as instituições de ensino superior existentes deveriam ser reunidas sob a forma de uma fundação federal; enquanto o outro, sob o argumento de preservar a autonomia das faculdades e escolas superiores, defendia a criação sob a forma de uma autarquia.

Esse ponto de discordância também pode ser compreendido pela proximidade que existia, do então monsenhor Duarte, junto à JUC e à LUC,

69 CRUZ, José Vieira da. “Em tempos de reforma universitária: a contribuição da União Estadual dos Estudantes Sergipanos (1961-1964)”. In: *Cadernos de história* (UFOP: Mariana), v. 4, 2009, p. 84-97.

70 GAZETA DE SERGIPE. *Universitários*: “Declaração de Santo Amaro das Brotas”. Ano VII, nº 2225, 11 de agosto de 1962, p. 6 (negrito nosso).

71 GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes protestam*. Op. cit.

no contexto da elaboração da “Declaração de Santo Amaro das Brotas”, em 1963. Fato que deve ter influenciado no apoio em favor do modelo de fundação federal, defendido pela Igreja católica através das instituições de ensino superior que estavam sob sua administração ou influência,<sup>72</sup> em contraste com o período de 1964 a 1968, quando o jogo de interesses das demais faculdades e escolas superiores tendeu à defesa do modelo de autarquia. Nesse outro contexto, as discordâncias de parte dos estudantes, dos docentes e dos dirigentes e de algumas instituições em relação à condução dos trabalhos de criação da nova instituição, organizada pelo mencionado religioso, alimentaram as críticas ao modelo de fundação, enquanto o Bispo Auxiliar D. Duarte mantinha-se firme na proposta do modelo de fundação.



### *A conquista e o caminho da resistência democrática...*

O modelo de fundação, defendido pela Igreja Católica e pelas lideranças estudantis que subscreveram a “Declaração de Santo Amaro das Brotas”, também era o recomendado pelo Ministério da Educação e pelos membros do Conselho Federal de Educação antes mesmo da eclosão do golpe civil-militar de 1964.<sup>73</sup> Esse modelo, após a referida inflexão política, mas do que uma possibilidade administrativa tornou-se a alternativa aceita, pela nova ordem institucional, para federalizar o ensino superior em Sergipe, assim, como também ocorreu com a Fundação Universidade Federal do Maranhão, em 1966, e a Fundação Universidade Federal do Piauí, em 1971.

Os protestos dos estudantes, em relação ao tratamento a eles concedido pela comissão responsável pela criação da UFS e pelo cerimonial responsável pela inauguração dessa instituição, repercutiram nos jornais locais. Essa repercussão figurou com a repercussão do Relatório Meira Matos sobre as reformas que deveriam ser aplicadas ao ensino superior<sup>74</sup> e ecos dos protestos estudantis que estavam ocorrendo pelo mundo naquele maio de 1968.<sup>75</sup>

Eram tempos diferentes daqueles em que se iniciaram as ações e os movimentos que resultaram na Fundação da Universidade Federal de Ser-

72 ESTUDANTES DE DIREITO. Carta *dos estudantes da Faculdade Federal de Direito de Sergipe ao Dr. Newton Sucupira*: manifestando seu repúdio ao anteprojeto de criação da UFS e criticando a atuação de Dom Luciano Duarte. 19 de setembro de 1966. In: Instituto Dom Luciano Duarte, caixa 01, pacotilha 06.

73 A CRUZADA. *Relator do processo da universidade em Sergipe*. Ano 84, nº 1468, 24 de setembro de 1966, p. 1 e pp. 11-12.

74 GAZETA DE SERGIPE. Comissão Meira Matos entrega relatório. Ano XIII, nº 3566, 12 e 13 de maio de 1968, p.1.

75 ALVES, Stefânio Faria. “Estudantes em toda parte”. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano XIII, nº 3/573, 22 de maio de 1968, p. 2.

gipe. Cerca de vinte anos antes, o debate em favor da reforma universitária era evocado pela sociedade e, em particular, capitaneado pelos estudantes. Após a decretação do golpe civil-militar, em 1964, e nos primeiros quatro anos da ditadura civil-militar, o referido debate tomou outras formas, vozes e direções. É nesse outro contexto, que a UFS ganhou corpo e nasceu.

O momento político da ditadura civil-militar e a avaliação dos limites do que se podia fazer para a concretização daquele projeto, exigia que batalhas pontuais fossem colocadas de lado. Neste outro contexto, os esforços foram canalizados para que Sergipe passasse a ter uma Universidade. A respeito, Maria Thétis Nunes, uma das participantes dos movimentos em defesa da criação de uma universidade em Sergipe, afirmou que “a UFS não foi uma dádiva, mas uma conquista dos que lutaram para sua instalação”.<sup>76</sup> Batalha travada na esteira de um momento político que tendia a se tornar pouco propício à realização de avanços no campo da participação democrática, sobretudo a partir da decretação do Ato Institucional nº 5, publicado em 13 de dezembro de 1968. Diante deste cenário, foi reservado à sociedade brasileira e, principalmente, ao ensino superior, trilhar os caminhos da resistência democrática e da defesa da autonomia universitária.<sup>77</sup>



76 NUNES, Maria Thétis. “A UFS completa 40 anos”. In: *Universidade Federal de Sergipe 40 anos*. Op. cit.

77 Ver mais informações a respeito dessa discussão em: CRUZ, José Vieira da Cruz. *Da autonomia à resistência democrática: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985*. Maceió: Edufal, 2017.



# Reflexos de Themis: aspectos prosopográficos dos primeiros docentes do Curso de Direito da Universidade Federal de Sergipe (1968)

Marcia Terezinha J. Oliveira Cruz\*

## Reflexes of Themis: prosopographic aspects of the first professors of the Law Course of the Federal University of Sergipe (1968)

### Resumo

Este estudo tem por objetivo levantar as origens e as ocupações sociais dos professores que compuseram o primeiro corpo docente do Curso de Direito da Universidade Federal de Sergipe. Nesse sentido, buscou evidenciar as relações estabelecidas entre esses docentes. Para tanto, a partir do aporte teórico-metodológico proposto pela História Cultural e por intermédio da Prosopografia, foram articuladas variáveis como: idade, cargos exercidos, forma de ingresso na docência do ensino superior, dentre outros. Conclui-se no sentido de que os docentes, em função da formação e profissão exercidas, mantinham uma antiga e densa rede de sociabilidades.

**Palavras-Chave:** Professores do Curso de Direito; Universidade Federal de Sergipe. Intelectuais.

### Abstract

This study aims to identify the origins and social occupations of the professors who composed the first teachers of the Law Course of the Federal University of Sergipe. In this sense, the research sought to show the relationships established among these professor. In order to accomplish this, variables such as age, positions held “in the department”, form of entrance in teaching on higher education, among others, were articulated via the theoretical-methodological framework proposed by Cultural History and via Prosopography. It is concluded that the professors, due to the training and profession exercised, maintained an old and dense network of sociabilities.

**Keywords:** Professors of the Law Course; Federal University of Sergipe; Intellectuals.



\* Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe, com estudos de Pós-Doutoramento na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. E-mail: marciacruz.ufs.br@hotmail.com

*Entre o individual e o coletivo: em busca de Themis...*

Themis, para os gregos, [...] representa a noção de justiça, de medida e de ordem, rege os mundos de acordo com uma lei universal. Em Hesíodo, ela é filha de Urano (o céu) e de Gaia (a terra) e, portanto, da matéria e do espírito, do visível e do invisível. Na *Iliada*, aparece também como um símbolo do destino [...] A noção de destino implica a de tempo vivido, e por isso compreender-se-á que a balança seja igualmente o emblema de Saturno ou Cronos. Juiz e executor, este mede a vida humana, e mantém também a balança em equilíbrio ou não, entre anos, as estações, os dias e as noites. (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1982)<sup>1</sup>

A fundação da primeira universidade de Sergipe tem sido objeto de estudo por parte de historiadores e pesquisadores do ensino superior, de forma mais enfática e aprofundada, nas duas primeiras décadas do século XXI. Pesquisas levadas a cabo a partir de diferentes perspectivas, temporalidades e sob a ótica e posicionamento de diversos agentes.<sup>2</sup>

A presente investigação problematiza, por intermédio da metáfora alusiva à deusa grega Themis (Justiça), a configuração do primeiro corpo docente do Curso de Direito da Universidade Federal de Sergipe (UFS). O objetivo do trabalho foi levantar características e o modo de organização desses intelectuais no espaço social.

Nessa direção, Themis simbolizou tanto o lugar social ocupado pelos professores de modo individual, como as características da atuação do grupo por intermédio do pertencimento a instituições culturais e sociabilidades mantidas.

O uso da prosopografia (ou da biografia coletiva) foi considerado apropriado por possibilitar a verificação de semelhanças e de diferenças, atuando como um dos modos de estudar a constituição, estruturação e ação de grupos no campo e no espaço social, em um dado período

1 CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. *Dicionário de Símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, número*. Tradução: Cristina Rodriguez e Artur Guerra. Editorial Teorema: Lisboa, 1982. p. 109.

2 São exemplos dessa produção as pesquisas de CRUZ, M. T. J. O. *Ritos, símbolos e práticas formativas: A Faculdade de Direito de Sergipe e sua Cultura Acadêmica*. (Tese de Doutorado em Educação)- São Cristóvão – Se: UFS, 2014; OLIVEIRA, J. P. G. *Caminhos cruzados: itinerários de pioneiros professores do ensino superior em Sergipe (1915-1954)*. São Cristóvão – Se: UFS, 2015 (Tese de Doutorado em Educação); OLIVEIRA, N. A. *A inserção de acadêmicos e licenciados do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe no campo educacional sergipano (1968-1978)*. São Cristóvão – Se: UFS, 2017 (Tese de Doutorado em Educação); SOUZA, E. *História e Memória: Universidade Federal de Sergipe (1968-2012)*. São Cristóvão: Sergipe: Editora da UFS, 2015.





histórico. Como ressalta Burke<sup>3</sup>, o sucesso desse tipo de abordagem investigativa depende, sobretudo, de uma pormenorizada caracterização do grupo.

A utilização do método prosopográfico que, via de regra, tem o objetivo de estudar as elites, adequa-se à investigação do magistério superior jurídico, composto por uma elite cultural formada por intelectuais do campo do Direito. Em se tratando do corpo docente do Curso de Direito da UFS, foram articuladas como variáveis (ou aspectos): idade, local de nascimento, cargos exercidos, forma de ingresso na docência, locais de sociabilidades.

O termo ‘intelectual’ tem comportado historicamente diferentes acepções, algumas das quais convergentes e complementares. Para Sirinelli<sup>4</sup> é um conceito ‘polimorfo’ que pode se concretizar em sucessivas etapas. A primeira delas concebe o intelectual como uma espécie de ‘criador’ e ‘mediador’ cultural. Uma segunda acepção, mais restrita, aponta para o conceito qualificado, o de intelectual ‘engajado’, para o qual a mediação tem origem e ao mesmo tempo é reflexo da “notoriedade social e especialização reconhecida pela sociedade”<sup>5</sup>.

Outra proposição é a de Bourdieu<sup>6</sup>, para o qual intelectuais pertencem a um determinado grupo (fração) cuja sobrevivência social depende da quantidade de capital simbólico, cultural e social que seus membros isoladamente ou o próprio grupo, de forma total disponham, possam mobilizar e transformar, assim como da contribuição desse grupo para alçar o capital do qual é detentor, o mais importante dentro da hierarquização social.

Os pontos de ligação entre as trajetórias de cada membro do grupo e a atuação deste grupo consubstanciam as chamadas sociabilidades, estruturadas em forma de uma rede interdependente. Para Sirinelli<sup>7</sup> as sociabilidades compreendem a ação organizada no campo, a partir de laços de amizade e fidelidades que constituem, estruturam e blindam um microcosmo particular, presentemente, o meio intelectual e o ensino superior.

Nessa direção, o desenvolvimento do tema foi dividido em dois momentos específicos: o primeiro apresenta as características do grupo e o segundo, as tensões e resistências da Faculdade de Direito relativamente à fundação da UFS.

3 BURKE, P. *Amsterdã e Veneza*. Tradução Rosaura Eichemberg. São Paulo: Brasiliense, 1991.

4 SIRINELLI, J-F. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-269.

5 SIRINELLI, J-F. Op. Cit. p. 243.

6 BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

7 SIRINELLI, J-F. Op. Cit.

## *O outro lado do espelho: uma breve prosopografia dos primeiros docentes do Curso de Direito*

Um dos modos de refletir acerca do perfil dos primeiros docentes que atuaram no Curso de Direito da UFS passa por pensar a constituição do grupo a partir de dois momentos específicos: inicialmente, quando esses professores se vincularam ao ensino superior jurídico, em 1950, na fundação da Faculdade de Direito de Sergipe (FDS)<sup>8</sup>, depois, quando da instituição da UFS, em 1968. Quais os atributos do primeiro corpo docente? Quais particularidades teriam se alterado ao longo de quase duas décadas, dando lugar a especificidades do grupo que assumiu a docência do Curso de Direito após a criação da UFS?

As Atas de Fundação e de Instalação da FDS contemplaram, conjuntamente, os nomes dos seguintes professores fundadores: Antônio Manuel de Carvalho Neto, João de Araújo Monteiro, Luiz Pereira de Melo, Alberto Bragança de Azevedo, Manuel Ribeiro, Manuel Cabral Machado, José Temporal, Francisco Leite Neto, Gonçalo Rollemberg Leite, Hunald Santafior Cardoso, Olavo Ferreira Leite, Enoch Santiago, Augusto César Leite, Álvaro Fontes da Silva, Affonso Moreira Temporal, Octávio de Souza Leite, Mário de Araújo Cabral, Renato Cantidiano Vieira Ribeiro, Osman Hora Fontes, Luiz Garcia, José da Silva Ribeiro, Armando Leite Rollemberg, Manoel Ribeiro.

Segundo Cruz<sup>9</sup> este grupo<sup>10</sup> tinha algumas características específicas, dentre elas, a manutenção de laços de parentesco, por consanguinidade e por afinidade. Dentre eles, pode-se citar que os professores Gonçalo Rollemberg Leite e Francisco Leite Neto eram irmãos, ambos sobrinhos de Augusto César Leite e irmãos do então Governado do Estado de Sergipe, José Rollemberg Leite. Os irmãos tinham como colaterais os primos Armando Leite Rollemberg e Olavo Ferreira Leite. Leite Neto era genro de Antônio Manuel Carvalho Neto.

Os três primeiros anos após a fundação da FDS trouxeram a necessidade de recomposição desse corpo docente, em face da ausência de professores decorrente da assunção em cargos eletivos na Capital Federal<sup>11</sup>,

8 Fundada em 1950 por um grupo de juristas e intelectuais sergipanos, sob a forma de sociedade de natureza privada, sem fins lucrativos. Realizou a formação jurídica em Sergipe até o advento da UFS, quando deixou de existir e passou a ser um dos cursos oferecidos pela universidade. Acerca da trajetória da Faculdade de Direito de Sergipe ver CRUZ, M. T. J. O. C. Op. Cit.

9 CRUZ, M. T. J. O. Op. Cit. p. 174.

10 Nas análises apresentadas neste estudo, não foram incluídos Afonso Moreira Temporal e José Temporal, considerando que esses fundadores não chegaram efetivamente a lecionar na FDS.

11 Afastaram-se em função do exercício de mandato eletivo os professores Antônio Manuel de Carvalho Neto, Deputado Federal e Francisco Leite Neto, Deputado Federal e, posteriormente, Senador.



em virtude de falecimentos<sup>12</sup> e mesmo porque a cada ano uma nova turma surgia sequencialmente demandando mais docentes.

Novos professores foram recrutados pela congregação, de diferentes modos<sup>13</sup>. Uns tendo em vista a reconhecida atuação profissional, outros, dentre os discentes que mais se destacaram ao longo de seu curso. Estratégias que possivelmente tenham colaborado para a manutenção da coesão do grupo, por se aproximarem do que Bourdieu<sup>14</sup> denominou de ‘operação de cooptação’. Para o autor,

Na realidade, em lugar do *habitus*<sup>15</sup> tácita ou explicitamente exigido, o novo postulante deve trazer para o jogo um *habitus* praticamente compatível, ou suficientemente próximo, e acima de tudo maleável e suscetível de ser convertido em *habitus* ajustado, em suma, congruente e dócil, ou seja, aberto à possibilidade de uma reestruturação. É a razão pela qual as operações de cooptação prestam atenção aos sinais de competência e ainda mais aos indícios quase imperceptíveis, quase sempre corporais, postura, compostura, maneiras, disposições de ser e, sobretudo, de vir a ser, quer se trate de escolher um jogador de rúgbi, um professor, um alto funcionário ou um policial [...]<sup>16</sup>

Ao todo foram 18 professores contratados entre 1954 e 1968. Destes, oito, ou seja, 44,4%, foram alunos egressos da própria instituição. A presença feminina ocupou apenas 12,5% relativamente aos alunos egressos até 1967 e 2,5% do total de contratados.

Acerca da participação discente feminina na FDS há de se notar que o número de mulheres que estudaram entre 1950 e 1968, segundo Cruz, se ampliou de 16,7% na primeira turma e para 52% na turma de 1969. Segundo

- 12 O primeiro falecimento registrado foi o do professor Octavio de Souza Leite. Até o final da década de 1950 ocorreu o falecimento dos professores Álvaro Fontes Silva e Enoch Santiago. Em 1964, a morte do professor Francisco Leite Neto.
- 13 Ainda que a Ata da Congregação de 28/03/1959, registre a discussão e a aprovação da realização de concurso para professor Livre Docente, que tivessem sido instituídas taxas de inscrição para o referido concurso e que um dos professores então contratados – Joviniano Carvalho Neto – houvesse informado o interesse no certame, a Faculdade de Direito nunca realizou uma seleção pública. A respeito ver CRUZ, M. T. J. O. Op. Cit.
- 14 BOURDIEU, P. *Meditações Pascalianas*. Tradução de Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- 15 *Habitus* são, para Bourdieu, “[...] estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (as condições materiais de existência características de uma condição de classe) que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado[...]” BOURDIEU, P. Esboço de uma Teoria da Prática. In: ORTIZ, Renato (Org.) *A Sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d’Água, 2013, p. 54. Pode ser compreendido como “[...] um sistema socialmente constituído de disposições (tendências, aptidões, inclinações, talentos) que orientam pensamentos, percepções, expressões e ações, como resultado de um longo processo de incorporação coletiva das condições materiais de sua produção” CRUZ, M. T. J. O. Op. Cit. p.234.
- 16 BOURDIEU, P. 2001. Op. Cit. p.121.



a autora, esses percentuais “permitem inferir que, após a criação da FDS, as mulheres passaram a ocupar parcela considerável do campo jurídico em Sergipe, mesmo levando em conta que ocuparam, ao todo, 27,6% do total dos bacharelados durante o período estudado [1950 a 1968]”<sup>17</sup>. Como explicar assim o fato de uma única mulher ter sido contratada? O ingresso de alunos (as) era realizado por concurso público, enquanto o acesso à docência havia outra lógica operativa.

No que diz respeito à data de nascimento dos professores, foi possível verificar, conforme o gráfico a seguir, que 17,5% nasceram no século XIX e 82,5% nasceram no século XX. Considerando-se o grupo de forma global, dividido entre fundadores e contratados, independentemente da origem destes últimos, foi possível averiguar que a maioria nasceu entre as duas primeiras décadas do século XX, havendo um equilíbrio entre as duas categorias.

228



**Gráfico 1 – Comparativo da faixa etária de professores fundadores e contratados<sup>18</sup>**



Fonte: CRUZ<sup>19</sup>

No tocante às ocupações sociais, foi possível aquilatar que os docentes exerceram diversas profissões e ocuparam diferentes cargos públicos, como mostra o quadro a seguir, no qual são mencionadas tão-somente as mais preponderantes/socialmente relevantes:

17 CRUZ, M. T. J. O. Op. Cit. p. 362.

18 A elaboração deste gráfico não considerou os dados relativos ao professor contratado Rui Eloy dos Santos, em virtude de não haver sido identificada sua data de nascimento.

19 CRUZ, M.T.J.O. Op. Cit. p. 247.

**Quadro 1 – Professores que atuaram na FDS**

Ano de Ingresso	Professor	Principais ocupações
1951	Luiz Pereira de Melo	Juiz de Direito
	Antônio Manuel Carvalho Neto	Advogado/Deputado Federal
	Alberto Bragança de Azevedo	Clérigo/ Procurador da Cúria Metropolitana
	Manuel Ribeiro	Advogado
	Manuel Cabral Machado	Advogado/Deputado Estadual/Jornalista
	José Temporal	Advogado
	Francisco Leite Neto	Advogado/Deputado Federal e Senador
	Gonçalo Rollemberg Leite	Procurador de Estado e jornalista
	Olavo Ferreira Leite	Advogado
	Armando Leite Rollemberg	Advogado/Deputado Federal
	Renato Cantidiano V. Ribeiro	Advogado
	José da Silva Ribeiro Filho	Juiz do Trabalho
	Hunald Santaflor Cardoso	Juiz de Direito
	Olavo Ferreira Leite	Advogado
	Enoch Santiago	Juiz de Direito
	Augusto César Leite	Médico
	Osman Hora Fontes	Advogado
	Álvaro Fontes da Silva	Advogado e jornalista
	Affonso Moreira Temporal	Inspetor Federal de Educação/Advogado
	Octávio de Souza Leite	Juiz de Direito
1954	Joviniano Carvalho Neto	Advogado
	Waldemar Fortuna de Castro	Juiz de Direito
	João B. Perez Garcia Moreno	Médico
	José Dantas Prado	Juiz do Trabalho
	José Bonifácio Fortes Neto	Juiz do Trabalho
1957	Pedro Vieira Matos	Chefe de Polícia
	Balduino Ramalho	Advogado
	José Silvério Leite Fontes	Advogado
1961	Belmiro da Silveira Góes	Juiz de Direito
1967	Ruy Eloy dos Santos	Advogado
	José Amado do Nascimento	Advogado/ contabilista
	José Gilton Pinto Garcia	Advogado
	Juçara Fernandes Leal	Advogada
	Luiz Bispo	Advogado
	Paulo Almeida Machado	Advogado

Fonte: Cruz<sup>20</sup>

Além da diversidade de ocupações, o local de nascimento foi outro aspecto que auxiliou a verificar a heterogeneidade do grupo. Trinta e dois deles, ou seja, 80% nasceram em Sergipe, porém, em diversos municípios a exemplo de Lagarto, Estância, Laranjeiras, Riachuelo, Simão Dias, Santa Rosa de Lima e Itabaianinha.

Os nascidos fora do Sergipe eram provenientes: um de Minas Gerais, quatro da Bahia, um de Alagoas, um de Pernambuco e um da Paraíba. Dentre os baianos, dois descendiam de famílias sergipanas e, circunstancialmente, nasceram naquelas localidades. Somados, os professores de fora de Sergipe perfaziam 20% do universo.

A proximidade social também favorecia e fortalecia a ligação entre os professores. A maioria dos docentes, conforme apurou Cruz, residia dentro de uma espécie de quadrilátero de ruas no centro de Aracaju, no qual estavam englobados a Faculdade de Direito e demais faculdades e cursos superiores.

Nesse espaço os professores vivenciavam sociabilidades em instituições culturais como a Academia Sergipana de Letras, a Aliança Francesa, a Associação Sergipana de Imprensa, Ordem dos Advogados e o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, este último, do qual a quase a totalidade dos docentes da FDS era sócio. Também havia igrejas como a Catedral Metropolitana, do São Salvador, Nossa Senhora Menina e toda sorte de festejos como as Feiras de Natal e Procissões do fim de ano.

Era comum o convívio em locais como o Cacique Chá, a Associação Atlética e o late Clube, assim como, a Livraria Regina, lugar de publicação e circulação da produção desses intelectuais. Os docentes, trajavam elegantes ternos de linho e, no deslocamento entre essas instituições, podiam ser distinguidos, conhecidos e reconhecidos socialmente.

No mesmo sentido, mantinham intenso relacionamento com juristas de outras faculdades de Direito, que visitavam a FDS e saíam impressionados com organização da instituição, operando desse modo a legitimação como juristas e docentes. Esses encontros atraíam diversos intelectuais sergipanos, como é possível ver no seguinte registro fotográfico.



Imagem 1 - Professor visitante na FDS



Fonte: Cruz<sup>21</sup>.

Legenda: Na fileira da frente, da esquerda para a direita está Carlos Henrique A. Carvalho, o prof. Osman Hora Fontes, o prof. Gonçalo Rollemberg Leite, o professor visitante, Dr. Hermes Lima, o prof. Álvaro Silva Fontes, o prof. João Batista Perez Garcia Moreno, o prof. Waldemar Fortuna de Castro e Fernando Nunes, Secretário da FDS. Na segunda fileira outros professores da FDS.

Por diversas razões, entre o final da década de 1950 e o final da década de 1960 outros professores deixaram a FDS: o professor Armando Rollemberg Leite assumiu o cargo de Ministro no Superior Tribunal de Justiça. O professor José Prado Dantas, o cargo de Juiz na Justiça do Trabalho. Belmiro Silveira Góis, magistrado, aposentou-se precocemente durante os embates havidos no Golpe Militar de 1964. Os advogados Manuel Ribeiro e Mário Cabral mudaram-se para Salvador, por diferentes razões e em diferentes tempos.

Em 1968, quando da fundação da UFS, o corpo docente apresentava a composição e configuração constante do quadro a seguir:

21 CRUZ. M.T.J. O. Op. Cit. p. 241.

## Quadro 2 – Primeiro corpo docente do Curso de Direito da UFS 1968-1969

Professor	Cargo de Origem na FDS
Gonçalo Rollemberg Leite	Professor Catedrático
Manuel Cabral Machado	Professor Catedrático
João de Araújo Monteiro	Professor Catedrático
Osman Hora Fontes	Professor Catedrático
Luiz Pereira de Melo	Professor Catedrático
Olavo Ferreira Leite	Professor Catedrático
João de Araújo Monteiro	Professor Catedrático
Mário de Araújo Cabral	Professor Catedrático
José da Silva Ribeiro Filho	Professor Catedrático
Joviniano Carvalho Neto	Profissional Contratado
Waldemar Fortuna de Castro	Profissional Contratado
João B. Perez Garcia Moreno	Profissional Contratado
Balduino Ramalho	Profissional Contratado
José Silvério Leite Fontes	Profissional Contratado
José Bonifácio Fortes Neto	Profissional Contratado
Ruy Eloy dos Santos	Profissional Contratado
José Amado do Nascimento	Ex-aluno da FDS contratado
José Gilton Pinto Garcia	Ex-aluno da FDS contratado
Juçara Fernandes Leal	Ex-aluna da FDS contratada
Luiz Bispo	Ex-aluno da FDS contratado
Paulo Almeida Machado	Ex-aluno da FDS contratado
Luiz Carlos Fontes de Alencar	Ex-aluno da FDS contratado
Artur Oscar de Oliveira Deda <sup>22</sup>	Ex-aluno da FDS contratado
Wagner da Silva Ribeiro <sup>23</sup>	Ex-aluno da FDS contratado

Fonte: Cruz<sup>24</sup>

No momento da criação da UFS os professores ligados à FDS, independentemente da forma de ingresso, já eram servidores públicos federais, como decorrência do processo de federalização<sup>25</sup> da Faculdade de Direito, ocorrido ao longo da década de 1960. Como tal, foram integrados ao quadro de pessoal da recém-criada universidade federal.

22 O ingresso ocorreu no ano de 1968, conforme registro em Ata da Congregação. CRUZ, M.T. J.O. Op. Cit.

23 O ingresso ocorreu no ano de 1969, conforme registro em Ata da Congregação. CRUZ, M.T. J.O. Op. Cit.

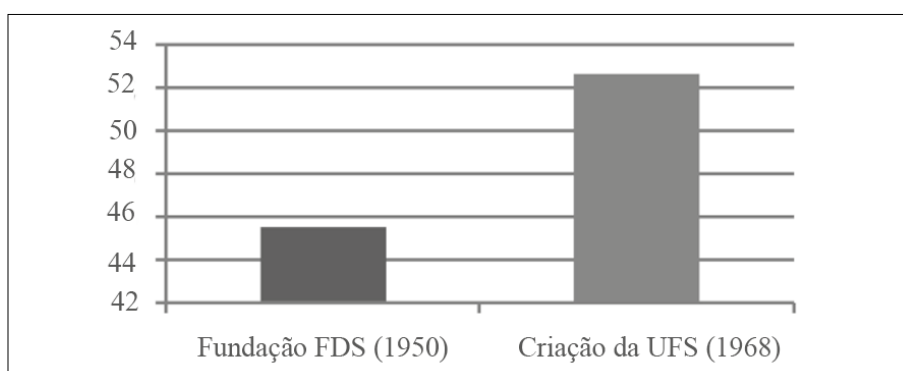
24 CRUZ, M.T J. O. Op. Cit. p. 197.

25 A Faculdade de Direito de Sergipe foi federalizada por meio da Lei nº 3.856, de 18 de dezembro de 1960.



Em 1968, mesmo consideradas as saídas voluntárias, por aposentadoria, por morte e o ingresso de jovens ex-alunos contratados (o que tenderia a baixar o coeficiente etário), evidencia-se uma média etária que supera os cinquenta anos, conforme o gráfico a seguir. Observa-se que a maioria dos professores possuía uma carreira consolidada dentro e fora da Academia e alguns seguiam para a aposentadoria por tempo de serviço ou compulsória.

**Gráfico 2 – Média de idade dos professores na fundação da FDS e na criação da UFS**



Fonte: Cruz<sup>26</sup>

Muito embora o currículo do Curso de Direito tenha sofrido alterações entre a fundação da FDS e a criação da UFS, com a inclusão de disciplinas como a prática judiciária e mesmo a adoção de uma perspectiva mais técnica em detrimento de uma visão mais teórica, é possível inferir que o primeiro grupo de professores do Curso de Direito da UFS não representou grande mudança do ponto de vista das práticas de formação. Os professores mais jovens, inclusive, haviam sido formados pelos professores catedráticos ou contratados.

A continuidade do processo de renovação, ainda que em compasso lento, continuou a ocorrer na década de 1970. O Curso de Direito foi o último a se transferir para o Campus da Universidade Federal de Sergipe, no início da década de 1980.

## *Em um campo minado: a Faculdade de Direito de Sergipe e a fundação da Universidade Federal de Sergipe (UFS).*

A criação da UFS se deu por intermédio do Decreto-Lei nº 269, de 15.05.1968. Ocorreu, assim, em meio às tensões vivenciadas no turbulento final da década de 1960<sup>27</sup>, período de exceção das liberdades democráticas. No plano local, foi resultado de acirrados debates que tiveram como epicentro o modelo de constituição jurídica definido para a universidade e a arguição da perda da autonomia dele decorrente<sup>28</sup>.

A UFS foi instituída a partir da reunião de faculdades e cursos superiores que foram fundados a partir do final da década de 1940. O processo explicitou diferenças do ponto de vista da constituição jurídica<sup>29</sup> e dos interesses particulares acalentados por cada uma dessas instituições e mesmo do estágio de preparação para a atuação em um projeto de ciência, uma das finalidades fundamentais de uma Universidade<sup>30</sup>.

Dentre as faculdades originárias estava a de Direito, única instituição de ensino superior federalizada, posição que se tornou motivo de cobiça por outras instituições similares, conforme assinalou Oliva,

A federalização iria impulsionar o movimento pela criação da Universidade Federal de Sergipe, principalmente porque teria, nos salários dos professores do Direito e nas condições financeiras da faculdade<sup>31</sup>, o espelho para as demais, que se mantinham em condições adversas<sup>32</sup>.

- 27 Acerca desse período, ver RIDENTI, M. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. São Paulo: Record.
- 28 A respeito ver CRUZ, M. T. J. O, Op. Cit.; OLIVA, L. E. *O processo de gestão de uma universidade no nordeste: o caso Sergipe*. Dissertação (Mestrado em Administração)- UFSC, Florianópolis, 2003; CRUZ, J. V. *Da autonomia à resistência democrática: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985*. Tese (Doutorado em História)- UFBA, Salvador, 2012. OLIVEIRA, N. A. *A Faculdade de Educação da Universidade Federal de Sergipe (1967-1969): origens e contribuições*. Dissertação (Mestrado)- UFS, São Cristóvão, 2011.
- 29 O Instituto de Química e a Faculdade de Economia eram pessoas jurídicas de direito público, mantidos pelo Governo do Estado de Sergipe, a Faculdade de Direito era federalizada, a Faculdade Católica de Filosofia e a Faculdade de Serviço Social eram confessionais, a Faculdade de Medicina, entidade de direito privado.
- 30 Ver BRETAS, S. A. *A política de federalização dos estabelecimentos de ensinos e a criação da Universidade Federal de Sergipe (1950-1970): uma contribuição ao debate histórico*. 2009. Disponível em: <[http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/trabalho\\_completo.php?id=828](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/trabalho_completo.php?id=828)>. Acesso em: 23 fev. 2017.
- 31 Ainda que tais especulações tenham sido parte do motor pela criação da UFS, Cruz evidenciou que a ideia da federalização visando a sustentabilidade da instituição diante da redução das subvenções no plano local e como garantia de salários dignos para professores e funcionários, não se concretizou do modo desejado e arrastou-se por aproximadamente 7 anos, sendo que a maior dificuldade foi a aprovação pelo DASP, do reequadramento de cargos no Serviço Público Federal. Nesse período, a dotação orçamentária destinada ao pessoal da FFDS retornou à União, sem uso, em face da inconclusão do processo. CRUZ, M. T. J. O, Op. Cit.
- 32 OLIVA, L. E. Op. Cit. p. 53.

A possibilidade da fundação de uma universidade em Sergipe e sua forma de constituição jurídica, se no modelo autárquico ou fundacional, já eram objeto de discussão desde o início da década de 1960 e faziam parte da pauta reivindicatória estudantil sergipana, inclusive dos estudantes de Direito, no bojo das propostas de reforma universitária<sup>33</sup>.

Nesse tempo, o clérigo D. Luciano José Cabral Duarte, diretor da Faculdade Católica de Filosofia, que seria escolhido pelo regime militar para conduzir o processo de fundação da UFS, já defendia que a universidade deveria funcionar sob a forma fundacional. Segundo apontou Oliveira, cada um dos modelos tinha pontos positivos e negativos.

A autarquia, por exemplo, proporcionava cargos bem remunerados e estabilidade funcional do corpo docente (o qual funcionaria com cátedras), além disso, recebia investimentos exclusivamente do Governo Federal e mantinha uma centralização a ele através do MEC. Em contrapartida a fundação podia cobrar anuidades escolares, receber subvenção das entidades públicas e privadas e funcionaria com professores e técnicos administrativos contratados, podendo existir uma circulação constante de profissionais.<sup>34</sup>

O complexo cenário contou com circunstâncias e eventos que de um lado levaram a direção da Faculdade de Direito ao embate e de outro, a alijaram das discussões e mesmo dos atos decisórios. No plano interno, o professor Gonçalo Rollemberg Leite, diretor desde 1954, manifestou a discordância de que a futura universidade e, portando a Faculdade de Direito, estivesse submetida ao modelo fundacional, sob a alegação de que haveria a perda de autonomia. Algumas representações estudantis deram conta desse ponto de vista:

Segundo Luiz Santana, então vice-diretor do Centro Acadêmico Silvio Romero [...] o diretor daquela faculdade, professor Gonçalo Rollemberg Leite, não queria que a Faculdade de Direito fosse incorporada à UFS. Ele dizia: **'já somos Faculdade Federal de Direito' e não temos interesse de participar da UFS**<sup>35</sup>.

Tal posicionamento foi externado em reunião da Congregação que discutiu o assunto, ficando decidido que o diretor, juntamente com o professor Waldemar Fortuna de Castro, deveria representar a Faculdade de Direito nas discussões de criação da UFS. Tal deliberação demonstrou a

33 CRUZ, J. V. Op. Cit. p. 261.

34 OLIVEIRA, N. A. (2011). Op. Cit. p. 19.

35 CRUZ, J. V. Op. Cit. p.261. Grifos do autor.

dissenção do grupo quanto ao assunto. Uns por razões específicas<sup>36</sup> outros, possivelmente, por vislumbrarem a inevitabilidade da fundação da UFS, motivo pelo qual consideravam que a Faculdade de Direito não poderia estar ausente do processo.

Do ponto de vista externo, uma decisão do Conselho Estadual de Educação definiu que apenas faculdades isoladas poderiam participar da elaboração do anteprojeto para a constituição da UFS, manobra que beneficiou a adoção do modelo fundacional, como apontou Oliveira:

[...] o CEE determinou que somente tivessem direito a voto nas propostas do anteprojeto de criação os representantes das entidades mantenedoras das faculdades isoladas. Isso repercutiu negativamente, pois dessa forma não teriam participação o diretor da Faculdade de Direito, que já era federalizada e o diretor da Faculdade de Medicina, o qual tinha interesses divergentes de alguns integrantes da sociedade mantenedora dessa faculdade.<sup>37</sup>

A estratégia adotada aliada à ansiedade de diversos segmentos sociais pela instituição de uma universidade, decorreu na criação da Fundação Universidade Federal de Sergipe. Alguns professores do Curso de Direito passaram atuar em instâncias estratégicas da UFS<sup>38</sup>.

O professor Gonçalo Rollemberg Leite passou a representar o Curso de Direito nas reuniões do Conselho Universitário. Os registros contidos em atas dão conta de longas reuniões, com a tratativa de temas de diferentes cursos e a proposição de soluções jurídicas com as quais o professor Gonçalo Rollemberg Leite não concordava. Também é possível verificar que o jurista recebia questionamentos sobre o modo como implementava as decisões do conselho no âmbito do Curso de Direito.

A nova conformação do ensino superior impunha ao Curso de Direito práticas administrativas diferenciadas, como o exercício da consulta antes da realização de determinados atos, contrariamente aos 18 anos anteriores nos quais a Congregação da FDS foi dona do seu destino, verdadeira Themis.

36 O professor Manuel Cabral Machado ocupava o cargo de Secretário de Estado da Educação e era membro nato da comissão para a criação da UFS. O professor Osman Hora Fontes era Procurador da República e deveria zelar pelos interesses da União.

37 OLIVEIRA, N. A. (2011). Op. Cit. p. 32.

38 O professor Waldemar Fortuna de Castro foi reitor interino e o professor José Amado Nascimento participou do Conselho de Ensino e Pesquisa da UFS.



## Considerações finais

Este trabalho reuniu de forma condensada dois processos – fundação da FDS e da UFS – por meio dos quais foi possível delinear um perfil do primeiro corpo docente do Curso de Direito da UFS. Observou-se de um lado a coesão do grupo, adensada por décadas pela vivência de sociabilidades em instituições de cariz profissional e sociocultural. De outro, o processo de fundação da UFS que evidenciou interesses dissonantes entre esses docentes.

O corpo docente da FDS, uma das instituições a dar origem à UFS, foi integrado por intelectuais ocupantes de diversificadas posições sociais. Sua composição foi marcada, inicialmente, pelo pertencimento de membros unidos por laços de parentesco. Ao longo dos anos o recrutamento de novos professores passou a ser realizado diretamente entre os membros integrante da rede de sociabilidades dos fundadores da FDS.

Os processos de federalização, de criação da UFS e mesmo o período inicial de funcionamento da UFS foram desconfortáveis, especialmente, para o diretor da antiga FDS, que discordava veementemente da forma jurídica fundacional que constituiu a universidade.

O primeiro corpo de docentes do Curso de Direito da UFS, em 1968, refletia sobretudo, o *habitus* da formação e do magistério jurídico situado entre as décadas de 1920 e 1950, considerando que em sua origem a maioria dos professores catedráticos e contratados, bacharelaram-se lapso de tempo. Depois, porque os professores mais jovens, ex-alunos contratados ainda pela FDS, haviam estudado com esses mesmos professores.

Enfim, em que pese a solidez da formação no âmbito do Direito de cada um dos professores e as mudanças ocorridas ao longo de quase 20 anos, o Curso de Direito da UFS foi herdeiro de antigos *habitus* do magistério superior.





**Atheneu Sergipense,  
Instituto Histórico e  
Geográfico de Sergipe,  
Universidade Federal  
de Sergipe: casas de  
pesquisas, formação e  
histórias de Sergipe**

*Eva Maria Siqueira Alves\**  
*João Paulo Gama Oliveira\*\**  
*Simone Paixão Rodrigues\*\*\**

**Atheneu Sergipense, Historical  
and Geographical Institute of  
Sergipe, Federal University of  
Sergipe: Houses of Research,  
Formation And Histories of  
Sergipe**

**Resumo**

Instituído pelo Regulamento Orgânico da Instrução Pública em 24 de outubro de 1870, no Governo Provincial do Tenente Coronel Francisco José Cardoso Júnior, o Atheneu Sergipense regularizava como finalidade oferecer os estudos secundários, com o Curso de Humanidades, e a habilitação para o magistério de primeiras letras, com o Curso Normal. Como uma associação civil sem fins lucrativos, em 6 de agosto de 1912, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), objetivando ser espaço de debate das questões culturais, históricas e

**Abstract**

Established by the Organic Regulation of Public Instruction on October 24, 1870, in the Provincial Government of Lieutenant Colonel Francisco José Cardoso Júnior, the Atheneu Sergipense regularized the purpose of offering secondary studies, with the Humanities Course, and the qualification for the teaching of first letters, with the Normal Course. As a non-profit civil association, on August 6, 1912, the Historical and Geographical Institute of Sergipe (IHGSE) was created to serve as a space for debate on the cultural, historical and geographic issues



\* Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005). Professora Titular, aposentada e voluntária do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. É a Coordenadora do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS). Pesquisa e orienta trabalhos na área de Educação com ênfase em História da Educação e Educação Matemática. Líder do Grupo de Pesquisa Disciplinas Escolares: História, Ensino e Aprendizagem (DEHEA/UFS/CNPq). E-mail: evasa@uol.com.br.

\*\* Professor do Departamento de Educação (DEDI) da UFS, vice-líder do Grupo de Pesquisa Disciplinas Escolares: história, ensino, aprendizagem

(DEHEA/UFS/CNPq) e integrante do Grupo de Pesquisa Relicário (DEDI/UFS/CNPq). Sócio do IHGSE e desde 2015 atua como editor da Revista da “*Casa de Sergipe*”. Pesquisa sobre História da Educação e Ensino de História. E-mail: profjoao-paulogama@gmail.com.

\*\*\* Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Professora da Rede Pública do Estado de Sergipe, Conselheira do Conselho Estadual de Educação. Integrante do Grupo de Pesquisa Disciplinas Escolares: história, ensino, aprendizagem (DEHEA/UFS/CNPq) e integrante do Grupo de Pesquisa Relicário (DEDI/UFS/CNPq). E-mail: simonepaixao10@gmail.com.



geográficas de Sergipe, assumindo como Presidente o Desembargador João da Silva Melo. Instalada em 15 de maio de 1968, a Universidade Federal de Sergipe (UFS) nasceu com o principal objetivo de ser uma instituição de ensino superior e pesquisas em todos os ramos do saber e de divulgação científica, técnica e cultural. Ora, o que tais instituições de prestígio para Sergipe, em funcionamento ininterrupto até os dias atuais, têm de similitudes? Uma primeira resposta acelerada poderá ser oferecida: foram relevantes para a sociedade sergipana. No entanto, tal assertiva não se sustenta. Dispussemos investigar elementos congruentes às três instituições, quais sejam: as finalidades quando das respectivas criações, professores do Atheneu Sergipense que participaram da institucionalização do IHGSE e aqueles que, pertencendo a elas, faziam parte das Faculdades que alicerçaram a UFS.

**Palavras-chave:** Atheneu Sergipense; Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe; Universidade Federal de Sergipe.

of Sergipe, assuming as President the Chief Judge João da Silva Melo. Installed on May 15, 1968, the Federal University of Sergipe (UFS) was born with the main purpose of being an institution of higher education and research in all branches of knowledge and scientific, technical and cultural dissemination. Now, what do such institutions of prestige for Sergipe, which operate uninterruptedly up to the present day, have similarities? A first accelerated response could be offered: they were relevant to Sergipe society. However, this assertion does not hold. We decided to investigate elements congruent to the three institutions, namely: the purposes of the respective creations, teachers of the Atheneu Sergipense who participated in the institutionalization of the IHGSE and those who belonged to them, were part of the Faculties that founded the UFS.

**Keywords:** Atheneu Sergipense; Historical and Geographic Institute of Sergipe; Federal University of Sergipe.



## O Atheneu Sergipense: “Casa de Educação Literária”<sup>1</sup>

Indubitavelmente, o evento cultural mais importante na década de 1870, na Província de Sergipe, foi a criação do Atheneu Sergipense. Dois problemas desafiadores aos governantes foram solucionados: a centralização das aulas de Humanidades, que antes ocorriam de forma avulsa em diferentes locais da província, e a criação do Curso Normal, que proporcionava formação aos professores de primeiras letras.

Notícias educacionais compunham com frequência as páginas do *Jornal do Aracaju*, de propriedade de Manuel Luiz Azevedo d’Araujo, Diretor do Atheneu Sergipense (1870-1874) e do *Correio de Sergipe*, que tinha como redatores professores da mesma instituição, o médico Olyntho Rodrigues Dantas e Alfredo Rodrigues de Siqueira Montes.<sup>2</sup>

A festividade solene da inauguração do Atheneu Sergipense ocupou parte das colunas do *Jornal de Aracaju*, em fevereiro de 1871. Assim transcreve o articulista:

O progresso moral, de ha muito estacionario, - adiantou um passo; a mocidade radiosa, forte, alegre, communicativa, corajosa; a mocidade que nem a fortuna, nem o genio, que se eleva acima do vulgo ajoelhado, podem conquistar; ella em sua orgulhosa e divina flor a tranpoz o porteiro arruinado e sombrio que a segregava do templo da sciencia, - comprimindo-lhe n’alma as aspirações da gloria. [...] Depois da missa votiva [...] encaminharam-se todos para o paço da camara municipal, onde provisoriamente funcionarão as differentes aulas. [...] A casa estava cuidadosamente adornada. Extraordinaria foi a concorrência de assistentes [...] o paracho benzeu os diversos compartimentos do edificio [...] o illustre e discntino presidente da provincia pronunciou um eloquente e bem elaborado discurso. Outros se lhe seguiram [...] Terminou a festa com a leitura da acta da installação na qual assignaram as pessoas presentes, - com os vivos análogos, erguidos por s. exc. – e com o hymno nacional executado pela musica do corpo de policia. A noite illuminou-se, interna e externamente, a casa do Atheneu em frente da qual a banda de musica, de espaço em espaço, tocava escolhidas peças. [...] O pouco que fica ligeiramente narrado não pode,

- 1 ALVES, Eva Maria Siqueira. *O Atheneu Sergipense: uma Casa de Educação Literária examinada segundo os Planos de Estudos (1870/1908)*. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade, PUC/SP. 2005. 318 p.
- 2 Argumenta ALVES (2005) serem os jornais canais de veiculação não só de notícias, propagandas, atos governamentais. Para a autora, eram meios também pelos quais os intelectuais expunham suas ideias, divulgavam produções, criticavam ações, propunham modificações, propiciando, dessa forma, a disseminação de seus pensamentos, em forma de artigos, ensaios, novelas, panfletos. Publicar nos jornais fazia parte da trajetória de ascensão social e reconhecimento intelectual (ALVES, Op. Cit., p. 35).



de certo, dar a medida exacta do entusiasmo, do jubilo que transluzia no riso de todos os labios. É impossível descrever aquilo que só o coração póde sentir (*Jornal do Aracaju*, 5 de fevereiro de 1871, sem identificação de autoria).

A partir da transcrição, podemos imaginar aquele momento de regozijo e perceber a conotação do que se constituía como anseio dos intelectuais, políticos, cidadãos sergipanos: terem em suas terras um estabelecimento público de instrução secundária. No entanto, não fácil fora a sua concretização.

Mesmo sofrendo modificações significativas de local de instalação, denominação da instituição, tempo e tipos dos cursos oferecidos, disciplinas ofertadas, quadro de professores, conforme a legislação e o período, o Atheneu Sergipense não se afastou dos seus objetivos, cujo principal seria: ministrar uma instrução secundária, de caráter literário e científico, necessária e suficiente de modo a proporcionar à mocidade subsídios para matricular-se nos cursos superiores, como também no desempenho dos deveres de cidadão.

Para desempenhar tais funções, o Atheneu Sergipense contava com uma letrada congregação, que se sentia honrada e orgulhosa por pertencer ao seu grupo, após rigorosos concursos diante de mesa examinadora composta por professores da casa, sob a presidência do diretor da Instrução Pública.<sup>3</sup>

Ser aluno do Atheneu Sergipense constituía-se, da mesma forma, orgulho e um excelente caminho para a formação da intelectualidade sergipana. Também eles, após a conclusão do ensino secundário, atuaram como professores da própria instituição que os formou ou como docentes da UFS nos anos de 1960 em diante.

Meu coração continua a sentir, ainda aqui, o mesmo ambiente de carinho, de acolhimento, de bem-estar. Tal como si ainda aqui estivessem, vibrando e trabalhando os espíritos infatigáveis de um Teixeira de Faria, de um Alcebiades Paes [...] é o mesmo “Atheneu Sergipense”, onde entrei ha precisamente dezesseis annos, para iniciar a incessante tarefa que ainda não findou, nem é dado saber quando terminará...  
João Passos Cabral.<sup>4</sup>

3 A respeito dos concursos para professores realizados no Atheneu Sergipense, consultar: SOUZA, Suelly Cristina Silva. “*Habilitado*” ou “*Inhabilitado*”: os concursos para professores do ensino secundário em Sergipe (1875-1947). 2016. 399 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016. E ainda sobre os intelectuais do século XIX, consultar: SANTOS, Fábio Alves dos. *Elite letrada e ofício docente em Sergipe no século XIX*. 2013. 123 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

4 CEMAS, Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense. *Livro de visitas do Atheneu Sergipense (1916-1951)*.



Visitar o Atheneu Sergipense constituía roteiro obrigatório das autoridades que chegavam a Sergipe, como também de ex-alunos e ex-professores. Para eles, o Atheneu Sergipense era:

A casa onde outrora se ouvira como raio de sol incendiando a mocidade da sua terra, a palavra brilhante de Tobias Barreto. Possuindo uma douda congregação, o Atheneu Pedro II vae dia a dia esclarecendo, instruindo, enfim alphabetizando a mocidade sadia e brilhante de Sergipe, Sergipe de Tobias Barreto, Sergipe de Fausto Cardoso, Sergipe de Hermes Fontes. Pereira Reis Junior.<sup>5</sup>

Permanecendo por longo período como única instituição provida pelo poder provincial e estadual, aquela “Casa de Educação Literária” afirmou-se como um catalisador das produções culturais, de novas práticas pedagógicas, de novos modelos educacionais e padrões escolares pedagógicos no estado de Sergipe. Incorporou diferentes disciplinas no rol das matérias fundamentais para a formação de profissionais que atuariam na vida pública e social de Sergipe, como de outros estados. Podemos afirmar que o Atheneu Sergipense não foi só um ponto de força centrípeta, mas também centrífuga do patrimônio cultural, um centro disseminador de um novo *ethos* cultural.

Essa afirmação é corroborada na medida em que membros de sua congregação julgavam defesas de normalistas, realizavam concursos, não só para o ingresso de professores no Atheneu Sergipense, mas também para os candidatos a esses cargos nas vilas e povoados, ou ainda proferiam conferências públicas expondo e debatendo temas importantes para a vida social sergipana. No corpo discente também são notórios traços marcantes: promovia palestras, ministrava aulas noturnas para adultos, organizava-se em Grêmios<sup>6</sup>, produzia jornais estudantis. Os rituais dos concursos ou as festas de formaturas eram marcas do seu *ethos*, do estreito relacionamento da instituição com a sociedade. Assim, o Atheneu Sergipense foi, paulatinamente, formando a sua alma, a sua personalidade.<sup>7</sup>

5 O texto de ALVES (2004) analisa a instituição destacando as impressões deixadas no “Livro de Visitas”. Cf.: ALVES, Eva Maria Siqueira. *Imagens imortalizadas pelas palavras. Revista Educar*. Curitiba, PR: Ed. UFPR, n.24, p.227-244, 2004.

6 Sobre as agremiações estudantis do Atheneu Sergipense, ler a tese de: RODRIGUES, Simone Paixão. *Com a palavra, os alunos: associativismo discente no Grêmio Literário Clodomir Silva (1934-1956)*. 2015. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão – SE, 2015; 337 p.

7 A respeito do acervo documental do Atheneu Sergipense, há o Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense – CEMAS. Ver: ALVES, Eva Maria Siqueira. *Entre papéis e lembranças: o Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense e as contribuições para a História da Educação*. Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe – Edise, 2015. SANTANA, Sayonara Rodrigues do Nascimento. *Por entre as memórias de uma instituição: o arquivo e as práticas administrativas do Atheneu Sergipense (1870-1926)*. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe. 2012.

Membros da Congregação do Atheneu Sergipense debatiam constantemente naquela “Casa de Educação Literária”, principalmente a respeito da possibilidade de os alunos matricularem-se somente em disciplinas às quais se submeteriam nos Exames de Preparatórios. Muito embora a legislação indicasse um curso integral de forma seriada, dando direito ao concludente à “Carta de Bacharel em Ciências e Letras”, havia uma disparidade de matrículas entre os primeiros anos do curso e os finais, além de diminuto número de concludentes.

Dirigia o Atheneu Sergipense o professor Candido Costa Pinto, quando Gentil Tavares da Mota<sup>8</sup> recebeu o Grau de Bacharel em Ciências e Letras. O ato solene de entrega do título ao primeiro aluno do Atheneu Sergipense ocorreu em 22 de março de 1912, com repercussão na imprensa local, que transcreveu, com detalhes, os discursos proferidos pelo formado, assim como por seu paraninfo, o professor de Retórica e Poética, Brício Cardoso, e pelo Presidente do Estado, José Rodrigues da Costa Dórea.<sup>9</sup>

O quadro docente do Atheneu Sergipense no ano de 1912 esteve composto por: Abdias Bezerra; Alfredo Passos Cabral; Alcebiades Correa Paes; Antonio Garcia Rosa; Aristides Correa Paes; Aristides da Silveira Fontes; Brício Cardoso; Eutychio Novaes Lins; Francisco Teixeira de Farias; Joaquim do Prado de Sampaio Leite; José de Magalhães Carneiro; Leandro Diniz do Faro Dantas; Leonardo Gomes de Carvalho Leite; Luiz de Figueiredo Martins; Odilon de Oliveira Cardoso e Possidonio Rocha.

À 1 hora da tarde do dia 6 de agosto de 1912, por iniciativa de Florentino Teles de Menezes<sup>10</sup>, ocorreu a instalação do IHGSE. Como orador da solenidade de fundação, argumentou ser Sergipe um dos poucos estados a não terem uma associação científica: “Sergipe vivia em um marasmo de corpo e de alma”. Mas mudanças ocorriam e era o momento de sua criação, tendo como primeiro presidente o Desembargador João da Silva Mello.

8 Gentil Tavares da Mota como aluno do Atheneu Sergipense fundou e redigiu *O Necdalys*, jornal estudantil. Consultar VIDAL, Valdevania Freitas dos Santos. *O Necdalys: um jornal estudantil do Atheneu Sergipense (1909-1911)*. Dissertação de Mestrado em Educação da UFS, 2009. Graduou-se em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Bahia, retornando ao Atheneu Sergipense como docente das cadeiras de Geometria Descritiva e suas Aplicações às Sombras; Perspectivas e Princípios Gerais e Práticas de Agrimensura. Em 1922 foi eleito Deputado Federal.

9 Natural da cidade de Propriá/SE, José Rodrigues da Costa Dórea (1859-1938) fez os Exames de Preparatórios no Atheneu Sergipense, formou-se em Medicina na Bahia.

10 Florentino Teles de Menezes prestou concurso para a cadeira de Sociologia do Atheneu Sergipense, no ano de 1926, apresentando a tese “Influência do clima nas civilizações” e aprovado com média final 9,84. ALVES, Eva Maria Siqueira; COSTA, Patrícia Rosalba Salvador Moura. Aspectos históricos da cadeira de sociologia nos estudos secundários (1892-1925). *Revista Brasileira de História da Educação*. Editora Autores Associados. N. 12, p.31-52, 2006.



## *O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe: “Casa de Sergipe”<sup>11</sup>*

“Com a presença da Casa de Sergipe no cenário sergipano, a vida cultural do Estado sofria um impulso dos mais duradouros e fecundo”.<sup>12</sup> Essas foram as palavras do presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), o professor e historiador Ibarê Dantas, o qual esteve à frente da instituição no período de 2003 a 2010. Tais palavras são alicerçadas em representações de um Sergipe que iniciava seus passos na história republicana do Brasil. Continuando, o pesquisador explica que no ano de 1912, quando foi inaugurado o IHGSE, as terras sergipanas, governadas pelo General José Siqueira de Menezes, viviam a modernização da capital Aracaju, que se definia na arquitetura das construções dos palacetes luxuosos, nas instalações de energia elétrica e água encanada, na construção da ferrovia, nas criações dos centros de diversões, sobretudo o cinema.

A modernização aracajuana era fruto das transformações econômicas que embalavam o Brasil republicano e que, conseqüentemente, alterava a paisagem urbana e social, de modo que uma elite intelectual dava sinais de preocupações com temas socioculturais e com a memória de Sergipe. O sócio fundador do IHGSE, Florentino Menezes, justificou a necessidade da criação de referido instituto, reclamando que:

Sergipe não tem Instituto ou uma associação científica com que distinga os seus grandes homens.

Todos os nossos talentos são condecorados pelas sociedades estrangeiras ou de outros Estados.

Dahi o marasmo, a falta de estímulo que existe em nossa terra, não porque nos faltem genios, mas porque estes se apagam sem reflexo, victimas do meio como a voz se extingue nas planices desertas, aos poucos, sem echo...

Elle é um dos poucos Estados da União Brasileira que não possui um instituto deste gênero

[...]

Não devemos, pois, continuar nesta inferioridade e preenchemos quanto antes esta lacuna.<sup>13</sup>

11 FREITAS, Itamar. *A escrita da História na “Casa de Sergipe” 1913-1999*. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002.

12 DANTAS, Ibarê. *História da Casa de Sergipe: os 100 anos do IHGSE 1912-2012*. São Cristóvão, Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2012. (Coleção Biblioteca Casa de Sergipe, 15).

13 MENEZES, Florentino Teles de. Discurso proferido pelo Acadêmico Florentino Teles de Menezes por ocasião da fundação do Instituto Histórico Geográfico de Sergipe. *Revista do Instituto Histórico Geográfico de Sergipe*, Aracaju, v. 1. n. 1, 1913. p. 10.



A ausência de um espaço aglutinador de intelectuais no cenário social e cultural de Sergipe descritas no discurso de Florentino Menezes é acenada como uma das principais justificativas para a criação do IHGSE, que diferentemente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que nasceu fazendo reverência à monarquia brasileira, contou com o singular apoio do Imperador e assumiu o papel de construtor da nação, salvaguardando a memória e produzindo o saber histórico.

Segundo Itamar Freitas, o IHGSE nasceu republicano e com distanciamento de referências e concepções teóricas da então agremiação inspiradora dos muitos institutos históricos e geográficos que brotaram em todo território brasileiro. O pesquisador explica que não há só uma separação e ausência de diálogos entre as referências e concepções teóricas presentes no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e no IHGSE, mas também um diferente motivador nesse último projeto. Isto é, de forma distinta a agremiação sergipana faz parte de “[...] projeto de periferia em relação ao centro, um esforço de reafirmação da identidade dos pequenos Estados no bojo da experiência federativa”.<sup>14</sup>

O IHGSE apresenta uma estratégia oposta ao projeto da agremiação matriz, uma oposição que não pode ser confundida como uma negação ao projeto de construção de uma identidade nacional, mas sim, ser entendida como uma instituição criada dentro de um projeto sociocultural que tinha na história local o principal causador da criação, que buscou salvar a memória de Sergipe através da preservação dos documentos e registros icnográficos, bem como a partir de uma elite intelectual produtora de conhecimentos, em meio à constituição de uma rede de sociabilidade e na promoção de diálogos permeados de pluralismo de ideias e concepções teóricas e ideológicas.

Dos 22 sócios fundadores do instituto, 7 foram, ou posteriormente seriam, professores do Atheneu Sergipense, a saber: Florentino Teles de Menezes, Alfredo Cabral, Joaquim do Prado Sampaio Leite, Manoel de Oliveira Teles, Alcebiades Corrêa Paes, Gentil Tavares da Mota e José Correia Paes.

Os ilustres membros, no afã da sua intelectualidade, demonstravam a compreensão do quanto era significativo fazer parte daquele colegiado, que nascia com as finalidades de:

§ 1º - Verificar, colligir, archivar e publicar os documentos, memorias e chronicas relativos relativas às datas históricas, à distribuição geographica, às curiosidades archeologicas, ao folklore, a ethnographia e língua dos indígenas a tudo que possa concorrer para a História do Brazil e especialmente a de Sergipe. § 2º Escrever biographias de nacionais e estrangeiros, que se



assignalaram por serviços prestado a Sergipe. § 3º Corresponder-se com as Academias e Sociedades literárias e científicas, quer do paiz, quer do estrangeiro. § 4º publicar trimensalmente uma Revista sob o título de “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe”, contendo as Actas das sessões, discurso, nomes dos sócios admittidos e trabalhos litterários referentes aos fins do Instituto. § 5º Organizar um museu de História – archeologia, artes, usos e costumes dos indígenas, bem como objetos que tenham pertencido aos homens mais notáveis do Brazil. § 6º Organizar uma biblioteca.<sup>15</sup>

Até o centenário dessa agremiação, celebrado no ano de 2012 com todas as pompas que a “Casa de Sergipe” merece, os estatutos sofreram sete alterações, especificamente nos tópicos: Da Diretoria; Das Comissões; Das Categorias; Do Título de Presidente Honorário; Da Admissão de Sócios; Do Título de Protetor Perpétuo do IHGSE; Do Título de Presidente de Honra; Do Título de Secretário-Geral Perpétuo do IHGSE; Das Reuniões Ordinária, Extraordinárias e Solenes; Da Revista, Museu, Arquivo e Biblioteca; Dissolução do IHGS; Dos Presidentes e as Reformas; Das Exigências do Registro das Normas. Segundo Rivadálvio Lima e Igor Albuquerque, as sete relevantes modificações delineadas nos estatutos contribuíram para a permanência da solidez do papel do IHGSE junto à sociedade sergipana, mantendo-se fiel às suas tradições, inclusive de bons estatutos e normas internas.<sup>16</sup>

O Estatuto atual, em seu artigo 5º, estabelece que a finalidade do instituto é:

[...] promover estudos e pesquisas, animar o desenvolvimento intelectual e cívico do povo sergipano, estimular o conhecimento da História e da Geografia em todos seus ramos e aplicações à vida social, política e econômica do País, tomando o Estado de sua sede como principal objeto de suas ações.<sup>17</sup>

Para consecução da finalidade, o referido estatuto determina as seguintes ações:

I – conservar e, quando for o caso, digitalizar documentos, arquivos, coleções, peças artísticas e outros objetos de valor histórico, arqueológico, geográfico e antropológico espe-

15 INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE. Estatutos do Instituto Histórico e Geographico de Sergipe. *Revista do Instituto Histórico e Geographico de Sergipe*. Vol. 1, nº 1. Aracaju, 1913, p.16.

16 LIMA, José Rivadálvio; ALBUQUERQUE, Igor Leonardo Moraes. In: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros; SANTOS, Magno Francisco de Jesus; SANTOS, Ane Luíse Sila Mecnas (orgs). *História, memória e comemorações na Casa de Sergipe: os 100 anos do IHGSE*. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 2014. p. 95 - 107.

17 ESTATUTOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE. Disponível em: <http://www.ihgse.org.br> Acesso: 7 fev. 2018.





cialmente os referentes ao Estado de Sergipe; II – organizar e manter seções de museu, pinacoteca, arquivo biblioteca, compreendendo mapoteca e hemeroteca, bem como outros meios de disponibilização do acervo à visitação ou consulta públicas; III – promover e manter intercâmbio cultural com instituições congêneres nacionais e do estrangeiro; IV – aceitar, a título de guarda, de forma definitiva e em caráter irrevogável, documentos e arquivos particulares, para fins de conservação de divulgação, em época oportuna, nos termos de contrato ou acordo firmado; V – colocar à disposição do público o seu acervo para fins de visitação ou consulta públicas, inclusive para utilização em pesquisas, estudos, publicações e outros meios difusores; VI – publicar a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, editado em 1913, para divulgação de estudos, pesquisas e quaisquer outros trabalhos de valor no âmbito da atuação da entidade; VIII – promover reuniões, congressos, seminários, exposições, cursos, conferências e outras atividades culturais ligadas à finalidade do Instituto; VIII – conceder prêmios, diplomas e outras honrarias para distinguir trabalhos, pessoas e entidades, segundo normas e critérios regularmente estabelecidos; IX – celebrar acordos, convênios e outros ajustes com órgãos ou entidades, públicas ou privadas, para o apoio à realização de suas atividades, divulgação de seu acervo cultural e maior promoção do Instituto.<sup>18</sup>

Tanto a finalidade quanto as ações estabelecidas expressam claramente a função primordial do IHGSE como guardião da memória do povo sergipano. Ao reunir, arquivar, digitalizar e publicar documentos de valor histórico, arqueológico, geográfico e antropológico, especialmente os referentes ao estado de Sergipe, o instituto se situa com um “lugar de memória”, como um lugar onde a ritualização de uma memória-histórica ressuscita a lembrança e celebração do passado de um povo. Sayonara Santana esclarece que o arquivo do IHGSE possui um caráter simbólico, demonstrando que é uma instituição de “*locus* privilegiado de preservação da memória sergipana, proporcionando confiança àqueles que buscam salvaguardá-la na certeza de que ela será perpetuada, não esquecida”.<sup>19</sup>

Embora o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe não ofereça uma modalidade de ensino específica, a todos os pesquisadores disponibiliza um rico acervo dividido em: biblioteca, com aproximadamente 43.000

18 ESTATUTO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE. Disponível em: <<http://www.ihgse.org.br/estatuto.asp>>. Acesso: 7, fev, 2018.

19 SANTANA, Sayonara Rodrigues do Nascimento. Preciosidade da Casa de Sergipe: a trajetória dos acervos da biblioteca, da hemeroteca e do arquivo do IHGSE (1912-2012) In: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros; SANTOS, Magno Francisco de Jesus; SANTOS, Ane Luíse Sila Mecnas (orgs). *História, memória e comemorações na Casa de Sergipe: os 100 anos do IHGSE*. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 2014. p. 157 - 186.



volumes de livros e de periódicos, dos quais 9.247 pertencem à seção sergipana; hemeroteca, com mais de 1.000 volumes de jornais. Há, também, arquivo contendo cartas, fotografias e “documentos particulares de intelectuais falecidos”, organizados em fundos, a saber: Armindo Guaraná, Epifânio Dória, General Lobo, Fernando Porto, Ivo do Prado, João Reis, Urbano Neto, Padre Aurélio, Manoel dos Passos de Oliveira Teles, José Calazans Brandão da Silva e Maria Thetis Nunes. Ademais, o estatuto inicial propôs “organizar um museu de história, arqueologia, artes, usos indígenas bem como objetos que tenham pertencido aos homens mais notáveis do Brasil, com especialidade os de Sergipe”. Além disso, há uma pinacoteca formada “por retratos de personagens sergipanos, executados por artistas locais e obras de artistas brasileiros que frequentaram a Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro”.<sup>20</sup>

O conjunto de documentos históricos sob a guarda do IHGSE define essa instituição como um local de referência obrigatória para os diversos pesquisadores e a situa em uma posição de grande centralidade para desvelar a história do estado de Sergipe. Consultar o acervo documental da “Casa de Sergipe” é tarefa inicial para os neófitos e experientes pesquisadores no campo da História de Sergipe. Ali, encontra-se um variado leque de documentos através dos quais, a depender dos questionamentos do pesquisador, constrói-se uma nova história ou reconstrói-se tantas outras.<sup>21</sup>

### *A Universidade Federal de Sergipe: “Casa de Formação”*

Sergipe viu nascer no final da década de 1960 a sua primeira e única universidade pública. Até os anos quarenta do século XX os filhos da terra que almejavam cursar o ensino superior partiam para outros lugares, sobretudo Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. As pioneiras faculdades criadas em Aracaju foram: Faculdade de Economia<sup>22</sup>, criada em 1948, Faculdade de Química<sup>23</sup>, criada em 1950, Faculdade Católica de Filosofia de

20 Cf. <<http://www.ihgse.org.br>>.

21 OLIVEIRA, João Paulo Gama. A Casa de Sergipe e a Escrita da História da Educação Sergipana. In: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros; SANTOS, Magno Francisco de Jesus; SANTOS, Ane Luíse Silva Mecnas (orgs). *História, memória e comemorações na Casa de Sergipe: os 100 anos do IHGSE*. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 2014. p. 229-268).

22 SANTOS, Verlane Aragão. Breve histórico do curso de Ciências Econômicas. In: ROLLEMBERG, Maria Stella Tavares; SANTOS, Lenalda Andrade (org.). *UFS: História dos cursos de graduação*. São Cristóvão: UFS, 1999, p. 17-24.

23 Sobre a história da Escola de Química, ver a dissertação de CONCEIÇÃO, Claudileuza Oliveira da. *A Escola de Química de Sergipe: a formação de um campo de profissionais*. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2010; 156 p. ANDRADE, Dijalma. O curso de licenciatura em Química. In: ROLLEMBERG, Maria Stella Tavares; SANTOS, Lenalda Andrade (orgs.) *UFS: história dos cursos de graduação*. São Cristóvão: UFS, 1999, p. 91-101.

Sergipe (FCFS)<sup>24</sup>, criada no mesmo ano, com o início das atividades em 1951, a Faculdade de Direito de Sergipe<sup>25</sup>, criada também em 1950; logo depois, a Escola Superior de Serviço Social<sup>26</sup>, em 1954 e a Faculdade de Medicina<sup>27</sup>, em 1961. As seis instituições, reunidas, constituíram-se no embrião que deu origem à Universidade Federal de Sergipe (UFS), uma “Casa de Formação” para milhares de sujeitos que por ali passaram ao longo dos 50 anos de história dessa instituição.<sup>28</sup>

O Decreto-Lei nº 269, de 28 de fevereiro de 1967, que instituiu a Fundação Universidade Federal de Sergipe, logo no seu primeiro artigo determinava: “Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, sob a denominação de Fundação Universidade Federal de Sergipe, uma Fundação que se regerá por Estatutos aprovados por Decreto do Presidente da República”. No capítulo seguinte consta sua Finalidade: “Art. 3º A Fundação terá por objetivo criar e manter a Universidade Federal de Sergipe,



- 24 Para saber mais sobre a Faculdade de Filosofia em Sergipe, ler os estudos de LIMA, Luís Eduardo Pina. *Ideologias e utopias na história da educação (o processo de criação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe - 1950/51)*. 1993. Monografia (Especialização em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1993; e OLIVEIRA, João Paulo Gama. *Caminhos cruzados: itinerários de pioneiros professores do ensino superior em Sergipe (1915-1954)*. 2015. 319 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE: UFS, 2015.
- 25 Com relação à história da Faculdade de Direito de Sergipe por meio de diferentes ângulos, ver a tese de CRUZ, Marcia Terezinha Jerônimo de Oliveira. *Ritos, símbolos e práticas formativas: A Faculdade de Direito de Sergipe e sua Cultura Acadêmica*. 2014. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014;
- 26 Ver os escritos de SANTOS, Eliana Marcos; GONÇALVES Maria da Conceição Vasconcelos; CRUZ, Maria Elisa. História do curso de Serviço Social. In: ROLLEMBERG, Maria Stella Tavares; SANTOS, Lenalda Andrade (orgs.) *UFS: história dos cursos de graduação*. São Cristóvão: UFS, 1999, p. 31-46.
- 27 Ler a Tese, no prelo, de SILVA, Patricia de Sousa Nunes. *Médicos por formação, docentes em ação: o consórcio do ofício de médico com o magistério (1966-1973)*. 2018. 247 f. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.
- 28 No tocante à história da UFS, ver entre outros trabalhos, SOUZA, Josefa Eliana. *História e Memória: Universidade Federal de Sergipe (1968-2012)*. São Cristóvão: Editora da UFS, 2015; BRETAS, Silvana A. *A criação da Universidade Federal de Sergipe: história, política e formação da comunidade acadêmica (1950-1970)*. 1. ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2014 e OLIVA, Luiz Eduardo. *O processo de gestação de uma universidade do nordeste: o caso Sergipe*. Santa Maria: UFSM, 2003. 136f. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2003. Com relação a outros aspectos da história do ensino superior em Sergipe, consultar: ARAUJO, G. S. *Universidade Federal de Sergipe sob o signo da Reforma Universitária (1968)*. 2008. Monografia (Graduação em História). Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008; OLIVEIRA, Nayara Alves. *A inserção de acadêmicos e licenciados do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe no campo educacional sergipano (1968-1978)*. 2017. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017; e CRUZ, José Vieira da. *Da autonomia à resistência democrática: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985*. Maceió: Edufal, 2017.

instituição de ensino superior, e pesquisas e estudo em todos os ramos do saber e de divulgação científica, técnico e cultural”.<sup>29</sup>

Se até essa época os calorosos debates entre intelectuais e a produção científica estiveram centrados em espaços de sociabilidade, como o *Atheneu Sergipense*, o IHGSE, a Academia Sergipana de Letras, a Sociedade de Cultura Artística de Sergipe, os jornais, revistas e as Faculdades isoladas, entre outros, a partir da criação da UFS nasceu um significativo *lócus* do conhecimento, espaço produtor e mobilizador de sujeitos e ações que interferiram e interferem no conjunto da sociedade sergipana.

No momento de criação da UFS, o presidente do IHGSE era José Bonifácio Fortes Neto (1926-2004), professor da Faculdade de Direito além de ter lecionado na FCFS e na Escola Superior de Serviço Social ao longo da década de 1950. Foi na sua gestão que “[...] o IHGSE cedeu seu auditório para instalação solene da UFS, ocorrida em maio [de 1968], fato de grande importância, significando um ponto de inflexão na história cultural do Estado”.<sup>30</sup> Diante do nascimento da universidade em terras sergipanas, o presidente da “Casa de Sergipe” mostrou preocupação com o lugar do Instituto perante a sociedade: “[...] a Universidade está aí, necessita o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe atualizar-se, e por ser procurado por universitários constantemente pode e deve obter vantagens certas”.<sup>31</sup>

A preocupação do Presidente tinha sentido e o IHGSE enfrentou momentos difíceis no final dos anos sessenta e início da década de setenta. Todavia, a UFS e a “Casa de Sergipe” não se constituíram como instituições rivais, pelo contrário, nota-se como ambas estiveram inúmeras vezes unidas em prol de determinadas finalidades.

Itamar Freitas<sup>32</sup>, por exemplo, sublinha o papel que a UFS teve na preservação do patrimônio arquivístico sergipano guardado no IHGSE logo após o afastamento do secretário perpétuo Epifânio Dória no terceiro quartel do século XX. Nomes como Silvério Leite Fontes, Maria Thetis Nunes, Beatriz Góis Dantas e Maria da Glória Santana de Almeida, envolvidos no projeto “Levantamento das Fontes Primárias e Secundárias para a História de Sergipe”, somados a outras figuras, como Emanuel Franco, Pedrinho Santos, Luiz Antônio Barreto, Luiz Fernando Ribeiro Soutelo, Maria Nely Santos, Beatriz Góis Dantas, Ibarê Dantas, entre tantos ou-

29 BRASIL. Decreto-Lei nº 269, de 28 de fevereiro de 1967.

30 DANTAS, Ibarê, Op. Cit., p. 288.

31 FORTES, Bonifácio apud DANTAS, Ibarê, Op. Cit., p. 299.

32 FREITAS, Itamar, Op. Cit.

tros, foram sujeitos fundamentais na conservação e divulgação do acervo guardado na “Casa de Sergipe”.<sup>33</sup>

Nota-se como a UFS e o IHGSE possuíram uma relação estreita nesses últimos 50 anos de História. Diante do exposto e da necessidade de um recorte para articulação entre a UFS, o Atheneu Sergipense e o IHGSE, nosso intento foi de sublinhar alguns dos docentes do Atheneu Sergipense, membros do IHGSE, que também eram professores das Faculdades isoladas na década de 1960 e foram incorporados como docentes da Universidade Federal de Sergipe. Longe de querer dar conta de tratar de todos esses sujeitos, selecionamos três professores, a saber: Gonçalo Rollemberg Leite (1906-1977), João Perez Garcia Moreno (1910-1976) e Maria Thetis Nunes (1923-2009).

Gonçalo Rollemberg, foi professor da FCFS, na Faculdade de Economia, Serviço Social e por quase duas décadas foi professore e dirigiu a FDS; Garcia Moreno lecionou tanto na FCFS, na FDS, como também na Faculdade de Medicina. No caso de Maria Thetis Nunes, uma das primeiras mulheres do estado a lecionar no ensino superior, trabalhou na FCFS, na Escola Superior de Serviço Social, como também na Faculdade de Economia. São três sujeitos que tiveram atuações distintas no processo de criação da UFS, mas que se encontram interligados pela docência no Atheneu Sergipense, atuaram como pioneiros professores do ensino superior em Sergipe e foram membros do IHGSE, ou seja, estiveram presentes nessas três “Casas” fundamentais para a História de Sergipe.

Gonçalo Rollemberg Leite bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais no ano de 1927, em Minas Gerais, passando a atuar como promotor de justiça. Professor, jornalista e jurista, fundou e por longos anos dirigiu a Faculdade de Direito de Sergipe, assumindo ali a cadeira de Direito Civil e consagrando-se como um dos mais respeitados professores daquela faculdade. Também foi diretor e redator de *A República*.<sup>34</sup>

Segundo Márcia Oliveira<sup>35</sup>, o jurista Gonçalo Rollemberg Leite, além de ser filho de família abastada, cresceu em um ambiente de vários estímulos culturais e humanísticos, como também de disputas políticas das

33 Pelos nomes aqui expostos, nota-se como diferentes docentes da UFS estiveram envolvidos diretamente na administração da “Casa de Sergipe” e na sua preservação. Cabe destacar ainda que, desde a década de 1970, o IHGSE foi presidido por professores da UFS, sendo eles: José Silvério Leite Fontes (1972); Maria Thetis Nunes (1972-2003); Ibarê Dantas (2003-2010); Samuel Barros de Medeiros Albuquerque (2010-2017), além de Aglaé D’Ávila Fontes, eleita como presidente para o mandato de 2018 a 2020.

34 BARRETO, Luiz Antonio. *Os 100 anos de Gonçalo Rollemberg Leite*. Disponível em: < <http://www.infonet.com.br/sysinfonet/publico/share.asp?id=44237&janelaenviar=sim&acao=imprimir> > . Publicado em 16 de fevereiro de 2006. Acesso em 16 dez. 2017.

35 OLIVEIRA, Márcia Terezinha Jerônimo. A trajetória administrativa de Gonçalo Rollemberg Leite junto à Faculdade de Direito de Sergipe (1953 - 1970). *Anais do IX Congresso Iberoamericano de História da Educação Latino-Americana*. Rio de Janeiro – RJ. 2009



quais a família Leite constantemente fazia parte. Ingressou como catedrático de História da Civilização, em 1938, no Atheneu Sergipense, com a tese intitulada de *Aspectos Econômicos da Idade Média*. Já no ensino superior atuou em quatro das seis faculdades existentes antes da criação da UFS. O jurista colaborou com jornais e revistas, além de diversas publicações. Também integrou a Academia Sergipana de Letras, ocupando a Cadeira 23, na vaga do seu irmão, Leite Neto, no ano de 1967, e fez parte do sodalício do IHGSE, sendo, inclusive, responsável pela sua Revista na década de 1940.

Segundo Marcia Oliveira Cruz<sup>36</sup>, o fato de Gonçalo Rollemberg ser professor catedrático de História da Civilização no ensino secundário e de Direito Civil no ensino superior gerou um processo com a necessidade, inclusive, de apresentação de um memorial em defesa de que não configurava acúmulo indevido de cargo no ano de 1964. Sendo ele, o diretor da FDS, na década de 1960, enfrentou acirrados embates no processo de criação da UFS e incorporação da FDS a mesma. Resumidamente, pode-se afirmar que:

Na luta pela criação da Universidade, a posição do Dr. Gonçalo Rollemberg Leite foi a favor de uma autarquia federal, permitindo que os alunos manifestassem, de todas as formas, a mesma posição, enfrentando o esforço de Dom Luciano Cabral Duarte que defendia, afinado com o MEC e com o Conselho Federal de Educação, a solução fundacional, que terminou prevalecendo. Irrepreensível, portanto, a direção do Dr. Gonçalo Rollemberg Leite na Faculdade de Direito de Sergipe.<sup>37</sup>

Como companheiro do magistério secundário, também sócio do IHGSE e pioneiro fundador do ensino superior, Gonçalo Rollemberg esteve ao lado de João Perez Batista Garcia Moreno. Segundo João Paulo Oliveira<sup>38</sup>, Garcia Moreno, como ficou conhecido, nasceu em 12 de dezembro de 1910 na cidade de Laranjeiras/SE. Graduou-se pela Faculdade de Medicina na Bahia, em 1933, e cursou Psiquiatria Clínica e Higiene Mental no Departamento Nacional de Saúde, em 1944.

Sua atuação em diferentes associações e instituições rompia fronteiras. Foi membro correspondente da Sociedade de Neurologia, Psiquiatria e Higiene Mental do Brasil. Participou do Congresso Nacional de Psiquiatria em Paris, no ano de 1950, e fez especialização em Neuropsiquiatria na

36 CRUZ, Marcia Terezinha Jerônimo de Oliveira. *Ritos, símbolos e práticas formativas: A Faculdade de Direito de Sergipe e sua Cultura Acadêmica*. 2014. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

37 BARRETO, Luiz Antonio, Op. Cit..

38 OLIVEIRA, João Paulo Gama. *A formação do professor de História na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe: entre disciplinas, docentes e conteúdos (1951-1962)*. São Cristóvão: Editora UFS, 2013.

Universidade da Sorbonne. Garcia Moreno fez parte também da Academia Sergipana de Letras, da Sociedade de Cultura Franco Prussiana e do Serviço de Assistência a Psicopatas de Sergipe.

No magistério começou suas atividades no Atheneu Sergipense na disciplina História Natural. Conforme Otilia Ferreira<sup>39</sup>, Garcia Moreno “[...] era conhecido como notável psiquiatra, emérito professor, grande jornalista, erudito com inúmeras obras publicadas”. Segundo a citada autora, na experiência da sua vida docente, ele foi professor de Medicina Legal na Faculdade de Direito, Psiquiatria e Higiene Mental na Escola de Serviço Social, Biologia, Zoologia e Botânica no Atheneu Sergipense e na FCFS, Antropologia, Fundamentos Biológicos da Educação e ainda Psicologia para o curso de Filosofia.

Ibarê Dantas informa que Garcia Moreno presidiu o IHGSE de 1947 a 1951. Ao deixar a direção do IHGSE, passou a lecionar nas faculdades nascentes de Direito, Filosofia, Serviço Social e, posteriormente, na Faculdade de Medicina. Conforme o aludido autor, Garcia Moreno participou do “[...] grupo de criadores da Faculdade de Medicina de Sergipe e, depois, da fundação da Universidade Federal de Sergipe, na qual foi vice-reitor e exerceu a titularidade por cerca de seis meses”<sup>40</sup>.

Já Maria Thetis Nunes, conforme João Paulo Gama Oliveira<sup>41</sup>, nasceu na cidade de Itabaiana/SE, no ano de 1923. Estudou com a professora Isabel Esteves de Freitas, logo depois seguiu para os estudos ginasiais e secundários no Atheneu Sergipense. No início da década de 1940, cursou a graduação em Geografia e História na Faculdade de Filosofia da Bahia, e, ainda na condição de acadêmica, foi aprovada em acirrado concurso para compor a Congregação do Atheneu Sergipense, assumindo inicialmente a cátedra de Geografia Geral.

Ainda na década de quarenta, Thetis Nunes tornou-se sócia do IHGSE. Já no início dos anos cinquenta passou a lecionar na faculdade nascente, a FCFS, com realce para o trabalho na cátedra de História do Brasil na FCFS. Deixou Sergipe por alguns anos quando se dedicou aos trabalhos no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e, logo depois, seguiu para Rosário, na Argentina, em 1961, como adida cultural, também dirigiu o Centro de Estudos Brasileiros e foi professora de disciplinas relacionadas à História do Brasil.

39 FERREIRA, Otilia Tatiana de Cácia da Conceição. *Entre o discurso médico e o jurídico: Garcia Moreno e as primeiras inferências da Medicina Legal em Sergipe (década de 1940)*. 2004. Monografia (Licenciatura em Educação). Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2004, p. 18.

40 DANTAS, Ibarê, Op. Cit., p. 206

41 OLIVEIRA, João Paulo Gama. *Caminhos cruzados: itinerários de pioneiros professores do ensino superior em Sergipe (1915-1954)*. Tese de Doutorado em Educação. São Cristóvão/SE: UFS, 2015.



Ao retornar para Sergipe, em 1965, voltou para a sala de aula no Atheneu Sergipense e nas faculdades que lecionava, mas também contribuiu na implementação da UFS, que incorporou as faculdades isoladas existentes até então, entre elas, a FCFS. Professores daquela Faculdade Católica passaram a compor o quadro da primeira universidade pública de Sergipe e entre eles estava Maria Thetis Nunes, nessa época com 45 anos de idade.

Logo no início da década de 1970, ela assumiu a presidência do IHGSE. Dirigiu a “Casa de Sergipe” por 31 anos. Ao longo dessas décadas tomou posse na Academia Sergipana de Letras, na cadeira nº 39, participou e publicou em congressos, escreveu artigos e ensaios, publicou cotidianamente em jornais locais e construiu a mais significativa síntese da História de Sergipe

Gonçalo Rollemberg, Garcia Moreno e Thetis Nunes, professores do Atheneu Sergipense e docentes da Universidade Federal de Sergipe, foram atuantes no magistério e em diferentes confrarias, entre elas o IHGSE. Três distintos itinerários. Três sujeitos com vida e histórias diferentes, mas entrecortadas pela presença ativa em espaços de sociabilidade nos quais trabalharam e legaram a sua contribuição. Circularam na “Casa de Educação Literária” – o Atheneu Sergipense, na “Casa de Sergipe” – o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, e, por fim, na “Casa de Formação” – a Universidade Federal de Sergipe.

### *Encerrando para continuar*

Se, pela linha do tempo, fôssemos conceder o título da instituição cultural de maior longevidade em funcionamento em Sergipe, esse título seria anunciado ao Atheneu Sergipense, pelos seus 148 anos; em segundo lugar, ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, pelos 106 anos, e, em terceiro, à Universidade Federal de Sergipe, que completou seu jubileu de ouro.

Três “Casas” com muitas histórias a revelar. Decididamente, em se tratando dos nexos entre as três instituições, fizemos um pequeno e simples esboço de uma grande tela a ser pintada. Esta requer um olhar ainda mais minucioso para perceber os espaços que congregavam a intelectualidade sergipana e como alguns desses sujeitos ocuparam distintos postos em um mesmo tempo histórico.

Pelos traços apontados, identificamos a relevante posição que o Atheneu Sergipense, por meio do conjunto de seus agentes (professores, alunos, diretores, funcionários), ocupou e ocupa na sociedade sergipana. Dessa feita, estamos convictos de que a memória do Atheneu Sergipense é parte significativa da memória do estado de Sergipe, que está intimamente relacionada à do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e à da Universidade Federal de Sergipe.

Os apontamentos ilustrados também possuem o intuito de suscitar pesquisas a partir do rico acervo documental arquivado nessas três instituições, para embalar os novos anseios que bradam nas mentes inquietas dos amantes da História, por isso encerramos aqui para continuar. Nós, como parte desses aficionados, reconhecemos que, em tantas de suas singularidades, a exemplo de sua criação em momentos históricos diferentes, o Atheneu Sergipense, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e a Universidade Federal de Sergipe legaram a Sergipe – e ainda têm muito a legar – inestimável cabedal.





# Universidade Federal de Sergipe: Pós-Graduação e Produção de Conhecimento

José Fernandes de Lima\*  
José do Patrocínio Hora Alves\*\*

## Federal University of Sergipe: Post-Graduation and Production of Knowledge

### Resumo

Nesse artigo discute-se a evolução da pós-graduação na Universidade Federal de Sergipe (UFS), destacando-se as diversas etapas do seu desenvolvimento. A pós-graduação teve início em 1982 no formato *latu sensu* e somente em 1985 começou a pós-graduação *stricto sensu*. Na evolução da pós-graduação distingue-se dois períodos acentuados de crescimento, nos anos de 2000 a 2007 e de 2007 a 2017, associados a fatores distintos. A pós-graduação na UFS mostrou um crescimento relativo mais marcante que o número total de cursos no país. Até 2016 a UFS formou 3906 mestres e 409 doutores. Portanto, a pós-graduação em Sergipe, com destaque para participação da UFS (85 %), é um projeto vitorioso que deve ser incentivado, como um vetor capaz de alavancar o desenvolvimento do estado.

**Palavras-chave:** Universidade Federal de Sergipe; Pós-graduação; Conhecimento; Sergipe.

### Abstract

This article discusses the evolution of post-graduation at the Federal University of Sergipe (UFS), highlighting the various stages of its development. The post-graduation began in 1982 in the *latu sensu* format and only in 1985 the *stricto sensu* post-graduation began. In the postgraduate course evolution there are two distinct growth periods, from 2000 to 2007 and from 2007 to 2017, associated with different factors. The UFS post-graduate program showed a more significant relative growth than the total number of courses in the country. Until 2016 UFS graduated 3906 masters and 409 doctors. Therefore, the post-graduation in Sergipe, with emphasis on UFS participation (85%), is a victorious project that should be encouraged, as a vector capable of leveraging the development of the state.

**Keywords:** Federal University of Sergipe; Postgraduate studies; Knowledge; Sergipe.

\* Doutor em Física pela Universidade de São Paulo; Professor Emérito da UFS; Reitor da UFS no período de 1996-2004; Presidente do Conselho Nacional de Educação (2012-2014).  
E-mail: fernandeslima44@hotmail.com

\*\* Doutor em Química pela Unicamp; professor Titular, aposentado e voluntário do Programa de Pós-graduação em Recursos Hídricos da UFS; Pro-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa da UFS no período 1998 – 2004.  
E-mail: jphalves@uol.com.br



## A importância da pós-graduação

O processo de evolução vivido pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) tem sido acompanhado de perto pela sociedade sergipana. Todos são unânimes quanto às melhorias implementadas na estrutura, a ampliação do número de cursos e de grupos de pesquisa, bem como o aumento das ações voltadas para o benefício da sociedade.

Criada em 1968, a Universidade Federal de Sergipe conviveu com intensidade as grandes transformações impostas ao sistema mundial de ensino superior, na segunda metade do século XX. Em todas as partes do mundo houve uma grande ampliação do número de estudantes nessa fatia do ensino. A geração de conhecimentos novos passa, definitivamente, a fazer parte da missão das universidades. A chegada do século XXI ampliou significativamente tais desafios.

A pós-graduação brasileira foi organizada com o objetivo de promover a geração de conhecimentos e esse mesmo objetivo serviu de motor para o crescimento da pós-graduação na UFS.

A importância da geração de conhecimentos para o desenvolvimento econômico já era destacada na virada do século XIX para o século XX, como pode ser visto na mensagem do prêmio Nobel de Química de 1908, Ernest Rutherford, que como um participante ativo dos avanços científicos que estavam ocorrendo naquela época, tinha uma visão clara do lugar destinado aos que ignorassem a importância da ciência:

A ciência está destinada a desempenhar um papel cada vez mais preponderante na produção industrial. E as nações que deixarem de entender essa lição não inevitavelmente de ser relegadas à posição de nações escravas: cortadoras de lenha e carregadoras de água para os povos mais esclarecidos (RUTHERFORD, 1908, In: CRUZ, 2002, p.4).<sup>1</sup>

Na perspectiva de modernização da sociedade brasileira, tendo o desenvolvimento científico e tecnológico como área estratégica, é que foi valorizada e implantada de forma institucionalizada, a pós-graduação no Brasil.<sup>2</sup> Darcy Ribeiro,<sup>3</sup> ressalta como ação positiva a experiência da pós-graduação no Brasil, advertindo a necessidade de ser lavada a sério. Para Almeida (2017), tem o peso da:

- 1 CRUZ, Carlos Henrique de Brito. Apoio na busca pelo conhecimento. 2002. Disponível em <http://revistapesquisa.fapesp.br/2002/06/23/apoio-na-busca-pelo-conhecimento/> Acessado em 02/03/2018.
- 2 Ver estudos de SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do Regime Militar. *Cadernos CEDES*, Campinas – SP, v.28, n.76, p. 291-312, set/dez. 2008.
- 3 RIBEIRO, Darcy. *Os cursos de pós-graduação*. Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.



visão de quem vivenciou a universidade antes e depois de implantação da pós-graduação e com a perspectiva crítica necessária para avaliar que as reformas que se deram na universidade brasileira nos anos de 1960 foram profundas o suficiente para fazer da pós-graduação o ponto de inflexão de nosso ensino superior (ALMEIDA, 2017, p. 16).<sup>4</sup>

Os estudos acerca da pós-graduação brasileira apontam a origem para o ano de 1930, associada ao modelo de cátedras existente nas primeiras universidades, dentro de uma relação tutorial entre um professor catedrático e um pequeno grupo de alunos. O treinamento se dava de modo informal e era centrado no desenvolvimento de uma tese. Somente em 1965, o formato institucional da pós-graduação, com dois níveis, o mestrado e o doutorado, é regulamentado pelo Parecer do CFE nº 977/65, conhecido como *Parecer Sucupira*.

Ao justificar a necessidade de regulamentação dos cursos de pós-graduação, o referido Parecer afirma que:

O sistema de cursos de pós-graduação hoje se impõe e se difunde em todos os países como consequência natural do extraordinário progresso do saber em todos os setores, tornando impossível proporcionar treinamento completo e adequado para muitas carreiras nos limites dos cursos de graduação.

Um programa eficiente de estudos pós-graduados é condição básica para se conferir à nossa universidade caráter verdadeiramente universitário, para que deixe de ser instituição apenas formadora de profissionais e se transforme em centro criador de ciência e de cultura (Parecer CFE nº 977/65).<sup>5</sup>

De acordo com o referido Parecer, a pós-graduação *lato sensu* designa todo e qualquer curso que se segue à graduação, a exemplo dos cursos de especialização. A pós-graduação *stricto sensu*, por sua vez, é de natureza acadêmica e de pesquisa e mesmo atuando em setores profissionais tem objetivo essencialmente científico, enquanto a especialização, via de regra, tem sentido eminentemente prático-profissional.

### *A pós-graduação na Universidade Federal de Sergipe*

Na Universidade Federal de Sergipe, a pós-graduação teve início no ano de 1982, no formato *lato sensu*, com o curso de Especialização em Educação, oferecido pelo Departamento de Educação e coordenado pela

4 ALMEIDA, Karla Nazeré Correa de. *A Pós-Graduação no Brasil: história de tradição inventada*. Tese de Doutorado em Educação da INICAMP, 2017.

5 CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Parecer CFE nº 977/65. *Revista Brasileira de Educação*, 2005.

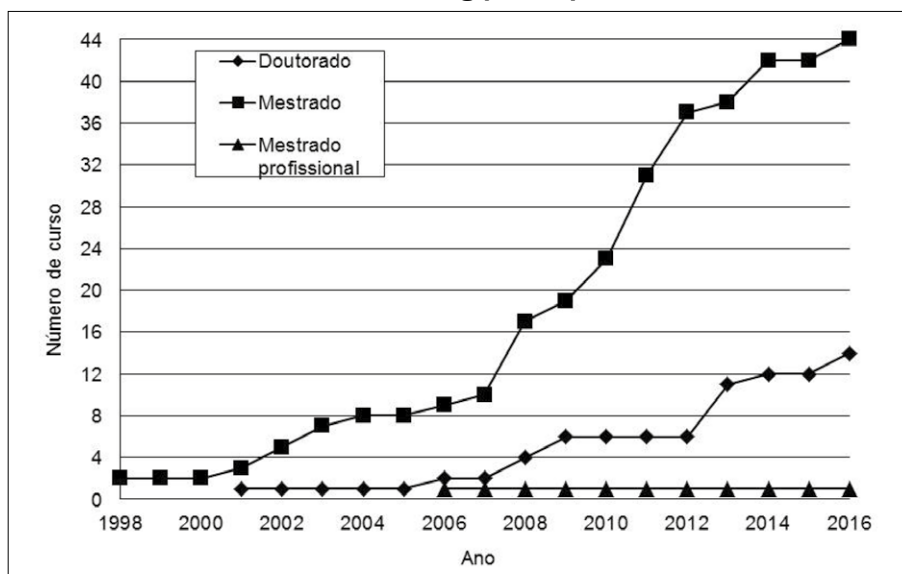


professora Giselda Moraes. A pós-graduação *stricto sensu* foi iniciada em 1985 com o curso de Mestrado em Geografia, titulando o primeiro mestre no ano de 1988.

A falta de docentes com a titulação de doutor impediu, na UFS, durante muito tempo, que a oferta de cursos de mestrado e doutorado fosse ampliada no nível desejado. Até 1996, o percentual de professores com titulação de doutor era inferior a 12%.

A partir dessa data, reconhecendo a importância central de recursos humanos qualificados como ponto de partida para o avanço da pesquisa e da pós-graduação, a administração superior da UFS adotou uma política agressiva com vistas a formar o máximo de doutores no menor espaço de tempo. Para isso, tomou a decisão de liberar e incentivar todos os docentes efetivos que desejassem realizar cursos de mestrado ou doutorado em outros estados. Com tal política, a UFS conseguiu, no período de 1996 – 2004, acrescentar ao seu quadro de professores efetivos 66 mestres e 97 doutores. Isso permitiu que a UFS atingisse, ao final de 2004, os percentuais de 33,5 % de doutores e 40 % de mestres. O retorno desses professores, agora com maior titulação, possibilitou à UFS oferecer ao final de 2004 um total de oito cursos de Mestrado (Geografia, Educação, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Sociologia, Física, Química, Ciências da Saúde, Agroecossistemas) e um curso de Doutorado (Geografia).

**Figura 1. Evolução do número de cursos de Pós-Graduação na Universidade Federal de Sergipe, no período 1998 a 2016**



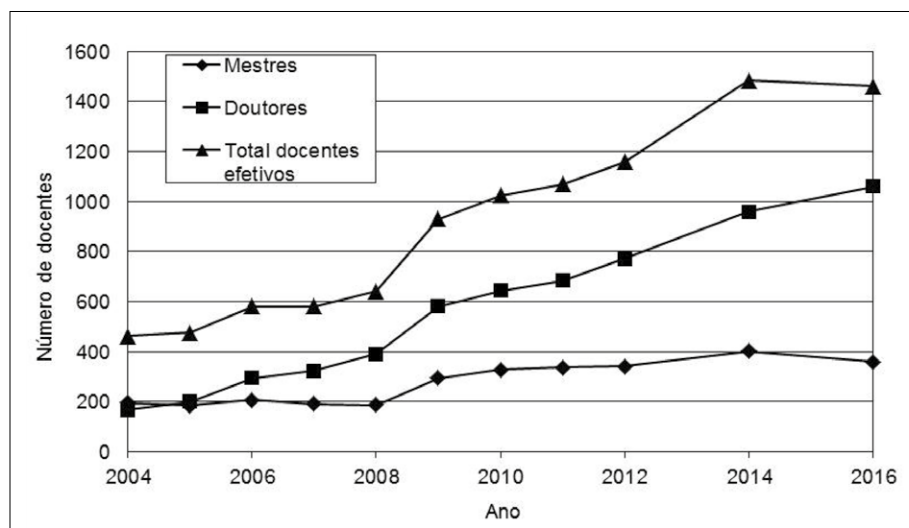
Fonte: Geocapes.<sup>6</sup>

6 Disponível em <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/> Acessado em 02/03/2018.

Observa-se a evolução da pós-graduação na UFS no período 1998 a 2016 (Figura 1), distinguindo-se dois momentos acentuados de crescimento, que podem ser relacionados a fatores distintos. O primeiro período, de 2000 a 2007, o número de cursos de mestrado passou de 2 para 9 (8 mestrados acadêmicos e 1 mestrado profissional), o que corresponde a um crescimento de 350%. No mesmo período, também foi criado o primeiro curso de doutorado. No segundo período, de 2007 a 2016, o número de cursos de mestrado cresceu de 9 para 44, o que corresponde a um acréscimo de 390%. Nesses anos, o número de doutorados passou de 1 para 14.

O crescimento do primeiro período (2000-2007) deveu-se principalmente à política interna de qualificação de docentes e ao estabelecimento de novas regras para contratação de docentes, priorizando aqueles com formação de doutor. O segundo período de crescimento da pós-graduação (2007-2016) está associado à implantação na UFS do “Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)”, criado no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e que permitiu a contratação de um número expressivo de docentes com doutorado. A decisão de priorizar a contratação de doutores foi fundamental para o crescimento do percentual de doutores entre os docentes efetivos. Essas informações são corroboradas pelos dados da Figura 2 onde se verifica que, no período 2007 a 2016, o aumento do quadro docente efetivo foi de 60% e o aumento do número de docentes com doutorado de 69%.

**Figura 2. Evolução do número de docentes efetivos da Universidade Federal de Sergipe no período de 2004 a 2016**



Fonte: UFS em números, 2004 – 2016.<sup>7</sup>

7 UFS em Números. Disponível em <http://indicadores.ufs.br/pagina/20165-ufs-em-numeros>. Acessado em 02/03/2018.

Podemos também conferir que o número total de cursos de pós-graduação da UFS cresceu significativamente mais depressa do que o número total de cursos no país. Enquanto no Brasil o número total de cursos de pós-graduação aumentou em 190% no período 2000 a 2016, no mesmo período, o crescimento na UFS foi de 2100%.

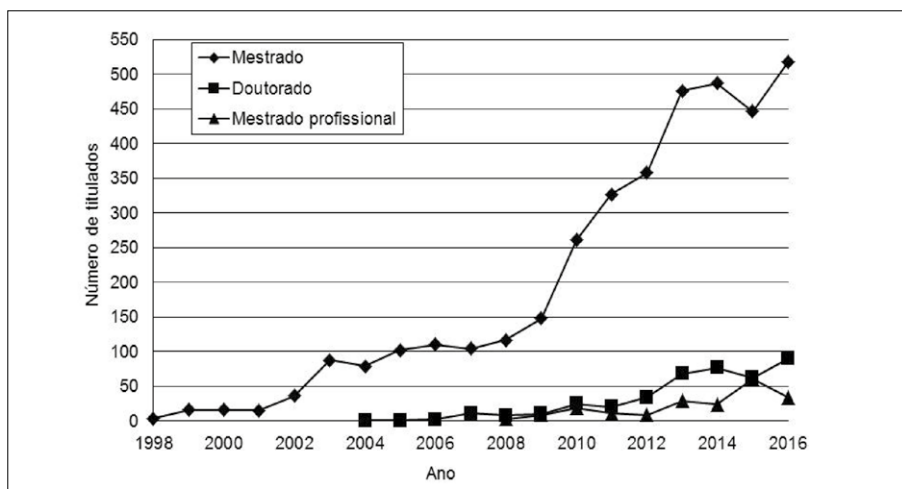
No Estado de Sergipe, segundo dados da CAPES (2016) foram oferecidos 68 cursos de pós-graduação (50 mestrados, 18 doutorados). A Universidade Federal de Sergipe contribui com 44 cursos de mestrado e 14 de doutorado, ou seja, coopera com 88% dos cursos de mestrado e 78% dos cursos de doutorado.

Como consequência da ampliação da pós-graduação, a Universidade Federal de Sergipe deixou de ser apenas um local de transmissão de saberes, para transformar-se num ambiente de criação de ciência e de cultura.

Dentre os impactos da ampliação da pós-graduação na UFS sobre o desenvolvimento econômico do estado, destacam-se a formação de recursos humanos, a preparação de professores, pesquisadores e técnicos altamente qualificados e a geração do conhecimento novo que ocorre por meio das pesquisas associadas ao desenvolvimento das teses e dissertações. Uma ideia quantitativa desse impacto pode ser obtida pelo número de mestre e doutores formados na pós-graduação e que estão atuando em diferentes setores, contribuindo para o desenvolvimento do estado.

A Figura 3 apresenta o número de titulados/ano, no período 1998 a 2016, donde se observa que foram formados um total de 3906 Mestres e 409 Doutores. O crescimento e a evolução sustentável do sistema são verificados quando observamos que mais de 50% desses profissionais foram formados nos últimos cinco anos.

**Figura 3. Distribuição do número de titulados na Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe, no período 1998 a 2016**



Fonte: Geocapes.

A comparação do número de mestres e doutores formados pela UFS em 2016 com os mestres e doutores formados no país, mostra que o Estado de Sergipe já contribui para formação desses profissionais numa proporção superior a sua participação na população nacional. Em outras palavras, o estado está se tornando competitivo quando o assunto é a formação de pessoal altamente qualificado.

Um panorama dos cursos oferecidos, vê-se na Tabela 1, constatando que a oferta abrange todas as áreas de conhecimento definidas pela CAPES. Destacando entre parênteses os números de cursos de mestrado e de doutorado, obtemos a seguinte distribuição por área do conhecimento: Ciências Agrárias (3M, 1D); Ciências Biológicas (3M, 2D); Ciências da Saúde (7M, 2D); Ciências Exatas e da Terra (5M, 2D); Ciências Humanas (9M, 4D); Ciências Sociais e Aplicadas (5M, 1MP); Engenharias (5M); Linguística, Letras e Artes (1M, 1D); Multidisciplinar (5M, 2D).

Os conceitos constantes da última coluna são aqueles atribuídos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES – órgão oficial responsável pelo processo de avaliação dos cursos de pós-graduação no Brasil. Os conceitos variam de 1 a 7, sendo 3 a nota mínima para abertura de um curso de mestrado, 4 a nota mínima para oferta de curso de doutorado. Os cursos que recebem nota 5 são considerados de excelência no nível nacional e os que recebem notas 6 e 7 são considerados de nível internacional.

Na Tabela 1, verificamos que 65% dos cursos têm conceito 3; 30% conceito 4 e 5% conceito 5. A análise desses valores mostra que o desafio atual da UFS, em relação a pós-graduação, consiste na realização de investimentos para que esses programas sejam consolidados e tenham seus conceitos aumentados.

A análise geral do comportamento da pós-graduação na UFS revela um empreendimento de grande sucesso. Os pesquisadores atuantes no estado produzem novos conhecimentos e atraem investimentos por meio de suas pesquisas, captando recursos provenientes das agências de fomento.

O sucesso do referido empreendimento é traduzido em prestígio para a instituição, visto que os números referentes à pós-graduação são utilizados como critério para classificação das universidades e para atração de estudantes. De acordo com o RUF - Ranking das Universidades Brasileiras, realizado pelo Jornal Folha de São Paulo, a UFS está classificada na 38ª posição num grupo de 195 instituições.<sup>8</sup>



8 <http://ruf.folha.uol.com.br/2017/ranking-de-universidades/>

**Tabela 1. Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe (M=Mestrado, D= doutorado, MP=Mestrado Profissional)**

Grande Área	Nome do Programa	Grau	Conceito
Ciências Agrárias	Ciência e Tecnologia de Alimentos	M	3
	Zootecnia	M	3
	Agricultura e Biodiversidade	M/D	4
Ciências Biológicas	Biologia Parasitária	M	3
	Ecologia e Conservação	M/D	4
	Ciências Fisiológicas	m/D	4
Ciências da Saúde	Odontologia	M	3
	Ciências Aplicadas a Saúde	M	3
	Educação Física	M	3
	Enfermagem	M	3
	Ciência da Nutrição	M	3
	Ciência da Saúde	M/D	5
	Ciências Farmacêuticas	M/D	4
Ciências Exatas e da Terra	Ciência da Computação	M	3
	Matemática	M	3
	Geociências e Análise de Bacias	M	3
	Física	M/D	4
	Química	M/D	4
Engenharias	Engenharia Química	M	3
	Engenharia Elétrica	M	3
	Engenharia Civil	M	3
	Recursos Hídricos	M	3
	Ciências e Engenharia de Materiais	M/D	4
Linguística, Letras e Artes	Letras	M/D	4
Ciências Humanas	Psicologia	M	3
	Antropologia	M	3
	Filosofia	M	3
	História	M	3
	Ciências da Religião	M	3
	Arqueologia	M/D	4
	Educação	M/D	4
Sociologia	M/D	4	
Ciências Sociais Aplicadas	Direito	M	3
	Serviço Social	M	3
	Administração	M	3
	Comunicação	M	3
	Economia	M	3
	Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais	MP	3
Multidisciplinar	Desenvolvimento e Meio Ambiente	M/D	5
	Ensino de Ciências e Matemática	M	3
	Biotecnologia	M	3
	Cinema	M	4
	Ciência da Propriedade Intelectual	M/D	4

Fonte: Geocapes





Além dos aportes financeiros destinados à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico captados, o sistema de pós-graduação recebe recursos na forma de bolsas de estudo. Em 2016, a UFS tinha 576 bolsistas de mestrado, 242 de doutorado, 66 de pós-doutorado.<sup>9</sup> Isso implica dizer que só de bolsas de estudo provenientes da CAPES, a pós-graduação da UFS recebeu 20 milhões por ano.

Na comparação com os resultados nacionais, verificamos que a pós-graduação na UFS teve um crescimento muitas vezes mais acelerado do que o crescimento nacional. Os números, que na década de 1990 eram insignificantes, atingiram ou ultrapassaram o percentual correspondente a participação de Sergipe na composição populacional do país.

De acordo com os dados de 2016, a Universidade Federal de Sergipe tinha 1589 doutores atuantes em projetos de pesquisa e o total do estado de Sergipe importava em 1866 doutores.<sup>10</sup> Esse número corresponde a 1,19% do número total de pesquisadores doutores atuantes no Brasil, donde verifica-se que a contribuição de Sergipe para pesquisa brasileira equivale (e tende a superar) a sua participação na composição da população nacional e já é significativamente superior a sua participação no PIB nacional. Em outras palavras, o projeto pós-graduação do estado de Sergipe, com destaque para participação da UFS (85%), é um projeto vitorioso que deve ser incentivado como um vetor capaz de alavancar o desenvolvimento do estado e da região.

9 <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>

10 <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/por-titulacao-e-uf>



# Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe: Duas Décadas Preservando a Memória Documental (1998 -2018)

Andréia Bispo dos Santos\*  
Josefa Eliana Souza\*\*

## Central Archive of the Federal University of Sergipe: two decades preserving documental memory (1998-2018)

### Resumo

Tendo como objetivo compreender a relevância do Arquivo Central para os pesquisadores que buscam fontes acerca da História da UFS, este artigo trata sobre aquele guardião de memória que está se encaminhando para o vigésimo aniversário. Neste tempo, foi sendo acumulada a memória documental da Instituição. Esta pesquisa está pautada nas recomendações da História Cultural, na bibliografia e documentação afinada com o tema em discussão. Trazemos como justificativa o ano de 1998 por ser a data da sua inauguração, e o 2018, ano que está completando os seus 20 anos. Consideramos que o Arquivo Central da UFS tem prestado um serviço relevante aos estudiosos, ao preservar a memória da única Instituição de Ensino Superior pública em Sergipe.

**Palavras-chave:** Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe; História da UFS; Memória.

\* Possui Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe – UFS, Especialista em Docência do Ensino Superior com ênfase em Educação a Distância pela Faculdade Jardins. Mestranda em Educação pelo Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (PPGED/UFS). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre História do Ensino Superior – GHEPHES./CNPq. Professora da Secretaria da Educação do Estado de Sergipe–SEED/SE-mail: andreiabisma@hotmail.com.

### Abstract

This article discusses the evolution of post-graduation at the Federal University of Sergipe (UFS), highlighting the various stages of its development. The post-graduation began in 1982 in the *latu sensu* format and only in 1985 the *stricto sensu* post-graduation began. In the postgraduate course evolution there are two distinct growth periods, from 2000 to 2007 and from 2007 to 2017, associated with different factors. The UFS postgraduate program showed a more significant relative growth than the total number of courses in the country. Until 2016 UFS graduated 3906 masters and 409 doctors. Therefore, the post-graduation in Sergipe, with emphasis on UFS participation (85%), is a victorious project that should be encouraged, as a vector capable of leveraging the development of the state.

**Keywords:** Federal University of Sergipe; Postgraduate studies; Knowledge; Sergipe.

\*\* Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Mestrado em Educação obtido na Universidade Federal de Sergipe - UFS, Bacharela em História pela Universidade Federal de Sergipe e Graduada em História, também pela Universidade Federal de Sergipe. Professora Associada do Departamento de Educação e membro do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFS. Membro do Conselho Editorial/Científico Nacional da Interespaço - Revista de Geografia e Interdisciplinaridade. Membro da Sociedade Brasileira de História da Educação/SBHE.



## Introdução

Em meados do século XIX começa a desabrochar um crescente interesse pelo valor histórico dos arquivos e os documentos ganham *status* de testemunhos da história (PAES, 2004, p. 53 grifo do autor)<sup>1</sup>.

A História dos Arquivos revela que, no século XIX, verificou-se grande interesse pela preservação de documentos por seu valor histórico como guardião da memória e testemunho da história nas sociedades modernas. É com esse desabrochar histórico que queremos demonstrar a relevância que o acervo do Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe (AC/UFS) tem para os pesquisadores e curiosos acerca da história da instituição pública de ensino do Estado de Sergipe. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é compreender a relevância do Arquivo Central para os pesquisadores que buscam fontes acerca da História da Universidade Federal de Sergipe.

O Arquivo Central da UFS está se encaminhando para o seu vigésimo aniversário. Nesses anos, foi sendo organizada e preservada, nos prédios onde está sediado, no interior da Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos, a memória documental da instituição. Memória esta que está sendo visitada pelos pesquisadores que se interessam pela História da Universidade Federal de Sergipe.

Para compreender o papel de um arquivo histórico se faz necessário esclarecer o que seja tanto *arquivo* quanto *memória*. De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística<sup>2</sup>, há 4 (quatro) definições sobre o significado de arquivo. Portanto, *arquivo* pode ser entendido como: “1. conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independente da natureza do suporte; 2. Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos; 3. Instalações onde funcionam arquivos; ou ainda, como um móvel destinado à guarda de documentos”.

Afinada com o significado que recorre ao arquivo como instituição que busca ordenar, preservar e custodiar ofícios, portarias, leis, pareceres, cadernetas e outros documentos, além de fotos diversas que dizem respeito à história da implantação de cursos, reformas, carreira de diversos profissionais que prestaram serviços à instituição e fotos que registraram momentos variados da história, testemunhando as suas transformações,

1 PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 3. ed. rev. Ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

2 ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

está a proposta deste objeto. Contudo, além de buscar interpretar o sentido atribuído pela instituição, cabe atentar para a concepção de arquivo como conjunto de documentos composto pelas memórias documentais de uma instituição de ensino superior pública.

Em consonância com esta definição está o conceito apresentado por Camargo e Bellotto<sup>3</sup>, que entendem arquivo como “conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas”. O Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe (AC/UFS) foi pensado dentro da perspectiva de preservar os conjuntos de documentos dos departamentos pertencentes aos quatro centros da instituição, ou seja, o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), Centro de Ciências Exatas e Tecnológica (CCET), Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) e o Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH), além de documentos administrativos do Departamento de Administração Acadêmica (DAA).

A perspectiva proposta pela Lei n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991, no art. 2º, se refere a arquivo como:

Conjunto de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou natureza dos documentos.<sup>4</sup>

Ou seja, o arquivo é um local dentro de uma instituição que tem como dever receber, guardar e cuidar dos documentos nele postos. Partindo desse conceito, o AC/UFS guarda em seu prédio histórias mascaradas de documentos e estes são fontes imensuráveis para o campo da história da própria instituição. Ao discutir a finalidade do arquivo, Martins<sup>5</sup> define que o arquivo “é muito mais que um bem cultural, é um equipamento social que serve à administração e tem como funções a guarda e a conservação dos documentos visando à sua utilização”. Pode-se dizer que é o uso dos arquivos por públicos distintos que o torna vivo e atuante. Nesse sentido, o AC/UFS é utilizado por diferentes pesquisadores, de outras instituições inclusive, que podem pesquisar temas diretamente vinculados à história da UFS ou buscar dados para compará-los aos

3 CAMARGO, Ana Maria de A.; BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Dicionário de Terminologia Arquivística*. Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996.

4 BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados e dá outras providências. *Portal da Legislação*, Brasília, jan. 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm)>. Acesso em: 18 ago. 2016.

5 MARTINS, Ismenia de Lima. *A utilização popular de arquivo*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 4., 1979, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro 1979. p. 443-449.



de outras instituições superiores de Sergipe, de outros estados ou de outros países.

E, para compreender o que seja *memória*, precisamos recorrer ao historiador francês Le Goff<sup>6</sup> que esclarece o que vem a ser memória e qual a sua finalidade para a pesquisa historiográfica: “memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas”. Como o autor afirma, a memória é o ato de preservar informações que poderão ser passadas às gerações futuras. Nesse enfoque, o arquivo tem como uma das finalidades ser guardião das memórias escritas por diversas pessoas e que remetem a uma determinada época.

O recorte cronológico da pesquisa inicia no ano de 1998, ano que foi implementado o AC/UFS, e temos como ano final o de 2018, ano em que se comemora as duas décadas da sua existência. Ambas as datas são marcantes para a Universidade Federal de Sergipe, pois, no ano de 1998, a UFS comemorava seus 30 anos de existência, e, no ano de 2018, a UFS estará comemorando o seu Jubileu de Ouro, ou seja, ela completa 50 anos. Cinco décadas prestando um serviço público de grande relevância para a sociedade. Essa instituição vem contribuindo para o enriquecimento intelectual dos cidadãos sergipanos e de outros estados, pois, com a implementação do Sistema ENEM<sup>7</sup>, os aprovados no exame podem se utilizar das notas para o ingresso nas universidades cadastradas nesse sistema. Com esse novo instrumento, a Universidade Federal de Sergipe recebe, todos os anos, discentes das cinco regiões que compõem o país.

A metodologia utilizada neste artigo é a revisão bibliográfica. Segundo Lakatos e Marconi<sup>8</sup>, “a pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerada também como primeiro passo de toda pesquisa científica”. Na construção do estudo, nos utilizamos dos escritos de Le Goff<sup>9</sup>, Bellotto<sup>10</sup> e de Bacellar<sup>11</sup>, por meio de textos que versam sobre a importância do documento e como é preciso aprimorar o conhecimento acerca dele.

6 LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

7 Exame Nacional do Ensino Médio, que passou a ser aplicado no processo seletivo da Universidade Federal de Sergipe.

8 LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do Trabalho Científico*. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

9 LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

10 BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 320 p.

11 BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSK, Carla Basanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Ed. Contexto, 2010. p. 23-69



Nessa perspectiva, torna-se relevante entender o processo de análise dos documentos como fonte que transmite um fato ocorrido no pretérito. Como pesquisadores, temos que ter a clareza de que nenhum documento é neutro. Contudo, a arquivologia não se preocupa com a veracidade do conteúdo e com a autenticidade do documento; todos têm a sua especificidade. Nesse sentido, os documentos que versam sobre a implementação e história do AC/UFS, esses imparciais, criados a partir de necessidade administrativa e jurídica, trazem consigo um misto de informações, e precisamos ter um olhar questionador sobre tais. Nesta análise, será preciso confrontar os dados presentes nos documentos com os fatos narrados pelos sujeitos envolvidos nesse processo. Nesse contexto, nos utilizaremos da História Oral como método para validar as fontes. Então, é preciso ter em mente questões fundamentais: Sob qual contexto de produção aquele documento foi redigido? Com que propósito? Por quem? Essas perguntas são básicas e primárias na melhor análise e descrição documental. Contudo, às vezes, são deixadas de lado. Compreender o contexto de produção do documento que é coletado é fundamental em nosso ofício.

### *O surgimento do Arquivo Central: um recorte da sua história*

O Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe tem suas raízes relacionadas à criação do Centro de Microfilmagem (CEMIC) da UFS. Criado em 1982, no reitorado do Prof. Gilson Cajueiro de Hollanda (1980-1984), com a finalidade de conservar documentos e racionalizar o seu armazenamento, fazia-se necessário o uso de técnicas mais modernas naquele momento, a exemplo da microfilmagem. Assim, se faria preservação da informação escrita e seria possível a recuperação de uma massa documental considerável.<sup>12</sup>

Conforme a Resolução 04/1983, do Conselho Universitário (CON-SU) da UFS, caberia ao CEMIC: prestar serviços de microfilmagem à Universidade, atendendo às necessidades da pesquisa e da docência, à organização arquivista e administração da UFS; manter intercâmbio com instituições nacionais e estrangeiras, visando à ampliação de seus serviços e ao aprimoramento do pessoal, além de prestar serviços de microfilmagem à comunidade. Em 1995 foram encerradas as atividades de microfilmagem da instituição, as quais ocorriam no prédio onde hoje funciona o Arquivo Central, e que era levada a efeito ao transformar documentos em pequenos filmes. Era uma forma de preservar a docu-

12 CASTRO, Edimir Moreira de Castro. *Do Centro de Microfilmagem ao Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe*. São Cristóvão/SE, 2014. 35f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Departamento de Administração, Universidade Federal de Sergipe, 2014.

mentação da instituição, mas essa atividade foi extinta e o Centro de Microfilmagem parou de funcionar.

A UFS não tinha um local que armazenasse toda a documentação em um único espaço. Existiam arquivos setoriais, ou seja, cada departamento tinha um arquivo, mas não existia uma preocupação com a documentação gerada pela instituição.

No ano de 1998, foi implementado o Arquivo Central da UFS no espaço que abrigou o antigo Centro de Microfilmagem. Contudo, ao prédio, foram anexadas novas instalações para que o AC pudesse funcionar dentro de um espaço mais adequado e que tivesse disponibilidade para armazenar armários, estantes e caixas de documentos provenientes da UFS.

No dia 09 de março de 1998, houve uma cerimônia de lançamento da pedra fundamental do Arquivo Central<sup>13</sup>, realizada na primeira gestão do reitorado do professor José Fernandes Lima (1996-2000), com a presença do Ministro da Cultura – Francisco Weffort. Na cerimônia, ficou evidente a importância que o Arquivo Central poderia ter para a Universidade Federal de Sergipe, pois ele guardaria o acervo já existente na instituição e o que seria gerado nos anos vindouros.

Naquele mesmo ano foi criada a “Subcomissão Arquivo e Memória”, vinculada à “Comissão 30 anos/UFS”. Esta comissão percebeu a necessidade de designar um local apropriado que garantisse guardar a memória documental da instituição. O Arquivo foi inaugurado em 17 de dezembro de 1998, ano em que a UFS comemorou 30 anos de existência. O AC teve como idealizadores o, então, vice-reitor Josué Modesto dos Passos Subrinho<sup>14</sup> e os professores Itamar de Freitas Oliveira, Terezinha Alves de Oliva, Verônica Maria Menezes Nunes, Lenalda Andrade Santos, além da arquivologista Zenilde de Jesus Silva.

No Relatório de Gestão<sup>15</sup>, do, então, Reitor José Fernandes de Lima, é possível encontrar informações acerca da construção do Arquivo Central. O documento descreve, além da finalidade do Arquivo como guardador da memória, o custo de sua de sua ampliação (já que aproveitou-se o espaço que antes era ocupado pelo CEMIC): “[...]. Em março de 1998 iniciamos a construção do Arquivo Central. Esse espaço, destinado à guarda da documentação permanente e do gerenciamento do fluxo de documentos, era um sonho de vinte e cinco anos, na UFS”.

13 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. *Relatório/ UFS 30 anos*. São Cristóvão. Editora UFS, 1998.

14 Josué Modesto dos Passos Subrinho, além de ter sido vice-reitor em duas gestões de José Fernandes de Lima (1996-2000 e 2000-2004), exerceu o reitorado da UFS durante dois mandatos (2004-2008 e 2008-2012) Cf. SOUZA, Eliana. *História e Memória Universidade Federal de Sergipe: 1968-2012*. - São Cristóvão: Editora UFS, 2015.

15 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. *Relatório de Gestão: 1996-2000*. São Cristóvão, Editora UFS, 2000, p. 77.





A construção do Arquivo custou R\$ 115 mil. Com 340 m<sup>2</sup> de área construída, o AC conta com as seguintes instalações para a recepção dos documentos: triagem, descarga, processamento técnico e desinfestação, sala de consulta, espaço para exposições e depósitos dos acervos de documentos convencionais. A iniciativa foi pautada em princípios que tinham por finalidade respeitar as normas para implantar um arquivo que oferecesse condições de funcionamento e preservação. Aquela construção tinha um significado muito forte para os que se empenharam em sua realização, pois era um sonho na história de 30 anos que antecederam a criação do AC/UFS. Entendemos que sobre isso, uma das propostas de criação do arquivo explicita, com clareza, o que estava posto naquele momento. Referimo-nos a uma das afirmações da professora Beatriz de Góis Dantas. Ela tem uma trajetória marcada por ações que nos levam a entender acerca de seu conhecimento sobre o Arquivo, inclusive, pelo fato ter sido diretora do Arquivo Público Estadual de Sergipe/APES, quando esclarece porque se sentiu motivada a fazer parte da proposta de criar um arquivo dentro da UFS:

Contrariando posições atuais, velhos historiadores diziam que um fato se torna histórico depois de 30 anos de ocorrido. (...) Por outro lado, tornavam-se frequentes a morte dos fundadores e as ondas de aposentadorias de professores e funcionários mais antigos, que se constituíam nos depositários das informações orais sobre a vida da Universidade. Tudo isso apontava para a urgência da organização do arquivo e da necessidade de preservação da memória da instituição.<sup>16</sup>

A afirmação de Dantas evidencia a necessidade, naquele momento, de preservar documentos de gênero textual, iconográfico, sonoro e audiovisual produzidos pela UFS. Sabemos que a professora não fez parte de nenhuma subcomissão porque estava ocupada com a realização da proposta de “Exposição dos 30 anos da UFS”. Contudo, teve um papel fundamental na implementação e organização do arquivo, principalmente no que diz respeito à organização dos documentos que contavam a história dos 30 anos da Universidade Federal de Sergipe. A professora Beatriz reuniu diversos documentos sobre a instituição e fez o “Relatório UFS 30 anos”. Nesse relatório, encontramos diversas informações, desde as escolas isoladas até o ano de 1998. A professora também foi responsável por organizar uma exposição sobre a história e a memória documental da Universidade Federal de Sergipe. A exposição ocorreu naquele ano, no Shopping Jardins (Aracaju/SE).

16 DANTAS, Beatriz Góis. *Arquivo e exposições nas comemorações dos 30 anos da UFS*. Janeiro/2018. Texto digitalizado.



## *Avaliação, seleção e destinação final dos documentos*

Durante anos, os documentos foram produzidos pela instituição sem nenhum tipo de controle sobre o processo de descarte dos mesmos. Sendo assim, muitos documentos foram perdidos, uma vez que não se tinha uma tabela de temporalidade<sup>17</sup>, que serviria como referência para o descarte seguro dos documentos que não teriam um caráter permanente.

Acerca da preservação documental e rigor por parte da administração no descarte de documentos, foi criada a Portaria de nº 0492/2012, uma vez que, sem essa portaria, muitos documentos poderiam ter sido perdidos em descartes indevidos..

Conforme a Portaria UFS nº 0492, de 05 de março de 2012, ficou estabelecido que os documentos existentes, e os que seriam produzidos, passariam pela triagem da Tabela de Temporalidade, ou seja, após essa avaliação, o documento seria descartado ou não. Nesse sentido, cabe destacar o art. 1º da Portaria, que teve como finalidade criar a Comissão Permanente de Avaliação de Documento de Arquivo (CPDA/UFS), com a finalidade de promover a avaliação, seleção e destinação final de documentos da Universidade Federal de Sergipe, segundo a ciência arquivística, de acordo com a legislação em vigor e recomendações do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), e especialmente:

I – Estabelecer as diretrizes necessárias à implementação e ao aperfeiçoamento da Política de Gestão Documental da UFS, visando à gestão, à preservação e ao acesso aos documentos de arquivo; (...)

À luz do Art. 1º da Portaria, fica evidente a preocupação com a documentação produzida pela Universidade Federal de Sergipe, além de pontuar como deveria ser a conservação e de que forma ela seria feita. O texto ainda deixa clara a importância da capacitação das pessoas envolvidas no processo de gestão documental. Em consonância com o inciso I da Portaria 0492/2012, Bellotto<sup>18</sup> nos auxilia a compreender a relevância da preservação dos documentos produzidos por esse tipo instituição, que busca preservar as fontes documentais para a posteridade. Nesse tocante, a autora chama atenção sobre o desconhecimento, a ignorância dos destruidores de documentos. Em nosso país, todos os dias, há documentos sendo destruídos pela ignorância ou pouco caso

17 PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 3. ed. rev. amp. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p. 28 define “Tabela de Temporalidade” como instrumento de destinação, aprovado pela autoridade competente, que determina os prazos em que os documentos devem ser mantidos nos arquivos correntes e intermediários, ou recolhidos aos arquivos permanentes, estabelecendo critérios para microfilmagem e eliminação.

18 BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 23-34.



dos administradores de instituições diversas. É preciso que os responsáveis por políticas de informação documental atentem para existência de normas acerca do descarte de documento. A entidade não pode e nem deve optar pela destruição sem antes consultar a comissão multidisciplinar a qual o órgão está vinculado.

A mesma autora chama atenção sobre a ignorância por parte da gestão documental. Sem um preparo e uma tabela de temporalidade, muitos documentos deixaram de existir porque a instituição se descuidou no conhecimento da relevância dos mesmos para registro, análise e interpretação da história. Nesse sentido, Terezinha Oliva chama atenção para a importância dos arquivos como guarda da memória presente nos documentos e a contribuição que eles têm para as narrativas históricas dos seus atores principais e coadjuvantes presentes nos documentos. Acerca disso, Oliva discorre:

Forma de memória ligada à escrita, os documentos de arquivos exerceram um papel gerador do conhecimento histórico, desde quando este campo começou a ser organizado com pretensões à descoberta da verdade sobre o passado, resultante do exercício da atividade científica. Toda a trajetória da história, na modernidade, se relaciona ao trato com os documentos, à forma de buscá-los, de tratá-los, de descobrir através deles as armadilhas da memória, de contestá-la, de desmistificá-la.<sup>19</sup>

Portanto, não devemos descartar os documentos, em que pese Lucien Febvre tenha afirmado que escrevemos a história com e sem eles. Mas, para isso acontecer, seria necessário que o pesquisador pudesse dispor de “(...) tudo o que a engenhosidade do historiador permite (...). Em suma, tudo o que sendo próprio do homem, dele depende, lhe serve, o exprime, torna significativa a sua presença, atividade, gostos e maneiras de ser”.<sup>20</sup> Além dos documentos de arquivo, é necessário preservar outros registros, ou produzi-los para que se escreva a história.

Então, é possível compreender que se escreve História sem documentos, quando eles não existem ou quando não se pode dispor deles. E essa escrita vai depender da capacidade investigativa do pesquisador que deve, em qualquer das circunstâncias, estar atento aos indícios e duvidar das fontes como norma fundamental para buscar processar a análise e interpretação dentro dos procedimentos da hermenêutica.

19 OLIVA, Terezinha Alves. Patrimônio documental e história: a importância dos arquivos escolares. In: ALVES, Eva Maria Siqueira. (Org.) *Entre papéis e lembranças: o Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense e as contribuições para a História da Educação*. Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe - Edise, 2015. capítulo 2, p. 43

20 FEBVRE, 1953 apud LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão et al.. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2003. p. 107.



Ainda no que diz respeito à concepção de arquivo como guarda de memória, Santana<sup>21</sup> afirma que arquivo não se reduz à documentação, mas pode significar também um espaço físico que foi destinado a abrigar um conjunto de documentos e que tem a pesquisa como finalidade. Tendo como primeiro objetivo atender à administração, em seguida, a avaliação e o descarte para, por fim, atender à pesquisa. Mas, além do valor material, há o valor simbólico, ou seja, um lugar “guardião da memória”. Cabe destacar que o arquivo, enquanto instituição, pode receber conjuntos documentais não arquivísticos, como coleções de referências, entre outros.

Fica evidenciado, conforme as afirmações que dizem respeito à guarda das memórias, que cabe ao pesquisador recuperá-las do passado para o presente, através da análise documental. Sendo assim, a preservação do documento é de grande valia para dar continuidade aos estudos em andamento e os que ainda virão.

276



### *A invisibilidade do Arquivo Central da UFS*

Em que pese o AC/UFS tenha sido o espaço para muitas pesquisas já realizadas, cabe destacar que há certa invisibilidade no que diz respeito às ações levadas a termo e as suas contribuições. Cabe dizer que não é incomum encontrar discentes, na própria universidade, que não sabem da existência do Arquivo. Essa invisibilidade se dá no sentido que o AC/UFS não vem recebendo as devidas atenções, uma vez que está completando duas décadas de existência, e percebemos que, desde a sua implementação, não foram realizadas ações efetivas para a divulgação do acervo existente nele.

Notamos, por exemplo, que a UFS possui diversos sites acerca dos diferentes setores e, nesse sentido, é possível citar: a graduação, pós-graduação, curso de extensão, BICEN<sup>22</sup>, Departamentos e outros. Porém, não existe uma página do Arquivo Central da UFS. Fazendo um comparativo com outras universidades, observamos que a UFS é uma das instituições públicas de ensino superior do Brasil que não tem uma página sobre a história do AC e seus fundos<sup>23</sup> disponíveis para pesquisa.

21 SANTANA, Sayonara Rodrigues Nascimento. Preciosidades da Casa de Sergipe: A trajetória dos acervos da Biblioteca, da Hemeroteca e do Arquivo do IHGSE (1912-2012). In: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros; SANTOS, Magno Francisco de Jesus; SANTOS, Ane Luise Silva Mecnas (Org.) *História, Memória e Comemorações na Casa de Sergipe: os 100 anos do IHGSE*. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 2014, p.157-186.

22 Biblioteca Central.

23 PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 3. ed. rev. amp. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p. 26 define Fundo” como: 1. A principal unidade de arranjo estrutural nos arquivos permanentes, constituída dos documentos provenientes de uma mesma fonte geradora de arquivos; 2. A principal unidade de arranjo funcional nos arquivos permanentes, constituída dos documentos provenientes de mais de uma fonte geradora de arquivo reunidas pela semelhança de suas atividades, mantido o princípio de proveniência.

Outro fato que observamos no Arquivo Central da UFS é o de que não existe uma ação educativa do Arquivo Central para a comunidade acadêmica interna ou externa. Existe uma prática educativa não formal, que é a ida de pesquisadores ao Arquivo para fazer suas pesquisas, ou seja, é uma prática de fora para dentro do Arquivo.

É notório que na educação não formal “existe uma intencionalidade de dados sujeitos em criar ou buscar determinadas qualidades e/ou objetivos”. Nesse sentido, a prática de o pesquisador ir até o AC fazer um levantamento de dados, documentação ou mesmo de fotos, caracteriza-se como uma difusão, pois ele vai até aquele espaço com um objetivo. Esse objetivo modifica o conhecimento do pesquisador a partir do encontro entre os sujeitos e as fontes. Muitas vezes, ele sai com um novo pensamento acerca do objeto pesquisado, pois, mesmo que já tivesse conhecimento prévio, foi confrontar as informações.

Ainda sobre a questão da invisibilidade, é notório que os pesquisadores que vão até esse Arquivo são pesquisadores que estudam a história relacionada à Universidade Federal de Sergipe ou estudantes que precisam de informações ou imagens sobre a instituição. Entre os pesquisadores, destacamos os alunos de Pós Graduação em Educação da UFS, que se utilizam dos fundos documentais permanentes, a exemplo de impressos, manuscritos e iconográficos. É graças aos arquivistas e técnicos que a memória documental acerca da instituição permanece viva nos documentos, artigos, monografias, dissertações e teses que versam sobre a história da instituição ou relacionada a ela.

### *Tecendo considerações*

Neste estudo, a finalidade foi compreender a relevância do Arquivo Central para os pesquisadores que buscam fontes acerca da História da Universidade Federal de Sergipe. Cabe destacar que o AC/UFS continua sendo visitado por pesquisadores que almejam encontrar respostas para suas pesquisas, mediante o confronto com as fontes documentais que o Arquivo guarda em seu acervo. Também destacamos a relevância do Arquivo para a escrita da história da Universidade Federal de Sergipe, cursos, alunos, professores, funcionários, departamentos, biblioteca e outros, uma vez que o mesmo foi pensado para ter esta funcionalidade: guardar a memória documental da instituição.

Ao tratarmos da invisibilidade do Arquivo Central da UFS, cabe chamar atenção para a valorização desse espaço de pesquisa e os cuidados que a gestão documental deve ter com os documentos armazenados nesse local de guarda e preservação, bem como para a falta de ações educativas por parte da equipe do Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe para com a comunidade interna e externa da instituição.



Outra questão levantada neste escrito foi sobre a Portaria nº 0492 de 05 de março de 2012, na qual se aborda o descarte consciente dos documentos produzidos pela Universidade Federal de Sergipe. Ela possibilitou o acúmulo de documentos históricos, ou seja, o ajuntamento de todo documento que já existia e que os que foram criados ao longo dessas duas décadas, fazendo com que o Arquivo Central recebesse apenas documentos permanentes porque, conforme o entendimento da arquivologia, são de cunho histórico.

Por fim, consideramos a grande contribuição do Arquivo Central como instrumento de guarda e difusão, por meio de seus pesquisadores, da memória da UFS. Vida longa a esse guardião que preserva em seu interior o registro, vestígios, sinais, documentos e registros fotográficos de histórias que aguardam ser desvendadas. Assim, promove a manutenção da memória perene da UFS, que comemora, este ano, 50 anos de sua aula inaugural.



# O quadro docente da Universidade Federal de Sergipe: ampliação, distribuição e área de concentração dos novos professores da UFS (2008 – 2013)

Silvana Aparecida Bretas\*

Teaching Staff of the Federal University of Sergipe: expansion, distribution and new professors' area of concentration (2008 - 2013).

## Resumo

Com a publicação do Decreto nº 6096, de 24 de maio de 2007, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, a ampliação do quadro docente fora bastante expressiva. A Universidade Federal de Sergipe – UFS, ampliou seu contingente docente e se transformou, em menos de uma década, na maior e única Universidade pública do estado de Sergipe. Considerando as análises das políticas públicas que tematizam o tema REUNI, o objetivo do artigo é demonstrar a ampliação do quadro docente da UFS bem como, mapear os campi, as áreas do conhecimento, a locação departamental e a titulação dos novos docentes. Para isso, levantei as homologações dos concursos realizados entre os anos de 2008 a 2013. A intenção é possibilitar novos questionamentos científicos a partir da constelação docente bastante recente da UFS.

**Palavras-chave:** Política de Educação Superior; REUNI; Quadro docente.

## Abstract

With the publication of the Decree n. 6096, on May 24th in 2007, which institutes the Program of Support to Restructuring and Expansion Plans of Federal Universities (REUNI), the expansion of the teaching staff was fairly significant. The Federal University of Sergipe (UFS) expanded its teaching staff and became, within less than a decade, the only and the greatest public university in Sergipe state. Taking the analysis of public policies concerning REUNI into consideration, this paper aims to demonstrate the expansion of the University's teaching staff as well as to map the campi, the areas of knowledge, department location and new professors' academic degrees. To that end, I collected the approvals of public tenders released between 2008 and 2013. Our purpose is to enable new scientific questions from the new teaching staff at UFS.

**Keywords:** Higher education policy; REUNI; teaching staff.

\* Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1990), mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1995) e doutorado em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2005). É Professora Dra. Associada da Universidade Federal de Sergipe - UFS.



Deus é um cara gozador, adora brincadeira  
 Pois pra me jogar no mundo, tinha o mundo inteiro  
 Mas achou muito engraçado me botar cabreiro  
 Na barriga da miséria, eu nasci batuqueiro brasileiro

(Chico Buarque, 1972<sup>1</sup>)

Na memorável obra de Max Weber<sup>2</sup>, *Política e Ciência. Duas vocações*, o leitor se depara, já de início do texto, com detalhada análise comparativa sobre a condição e a situação do jovem formado que decide se dedicar à ciência dentro das universidades alemãs e das norte-americanas. Esta obra é resultado de um conjunto de conferências que Weber proferiu nos EUA, em 1920, quando fez sua última viagem a esse país. Seu texto tem a rara precisão da físgada de um anzol e da profundidade de um submarino, próprio de intelectual que não só demonstra propriedade científica de seu campo de conhecimento (Economia, Sociologia, Filosofia), como erudição no campo das humanidades.

Não é por acaso que ele estabelece a comparação entre o *Privatdonzet*, jovem alemão que se dedica à formação científica na universidade alemã, e o *Assistant*, jovem americano que segue a mesma vocação na universidade de seu país. Conforme o consenso já estabelecido entre os historiadores da ciência que demarcam os períodos de prosperidade científica tomando-se o critério a hegemonia do saber, o período de 1810 a 1920, fora do domínio da Alemanha, onde surgiu um modelo de universidade que se propagou pelo mundo. Logo após, vigoraria a hegemonia norte-americana, acompanhada de sua indisfarçável proeminência política e econômica, em termos mundiais<sup>3</sup>. Portanto, Weber<sup>4</sup> capta perfeitamente o momento de transição da hegemonia científica de um país para o outro a partir dessa comparação, do mesmo modo que analisa como o capitalismo avançado norte-americano opera profundas mudanças no modo de se formar e de ser um cientista no mundo entre as Guerras Mundiais.

Para o sociólogo alemão, o *Privatdonzet*, ao ser admitido pelo titular de uma dada especialidade, deverá contar com seus próprios recursos para se dedicar anos a fio à sua qualificação apresentando um trabalho original. O exercício da docência é secundário em sua formação sobrando, assim, maior tempo e liberdade para o trabalho científico. Já o *Assistant*,

1 BUARQUE, Chico; *Chico Buarque Ao Vivo*. Le Zenith, Paris, 1989.

2 WEBER, M. *Ciência e política. Duas vocações*. 9 ed. Tradução: Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1993.

3 BAIARDI, A. *Sociedade e Estado no apoio à Ciência e à tecnologia*. Uma análise histórica. São Paulo: Hucitec, 1995.

4 Weber, 1993, p. 93.





tão logo é admitido, recebe um salário para o qual deve retribuir com sala de aula cheia e disputada pelos estudantes, caso contrário, pode até ser destituído. É justamente nos anos iniciais de sua formação que está asserbado pelo trabalho docente, são as autoridades da especialidade que define o programa que o jovem *assistant* deve realizar em sala de aula e, de modo geral, são responsáveis por tratar os temas mais periféricos e deixar os mais destacados aos titulares. Assim, Weber<sup>5</sup> conclui que a universidade para acolher novos ramos da ciência, está a processar segundos padrões americanos. Em suas palavras:

As empresas do “capitalismo de Estado” não podem realizar sua tarefa sem meios de grande envergadura e por isso se verifica nelas a mesma situação que em todos os sítios em que intervém a empresa capitalista: a separação do trabalhador e os meios de produção. O trabalhador, neste caso o *assistant*, está vinculado aos meios de trabalho que o Estado põe à sua disposição [...] A situação é frequentemente tão precária como qualquer outra existência proletária.

Seguindo a trilha deixada por Weber, vale refletir sobre as transformações operadas nas universidades alemãs e norte-americanas e, consequentemente, dessas últimas para a estrutura institucional da educação superior brasileira. Assim, também para seus jovens formados que decidiram dedicar-se à Ciência na universidade dos trópicos. Aqui, para lançar mão das artimanhas do humor justifico a epígrafe onde Deus, como um cara gozador, tinha o mundo todo para jogar este jovem, mas, para deixá-lo cabreiro, resolve jogá-lo no Brasil e, não bastando, o encaminha para a profissão de cientista na universidade tardia<sup>6</sup>. Como já sabido, escreve sua história em constantes crises e a partir de modelos de universidades transportados de outros países mais desenvolvidos e acomodados aos arranjos sociais locais os quais, de modo geral, precários em recursos humanos, em estrutura física e, especialmente, no estatuto científico que deveria lhe conferir a função social de instituição produtora e divulgadora de conhecimento<sup>7</sup>. O modo pelo qual o jovem cientista brasileiro constitui sua carreira e passa a se dedicar a pesquisa, constitui ainda um campo inexplorado da investigação educacional.

Por isso e a partir dessa reflexão inicial, o objetivo desse artigo é demonstrar a ampliação do quadro docente da Universidade Federal de Ser-

5 Idem; Ibdem

6 CUNHA, L. A. *A universidade temporã – o ensino superior da colônia à era Vargas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

7 BRETAS, S.A. *A rede municipal de ensino superior do Estado de São Paulo: novas questões sobre velhos problemas*. Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/CAr – Campus de Araraquara. 2005.

\_\_\_\_\_. *A criação da Universidade Federal de Sergipe. História, política e formação da comunidade acadêmica (1950 – 1970)*. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

gipe a partir da publicação do Decreto nº 6096 de 24 de maio de 2007, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI<sup>8</sup>. Como se sabe, foi a fase de maior crescimento de recursos humanos experimentada por essa Instituição desde sua origem<sup>9</sup> e, exatamente por isso, pretendo mapear as áreas do conhecimento que receberam os novos professores, sua locação departamental e sua titulação. Para tal empreitada, levantei as homologações dos concursos realizados pela Universidade Federal de Sergipe, nos anos de 2008 a 2013 publicados no Diário Oficial da União<sup>10</sup>, a fim de dimensionar a ampliação do quadro docente que se estabeleceu nesse período.

Minha pretensão nesse artigo é de trazer alguns questionamentos que possam apontar novas possibilidades de pesquisa sobre a Universidade Federal de Sergipe no que diz respeito à sua comunidade científica. No ano em que a UFS completa 50 anos de existência e, como está declarado nas intenções da atual Reitoria<sup>11</sup>, deseja inseri-la fortemente na sociedade e cultura sergipanas e, por isso, é preciso conhecer mais suas recentes transformações para, assim, ativar seus recursos humanos e físicos e se colocar como uma instituição social produtora e divulgadora de conhecimento a partir de seus estudantes, funcionários e professores.

### *Da universidade alemã para a universidade norte-americana e desta para a brasileira. A legitimidade ou não do modelo?*

Conforme o raciocínio desenvolvido logo no início desse artigo, o modo pelo qual o jovem alemão e o jovem americano se inserem na vida profissional da ciência tem relação direta com o *modus operandi* da produção do conhecimento científico e da correspondente estrutura de educação superior. É o modo pelo qual se consolida sua institucionalidade e estabelece o status e manutenção científica de acordo com a atmosfera acadêmica das universidades, no contexto das políticas para a ciência e

8 BRASIL. *Decreto nº 6096*, de 24 de maio de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm). Acessado em 13 de janeiro de 2018.

9 Conforme Araújo (2008, p. 20), há um consenso entre os historiadores da UFS que se define três períodos para descrever a sua história: sua origem como universidade (1968); a criação do campus universitário na cidade de São Cristóvão (1970) e a fase de expansão e interiorização a partir de 2007, consagrado pelo REUNI. Cf. ARAÚJO, G. S. *Universidade Federal de Sergipe sob o signo da Reforma Universitária (1968)*. Monografia apresentada ao Departamento de História. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2008.

10 Disponível em: <http://progep.ufs.br/pagina/20219> Acessado entre os dias 12 de nov. de 2017 a 15 de jan. de 2018

11 Atual Reitor Prof. Dr. Angelo Roberto Antonioli e Vice-Reitora: Profa. Dra. Iara Maria Campe-lo Lima (2017-2021).



educação de seus respectivos países. Sendo assim, é importante, mesmo que brevemente, analisar as transformações as quais me refiro mais acima e, posteriormente, analisar as decorrências operadas na formação jurídica e institucional da educação superior brasileira. Devido ao espaço reservado ao artigo, não será possível fazer tal análise de maneira exaustiva, apenas sínteses mais apropriadas para dar sustentação ao que mais me interessa que é a ampliação do quadro docente da UFS a partir da publicação do REUNI.

Para isso, retomo parte de meu estudo doutoral quando desenvolvi um capítulo para me aprofundar nas transformações das universidades norte-americanas e sua influência política e educacional na organização institucional da educação superior brasileira através da Reforma Universitária de 1968<sup>12</sup>. Não por acaso, a obra de Weber fora considerada como ponto de partida da referida análise, pois nela há um trecho significativo sobre o que se pode entender por domínio do processo de racionalização e intelecto liderado pela sociedade norte-americana, que muito dimensiona a nova concepção de Ciência e de mundo. Pela agudeza da análise, vale atentar para suas palavras:

Tal como se dá com outros setores de nossa vida, a universidade alemã se americaniza, sob importantes aspectos. Estou convencido de que essa evolução chegará mesmo a atingir as disciplinas em que o trabalhador é proprietário pessoal de seus meios de trabalho (essencialmente, de sua biblioteca). No momento, o trabalhador de minha especialidade continua a ser, em larga medida, seu próprio patrão, à semelhança do artesão de outrora, no quadro de seu mister próprio. A evolução se processa, contudo, a grandes passos<sup>13</sup>.

A universidade que serviu de modelo para o mundo, no final do século XIX e início do século XX, fora transformada gradativamente pela condução e pela realização da prática científica. O discurso mudou do saber geral e unificado para o saber especializado por área de conhecimento e o cientista se sobrepôs ao professor universitário com uma qualificação compatível com as exigências do mercado. Desaparece, também, a livre decisão para pesquisar o que se quer ou o que é relevante: em seu lugar, surge a figura do “projeto de pesquisa” submetido à burocracia estatal, de centros de pesquisa e de órgãos de fomento. A divulgação científica através de livros e revistas, além de estímulo, definiu-se como sinal de magnificação do cientista e de sua universidade. Aliados a esses aspectos, juntaram-se, aos institutos de pesquisa e às universidades, outros setores voltados à produção do conhecimento, o que redimensionou a imediata

12 BRETAS, 2005, p. 61-96.

13 Weber, 1993, p. 20

aplicação dos descobrimentos científicos ao mercado. Não é difícil entender por que a Ciência se aproximou do mundo político-econômico e, também, por ele passou a ser determinada.

Outro importante aspecto desenvolvido no estudo e que nos exige a reproduzi-lo aqui, diz respeito às inéditas formas institucionais não encontradas, naquele período, nas universidades europeias<sup>14</sup>. Assim, descrevo que...

Já no século XIX os Estados Unidos sustentavam um complexo e hierarquizado sistema de IES, assim, foram criadas as academias denominadas bens de raiz, cuja função era ensinar aos estudantes da classe trabalhadora, os aspectos científicos de suas profissões. As universidades foram tributárias do modelo alemão que integram a pesquisa ao ensino, mas com uma visão pragmática para a formação profissional. Finalmente, paralelos a essas instâncias de formação, seriam os *colleges* universitários, as academias militares e os institutos técnicos, no caso, cursos de graduação fragmentados em bacharelados e licenciaturas. Segundo Brown e Mayhen (1967, p. 29), a gestão dessas instituições teve, desde início, um caráter privado, devendo as pesquisas nelas desenvolvidas contribuir financeiramente para seus patrimônios e manutenção. Todo esse complexo e diversificado sistema institucional dividiu-se entre instituições que prestigia a pesquisa como atividade precípua e outra ampla maioria de IES, apenas dedicadas ao ensino.

Assim, continuando o aprofundamento sobre as formas e estrutura da educação superior norte-americana, concluo da seguinte maneira:

Para Ghisolfi<sup>15</sup>, ao findar o século XIX, os Estados Unidos havia construído um dos sistemas de ensino superior mais bem sucedido entre os países desenvolvidos e caracterizado por sua diversificação, hierarquização e de função multifacetada. Tudo isso não seria possível sem a atuação do Estado que desenvolveu uma política pública convicta que a educação superior seria um instrumento fundamental para o projeto nacional americano.

Essa análise é de muita importância para o presente artigo, pois o que vamos conhecer no Brasil, especialmente, após a Reforma da Educação Superior de 1968<sup>16</sup> é, também, a diversificação e hierarquização institu-

14 BRETAS, 2005, p. 76

15 GHISOLFI, J. C. *Políticas de educação superior norte-americanas*. Faça o que digo, mas não faça o que faço? São Paulo: Cortez, 2005, p. 48

16 BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei nº. 5.540 de 28 de novembro de 1968*. Fixa as normas de organização e funcionamento do Ensino Superior e a sua articulação com o ensino médio e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial da União. Brasília, 29/11/1968.



cional tal como os EUA, no entanto, sem a forte presença do Estado com a aposta que fizeram os americanos em sua educação superior. Aqui se optou pela via da privatização para ampliar as vagas para a juventude e pela hierarquização institucional, mas não só entre universidades, centros universitários, faculdades isoladas e institutos de pesquisa. Como também entre as próprias universidades públicas se consolidou tal hierarquia, na medida em que se investiu em ensino e pesquisa nos chamados centros de excelências e, apenas em ensino desvinculado da pesquisa nas universidades que se distanciavam da política de investimentos públicos estatais. Tanto na pesquisa que realizei sobre as Faculdades Municipais de São Paulo<sup>17</sup>, quanto na pesquisa sobre a criação da Universidade Federal de Sergipe<sup>18</sup>, observo a existência de IES centrais, cujo núcleo formador é o ensino e a pesquisa, quanto uma variação de IES cuja centralidade é apenas no ensino.

No caso mais específico da UFS é possível indicar aspectos históricos que marcam sua origem: 1) Nasce a partir de um modelo legal e acadêmico único de universidade que congrega diferentes faculdades sob a égide de uma reitoria; 2) A produção de conhecimento entre as faculdades congregadas se mostrou fragmentada de acordo com a exigência tecnológica exigida pelo mercado produtivo dos anos de 1960 em Sergipe; 3) Sua organização interna acomodou os professores e funcionários das antigas IES na condição de servidores públicos federais sem exigência de titulação.

Ou seja, inicialmente a realidade que regia o espírito da UFS estava assentada no ensino, devido sua forma de organização acadêmica e pelo próprio quadro docente disponível na época, mas a obrigatoriedade de produção de conhecimento era requisito indispensável à instituição universitária. Neste sentido, o modelo que serviu de referência não fora condizente com as condições concretas de sua existência, mas, por outro lado, seus administradores, corpo docente, discentes e de funcionários não conseguiram elaborar um perfil que lhe conferisse singularidade de sua própria constituição, até porque os modelos importados nem sempre foram questionados, apenas seguidos e acomodados de acordo com os precários arranjos locais.

Dado essa breve descrição sócio histórica das transformações operadas nas IES do país, especialmente da UFS, aqui em destaque, preciso problematizar mais um fato a respeito do crescimento desordenado entre as IES nacionais, especialmente, das Federais.

17 BRETAS, 2005; BRETAS, 2014.

18 Ambas as pesquisas levaram 4 anos para serem realizadas e foram fruto de ampla investigação documental nos respectivos arquivos de órgão públicos e privados dos estados de São Paulo e de Sergipe.



## *Os desafios para a expansão dos setores das universidades federais brasileiras*

As universidades federais formam o único sistema público regido pela União que abrange todo o território nacional do sistema da educação superior. Em 2005, segundo Amaral<sup>19</sup>, correspondia ao menor número de vagas e de função docente entre as IES públicas e privadas devido aos parcos investimentos que sucessivos governos federais dispensavam ao seu desenvolvimento. Na análise do financiamento da educação, conforme o referido autor, o setor privado que havia expandido exponencialmente nas últimas 4 (quatro) décadas, também apresentava seu limite de crescimento, pois a massa salarial do conjunto da população que podia arcar com as mensalidades já estava absorvida nas vagas oferecidas por este setor.

Na perspectiva de análise das políticas públicas de financiamento da educação superior e da presença do “quase mercado” educacional, o professor Nelson Amaral lança o desafio ao governo petista que estava assumindo o rumo da política econômica e social no Brasil, em apostar firmemente no setor das federais para fortalecer o caráter público da educação, democratizar esse nível de ensino ampliando as vagas e, conseqüentemente, ampliando seus quadros de funcionários e de professores, oferecendo infraestrutura para suas respectivas atuações. Esse era o desafio colocado ao governo Lula e que, dois anos mais tarde, fora respondido com o estabelecimento do REUNI<sup>20</sup>.

Conforme salienta Lima<sup>21</sup>, é uma política que “encontra-se inserida em um processo mais amplo de reordenamento do estado capitalista, considerado como a principal estratégia da burguesia internacional para o enfrentamento da crise estrutural do capital”. Antecedeu ao REUNI, o Programa de Universidade para Todos (ProUNI) – Lei nº. 11.096/2005, que trata da ampliação de isenção fiscal para as IES privadas<sup>22</sup>; Lei nº 10861/2004 que institui o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Su-

19 AMARAL, N. C. O Financiamento Da Educação Pública Brasileira: A Presença Do “Quase-Mercado” Educacional. Minicurso apresentado na 25ª Reunião Nacional da ANPED. Caxambu – MG, 29 de setembro a 2 de outubro de 2002. Disponível em: <http://25reuniao.anped.org.br/minicursos25.htm#gtf11>. Acessado em 10 de janeiro de 2018.

20 BRASIL, 2017.

21 LIMA, K. R. de S. Capitalismo dependente e “Reforma Universitária Consentida”: a contribuição de Florestan Fernandes para a superação dos dilemas educacionais brasileiros. In LIMA, K. R. de S.; CÊA, G. S. dos S.; MELO, A. A. S. (orgs.) *Educação Superior: uma reforma em processo*. São Paulo: Xamã, 2006, p. 35.

22 BRASIL. *LEI No 11.096, DE 13 DE JANEIRO DE 2005*. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília. Ministério da Educação, 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm). Acessado em 10 de janeiro de 2018.



perior (SINAES)<sup>23</sup>; Decreto nº 5205/2004, que regulamenta as parcerias entre universidades federais e fundações de apoio visando à captação de recursos privados para o financiamento de suas atividades<sup>24</sup>; Medida Provisória nº 208, de 20 de agosto de 2004<sup>25</sup>, que institui a Gratificação de Estímulo à Docência (GED), mantendo a lógica da produtividade e, finalmente, a Lei nº 11079/2004, que institui o projeto de Parceria Público e Privado<sup>26</sup>.

Esse conjunto de legislação forma o projeto de reformulação da educação superior do governo Lula e que, apesar de ter efetivado a ampliação do setor das federais, permitiu o avanço do setor privado no próprio setor público.

Grande parte dos professores, que hoje compõem o quadro docente da UFS, é testemunha ocular desse recente ordenamento jurídico-acadêmico responsável por sua ampliação. As trajetórias acadêmicas dos recentes professores são das mais variadas ordens, as quais não serão tratadas aqui, mas há um fato muito significativo nesse verdadeiro processo de migração de trabalhadores altamente qualificados, que representam os docentes da UFS e demais universidades federais do país. Refiro-me a demissão de mais de 900 doutores pela IES privadas no estado de São Paulo no ano de 2004. Considerando a exigência quase 10 anos de educação superior para a formação de um doutor em qualquer que seja a área do conhecimento, era de se esperar que tais doutores se espalhassem para os estados com maior dificuldade de

- 23 \_\_\_\_\_. *Lei nº 10861/2004*. Institui o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, e dá outras providências. Brasília. Ministério da Educação, 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm). Acessado em 10 de janeiro de 2018.
- 24 \_\_\_\_\_. *DECRETO Nº 5.205 DE 14 DE SETEMBRO DE 2004*. Regulamenta a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio. Brasília. Ministério da Educação, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm). Acessado em 10 de janeiro de 2018.
- 25 \_\_\_\_\_. *Medida Provisória nº 208*, de 20 de agosto de 2004. Altera dispositivos da Lei nº 9.678, de 3 de julho de 1998, que institui a Gratificação de Estímulo à Docência no Magistério Superior, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2004/medidaprovisoria-208-20-agosto-2004-533723-norma-pe.html>. Acessado em 10 de janeiro de 2018.
- 26 \_\_\_\_\_. *Lei nº 11079/2004*. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública Brasília. Casa Civil, 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/11079.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/11079.htm). Acessado em 10 de janeiro de 2018.

qualificação por titulação e que oferecessem a oportunidade de vaga em suas universidades públicas<sup>27</sup>.

Portanto, o cenário nacional estava assim perfilado, uma política de governo de investimentos para as universidades federais e uma grande parte de doutores desempregados, jovens e ávidos para construir suas carreiras. Os dados a seguir são relativos à quantidade da referida ampliação docente, suas áreas de conhecimento, local onde foram alocadas e titulação exigida, no intuito de esboçar algumas perspectivas para novas possibilidades de pesquisa, sobre a comunidade acadêmica responsável pela produção e divulgação do conhecimento.

### *A ampliação do quadro docente da UFS a partir das homologações dos Editais para provimento de cargos do magistério efetivo de educação superior (2008 a 2013)*

Abaixo passo a demonstrar as homologações dos editais pesquisadas no banco de dados do site da Pró-Reitora de Gestão de Pessoas – PRO-GEP<sup>28</sup>, onde foram consultadas as publicações das homologações de 56 editais entre os anos de 2008 a 2013 em Diário Oficial da União. Computei 513 homologações totais. Dessas, 21 para cargo de Auxiliar I (exigência título de Especialista); 225 para cargo de Assistente I (exigência título de Mestre), e 267 cargos de Adjunto I (exigência título de Doutor).

Em 2008, foram homologados os resultados dos Editais nº. 99, 103, 105, 109, 115, 117, 120, sendo aprovados 22 Assistentes, nível I, distribuído nas áreas de Turismo, Medicina, Ciências Contábeis, Administração 04 homologações para cada, Biologia 2, Educação Física, Engenharia Civil, Educação e Psicologia 01 para cada.

Para a titulação de doutor foram homologados 22 adjuntos, para as áreas Psicologia 03; Medicina, Ciências Sociais, Geologia, Filosofia, Biologia e História 02 homologações; Odontologia, Economia, Engenharia da Produção, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Sistema de Informação e Química 01 homologação para cada. De todas essas, duas foram para o Campus de Itabaiana e as demais (30) para o de São Cristóvão.

27 Em matéria publicada pelo jornal Folha de S. Paulo, de 04 de julho de 2004, Bruno Lima apresenta dados do Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE). Segundo ele, em 2003, foram formados 8.094 doutores, dos quais, nem 10% do total são absorvidos pelas empresas brasileiras. Em outra edição do mesmo jornal, de 14 de dezembro de 2003, Marcelo Leite aponta para a ausência de postos de trabalho para doutores. Assim diz ele: “No fundo o que o país não tem – não tinha com FHC e continua não tendo com Lula – é um projeto de desenvolvimento para gente que anda de ônibus e não de carros estrangeiros. blindados. Transformou-se em uma máquina financeira de moer talentos e triturar biografias, produzir ignorância e desperdiçar conhecimento”.

28 Disponível em: <http://progep.ufs.br/pagina/20219>. Acessado entre os dias 12 de nov. de 2017 a 15 de jan. de 2018.





As homologações em 2009 se intensificaram em comparação ao ano anterior. Foram homologados os resultados dos Editais de N<sup>o</sup>. 001, 002, 004, 005, 007, 008, 009, 013, 014, 017, 018, 023, 029, 032, 038, 041 e 120, observando a homologação de 2 Auxiliares (titulação especialista), 75 Assistentes e 49 Adjuntos. Vale destacar que a abertura de vaga para o título de auxiliar exige a comprovação de que não houve candidatos com títulos mais altos em editais anteriores e, ainda, um estudo do departamento que está pleiteando a vaga apresentando as justificativas para tal.

As áreas que mais obtiveram homologações para cargo de Assistente I nos referidos editais foram: Matemática 10; Medicina e Educação Física 09, sendo 1 Auxiliar em ambas as áreas; Ciências Contábeis 05; Comunicação Social 04; Administração, Geografia, Música, Serviço Social e Letras 03; Biologia, Dança, Educação, Engenharia de Produção 02; Farmácia, Teatro, Engenharia Florestal, Engenharia Química, Engenharia Elétrica, Engenharia Civil, Odontologia, Museologia, Ciência da Informação, Computação, Nutrição, Química, Fisioterapia, Artes Visuais, Design, Fisioterapia, Arquitetura e Urbanismo e Secretaria Executivo com 1 homologação cada.

Nas homologações para cargo de Adjunto I foram contabilizados os seguintes resultados: Educação e Engenharia Química 05 homologações para cada; Administração, Filosofia, Letras, Química, Biologia e Ciências Sociais 03; Odontologia, Computação, Engenharia de Alimentos, Fisioterapia, Física e Engenharia Elétrica 02; Medicina, Geologia, Letras Estrangeiras, Geografia, História, Biologia, Direito, Engenharia Civil e Engenharia Agrônoma com 01 homologação para cada.

Já no ano de 2010 foram catalogados os seguintes Editais para provimento de professor efetivo do magistério da Educação Superior: os de N<sup>o</sup>. 010, 014, 015, 016, 019, 020, 023, 024 e 026, sendo que em 02 deles (Editais N<sup>o</sup> 10 e 19/2010) foram apenas homologados para cargos para Assistente, nível I. Fora observada a homologação de 21 Assistentes I para as seguintes áreas: Nutrição, Matemática, Música, Sistema de Informação com 02 homologações; Artes Visuais e Design, Estatística e Ciências Atuariais, Teatro, Medicina, Fonoaudiologia, Física, Educação, Química, Museologia, Serviço Social, Engenharia de Produção, Biociência e Ciência da Computação com apenas 01 homologação para cada área.

Para Adjunto nível I foram 40 homologações distribuídas da seguinte forma: Computação e Química 04; Educação 03; Química, Fisiologia, Engenharia Elétrica, Filosofia, Geografia e Física 02; Biologia, Relações Internacionais, História, Engenharia de Materiais, Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção, Música, Direito, Arqueologia, Morfologia, Engenharia Química, Fisioterapia, Engenharia Ambiental, Letras, Administração, Medicina, Geologia com 01 homologação para cada Departamento.



No ano seguinte, 2011, foram homologados 21 cargos para Assistente, nível I e 12 para Adjunto nível I nos Editais de Nº. 003, 012, 019, 035. Para homologação de professor efetivo para Assistente I foram contabilizadas 21 publicações em Diário Oficial da União com a seguinte distribuição: Letras Estrangeiras 03; Educação em Saúde, Medicina, Engenharia Civil e Estatística e Ciências Atuariais 02 para cada; Direito, Economia, Administração, Enfermagem, Fisioterapia, Computação, Engenharia Elétrica, Química, Comunicação Social, Museologia homologaram 01 Assistente I para cada Departamento.

E para a homologação de cargos para Adjuntos I efetivos, foram sistematizadas 12 aprovações com a seguinte distribuição: Química, Física, Engenharia da Pesca, Biociência, Odontologia, Medicina, Educação em Saúde, Engenharia Química, Engenharia Elétrica, Letras, Biologia e Filosofia com 01 vaga para cada.

No conjunto de homologações do ano de 2012 foram publicadas as referidas nos Editais de Nº. 001, 011, 013, 015, 019, 030, 031, 033 e 034/2012. Foram aprovados 43 Assistentes nível I distribuídos nas seguintes áreas: Fonoaudiologia 06; Comunicação Social 05; Computação 04; Engenharia de Produção e Enfermagem 03; Turismo, Letras Estrangeiras, Terapia Ocupacional, Engenharia Química, Engenharia Mecânica, Secretariado Executivo, Relações Internacionais, Música e Fisioterapia 02 homologações para cada; Dança, Sistema de Informação, Física, Teatro com 01 homologação para cada Departamento citado.

Com relação ao cargo de Adjunto nível I, constatei 94 homologações distribuídas para os mais diversos departamentos e campi, sendo Geologia e Ecologia com 06 homologações; Farmácia, Engenharia Agrícola e Fisioterapia 05; Engenharia de Materiais 04; Engenharia Química, Odontologia, Comunicação Social, Nutrição, Fonoaudiologia, Biologia, Zootecnia e Letras Vernáculas com 03 aprovações homologadas cada; Psicologia, Química, Matemática, Medicina Veterinária, Medicina, Engenharia dos Alimentos, Engenharia de Pesca, Engenharia Ambiental e Relações Internacionais com 02 homologações cada; Fisiologia, Educação Física, Filosofia, Física, Arquitetura e Urbanismo, Artes Visuais e Design, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Computação, Engenharia Mecânica, Ciência da Informação, Engenharia Florestal, Arqueologia, Administração, Biociência, Teatro, Letras Estrangeiras, Ciências Contábeis e Arqueologia com 01 homologação para cada departamento citado.

Vale destacar a aprovação de dois cargos para auxiliares, sendo um para o Núcleo de Museologia e outro para Medicina de São Cristóvão. Como já indiquei mais acima, há condições especiais para publicar vaga com exigência de título de especialista. No caso de Museologia é possível inferir a pouca oferta de programa de pós-graduação nesta área de concentração e sua localização geográfica concentrada no sul e sudeste do



Brasil. Mas a mesma justificativa não vale para o curso de Medicina, no entanto, comentarei mais adiante visto que essa situação irá se repetir nos próximos editais.

Finalmente, no ano de 2013 foram publicadas as homologações dos Editais de N° 003, 006, 012, 014, 015, 019, 022, 026, 028 e 031. Nesse conjunto foram aprovados e homologados **17 Auxiliares de ensino**<sup>29</sup>, 43 Assistentes I e 50 Adjuntos I.

O destaque deve-se ao fato de serem 13 Auxiliares aprovados para assumir atividades de ensino para o curso de Medicina em Lagarto, já que não se espera que um auxiliar realize pesquisa. Mas porque o curso de Medicina contou com essa facilidade? Será que fora comprovada a ausência de titulação mais elevada. Por ora, é possível apenas esses questionamentos, pois as verdadeiras razões só podem ser reveladas em minucioso estudo de cada publicação dos referidos editais e do processo do concurso decorrente.

Os Departamentos Música, Engenharia Mecânica, Engenharia Industrial e Ciências Contábeis homologaram 01 Auxiliar aprovado para as respectivas lotações. Assim como Museologia, também são áreas com maior fragilidade de oferta de cursos de pós-graduação na região nordeste.

Com relação aos Assistentes I, foram homologadas 43 aprovações distribuídas pelos seguintes Departamentos: Engenharia Elétrica, Administração e Arquitetura e Urbanismo 04 homologações para cada; Ciência da Informação, Fonoaudiologia, Nutrição, Fisioterapia e Terapia Ocupacional 03; Dança, Artes Visuais e Design, Museologia, Farmácia, Medicina 02; Educação em Saúde, Serviço Social, Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Morfologia e Música com 01 homologação para cada.

As homologações para Adjuntos I contabilizaram 50, assim, distribuídas: Odontologia 04; Fonoaudiologia, Engenharia Ambiental e Educação em Saúde 03; Nutrição, Museologia, Geologia, Engenharia de Materiais, Letras Vernáculas, Morfologia, Química e Engenharia Agrícola com 2 homologações para cada curso; Administração, Estatística e Ciências Atuariais, Comunicação Social, Fisiologia, Ciência da Informação, Geografia, Matemática, Computação, Engenharia Química, Educação Física, Nutrição, Psicologia, Medicina, Engenharia de Produção, Ciência da Religião, Ciências Sociais, Direito, Farmácia, Comunicação Social, Computação e Filosofia com 01 homologação lotada em cada Departamento citado.

Depois dessa longa descrição, há considerações a se fazer no sentido de verificar as razões da ampliação do quadro docente e, como já fora dito, levantar questões pertinentes a outras pesquisas.



## Considerações finais

De modo geral, observo que Campus de São Cristóvão<sup>30</sup> é, esmagadoramente, o mais contemplado em todos os Editais publicados e homologados, em todos os anos. O que o coloca em vantagem com relação aos demais campi mais recentemente criados. À primeira vista, parece justificável por ser o campus que congrega maior número de cursos, no entanto, a vantagem em relação a outros campi é muito significativa, o que faz pensar na relação centro/periferia no interior da própria IES, onde um campus se sobrepõe ao outro nos investimentos políticos e financeiros. Em seguida, observo que o Campus de Itabaiana<sup>31</sup>, o primeiro a ser criado no interior do Estado e que, por isso, permitiu maior participação nos Editais com relação aos campi de Lagarto<sup>32</sup> e, por fim, o de Laranjeiras<sup>33</sup>.

Em 2011, a participação do Campus de Lagarto começa a se intensificar e, praticamente, foi possível montar os Núcleos dos cursos da área de saúde previstos para o seu funcionamento. A análise das homologações dos Editais de 2011, confirmam a participação do campus de Lagarto com 6 (seis) homologações igualmente distribuídos em ambos os cargos. Apesar desse dado, o Campus de São Cristóvão continua superando em número de homologações de concursos seguido dos demais campi.

Em 2012 o Campus de Lagarto, novamente, amplia sua participação em número de aprovação em ambos os cargos. Laranjeiras e Itabaiana também apresentam aprovações, mas de maneira mais discreta continuando a soberania do campus de São Cristóvão. E em 2013, merece destaque o fato da homologação de 13 Auxiliares para o curso de Medicina. Como já foi dito mais acima, trata-se de uma área de tradição acadêmica com oferta de programas de pós-graduação no nordeste e todo território nacional que não justificaria a contratação de cargo de Auxiliar de ensino. Considerando que é o Campus mais recente, parece que os arranjos imediatistas para montar o quadro docente se impuseram à necessidade do ensino, pesquisa e extensão.

Vale ainda, trazer a análise de Béssa Léda e Mancebo<sup>34</sup> sobre a política pública do REUNI e de seus rebatimentos no trabalho docente, que alerta ao fato da palavra “pesquisa” não aparecer uma única só vez no Decreto que institui o Reuni. É de se estranhar que tamanha força de crescimento do quadro docente universitário tenha sido acionada apenas para realizar

30 Cidade Universitária Prof. José Aloisio de Campos, 1987.

31 Campus Prof. Alberto Carvalho, 2006.

32 Campus Universitário Prof. Antônio Garcia Filho, 2010

33 Campus de Laranjeira, 2008.

34 BESSA LÉDA, D.; MACEBO, D. REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. In *Educação & Realidade*, vol. 34, nº 1, jan-abr., 2009.



ensino e extensão na vida universitária. Há de se verificar com muito rigor a orientação da política acadêmica no que diz respeito a trajetória dos antigos e recentes professores da UFS.

Por fim, esse detalhado levantamento abre um leque de possibilidades de novas pesquisas sobre as novas configurações do quadro docente da UFS atual. Como por exemplo, as estruturas acadêmicas da UFS também se transformaram para receber esse conjunto de mestres e doutores nas atividades de ensino, pesquisa e extensão de modo equiparado para todas as áreas do conhecimento? Quais as trajetórias desses vários docentes? Como se constituíram como professores e pesquisadores na atual UFS? Na estrutura da sociedade capitalista periférica brasileira e sergipana, como é possível convencer docentes e pesquisadores a se dedicarem à formação da comunidade acadêmica da UFS? Como incentivá-los com políticas efetivas para a afirmação de seus potenciais, como também o próprio sistema acadêmico, com inegáveis contribuições à conquista da autonomia científica brasileira? Por fim, em que medida a UFS, através de seus docentes, incide no desenvolvimento da sociedade e cultura sergipanas a partir da formação de seus estudantes e da produção e divulgação do conhecimento?

São questões, que do meu ponto de vista, merecem novos estudos para compreender o status epistemológico desta IES e possibilitar novas análises para verificar se é possível continuar as pistas de Weber. Ele percebe as transformações operadas na formação do *Privatdozent* para o *Assistent* como um avanço da empresa capitalista na condução da ciência e a proletarização na hierarquia institucional das cátedras universitárias. Cabe, agora, aos pesquisadores da educação superior brasileira e sergipana investigar se as atuais políticas do sistema federal de educação superior, estão operando novas transformações no perfil do cientista ou se continuaremos a repetir o refrão de que Deus é um cara gozador!







## ARTIGOS





## Aracaju no Tempo do Bonde: entre História e Memórias, 1908–1950

Amâncio Cardoso dos Santos Neto\*

## Aracaju in Tramcar: between History and Memories, 1908-1950

### Resumo

Este artigo analisa diversas fontes históricas para compreender as transformações nos usos e costumes provocadas pelos bondes em Aracaju, durante as primeiras décadas do século XX. Bem como examina a importância desse meio de transporte quanto às mudanças no tráfego; tipos de tração; preço de passagem; linhas; percursos; queixas e acidentes. Ademais, o texto apresenta algumas representações do vetusto veículo nas obras de ficção e memorialística, conforme as diversas abordagens ou tons: lírico, saudosista, realista, sarcástico e irônico. Neste sentido, foram consultadas fontes de diversas naturezas, tais como jornais, relatórios de governo, estatísticas, obras literárias, memórias, crônicas e testemunhos orais. Quanto às fotografias aqui expostas, elas servirão apenas para ilustrar a narrativa sobre o período e o tema em apreço.

**Palavras-chave:** Aracaju; Bonde; História Cultural dos Transportes.

### Abstract

This article examines various historical sources to understand the change in habits and customs caused by trams in Aracaju during the first decades of the 20th century, as well as mark the importance of this means of transport as to changes in traffic; types of traction; price of passage; lines; routes; complaints and accidents. Furthermore, the text presents some representations of the ancient vehicle in works of fiction, as the various approaches or tones: lyrical, nostalgic, realist, sarcastic and ironic. In this sense, were consulted sources of various natures, such as newspapers, Government reports, statistics, literary, memories, chronicles and oral testimonies. As for the photos exposed here, they serve only to illustrate the narrative about the period and the topic in appreciation.

**Keywords:** Aracaju; Tramcar; Cultural History of Transportation.



\* Mestre em História pela UNICAMP. Professor do Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia de Sergipe.

“Aracaju acordava com uma rapidez imensa com os bondes...”

José Sampaio (1913-1956).<sup>1</sup>

## Introdução

Este artigo examina as mudanças nos usos e costumes provocadas pela instalação de bondes em Aracaju, e analisa sua importância como o primeiro meio de transporte urbano, além de seus impactos enquanto objeto de modernização da jovem cidade, bem como suas representações nas obras de ficção e memorialística, conforme as diversas abordagens ou tons. Para alcançar essa trajetória, foram consultadas fontes de diversas naturezas. Quanto às imagens fotográficas utilizadas ao longo do texto, elas servem apenas como ilustração da narrativa, pois nos permite uma aproximação mais vivaz do período, da paisagem urbana e do tema em apreço.

O bonde foi o primeiro transporte urbano moderno da capital sergipana e, certamente, do mundo. Em 1832, o primeiro bonde de tração animal, puxados por burros sobre trilhos, entrou em operação na cidade de Nova York, nos Estados Unidos. Em Paris, França, isso ocorreu em 1855; em Santiago do Chile, 1857; e na cidade do México, em 1858. No Brasil, o bonde puxado por burros surge na segunda metade dos Oitocentos. As primeiras cidades a instalarem trilhos para bondes de tração animal foram: Rio de Janeiro (1859); Salvador (1860) e Porto Alegre (1864). Assim, no século XIX, o bonde tornou-se o mais importante sistema de transporte urbano.<sup>2</sup>

Duas décadas depois, em 1888, no estado norte americano da Virgínia, instalou-se o primeiro sistema de bondes elétricos.<sup>3</sup> Esse sistema foi paulatinamente substituindo o bonde puxado por burros em todo mundo; e isto ocorreu também em Sergipe na segunda década do século XX, como veremos adiante.

Curiosamente, o termo bonde no Brasil originou-se do inglês *bond*, que significava cupons de obrigação ou título de dívida. A alteração semântica originou-se em 1868 quando se associou os *bonds*, emitidos pelo Ministério da Fazenda, com a impressão de bilhetes de passagem dos vagões da Botanical Garden, companhia inglesa que explorava o transporte no Rio de Janeiro. A empresa confeccionou cupons, nos quais vinham estampadas a palavra *bond* e a figura do vagão. A população então passou a chamar o veículo de *bond* ou bonde, aporuguesando. Assim, houve extensão de sentido: do título da dívida

1 SAMPAIO, José. Os Maloqueiros. *Revista de Aracaju*. v. 2, 1944. p. 181.

2 MORRISON, Allen. *The Tramways of Brazil: a 130-year Survey*. New York: Bonde Press, 1989. p. 25-60.

3 WITTMANN, MARIA CRISTINA GONÇALVES. *Trilhos Urbanos*. Pelotas-RS: Universidade Federal de Pelotas, 2006. (monografia de especialização em patrimônio cultural e conservação de artefatos). p. 29-32.



para o cupom de passagem, e deste para o veículo.<sup>4</sup> Desse modo, somente no Brasil tal transporte sobre trilhos é denominado de ‘bonde’.<sup>5</sup>

Por servir durante mais de um século como transporte público em nosso país, o bonde marcou sobremaneira o imaginário nacional. Em nossa língua, por exemplo, ele está presente em algumas locuções com vários sentidos, como nos exemplos a seguir: *perder o bonde* – não aproveitar uma boa oportunidade; deixar de fazer bom negócio<sup>6</sup>; *pegar o bonde andando* – entrar em conversa sem saber o que se falou antes, ou num evento depois de ter começado; *tomar o bonde errado* - enganar-se, por ter mal avaliado, ao entrar em negócio e obter mau resultado; *tocar o bonde* - seguir com o trabalho ou projeto; e *comprar bonde* – fazer um mau negócio, ser ludibriado.<sup>7</sup>

Neste sentido, além de marcar presença em nossa língua, o bondinho modificou o cotidiano de várias cidades brasileiras, inclusive de Aracaju, vincando seus trilhos em nossas histórias e memórias.

### *O Tempo do Bonde em Aracaju: de 1908 a 1950*

Em Sergipe, Aracaju foi a única cidade a possuir transporte público de bondes. De 1908 a 1925, os bondes eram puxados por dois burros. De 1926 a 1950, eles passaram a ser elétricos. Através das fontes de época, percorramos a cidade quando era vincada por trilhos. Examinemos então notícias sobre tráfego; tipos de tração; preço de passagem; linhas; percursos; usos e costumes; queixas e acidentes.

Em 24 de outubro de 1908, Aracaju inicia o tráfego de bondes puxados por burros da empresa privada Carris Urbanos. Esses bondes continham 05 bancos para 20 passageiros, e foram comprados de segunda mão na cidade de Salvador.<sup>8</sup> Por isso, os testemunhos confirmam o mau estado de conservação dos vagões, além da falta de asseio dos veículos.<sup>9</sup> Anos depois, esse material continuava precário, além de vagaroso e obsoleto.<sup>10</sup>

4 Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/bonde>>. Acesso em: 10 de setembro de 2015.

5 Em Portugal bonde é chamado de carro elétrico ou carris; na Inglaterra de tramcar; na Espanha de tranvía.

6 MELLO, Nelson Cunha. *Conversando é que a gente se entende*: dicionário de expressões coloquiais brasileiras. São Paulo: Leya, 2009. p. 385.

7 HOUAISS, Antônio (Dir.). *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006. 01 CD-Rom.

8 MORRINSON, Allen. “The Tramways of Aracaju”. Disponível em: <<http://www.tramz.com>>. Acesso em: 20 agosto de 2015.

9 PEREIRA LOBO, José Joaquim. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa*. Aracaju, 07 de setembro de 1919. p. 81-85.

10 GRACCHO CARDOSO. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa*. Aracaju, 07 de setembro de 1923. p. 30.

A extensão das linhas, na época do bonde a burro, era de 08 km. O primeiro trecho teve como itinerário o seguinte percurso: iniciava na “porta do palácio presidencial [palácio Olímpio Campos], fazia uma curva em frente à repartição dos telégrafos [face sul da praça Fausto Cardoso], dobrava a esquina do Hotel Brasil [atual Assembleia Legislativa], e terminava em frente ao trapiche Pohlman [próximo à Capitania dos Portos], de onde voltava, passava em frente à ponte do Governador [atual Imperador], atravessava a rua da Aurora [trecho da av. Rio Branco] indo até a Alfândega [atual Centro Cultural de Aracaju].<sup>11</sup> Com o tempo, outros trechos foram instalados, como registra o poeta aracajuano Jacintho de Figueiredo (1911-1991): “Os bondinhos de burro ... – que poesia .../ ‘Fundição’, ‘Santo Antônio’, ‘Circular’ .../”.<sup>12</sup>

Quanto ao número e funções dos bondes de tração animal, Aracaju possuía 14 veículos em 1923. Assim distribuídos: 09 para passageiros; 03 especiais, para atender ao governo do Estado; 01 para transporte de carne do matadouro ao mercado; e 01 para o serviço funeral.

Em 09 de maio de 1919, o governo assume o serviço da Carris Urbanos e tenta melhorá-lo.<sup>13</sup> Ao tempo em que projeta, em 1920, o tráfego dos elétricos; o que se efetivará seis anos depois.<sup>14</sup> Aracaju foi a última capital do Brasil a possuir bondes movidos por eletricidade.

A inauguração dos elétricos ocorreu de fato em 18 de maio de 1926.<sup>15</sup> Entretanto, no dia 13 de agosto do mesmo ano, o governador Graccho Cardoso (1874-1950) realizou a inauguração política, quando da visita a Aracaju do presidente eleito Washington Luiz (1869-1957).<sup>16</sup> A então concessionária Tração Elétrica de Aracaju, administrada pela firma Andrade, Campos & Cia, passou a oferecer o novo serviço. Esta empresa encomendara veículos novos à fábrica Van der Zypen & Charlier, na cidade de Köln, Alemanha (ver figura 1).<sup>17</sup>

11 “Linha de bondes”. *O Estado de Sergipe*. Aracaju, 24 de outubro de 1908, nº 2.930, p. 03.

12 FIGUEIREDO, Jacintho de. *Motivos de Aracaju*. 3. ed. Aracaju: Funcaju, 2000. p. 31.

13 PEREIRA LOBO, José Joaquim. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa*. Aracaju, 07 de setembro de 1919. p. 85.

14 Idem, 1920. p. 87-89.

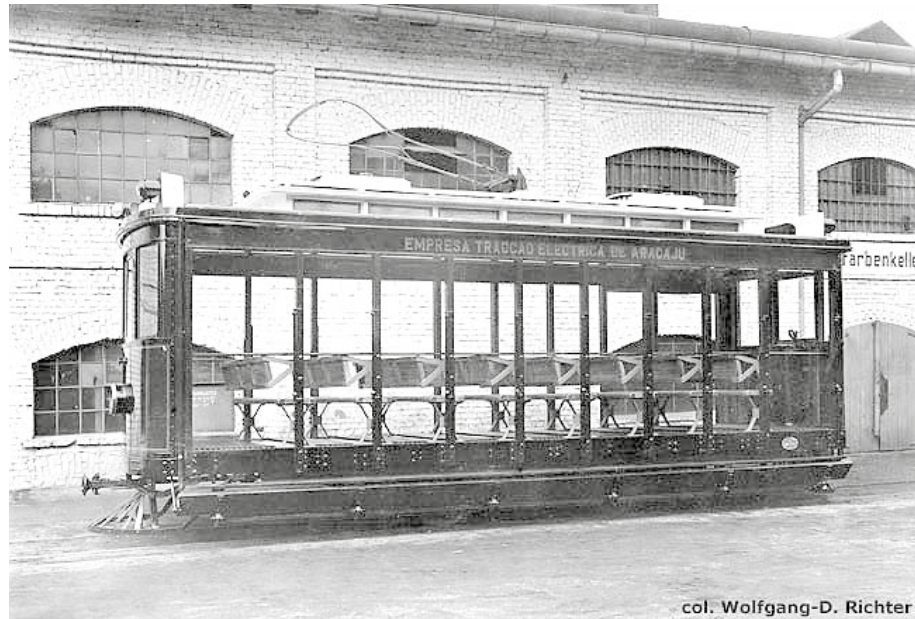
15 O Tráfego de Bondes. *Gazeta do Povo*. Aracaju, 19 de maio de 1926, nº 512. p. 01.

16 GRACCHO CARDOSO. Luz e bondes. In: *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa*. Aracaju, 07 de setembro de 1926. p. 22.

17 Disponível em: <<http://www.tramz.com/br/tto/6SE.html>>. Acesso em: 14 de setembro de 2015.



Figura 1: Bonde da Empresa de Tração Elétrica de Aracaju na fábrica alemã, 1925.



Fonte: [www.tramz.com](http://www.tramz.com)

A partir de 1928, a Tração Elétrica foi incorporada pelo Estado. O governo assumiu as prestações da firma perante os credores alemães Siemens Schuckert e a Motores Deutz Otto.<sup>18</sup> Oito anos depois, 1936, a estatal “Serviços de Luz e Força” passa a administrar o tráfego, cuja usina de eletricidade alimentava o motor dos bondes e fornecia luz para a cidade. A usina situava-se no Bairro Industrial, na atual avenida João Rodrigues; onde hoje funciona o Centro de Saúde Ninota Garcia.<sup>19</sup>

Na época dos elétricos, a extensão das linhas era de 13 km e 680 m. Já a passagem, custava 100 réis (preço de um jornal em Aracaju de 1926).<sup>20</sup> E o número de veículos em 1936 era de quinze – doze de passageiros e três para serviços do governo.<sup>21</sup>

O itinerário dos elétricos percorriam várias ruas e logradouros aracajuanos. As principais linhas eram a do *Santo Antônio*: que corria do pé da ladeira pela Estrada Nova (atuais ruas João Ribeiro e Carlos Firpo), seguia pelas ruas Itabaianinha e Itabaiana até a praça Pinheiro Machado (atual Tobias Barreto), dobrava a rua Vila Nova (atual Duque de Caxias), chegava

18 DANTAS, Manoel Correa. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa*. Aracaju, 07 de setembro de 1928. p. 105-109.

19 MORRISON, Allen. *The Tramways of Brazil*. New York: Bonde press, 1989. p. 58.

20 Ahí está. *Sergipe Jornal*. Aracaju, nº 1.337, 29 de maio de 1926. p. 01.

21 BRASIL, IBGE. Ferro-Carris. *Sinopse Estatística de Sergipe*. Rio de Janeiro, 1937. p. 53 et passim.



até a praça Getúlio Vargas (próximo à atual sede da O.A.B.-SE), descia pela avenida Ivo do Prado e retornava ao ponto de origem. A linha do *Bairro Industrial* partia da praia do Tecido ou Chica Chaves, corria a Estrada do Tecido (atuais av. João Rodrigues e Antônio Cabral), passava pelos mercados e antiga estação ferroviária (atual praça de eventos Hilton Lopes), seguia pela rua Japarutuba (atuais ruas José do Prado Franco e João Pessoa) até a praça Fausto Cardoso, dobrava a rua José de Faro até Ivo do Prado, seguia em direção à Fundação (área entre avenida Barão de Maruim até a confluência com Augusto Maynard), daí até a praça Pinheiro Machado e retornava pela rua Itabaiana. Outra linha era a do *Siqueira Campos*: que saía do centro da cidade e seguia até as imediações da Estação da Leste e retornava ao centro conectando-se com outros ramais. Também havia a *Circular*: que subia a rua Laranjeiras, dobrava a Siriri, subia a Estância, entrava na Pedro Calazans até a praça da Bandeira, passando pela Escola Manuel Luiz, descia a Barão de Maruim, dobrava a rua Arauá e retornava ao centro. Tempos depois, as ruas Buquim e N. Sra. das Dores foram também contempladas.<sup>22</sup>

Nesta teia de trilhos urbanos, surgiram novos usos e costumes praticados nos bondinhos de Aracaju.

### *O Bonde e as novas práticas sócio-culturais*

O bonde, como primeiro transporte urbano de Aracaju, possibilitou uma intensa mudança no cotidiano. Assim, os passageiros ao tomarem o bonde criaram novos usos e costumes, a exemplo da leitura de livros e jornais dentro dos veículos; como também das relações de namoro durante o percurso.

Sobre a novidade da leitura no recinto dos vagões em movimento, por exemplo, Elias Carmello (1876-1961), funcionário público e escritor sergipano, classificou esse hábito como exibicionismo numa de suas crônicas. Entretanto, após obter emprestado um livro do amigo e intelectual, Prado Sampaio (1865-1932), ele escreveu: “Logo que no bonde tomei assento, um relance d’olhos passei na primeira página daquele livro [*A longa estrada*, de Ranulpho Prata (1896-1942)]”.<sup>23</sup> Vê-se que o cronista não se conteve e “exibiu-se” rapidamente no banco do bonde, tomado na praça Pinheiro Machado.

Outro indício da prática de leitura nos bondes, neste caso de jornais, está na nota publicada pelo *Correio de Aracaju* em 1926, reclamando con-

22 Linhas baseadas em jornais de época; no mapa elaborado por MORRISON, Allen. *The Tramways of Brazil*. New York: Bonde press, 1989. p. 58; e nas memórias de MELINS, Murilo. *Aracaju Romântica que vi e vivi*. 3 ed. Aracaju: Unit, 2007. p. 198-201.

23 CARMELLO, Elias. Impressões. *Correio de Aracaju*, nº 301, de 05 de novembro de 1926. p. 04. O livro ‘A longa Estrada’, de Ranulpho Prata fora lançado no ano anterior, em 1925.

tra alguns condutores [cobradores de passagens], os quais impediam que os “pirralhos vendedores de jornais” trabalhassem nos bondes elétricos.<sup>24</sup>

Além da leitura de livros e jornais, outra atitude dentro do bonde era o namoro. Namorar nos bondes, sobretudo entre jovens, era prática corriqueira anotada por vários testemunhos. Uma linha que diariamente acolhia os casais aracajuanos era a do Bairro Industrial. O escritor Mário Cabral (1914-2009) e seus amigos, por exemplo, tomavam com frequência o denominado “bonde dos namorados”, após a espera de suas amadas à porta das fábricas de tecido Confiança e Sergipe Industrial. Ele rememora em seu clássico de 1948, *Roteiro de Aracaju*:

É no bairro industrial que transita o bonde dos namorados. (...). O bonde dos namorados é precisamente o bonde das 22 horas, o bonde que vai para a cidade. (...). Aí o primeiro namorado toma o bonde. É o Vasconcelos. Adiante, no ponto seguinte, outro namorado, é o Armando. (...). Ali é Piturita que toma o bonde. Mais adiante é Neto, é Walter, é Armando da Farmácia, sou eu próprio, é mais meia dúzia de namorados. E o bonde segue dançando, aterro afora, rumo da cidade, cheio de namorados, exclusivamente de namorados.<sup>25</sup>

Um outro testemunho, mas agora ficcional, também registra o namoro nos bondes de Aracaju. No romance realista, ‘Os Corumbas’, de Amando Fontes (1899-1967), clássico de nossas letras, de 1933, e ambientado na capital sergipana, registra que o casal de noivos, Sargento Zeca e Caçulinha Corumba, “andavam, de bonde em bonde, percorrendo as linhas da Fundação, da Rua do Siriri, ...”, enquanto a banda não iniciava a música no coreto da praça Fausto Cardoso.<sup>26</sup>

24 Os nossos gazeteiros e os bondes da Tração. *Correio de Aracaju*, nº 285, 18 de outubro de 1926. p. 01.

25 CABRAL, Mário. *Roteiro de Aracaju*. 3 ed. Aracaju: Banese, 2001. p. 176. (1ª edição de 1948).

26 FONTES, Amando. *Os Corumbas*. 23. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999. p. 130-136.



**Figura 2: Bonde passando na praça Fausto Cardoso, década de 1940.**



Fonte: [www.tramz.com](http://www.tramz.com)

### *O Bonde e os Problemas Recorrentes*

Mas nem tudo era lazer e romantismo nos bondes de Aracaju. Registros de queixas contra o serviço e acidentes eram também recorrentes. As reclamações mais comuns giravam em torno da falta de horário regular e do conseqüente atraso; do despreparo dos funcionários no atendimento e dos descarrilamentos dos vagões (saída dos trilhos).

O atraso dos bondes, de tração animal ou elétrica, provocava longa espera e aborrecimento nos passageiros. Esse foi o tipo de reclamação mais frequente nas fontes compulsadas, mesmo com a mudança de tração.

Dois meses depois de iniciar o tráfego dos elétricos, em julho de 1926, por exemplo, “várias pessoas residentes nas ruas de Itaporanga, Propriá, Pedro Calazans e outras daquele trecho” pediram ao jornal *Correio de Aracaju* que fizesse “um apelo” aos diretores da Tração Elétrica para que fosse “feita a desobstrução da linha que liga a rua de Laranjeiras com a de Itaporanga, na rua de Pedro Calazans (...)”. Nesse trecho, moradores reclamavam que só passava bonde de hora em hora.<sup>27</sup>

Outro tipo comum de reclamação também feita pelos passageiros era em relação ao despreparo dos funcionários do sistema de bondes, sobretudo dos motorneiros (condutores de bonde elétrico). Tomemos como exemplo um fato inusitado ocorrido em 22 de agosto de 1926, “às 08 horas, nas proximidades da rua de Buquim”. O motorneiro parou o veículo e

27 Um apelo aos Empresarios da Tracção. *Correio de Aracaju*, nº 222, 30 de julho de 1926, p. 01.



pediu a um garoto que fosse comprar “alguns nickeis de beijus, e sentou-se a espera dos mesmos”. O menino retornou e o motorneiro saboreou a iguaria, enquanto os passageiros assistiam ao lanche. “Logo depois o bonde partiu, sob uma tempestade de aplausos e vivas tumultuosos, ...”, ironizou o redator do *Correio de Aracaju*.<sup>28</sup>

Ainda sobre a qualidade dos serviços prestados pelos profissionais da E.T.E.A (Empresa de Tração Elétrica de Aracaju), um cronista escreveu: “Os bondes são antes bons do que maus. O pessoal que os serve é, no entanto, péssimo, ...”.<sup>29</sup> Cinco dias depois, 25 de setembro de 1926, o mesmo *Correio*, publica uma matéria na primeira página contra o mau serviço dos motorneiros e pede providências aos diretores da E.T.E.A.; alegavam que os condutores (cobradores de passagem) também não obedeciam à solicitação de parada dos passageiros; e no final questiona: “Ora, se o bonde é elétrico, porque não param quando os passageiros pedem aos condutores ?”.<sup>30</sup>

Além do atraso e do despreparo dos funcionários no atendimento ao público, outro item constante das queixas contra o serviço de bondes era o descarrilamento. Este incidente era tão comum que um dos redatores do *Correio* anotou, com ironia, que os descarrilamentos dos elétricos “já vão se familiarizando conosco”.<sup>31</sup> Apesar do tom de pilhéria, vários descarrilamentos ocorreram realmente no curto período entre julho e dezembro de 1926.

Em julho, por exemplo, publicou-se uma nota cujo título sarcástico era: “Um veículo da E.T.E.A. quis banhar-se ontem nas águas do rio Sergipe”. A manchete referia-se ao descarrilamento de um bonde, na avenida Rio Branco, que fazia a linha Bairro Industrial-Fundição [face sul da avenida Ivo do Prado]”; essa via margeia o rio Sergipe e o bonde ao sair dos trilhos parecia “querer banhar-se em suas águas”, conforme o sarcasmo do redator.<sup>32</sup> Em agosto, o bonde número 07, da mesma linha, descarrilou na curva da antiga estação ferroviária, próximo ao mercado municipal, no centro de Aracaju. A nota reclamava dos vários descarrilamentos diários, arrematando que “o da linha Circular já descarrilou sete vezes em um só dia”.<sup>33</sup>

28 Tratam-se S. S. Excias. ... os motorneiros da Tracção. *Correio de Aracaju*, nº 243, 24 de agosto de 1926. p. 04.

29 MONTEIRO, Oscar. “Crônicas da velha mulata IX – Nossa capital”. *Correio de Aracaju*, nº 262, 20 de setembro de 1926. p. 01.

30 Os Bondes. *Correio de Aracaju*, nº 267, 25 de setembro de 1926. p. 01.

31 Chispas. *Correio de Aracaju*, nº 229, 07 de agosto de 1926. p. 01.

32 *Correio de Aracaju*, nº 211, 18 de julho de 1926. p. 04.

33 “Várias”. *Correio de Aracaju*, nº 227, 05 de agosto de 1926. p. 01.



**Figura 3: Bonde na “Rua da Frente”, atual Ivo do Prado, década de 1940.**



Fonte: Acervo Laboratório de Imagens Lineu Lins-UNIT.

Já em setembro, mais dois bondes descarrilaram; um na avenida Barão de Maruim e outro no bairro Santo Antônio. A nota do jornal, em tom de zombaria, também trazia um sugestivo título relacionado a atrasos, à lentidão e a descarrilamentos: “Os bonds, apesar de imitarem os cágados, saem fora da linha”.<sup>34</sup> Por fim, em dezembro de 1926, outro bonde descarrilou no movimentado cruzamento das ruas Laranjeiras e Japarutuba (atual João Pessoa) e parou porque bateu num poste, felizmente danificando apenas o veículo.<sup>35</sup>

Todos esses problemas não eram privilégio de nossa capital. Eles ocorriam também em outras cidades, a exemplo de Salvador-BA, cuja topografia acidentada, ao contrário da planura de Aracaju, propiciava a elevação do índice de queixas e acidentes.<sup>36</sup>

O tempo do bonde em Aracaju, embora extinto, está na memória de aracajuanos que o vivenciou. Um exemplo é o de Maria Terezinha de Jesus Silva (Dona Tetê), 80 anos; sr. Maurício Domingos dos Santos, 77 anos; e Murillo Melins, 89 anos. Eles pongaram, quando adolescentes, nos bondes de Aracaju.<sup>37</sup>

Dona Tetê passeava com colegas do Grupo Escolar Manuel Luiz, por onde o bonde passava, na avenida Pedro Calazans. Senhor Maurício pon-

34 *Correio de Aracaju*, nº 251, 02 de setembro de 1926. p. 04.

35 Onde iria parar se não encontrasse o poste?. *Correio de Aracaju*, nº 333, 15 de dez. de 1926. p. 01.

36 Ver SAMPAIO, Consuelo Novais. A cidade se articula (1870-1900). In: *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*. Rio de Janeiro: Versal, 2005. p. 241-253.

37 Pongar significa subir com destreza no bonde em movimento.

gava no bonde do Santo Antônio, em direção ao centro da cidade, para assistir às sessões do Cine Guarany na rua de Estância.<sup>38</sup> Já o senhor Mellins lembra que se esbarrachou no chão ao tentar despongar do bonde, ficando constrangido pelos risos dos passageiros.<sup>39</sup> Todos eles têm nostalgia ao lembrar dos bondes de Aracaju; um tempo tão lúdico quanto romântico registrado não somente nas memórias, mas também nas páginas de nossas letras.

### *O Bonde na Literatura Sergipana*

Além de servirem diuturnamente aos aracajuanos e marcarem suas memórias, os bondes também foram representados em diversas páginas das letras sergipenses. Os românticos bondinhos deixaram, como vimos, fundas marcas na vida dos cidadãos; isso também se expressou, sobremaneira, nos escritos literários que evocavam os antigos veículos. Os testemunhos representaram os bondes de Aracaju de forma lírica, nostálgica, realista e até satírica.

No livro *Motivos de Aracaju*, de 1955, por exemplo, escrito por Jacintho de Figueiredo (1911-1999), temos uma homenagem em versos aos cem anos da capital. Em dois sonetos, o autor alude aos bondes num tom lírico e nostálgico.

O primeiro poema se intitula “Crônica”. Nele, o poeta lembra com lirismo os bondinhos de tração animal na sua pitoresca lentidão, vencendo dunas e apicuns da antiga e tranquila Aracaju nas primeiras décadas do século XX:

Os bondinhos de burro... – que poesia! .../ “Fundição”, “Santo Antônio”, “Circular” .../ Tempo feliz aquele! Não havia/ Essa pressa da hora de chegar! .../ (...)/ Mas a cidade, aos poucos, foi crescendo .../ Transpondo as dunas, apicuns vencendo,/ Tornando imprescindível a condução./ E em

consequência, pelas ruas,/ Que ao tempo do bondinho eram tão nuas .../ Não mais aquela placidez de então!<sup>40</sup>

O segundo poema de *Motivos de Aracaju* é “O Último Bonde”. Nele, Figueiredo refaz o trajeto do bonde elétrico que, ao contrário dos puxados por animais, rodava “acelerado” até onze horas da noite, entre os bairros Santo Antônio e Fundição (final da atual avenida Ivo do Prado), e se reco-

38 Entrevista com Maria Terezinha de Jesus Silva, funcionária municipal aposentada, em Aracaju, 02 de setembro de 2015; Entrevista com Maurício Domingos dos Santos, professor aposentado, em Aracaju, 02 de setembro de 2015.

39 Entrevista com Murilo Mellin, 88 anos, funcionário público aposentado, em Aracaju, 17 de maio de 2017.

40 FIGUEIREDO, Jacintho de. *Motivos de Aracaju*. 3. ed. Aracaju: Funcaju, 2000. p. 31.



lhia no Aterro do Tecido (atual avenida João Rodrigues), local da usina que gerava energia para os veículos e da garagem dos bondes. Eis as últimas estrofes do soneto: “O último bonde, como era chamado,/ Vinha do Santo Antônio, acelerado,/ Fazendo a volta pela Fundação;/ Rua da Frente, Aterro do Tecido,/ Em busca do repouso merecido,/ Depois de percorrer léguas de chão”.<sup>41</sup>

É sintomático que o bonde figure como único tema abordado por duas vezes num livro em homenagem ao centenário de Aracaju. Isto pode ser indício de que o velho transporte teve importância tanto na vida da cidade quanto no espírito do poeta.

Mas o bonde não foi objeto apenas da poesia lírica. Poemas satíricos também apareceram nos jornais. Em 1926, por exemplo, um certo “Léo” escreve cinco quadras (estrofes de quatro versos) satirizando, ou dando “piparotes”, nos defeitos apresentados nos novos elétricos:

Engasgado traz antonte,/ Na rua de Itabaiana,/ Encontra-  
va-se um *bondão*,/ Da *boa* dona ÉTÉANA!.../ Trepados por  
sobre o *cujo*/ Os pobres dos condutores/ Gritavam desespera-  
rados:/ Que bondes *encrençadores!* / (...) /Quando menos se  
esperava/ Um *Jones* apareceu,/ Que é isto, meus rapazes?!/  
O que foi que aconteceu?! - O bonde pulou da linha,/ E o  
arco se arreventou!.../ Vosmecê seu *Jone*, vá/ Chamar seu  
*Jone doutô!*...<sup>42</sup>

As quadras são uma implacável sátira política. Examinemos: ‘*boa Dona Étéana*’ é a ETEA, empresa que operava os bondes elétricos à época, como vimos. Os condutores eram funcionários que faziam cobrança das passagens e os “*Jones*” é uma alusão jocosa aos sócios proprietários da ETEA, João Campos e João Andrade. Um deles, se arvorava de engenheiro para consertar os bondes, mas o acusavam de não ter formação para tal, daí a alcunha irônica de “*Jone doutô*”.

Já o termo ‘*bondão*’ do terceiro verso, faz alusão ao irmão mais novo do então governador, Graccho Cardoso (1874-1950), Hunald Santaflor Cardoso (1894-1973), o qual possuiria nádegas avantajadas, sendo então satirizado em várias notas de jornal pela oposição ao governo do mano. A oposição também o acusava de estar envolvido nas suspeitas de corrupção sobre o contrato de concessão de exploração dos bondes cedidos aos sócios João Campos e João Andrade, daí a expressão irônica ‘*boa Dona Étéana*’. Além disso, o grupo político opositor acusava Graccho Cardoso de prática de nepotismo, pois seu irmão, Hunald Cardoso, assumira vários cargos sob os auspícios do Estado. Durante a presidência de Graccho, ele fora designado secretário-geral do governo,

41 FIGUEIREDO, Jacintho de. *Motivos de Aracaju*. 3. ed. Aracaju: Funcaju, 2000. p. 77.

42 LÉO. Piparotes. *Sergipe-Jornal*. Aracaju, nº 1.400, 18 de agosto de 1926. p. 01.

sendo exonerado do cargo em agosto de 1923 por ter sido indicado por Graccho para dirigir o Banco Estadual de Sergipe. Em 1925, Hunald foi escolhido prefeito de Aracaju, também com apoio e indicação do irmão e então governador.

Nessa conjuntura, a sátira se justificaria porque os sócios da ‘boa Dona Étéana’ teriam sido privilegiados na concessão dos serviços dos bondes elétricos da capital pelo governador Graccho Cardoso e seu irmão, prefeito da capital. Os irmãos Cardoso haviam-se tornado inimigos políticos tanto do diretor do Sergipe-Jornal, onde se publicaram as quadras, o deputado federal Antônio Batista Bittencourt (1893-1940), quanto do ex-governador, senador e líder do Partido Republicano, Pereira Lobo (1864-1933). Batista Bittencourt e Pereira Lobo fizeram pesadas críticas ao governo Graccho, entre 1922 e 1926. Dentre elas, acusavam de corrompido o contrato de concessão do serviço de bondes, com aquiescência de seu irmão e prefeito de Aracaju; o que motivou graves denúncias e sátiras políticas em diversas edições do Sergipe-Jornal, órgão controlado por Bittencourt e Pereira Lobo.<sup>43</sup>

Como se vê, a implantação do sistema de bondes elétricos em Aracaju refletiu as dissensões político-partidárias do Estado à época.

Ainda no campo da sátira, encontramos o monólogo ‘No Bond’, publicado no jornal humorístico O Espião, editado em Aracaju de 1909, um ano após a implantação dos bondes puxados por burros. O autor, José Rodrigues Vianna, recitou os versos no Teatro Carlos Gomes (depois Cine Teatro Rio Branco, na atual rua João Pessoa), trajando a farda dos condutores de bonde.

Rodrigues Vianna era diretor da Companhia Dramática, Lírica e Cômica, e fez diversas apresentações no antigo teatro. Seu monólogo faz o caminho inverso das reclamações neste serviço, pois eram comuns denúncias dos passageiros contra os condutores. Mas aqui temos um raro momento em que o condutor, em tom jocoso, expõe as desventuras de sua faina contra os passageiros. Dentre elas se destacam:

- *a cobrança do fiscal*: “N’um bond cheio de gente/ Faço a cobrança geral,/ Destaco cupons a ufa/ Quando me surge o fiscal/ Tomando no assentamento/ Depois de várias contagens/ Sempre nos diz: Conductor;/ Olhe, faltam três passagens”.
- *a solicitação de parada longe do ponto*: “Qualquer velhusca/ Quando lhe dá na ideia/ Manda parar de Palácio/ O bond lá na Cadeia”. A cadeia ficava na praça 24 de outubro (atual general Valadão) a três distantes quarteirões da praça de Palácio (atual Fausto Cardoso).

43 Ver críticas severas e constantes ao governo Graccho Cardoso e ao serviço de bondes no *Sergipe-Jornal* de fevereiro de 1925 a outubro de 1926.

- *o ensino aos idosos a pongar*: “Inda é preciso que a gente/ Cortês se faça mostrar/ Em ensinar à velhusca/ Como se deve ... trepar”.
- *o não pagamento da passagem por algum malandro*: “Qualquer pelintra querendo/ uma passagem engolir/ Pergunta com a cara dura:/ Condutor já vai partir?/ Ao nosso sinal se trepa/ Com a maior descarcação.../ Mas quando o cobre pedimos/ Nos responde alevantado:/ Condutor, não seja ousado/ Deixe de amolegação!”.

Por tantos dissabores, o condutor desabafa, nos versos abaixo, que deseja deixar o serviço e empregar-se em outro, através de apadrinhamento: “Não posso mais esta vida,/ Muita desventura esconde/ Por isso não quero ser/ Condutor, jamais de bond./ Vou entregar o apito/ Sacola, cupons e prego/ E com o doutor Venâncio/ Renovamente me emprego”.<sup>44</sup>

Ainda seguindo o bonde através dos textos, temos a crônica “Os Bondinhos” do professor e magistrado Bonifácio Fortes (1926-2004), publicada no Sergipe-Jornal em 1950; data dos últimos suspiros dos bondes aracajuanos. Assim, todo o texto é um lamento por conta da iminente extinção dos “bondinhos” na capital. Por isso, escreve o autor que a cidade teria perdido seu “sentido poético”. O título da crônica no diminutivo já exprime certo afeto pelo veículo. Prova disso também é que Fortes personifica os bondes, chamando-os de “heroicos bondinhos”, pelo fato de rodarem mais horas que o de outras cidades em ruas arenosas e de não terem seu maquinário renovado. Aracaju sempre possuiu os mesmos bondes elétricos e um reboque, desde 1926 a 1955, período em que o número da população aumentou significativamente, intensificando o uso e o conseqüente desgaste dos veículos. Por conta disso, Bonifácio Fortes exprime a ‘bravura’ dos bondes da capital:

Heroicos bondinhos de Aracaju, infatigáveis veículos que giravam desde as seis horas da manhã até as 11 da noite, quase sem paradas, subindo a poeirenta rua do Bomfim ou as constantes areias da Pedro Calasans.

Em outra passagem, o autor revela o amor dos aracajuanos pelos bondes, apesar da precariedade do serviço e das condições físicas dos veículos. Diz ele: “O aracajuano ama os bondinhos no que eles têm de mais pitoresco, no que eles oferecem de mais anedótico, no seu próprio inforto (sic) e vagareza”.<sup>45</sup>

Encontramos ainda outra crônica que não foi publicada em jornal, mas numa página do já citado clássico de nossa literatura, ‘Roteiro de Aracaju’, de Mário Cabral (1914-2009), com primeira edição de 1948. O livro reúne

44 VIANNA, Rodrigues. No bond. *O Espião*. Aracaju, nº 37, 21 de março de 1909. p. 01. Esse raro jornal, encontrei depositado nos arquivos da Biblioteca Nacional, podendo ser consultado *on line*.

45 FORTES, Bonifácio. Os Bondinhos. *Sergipe-Jornal*. Aracaju, nº 12.477, 24 de maio de 1950. p. 04.





diversos assuntos sobre a cidade, formando uma espécie de ‘guia sentimental’. Dele extraímos uma passagem em que os bondes são personagens principais, intitulada ‘Os Transportes’; contudo nela o autor aborda apenas sobre os bondes a burro e elétrico; deixando de lado outros meios de transporte. Cabral relembra linhas, trações, defeitos, horários e superlotação. Sobre esse último assunto, ele escreveu: “... os bondes andam superlotados, gente em todos os lugares, pendurada dos lados [pingentes], gente equilibrada, atrás, sobre o dorso do engate”.<sup>46</sup>

Saindo da crônica passemos para memorialística; outro gênero literário que tomou o bonde de Aracaju como tema. A primeira é ‘Um Menino Sergipano’, de Genolino Amado (1902-1989). O imortal da Academia Brasileira de Letras publicou suas memórias em 1977. Um dos capítulos de seu livro se intitula “O Bonde”. Ele remonta ao tempo dos bondes puxados a burro em Aracaju. Na primeira frase sentencia com pilhéria: “Na terra dos inteligentes, bonde de burros”. Aqui o autor alude à plêiade da inteligência nacional nascida em Sergipe como Tobias Barreto (1839-1889), Silvio Romero (1851-1914), Manoel Bomfim (1868-1932), Fausto Cardoso (1864-1906), João Ribeiro (1860-1934), Gumercindo Bessa (1859-1913), Felisbello Freire (1858-1916), entre outros, mas em cuja capital do estado o bonde ainda era movido por tração de muares. Lembremos que Aracaju foi a última capital da República a instalar o sistema de bondes elétricos, em 1926.

Embora Genolino inicie seu texto com um chiste, ele escreve líricas recordações sobre os bondinhos puxados por burros. Conta-nos que o antigo veículo foi um de seus “deslumbramentos” quando aportou em Aracaju ainda menino. E afirma que “a qualificação há de parecer excessiva, mas quem é pequeno engrandece as coisas. E aquele bondinho me maravilhou”.

Genolino Amado nos recorda que o que mais o “encantou” não foi o bonde comum, mas o bonde especial, exclusivo do presidente do Estado (atual governador). Rememora embevecido:

Era o bonde especialíssimo do Presidente, que, em noites de verão, nele passeava com algumas excelências da sua roda. Sem os bancos duros do bonde plebeu, tinha jeito de um pequeno salão, paródia de carro *pullman*, com poltronas de vime e iluminação que me parecia feérica. Dava gosto olhar. Dava também inveja. Que beleza!<sup>47</sup>

Nessa passagem, percebe-se que a desigualdade social também se expressava no serviço público desse transporte urbano.

46 CABRAL, Mário. *Roteiro de Aracaju*. 3. ed. Aracaju: Banese, 2001. p. 113-114.

47 Amado, Genolino. *Um menino sergipano*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 104-105.

Outro memorialista dos bondes de Aracaju é Murillo Melins. Suas recordações evocam os bondes elétricos nos idos de 1940. Elas foram publicadas no livro ‘Aracaju romântica que vi e vivi, anos 40 e 50’. Ele dedica aos bondes também duas passagens, quais sejam: ‘Bondes’ e ‘De bonde para o Bairro Industrial’.

Em “Bondes”, o autor apresenta fotos dos veículos e da usina geradora de energia que movia os vagões. Ele confirma a procedência alemã dos elétricos de Aracaju. E segue descrevendo os vagões, o funcionamento e as linhas, além da tripulação (motorneiro e condutor) e funcionários da empresa (limpadores de trilhos). O autor tem uma prosa graciosa e leve. A exemplo do trecho em que a empresa, para justificar a paralisação dos bondes por falta de energia, dizia em nota que havia quebrado o eixo do motor; com isso Melins nos brinda com a seguinte anedota:

Conta-se que um vendedor de quebra-queixo, que era tato, passando pelo estabelecimento do Diretor da Luz e Força, anunciando seu produto, gritou: ‘quebra eixo’, omitindo o ‘Q’ devido a sua deficiência. Funcionários do Diretor levaram o pobre homem à presença do chefe, e depois das devidas explicações ele foi liberado”.<sup>48</sup>

No segundo texto, “De bonde para o Bairro Industrial”, Melins sugere a um amigo um passeio imaginário de bonde por Aracaju dos anos 1940. Eles partiriam do Centro, próximo à praça Fausto Cardoso, em direção à avenida Augusto Maynard, apreciando paisagens, monumentos, instituições, hotéis, casarios, palácios, fábricas, estação de trem, ruas e praças até chegar ao ponto final, na praia do Bairro Industrial, mais precisamente na velha construção da “Chica Chaves”, antiga moradora que emprestara seu nome ao primitivo topônimo do bairro.

Melins em suas memórias e “passeio” alude também ao “bonde dos namorados”, ao tempo em que nos informa como se fazia o retorno do bonde no fim da linha. Ouçamo-lo:

hora de o ‘Bonde dos Namorados’ voltar. O condutor e o motorneiro viram os bancos e o arco que leva energia para o velho motor ‘Siemens’. O nosso bondinho rodará em direção ao centro da cidade.

Aqui, neste ponto final, peço licença a Murillo Melins para encerrar com suas próprias palavras um tempo que marcou o cotidiano da nossa Barbosópolis. Ouçamo-lo: “Vamos fazer o retorno, (...), pois o *Bonde do Passado* já passou, deixando apenas boas reminiscências”.<sup>49</sup>

48 MELINS, Murillo. *Aracaju romântica que vi e vivi*. 3. ed. Aracaju: Unit, 2007. p. 195-201. (1ª edição de 1999).

49 Idem. p. 317-322.





## *Considerações finais*

O bonde foi um bem da cultura material que representou a modernidade urbana. Neste aspecto, Aracaju se insere tardiamente em relação às demais capitais; seja pelos poucos recursos do poder público e empresarial, ou pela diminuta malha urbana na primeira década do século XX.

A história dos bondes aracajuanos é uma página ainda a ser escrita de forma mais sistematizada. O que traçamos foi um esboço para introduzir esse objeto em futuras pesquisas. Sendo assim, sugiro a investigação de alguns temas, tais como: as dificuldades financeiras e tecnológicas para implantar o sistema; os interesses e dissensões político-partidárias entre empresários, governo e oposição; a busca de novas fontes e acervos de pesquisa; a especulação imobiliária nas áreas por onde corriam os trilhos dos bondes; a possibilidade de retorno dos bondinhos para emprego no transporte turístico, entre outros, são assuntos que precisam de maior atenção do pesquisador interessado na história social dos transportes públicos em Sergipe.

Os bondes de Aracaju, como vimos, vincaram também a literatura sergipana. Ele foi representado não apenas como um meio de transporte, mas também como um patrimônio sentimental da cidade. O tempo do bonde passou; ficaram, todavia, os registros históricos, memorialísticos e de ficção. No entanto, nada se preservou dos românticos bondinhos com relação à cultura material, cujas memórias ainda resistem nos diversos testemunhos a serem perscrutados.





## História da (re) territorialização dos sergipanos no “Norte Novo” (Paraná, 1970)

Janaína C. de Mello\*  
Sandra C. A. Pelegrini\*\*

### Resumo

O artigo trata das (re)territorialização ou das migrações de sergipanos para a região do Norte Novo do Paraná durante a década de 1970. No momento em que o processo de incentivo à industrialização urbana se acentua em Sergipe e impulsiona áreas como a capital Aracaju, atraindo fluxos migratórios internos, alguns sergipanos fazem a opção por um fluxo migratório de longa distância buscando as novas oportunidades da diversificação econômica do sul. Os dados dos censos do IBGE, IPEA, SUDENE, dentre outros, localizados em bibliotecas, arquivos e institutos do Paraná e de Sergipe, auxiliam nos procedimentos de constituição de uma demografia histórica ainda pouco expressiva na historiografia sergipana. Ao acompanhar a trajetória dos migrantes, saindo das informações generalizadas, reforça-se a memória de nordestinos que ajudaram a construir o sul do país.

**Palavras-chave:** (Re)territorialização; Norte Novo do Paraná; Sergipanos.

### Abstract

The article deals with the migrations of sergipanos to the new northern region of Paraná during the 1970. At the time when the process of encouraging urban industrialization is accentuated in Sergipe and drives areas such as the capital Aracaju, attracting internal migratory flows, some sergipanos make the option for a long-distance migratory stream seeking the new opportunities for the economic diversification of the South. The census data of IBGE, IPEA, SUDENE, among others, located in libraries, archives and institutes of Paraná and Sergipe, assist in the procedures of Constitution of a historical demographic still not expressive in the Sergipe historiography. By following the trajectory of the migrants, coming out of the generalized information, the memory of northeastern people is reinforced that helped to build the south of the country.

**Keywords:** (re)territorialization; Migrations; New North of Paraná; Sergipanos.

\* UFS/Campus de São Cristóvão.

\*\* UEM/Campus de Maringá.



## Introdução

Pensar a historicidade de um espaço requer levantar os dados sobre sua população (nacionalidade, naturalidade, ocupação, etc.) e sua movimentação ao longo do tempo. As entradas de pessoas nascidas em outros países ou estados da federação envolvem processos de adaptação socioeconômica e ressignificações culturais. O “outro” sempre carrega consigo bagagens diferenciadas que podem contribuir para novos olhares, novos hábitos e até mesmo novos conflitos. As saídas da população de origem em direção a outro território também não podem ser desprezadas, uma vez que evidenciam não apenas opções pessoais pela “mudança de paisagem”, mas também problemas de falta de oportunidade de uma vida mais plena (mormente, o desemprego, baixos valores remuneratórios e a violência são exemplos de motivações para o abandono do lugar materno).

O fluxo populacional de entrada e saída de um espaço geográfico ao outro tem sido denominado de “migração” e o campo das Ciências Sociais que engloba pesquisas na área de História, Economia, Geografia, Sociologia, dentre outras, sobre o fluxo populacional ao longo do tempo em distintas geografias convencionou-se chamar de “Demografia Histórica” e ao estudar

[...] o estado e os movimentos daquelas populações, procura identificar as causas e consequências de tais fenômenos, bem como explicitar as inter-relações, destes, com outros elementos da vida em sociedade.<sup>1</sup>

Inicialmente a Demografia Histórica ocupou-se dos estudos sobre a reconstituição das famílias em períodos pré-censitários, com base em registros paroquiais, tendo como norte as técnicas propostas por Louis Henry entre os anos de 1950 e 1970.<sup>2</sup> Com a chegada dos censos e da informatização dos dados, os procedimentos de coleta e análise tornaram-se mais usuais e novas proposições de estudos sobre as populações emergiram.

Apesar deste já ser um campo consolidado no Brasil, as investigações no âmbito da Demografia Histórica para Sergipe ainda são escassas e pouco divulgadas, principalmente no que diz respeito ao fluxo migratório ocorrido entre 1960 e 1970 para a região sul do país, refletindo na povoação no norte do Paraná.

1 COSTA, Iraci Del Nero da. Demografia Histórica: Algumas Observações. *SÆCULUM* - Revista de História [24]; João Pessoa, jan./ jun. 2011, pp.213-225. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/viewFile/12443/7205>, acesso em: 10/01/2018, p.213.

2 Cf. HENRY, L. *Anciennes familles Genevoises*. Paris: INED, 1956; HENRY, L.; BALHANA, A.P., CARDOSO, J.A. *Técnicas de análise em demografia histórica*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1977; HENRY, L. *Manual de demografia histórica: Técnicas de análise*, Barcelona: Grijalbo, 1985.



Sob esse aspecto a recorrência às fontes do recenseamento realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o estado do Paraná de 1970, os relatórios e mensagens dos governadores do estado do Paraná de 1968, documentos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), da Consultoria Econômica e Planejamento (CEPLAN) e Censos Agropecuários de 1970, dados do Instituto de Pesquisas Estatísticas Aplicadas (IPEA) sobre o PIB do Nordeste e seus estados constituintes, além do Anuário Estatístico de Sergipe de 1970 editado pela SEPLAN-SE, tornam-se fontes essenciais para descortinar os dados quantitativos capaz de remontar a história das migrações de sergipanos para o Norte Novo no Paraná, em 1970.

Para isso é necessário questionar: quais os condicionantes de tal comportamento migratório dos sergipanos para o sul do país, quais são suas causas e consequências?

Um olhar sobre os locais de guarda paranaenses que acondicionam essas fontes revela o importante papel das bibliotecas como: a Biblioteca Pública do Estado do Paraná (Seção de Documentação Paranaense), a Biblioteca do Departamento Estadual de Estatística, a Biblioteca do IBGE, a Biblioteca do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, todas localizadas em Curitiba; o acervo da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (referencial bibliográfico), a Biblioteca do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM), além do próprio Museu da Bacia do Paraná (UEM).

Em Sergipe são fundamentais a Biblioteca Epifânio Dória, o Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES) e o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), além da biblioteca e arquivo do IBGE, todos em Aracaju; as bibliotecas do Departamento de História, do Departamento de Geografia e do Departamento de Economia da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

### *A década de 1970 e o eixo migratório de Sergipe ao Norte Novo do Paraná*

No contexto histórico-econômico de Sergipe na década de 1950m os investimentos realizados durante do governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), vinculados à SUDENE e ao II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), no âmbito das indústrias implicaram avanços. O estado obteve a aprovação de vários projetos industriais pela Sudene com Recursos do Sistema 34/18-Finor (1963-1988) e desse modo:

A chamada indústria tradicional, de bens de consumo não-duráveis, participou com 43 dos novos projetos e os setores mais novos, produtores de bens intermediários ou bens de capital, contavam com 35 projetos. Entre as indústrias



tradicionais destacaram-se o setor têxtil, que aprovou 30 projetos, o de alimentos, que aprovou nove projetos, e o de vestuário e calçados, que aprovou cinco projetos. [...]. Na indústria de bens intermediários, novos segmentos começavam a se consolidar na estrutura industrial de Sergipe: minerais não-metálicos, 12 projetos; química, 10 projetos; e papel e papelão, cinco projetos.<sup>3</sup>

Agregando-se ao desenvolvimento do setor industrial sergipano os insumos recebidos particularmente nas áreas de petróleo, química, petroquímica e fertilizante. Tendo Sergipe sido o segundo maior estado produtor de petróleo do país durante os anos de 1970, com a Petrobrás, além do avanço no segmento de mineração. Fatores que incentivaram o crescimento de sua economia em 10,2%.<sup>4</sup>

Se por um lado, entre as décadas de 1960 e 1970, ocorre uma significativa expansão da indústria e em seu bojo, do comércio, de novos postos de trabalho e do setor imobiliários (acarretando um novo ordenamento sócio espacial, principalmente na capital Aracaju), por outro há uma profunda desvalorização da agricultura que até aquele momento tinha sido a principal atividade econômica do estado.<sup>5</sup> Ressalta-se ainda que:

Aliado a essas mudanças, o desenvolvimento urbano de Sergipe foi marcado pela fundação da UFS - Universidade Federal de Sergipe (1968); a construção do Tecarmo – Terminal Marítimo de Carmópolis (1970), a implantação da Petromissa – Petrobrás Mineradora (1976) e, da Nitrofertil - Nitrogenados do Nordeste (1978), as construções dos conjuntos habitacionais (1950-2002) e do DIA - Distrito Industrial de Aracaju (1971).<sup>6</sup>

As novas oportunidades seguiam as premissas de novos espaços de acumulação e concentração de capital alterando, portanto, o predomínio das atividades rurais pelas urbanas, com novas demandas, fluxos migratórios internos do campo para a cidade e conseqüente marginalização de várias famílias.

3 MELO, Ricardo Oliveira Lacerda de; SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos; FEITOSA, Cid Olival. Indústria e Desenvolvimento em Sergipe. *REN – Revista Econômica do Nordeste*, Volume 40, Nº 02, Abril – Junho, 2009, pp.331-343. Disponível em: [https://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd\\_artigo\\_ren=1133](https://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1133), acesso em: 12/01/2018, p.339.

4 Idem, ibidem, pp.340-341.

5 MENEZES, Cassio Roberto Conceição; VASCONCELOS, Jaílides Fontes. O Estado de Sergipe: da urbanização à formação metropolitana. *Revista Espaço Acadêmico*, Ano XI, Nº 121, Marin-gá, junho de 2011, pp.144-151. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/11927/7073>, acesso em: 12/01/2018, p.146.

6 Idem, ibidem, p.147.



**Tabela 1: Taxas anuais de crescimento do PIB (%) – Brasil, Nordeste e Sergipe (1970 – 1980)**

Anos	Brasil	Nordeste	Sergipe
1970-1973	12,4	13,9	17,2
1974-1980	7,0	6,6	7,4

Fonte: Acervo SUDENE (1970-84).

Em termos do Produto Interno Bruto (PIB), a tabela 1 revela para os anos de 1970 e 1973 um crescimento de Sergipe muito superior aquele apresentado no plano nacional e regional. A partir de 1974 já se evidencia um decréscimo em todos os níveis, entretanto, o estado ainda mantém um índice maior do que o nacional e o regional.

Os números do desenvolvimento refletiram-se no volume de migração de retorno entre 1970 e 1980, quando 1.574 sergipanos voltaram para seu estado de origem em busca da prosperidade anunciada.<sup>7</sup>

Aqueles que não conseguiram se enquadrar na nova dinâmica econômica sergipana se viram excluídos tanto dos benefícios da industrialização quanto da urbanização. Sem emprego, sem formação adequada, sem terras, sem perspectivas e principalmente diante das longas estiagens do sertão, a migração para um novo horizonte que se abria ao sul do país se tornou a promessa de um novo tempo.

**Tabela 2: Movimento migratório em Sergipe (1960-1980)**

Anos	Entradas	Saídas	Saldo
1960-1970	27.011	89.731	-62.720
1970-1980	58.157	74.581	-16.424
1980-1990	55.978	42.213	13.765

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970,1980,1991 Adaptado de MATOS, Elmer Nascimento; ESPERIDIÃO, Fernanda. Desconcentração Produtiva Regional e Fluxos Migratórios: o Caso de Sergipe. *Informe Gepec*, Toledo, v. 15, número especial, p. 525-545, 2011, p.528.

A tabela 2 mostra que nas décadas de 1960 e 1970 houveram saldos negativos entre o quantitativo de entradas e saídas de Sergipe. A reversão desse quadro só ocorreu na década de 1980, quando o saldo se tornou positivo.

Embora as saídas tenham sido computadas de forma geral nos censos demográficos do IBGE para Sergipe, ao buscar o mesmo instrumento no Paraná, identificou-se que parte daqueles que deixavam as terras sergi-

7 IBGE. Volumes Anuais de Migrantes de Retorno Interestaduais In: *Censo Demográfico*, 1970.

panas dirigiam-se para o sul do país, onde a prosperidade da agricultura canavieira no Norte do Paraná evocava promessas de uma vida melhor.

### *Norte Novo do Paraná: um horizonte promissor*

O Norte do Paraná despertou o interesse da cafeicultura paulista no início do século XX, uma vez que além de apresentar terras e clima propícios ao cultivo do produto, os incentivos públicos da política econômica, a disponibilidade para a aquisição de terras através de compras facilitadas e ferrovias que favoreciam o escoamento da produção no Porto de Santos, atraíram colonos e lavradores.<sup>8</sup>

Em seu auge a cafeicultura paranaense atraiu pessoas de dentro e de fora do país, fosse para investir em terras no Estado ou à procura de trabalho e melhores condições de vida. O café trouxe povoamento, modernização e dinamizou os transportes e as comunicações.<sup>9</sup>

O momento de grande apogeu da cafeicultura paranaense ocorreu na década de 1960, quando era responsável por 55% da produção nacional. Seu desenvolvimento em médias e pequenas propriedades representou um diferencial em relação ao latifúndio tradicional, atraindo um grande fluxo migratório de fora do estado.<sup>10</sup>

A crise da cafeicultura entre o início e meados dos anos de 1970, em função do excesso de oferta e concorrência da África e da Colômbia, além de fatores climáticos desastrosos como uma prolongada geada, impôs o processo de modernização agrícola no estado do Paraná, incidindo na diversificação das culturas e na transformação da técnica de produção agrícola.<sup>11</sup>

A modernização agrícola terminou por alterar a estrutura fundiária no Paraná, favorecendo a concentração de terras, o êxodo rural, o desemprego e as migrações do campo para as cidades.<sup>12</sup>

Mesmo diante do contexto de desenvolvimento econômico pouco animador, a região Norte Novo do Estado do Paraná, compreendendo de Cornélio Procópio ao rio Ivaí, colonizada entre 1920 e 1950, foi um polo atrativo de sergipanos na década de 1970.

Na figura 1, observamos o destaque colorido no mapa referente às regiões e microrregiões que receberam maior número de migrantes nordestinos e mineiros, entre os anos de 1940 a 1970.

8 PRIORI, Angelo *et al.* *História do Paraná: séculos XIX e XX*. Maringá: EDUEM, 2012, pp.94-95.

9 *Idem*, *ibidem*, p.102.

10 *Ibid.*, p.105.

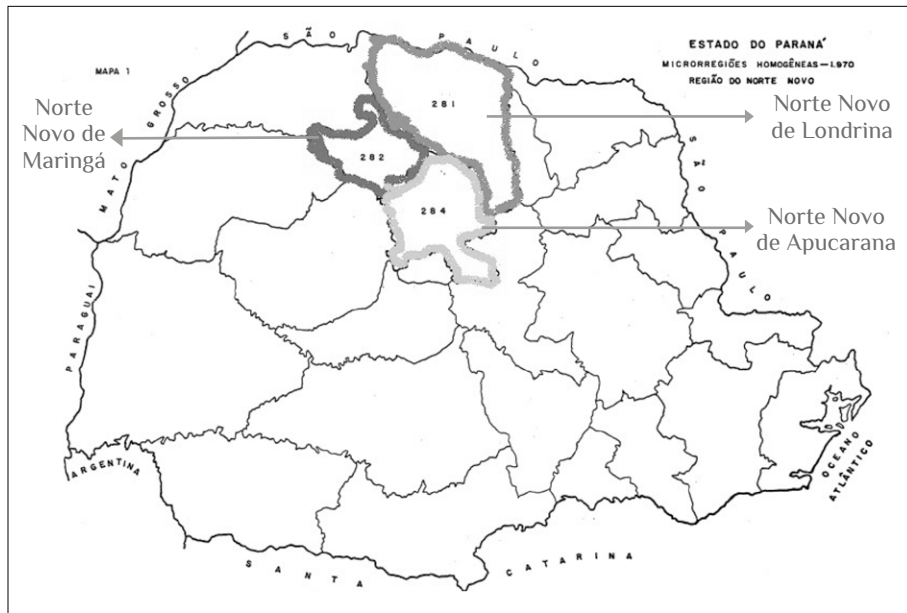
11 *Ibid.*, p.120-122.

12 *Ibid.*, p.124.





**Figura 1: Mapa do Estado do Paraná – Microrregiões homogêneas – Região Norte Novo**



Fonte: PERARO, Maria Adenir. *Estudo do Povoamento, Crescimento e Composição da População do Norte Novo do Paraná de 1940 a 1970*. Dissertação de Mestrado em História. Curitiba: UFPR, 1978, p.21.

Nesse sentido, salientamos que o início da ocupação intensiva do Norte do Paraná advém da política de povoamento incentivada pelo governo e assumida pela Companhia de Terras Norte do Paraná<sup>13</sup>. Também foi exitosa a iniciativa da Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda. com capitais japoneses.<sup>14</sup>

[...] o sistema de colonização adotado pelo governo do Estado do Paraná, executado pela administração estadual através de Departamentos incumbidos do povoamento das terras do norte paranaense e Companhias particulares veio resultar no avanço das frentes de expansão e fixação da população em terras devolutas e desabitadas. O avanço das frentes de expansão processado ao longo do espigão divisor entre as bacias dos rios Ivaí e Paranapanema deve-se à Companhia de Terras Norte do Paraná e, após 1945, com a instalação da colônia Paranavaí, ao governo do Estado.<sup>15</sup>

13 Em 1951, a Companhia passou a ser denominada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

14 PERARO, Maria Adenir. *Estudo do Povoamento, Crescimento e Composição da População do Norte Novo do Paraná de 1940 a 1970*. Dissertação de Mestrado em História. Curitiba: UFPR, 1978, p.29;31.

15 Idem, *ibidem*, p.33.

O processo de loteamento rural e urbano para fixação de residência, de abertura de estradas e fomento à agricultura cafeeira, após 1951, se diversificou sob o comando da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná que se dedicou a novos empreendimentos como: a organização da Empresa Elétrica de Londrina; a Companhia Agrícola Usina Jacarezinho, responsável pela produção de açúcar; a Companhia de Cimento Portland Maringá, localizada em Itapeva (São Paulo) e produtora de material ferroviário; a Companhia Brasileira de Material Ferroviário (COBRASMA), que produzia vagões e outros equipamentos para ferrovias; a Marítima, Companhia de Seguros Gerais; a Forjas Nacionais, FORMASA - Produtora de tubos galvanizados e a Brasileiros - produtora de peças forjadas.<sup>16</sup>

Entre as décadas de 1950 e 1960, houve o desmembramento de vários municípios do Norte Novo do Paraná, com grande crescimento demográfico evidenciado nos censos realizados naquele período, sendo Londrina e Maringá, aqueles com maior concentração. Assim, Londrina que possuía em 1960, 134.821 habitantes, passou para 1974 com 228.101 habitantes. Enquanto Maringá passou de 104.131 em 1960 para o quantitativo de 121.374 em 1970, mesmo tendo a redução de seu território com o desmembramento dos municípios de Floresta, Paiçandu e Ivatuva.<sup>17</sup>

Os censos demográficos realizados pelo IBGE no estado do Paraná, em 1970, revelaram que a população do estado era composta por 6.929.868 habitantes, sendo que a parte referente ao Norte Novo abrigava 1.466.858 pessoas.<sup>18</sup>

**Tabela 3: Habitantes do Norte Novo, naturalidade e sexo.**

Procedência	Homens	Mulheres	Total
Sergipe	4.245	2.971	7.216

Fonte: IBGE. *Censo Demográfico do Paraná, 1970*

Como se pode observar na Tabela 3, fundamentada no *Censo Demográfico do Paraná (1970)*, o Norte Novo do Paraná recebeu 7.216 migrantes sergipanos, entre os quais, 4.245 foram identificados como homens e 2.971 como mulheres.

E, embora a migração de sergipanos para o Norte Novo do Paraná, em 1970, não tenha alcançado ou ultrapassado o número de 10.000 habitantes, apresentou um volume maior do que as migrações oriundas da

16 Idem, *ibidem*, p.47-48.

17 *Ibid.*, p.69.

18 IBGE. *Censo Demográfico do Paraná, 1970*.

Guanabara (RJ) com 867, Rio Grande do Sul com 4.015, Mato Grosso com 1.643, Goiás 722 e Distrito Federal com 169 habitantes migrados.<sup>19</sup>

### *Sergipanos no Norte Novo do Paraná: Expectativa x Realidade*

O censo demográfico realizado em 1970 em Sergipe computou o total de 900.679 habitantes no estado, estando 183.670 pessoas residindo na capital Aracaju.<sup>20</sup> Com base nesses dados, tem-se pouco mais de 0,8% de migrantes sergipanos para o Norte Novo do Paraná nesse período.

Observou-se que nesse período, os estados da região Nordeste que apresentaram o maior fluxo migratório para o Norte Novo do Paraná foram: a Bahia (43.542 habitantes), Pernambuco (25.001), Alagoas (14.236) e Ceará (11.170). Sergipe (7.216) ficou com a quinta colocação, à frente da Paraíba (4.994), Rio Grande do Norte (1.705), Piauí (1.239) e Maranhão (176).<sup>21</sup> Sob esse aspecto a

[...] Região Nordeste, está situada em terceiro lugar como propulsora da população migrante tanto para a Região do Norte Novo como para o Paraná, com 41.337 e 134.479 pessoas, respectivamente.<sup>22</sup>

Cabe salientar que houve uma significativa mudança no padrão das migrações nacionais a partir da década de 1970, quando [...] São Paulo perdeu peso relativo na distribuição da imigração nacional: de 33,9% para 25,2%.<sup>23</sup> Essa redução está relacionada a perda da concentração paulista sobre a indústria de transformação nacional, diminuindo sua participação econômica e criação de novos postos de trabalho.

Em Maringá o fluxo de migrações do Nordeste contribuiu, nos anos iniciais de povoamento, para sua concentração na Vila Operária. A partir de 1960 o Jardim Alvorada se tornou seu espaço de recepção e reconfiguração identitária.

O bairro, inicialmente com casas de madeira, distante do centro, sem asfalto, foi construído para a classe trabalhadora, com condições de financiamento à longo prazo para a obtenção da casa própria atraindo pessoas de baixa renda, e sendo composto em sua maioria por migrantes do Sudeste e em segundo lugar por migrantes do Nordeste.

19 Idem, *ibidem*.

20 IBGE. *Censo Demográfico de Sergipe*, 1970.

21 IBGE. *Censo Demográfico do Paraná*, 1970.

22 PERARO, Maria Adenir. *Op. cit.*, p.120.

23 BAENINGER, Rosana. *Novos Espaços da Migração no Brasil: Anos 80 e 90*. pp.1-28. Disponível em: [http://www.faed.udesc.br/arquivos/id\\_submenu/1416/novosbrasilianos80e90.pdf](http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1416/novosbrasilianos80e90.pdf), acesso em: 15/01/2018, p.2.

Segundo o censo de 2010 realizado pelo IBGE, no Jardim Alvorada I e II dentre as pessoas que são migrantes de outras regiões e Estados tem-se 5.181 pessoas sendo: Centro Oeste 6% (Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins), Nordeste 11% (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e **Sergipe**), Norte 2% (Pará e Rondônia), Sudeste 76% (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo), Sul, exceto Paraná 5% (Rio Grande do Sul e Santa Catarina).<sup>24</sup>

Tendo em vista que é costumeiro encontrar, ao longo do século XX, intensos fluxos migratórios da região Nordeste para a região Sudeste e, particularmente, para os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, as novas oportunidades que a diversificação da economia do Norte Novo do Paraná apresentou na década de 1970 propiciaram uma escolha geográfica distinta mediante a perspectiva de melhores emprego e renda.

Muitas vezes os sonhos de uma vida próspera em outras terras naufragaram com a própria dinâmica capitalista de exclusão daqueles que não possuíam maior escolaridade ou especialização técnica, mantendo-os a condições precárias de trabalho e somente possibilitando a fixação de residência em bairros marginalizados.

Entretanto, são construtores daquele espaço, que trabalharam nas empresas que urbanizaram a geografia (eletricidade, transporte, comércio) e a economia, criando uma teia de memórias que embora muitas vezes termine obscurecida – pela presença de imigrantes europeus supervalorizados – resistem na oralidade, nas tradições imateriais (festas juninas e comidas típicas) e na materialidade do nome de ruas, à exemplo da “Barão de Sergipe”.

Antes de passarmos às considerações finais, torna-se oportuno asseverarmos que os processos de deslocamento das populações são muito mais complexos do que se pretende expor nessa breve reflexão, pois envolvem transformações sociais e culturais incitadas pela desterritorialização que, por sua vez, provoca uma nova regionalização que implica também as trocas culturais e mudanças nas práticas costumeiras como bem o lembra Haesbaert (2003)<sup>25</sup>. Ademais, o reordenamento territorial dos migrantes nordestinos no estado do Paraná, pressupôs, não apenas o processo de desterritorialização dos indivíduos, mas a pluridirecionalida-

24 MANSANO, Cleres do Nascimento. *O Bairro do Jardim Alvorada em Maringá/PR: da colonização à expansão urbana*. Tese de Doutorado em Geografia. Maringá: UEM, 2013, p.160, grifo nosso.

25 Para aprofundar essa problemática consultar R. Haesbaert, R. Desterritorialização, Multiterritorialidade e Regionalização e também o texto “Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial”, publicado nos. *Anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial*. Brasília (nov./2003):Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). – Brasília: ML, 2005.

de dos habitantes nacionais que se dirigiram para Maringá e para a região circunvizinha no período em questão<sup>26</sup>. Sem dúvida, os fluxos migratórios, as adaptações dos migrantes e dos imigrantes provocaram o deslocamento dos sujeitos tal qual sugere Bhabha(2013)<sup>27</sup>, e ainda, produziram outras perspectivas de vida para essas pessoas e para aquelas com as quais passaram a conviver.

### *Considerações finais*

Mesmo com a descentralização industrial dos anos de 1970 e o favorecimento de Sergipe no setor petroquímico, a exclusão de parte de seus residentes impulsionou-os a buscar novas oportunidades em outra geografia.

O movimento migratório dos sergipanos na década de 1970, classificado como de “longa distância”, encontrou como uma alternativa de absorção o Norte Novo do Paraná por naquele momento se configurar como uma importante fronteira agrícola com São Paulo.

A diversidade econômica e as políticas de loteamento de terras favoreceram o interesse por um espaço de tão distintas tradições culturais (climáticas, gastronômicas, arquitetônicas).

Apesar das expectativas criadas com o processo de migração, as condições de formação desfavoráveis fazem com que muitos desejos almejados sejam frustrados ao longo do caminho e o processo de exclusão socioeconômica se reproduza na territorialidade de destino. Coincidindo ainda com uma tentativa implícita de se apagar a memória de nordestinos que contribuíram para a economia e a urbanização do Norte do Paraná, uma vez que a memória dos pioneiros europeus é exaltada como aquela que agrega *status* cultural.

Entretanto, a presença dos Nordestinos e dentre eles, dos sergipanos, corporifica-se nas residências de bairros periféricos, nas placas de nomes de ruas desses bairros, em momentos comemorativos das cidades (à exemplo do desfile cívico ocorrido em maio de 2013 que elegeu como tema “Do Sertão para Maringá” que homenageou a contribuição dos migrantes das regiões Norte e Nordeste na “aventura de colonização do Norte Novo”) e muitos outros.

Desse modo, o estudo dos fluxos migratórios, através de instrumentos censitários que favorecem a demografia histórica, permite acompanhar

26 O conceito de “desterritorialização” pode ser problematizado também por meio do artigo “A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari”, de autoria de Glauco Bruce e Rogerio Haesbaert. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/74/72>, acessado em 25/abril/2018.

27 Bhabha, Homi. *O local da cultura* (tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves - 2. Ed.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.



os passos de sergipanos que deixaram a terra natal em busca de outras possibilidades de existência.

Os dados específicos do IBGE, IPEA, SUDENE, dentre outros, para regiões e municípios específicos permitem traçar o reordenamento espacial que incluiu os sergipanos na década de 1970, saindo da obriedade das migrações para São Paulo e Rio de Janeiro ou mesmo dos números gerais que não informam o destino dos migrantes.

Os mapas estatísticos dos censos configuram fontes importantes para os estudos migratórios e sua investigação em diversas bibliotecas, hemerotecas e institutos se torna fundamental para historiadores que desejam encontrar nos arquivos o conhecimento sobre as trajetórias humanas.



# Uma breve análise das disposições político-eclesiais do bispado de Dom José Brandão de Castro (1960-1987)

Osnar Gomes dos Santos\*

## A brief analysis of the provisions political-ecclesial of the bishopric of Dom José Brandão de Castro (1960-1987)

### Resumo

O artigo que segue pretende fazer um breve exame das disposições político-eclesiais do bispo dom José Brandão de Castro, entre os anos em que esse esteve à frente da diocese de Propriá-SE. Analisar o caso particular do bispado de dom José Brandão permitirá contrariar generalizações e o uso rígido de esquemas de classificação que ainda aparece com alguma frequência em estudos que averiguam a atuação de bispos católicos durante a ditadura militar. Para tanto, caberá recorrer à utilização de instrumentais teórico-analíticos capazes de captar de forma mais profunda a complexa participação do episcopado brasileiro num contexto marcado pelo golpe de 1964 e também pelo período de redemocratização do país.

**Palavras-chave:** Igreja Católica; Dom José Brandão de Castro; ditadura militar.

### Abstract

The article that follows intends to make a brief examination of the political provisions-ecclesial of bishop José Brandão de Castro, between the years in which this was ahead of the diocese of Propriá-SE. Analyze the particular case of the bishopric of Dom José Brandão de Castro will neutralize the generalizations and the use of rigid classification schemes that still appear with some frequency in studies on the bishops during the military dictatorship. For both, will have recourse to the use of theoretical-analytical instruments capable of capturing more deeply the complex participation of the Brazilian episcopate in a context marked by the coup of 1964 and also by the period of redemocratization of the country.

**Keywords:** Catholic Church; Dom José Brandão de Castro; military dictatorship.



\* Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em História pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

O documento apostólico encaminhou para o Estado de Sergipe a criação de uma nova diocese católica: a diocese de Propriá.<sup>1</sup> Em seguida, o mineiro da Ordem dos redentoristas, José Brandão de Castro, assume o pastoreio da diocese.<sup>2</sup> E assim, no dia 16 de outubro de 1960, sob o bispado de dom José Brandão de Castro, foi criada a diocese de Propriá, a ser sufragânea da arquidiocese de Aracaju. Sua localização era bastante peculiar. Região mais pobre do Estado de Sergipe, inserida no polígono da seca, em área marcada pela concentração de terras.<sup>3</sup>

Dentre as preocupações iniciais do bispo dom José Brandão de Castro, destacou-se o desconforto diante do número pífio de padres na região. O pequeno número de sacerdotes no geral era uma realidade vivenciada por toda a Igreja Católica no país. O sociólogo Renato Cancian destacou que um dos principais objetivos da instituição, logo após a sua separação com o Estado, era o de passar por uma radical reorganização institucional que envolvia o reestabelecimento profícuo dos laços com a Igreja Católica Romana.<sup>4</sup> Mesmo diante do processo em busca de uma maior centralização da Igreja no Brasil - conhecido como a *romanização* católica do país - e do seu relativo sucesso, o número pequeno de padres continuou como um grande problema enfrentado pela instituição.

No caso da diocese de Propriá, documentações variadas indicam que a questão mencionada ocupou por um longo período as atenções e preocupações do bispado de dom José Brandão. Para ilustrar precisamente o problema, seguindo relatos do frade franciscano Roberto Eufrásio, membro da equipe missionária da diocese: até o ano de 1978, havia dezoito paróquias na região e apenas quinze sacerdotes – contando com o bispo.<sup>5</sup> Outro exemplo digno de nota se apresenta na defesa de dom Brandão aos padres que vinham do exterior. No ano de 1968, marcado pelo enrijecimento da ditadura militar, com a promulgação do Ato Institucional Número 5 (AI-5), a temperatura política no país estava em alta. O trabalho de padres estrangeiros na diocese de Propriá passou a ser questionado.

1 Cf. BERNARDINI, Fillipo. Decreto executivo referente à diocese de Propriá, 07 de outubro de 1960.

2 Até então pároco da Igreja de São José, na cidade de Belo Horizonte. Cf. COPELLO, Santiago. Bula de nomeação de dom José Brandão de Castro, 25 de junho de 1960. Ver também a dissertação: NASCIMENTO FILHO, Isaias Carlos. *Dom Brandão, o profeta do Povo de Deus do Baixo São Francisco*. Recife: Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), 2012.

3 A diocese aglutinava inúmeros municípios. Eram eles, respectivamente: Propriá, Amparo do São Francisco, Aquidabã, Brejo Grande, Canhoba, Cedro de São João, Canindé, Gararu, Itabi, Japarutuba, Japoatão, Malhada dos Bois, Monte Alegre, Muribeca, Neópolis, Nossa Senhora da Glória, Pacatuba, Poço Redondo, Porto da Folha e Graccho Cardoso. Cf. BERNARDINI, Fillipo. Decreto executivo referente à diocese de Propriá, 07 de outubro de 1960.

4 CÂNCIAN, Renato. *Igreja Católica e ditadura militar no Brasil*. São Paulo: Claridade, 2011, p. 21.

5 Cf. OLIVEIRA, Roberto Eufrásio. *Caminhando com Jesus: uma experiência missionária no Nordeste*. - João Pessoa: Ideia, 2006, p. 91.





No manifesto em defesa dos padres, dom José Brandão assim narrou o episódio:

[...] na Diocese de Propriá, trabalham mais de dezessete sacerdotes e religiosos estrangeiros, que aqui vieram [...] para promoverem o nosso povo [...]. Curioso! Nós somos um país que se diz a maior nação católica do mundo, mas o Brasil precisa de sacerdotes de países estrangeiros, porque ele que se diz um país católico não fornece padres para a sua Igreja. Não apenas aqui no Nordeste, mas no restante do Brasil também. É uma coisa sobre a qual nós devemos meditar. Países, como a Bélgica, pequeninos, podem mandar padres não só para o Brasil, mas para todos os países da América Latina [...]. Isso dá o que pensar [...]. Eles deixam sua pátria para trabalharem para nós. E quantas vezes são mal compreendidos [...]. Há pessoas que lhes seguem os passos, como se estivessem seguindo os passos de um bandido. Homens que se dedicam a toda prova, suspeitos [...] de serem comunistas [...]. Ora, somos já noventa milhões, certamente uns cinquenta milhões de católicos, e não temos sacerdotes para os nossos cristãos [...].<sup>6</sup>

Em toda a sua nota pública, para além da defesa dos padres estrangeiros, é marcante a consternação do bispo diante da incapacidade dos sacerdotes brasileiros, em razão da sua reduzida quantidade, atenderem a todos os cristãos. Esses dois exemplos mencionados por aqui elucidam a presença constante da inconveniente falta de sacerdotes que alimentou por décadas preocupações dos segmentos mais variados da alta hierarquia da Igreja Católica, incluindo parte considerável do bispado de dom José Brandão de Castro.<sup>7</sup>

Entretanto, essa estava longe de ser a única preocupação do bispo. Questões relacionadas a reformas no campo da educação e da estrutura fundiária eram, desde cedo, levantadas por ele. Na entrevista concedida para o jornal *Senhor Bom Jesus*, dom José Brandão se manifestou publicamente contra a concentração de terras na região e apontou como problema a formação de numerosos latifúndios. Ademais, advogou ser imperiosa uma reforma agrária em todo o Nordeste e destacou a importância do trabalho de alfabetização e difusão da educação pelo rádio.<sup>8</sup> Anos mais tarde, dom Brandão lembrou que a atenção dada aos pobres era um tra-

6 Conferir: CASTRO, Dom José Brandão de. "Os padres estrangeiros". In: *A Defesa*, 28 de janeiro de 1970, p. 1.

7 O Editorial Mais Sacerdotes do jornal *A Defesa* é sintomático nesse sentido. A publicação do editorial, datado de 15 de novembro de 1961, em caráter de manchete, dá a dimensão da angústia de dom Brandão, em seu primeiro ano à frente da diocese, diante da falta de sacerdotes - até mesmo para celebrar missa. Ver: CASTRO, Dom José Brandão de. Editorial Mais Sacerdotes. In: *A Defesa*, 15 de novembro de 1961, p. 1.

8 Apud *A Defesa*, 15 de novembro de 1961, p. 3.

ço herdado da família. Em entrevista, disse o bispo que “a sensibilidade para os pobres sempre foi uma coisa familiar”.<sup>9</sup> Contudo, faz-se necessário compreender como essa “sensibilidade” se expressou enquanto ele esteve à frente da diocese.

Antes disso, cabe contextualizar o período em que foi criada a diocese de Propriá. Primeiramente é indispensável dizer que sua criação se realizou em meio ao processo do *aggiornamento* católico. As referências bibliográficas que trataram das disposições da Igreja Católica naquele momento histórico não chegaram a uma conclusão acerca das motivações responsáveis pela busca da instituição por mudanças.<sup>10</sup> Em linhas gerais, são duas as interpretações hegemônicas sobre os motivos que, em tese, explicam o empenho da instituição por renovação naquele período: (1) a instituição se sentiu anacrônica diante da conjuntura, portanto percebeu a necessidade premente de reelaborar suas estratégias de sobrevivência institucional ante um cenário marcado pelo avanço do comunismo e das religiões protestantes;<sup>11</sup> e (2) a ampliação de uma leitura que defendia a existência de contradições nas estruturas da sociedade responsáveis pela produção de injustiças sociais.<sup>12</sup>

De acordo com os trabalhos de Michael Löwy<sup>13</sup> e Scott Mainwaring<sup>14</sup>, o erro daquelas interpretações é exatamente o de subvalorizar os argumentos da outra. A partir dessa afirmativa, pode-se captar a existência de múltiplas motivações que contribuíram para a reavaliação da atuação da Igreja na sociedade. A criação da diocese de Propriá está inserida nesse contexto de estímulo à abertura da Igreja para o mundo moderno. O ponto marcante do *aggiornamento* católico emergiu com a abertura do Concílio Vaticano II, no ano de 1962. Segundo o teólogo João Batista Libânio:

Para a Igreja Católica, o Concílio Vaticano II transformou-se na maior façanha dos últimos séculos. Arrancou-a de um imobilismo defensivo diante das críticas da Reforma e da modernidade triunfante. Lançou-a na aventura imprevi-

9 Cf. BERNARDI, Luciano. [Entrevista] Dom José Brandão, Bispo de Propriá, *Mensageiro de Santo Antônio*. 04 de abril de 1984, p. 10-12.

10 A título de exemplo, conferir o trabalho do historiador brasileiro Scott Mainwaring, que questiona conclusões da historiografia tradicional sobre as motivações que levaram ao *aggiornamento* da Igreja Católica: MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004. Conferir também: LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. – Petrópolis: Vozes, 2000.

11 A esse respeito, indica-se leitura do clássico livro de Thomas Bruneau: BRUNEAU, Thomas. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. – São Paulo: Loyola, 1974.

12 A esse respeito, conferir: LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. *Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação*. – Petrópolis: Vozes, 1979.

13 Cf. LÖWY, Michael. Op. Cit., p. 69.

14 Cf. MAINWARING, Scott. Op. Cit., p. 25-26.

sível do diálogo com esses seus dois maiores inimigos. E ela empreendeu esse diálogo com coração aberto e destemido. Por isso, os anos seguintes ao Concílio serão carregados de tensões, feitas de esperanças e medos, de avanços e recuos, de coragem e temor.<sup>15</sup>

Dom José Brandão de Castro participou das quatro sessões do evento conciliar. Os reflexos do Concílio Vaticano II na prática diocesana foram marcantes. Primeiro porque o bispo logo se inscreveu na agenda elaborada pelos religiosos mais abertos ao processo de renovação. Segundo suas próprias palavras, na última entrevista concedida ainda na condição de bispo titular, dom Brandão argumentou que os anos conciliares tinham sido os mais compensadores da sua trajetória, uma vez que por esses anos a Igreja Católica fez “uma revisão profunda de sua linha pastoral e de sua atitude perante o mundo moderno”.<sup>16</sup> Ainda na mesma entrevista, dom Brandão enalteceu o compromisso com os pobres firmado por um grupo de bispos, no chamado “Pacto das Catacumbas”.

O pacto estabelecido inicialmente por algumas dezenas de bispos ganhou rapidamente a adesão de centenas deles e do mundo inteiro.<sup>17</sup> É ainda por aquele pacto que foi se formando a emergente “opção preferencial pelos pobres”. Alguns dos pontos elementares do Pacto das Catacumbas cobrava dos seus assinantes a renúncia dos títulos de poder e grandeza e o abandono da preferência clerical pelos “ricos e poderosos”.<sup>18</sup> Daquele modo, o documento formalizado na Catacumba de Santa Domitila pode ser resumido por uma de suas passagens:

Daremos tudo o que for necessário de nosso tempo, reflexão, coração, meios [...], ao serviço apostólico e pastoral das pessoas e dos grupos laboriosos e economicamente fracos e subdesenvolvidos [...]. Ampararemos os leigos, religiosos, diáconos ou sacerdotes que o Senhor chama a evangelizarem os pobres e os operários [...].<sup>19</sup>

Portanto, para um dos grupos que participou do Concílio Vaticano II o encerramento do evento estimulou não apenas a renovação interna da instituição religiosa, mas também a participação substantiva dos bispos na realidade concreta dos pobres. O bispo de Propriá se inseriu nesse

15 Cf. LIBÂNIO, João Batista. *Igreja contemporânea - Encontro com a modernidade*. - São Paulo: Loyola, 2002, p. 76.

16 Cf. [Entrevista] Dom José Brandão, Bispo de Propriá. “Profecia e compromisso com os pobres”. In: *A Defesa*, março de 1987, p. 4.

17 Cf. BEOZZO, José Oscar. *Padres conciliares brasileiros no Vaticano II: participação e prosopografia (1959-1965)*. 2001. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, 2001.

18 Cf. Documento *Pacto das Catacumbas: Da Igreja Serva e Pobre*.

19 Idem.



grupo e ficou entregue ao pacto selado até o fim do seu bispado. Contudo, é importante fazer uma breve exposição do contexto político brasileiro e como se conformou as disposições político-eclesiais pré-conciliares e pós-conciliares do bispo dom Brandão. A necessidade de averiguar com atenção a inserção do bispo na inédita linha eclesial reside no fato de compreender o processo em sua dinâmica circular e complexa, com a finalidade de não esbarrar numa leitura linear e simplificada.

O Brasil passava por um período conturbado no início dos anos 1960. Havia uma polarização política a respeito da presidência de João Goulart. Um dos pontos mais polêmicos do governo Jango, e que esquentava o ambiente polarizado, era a proposta por um leque de reformas estruturais, assim chamadas de “Reformas de Base”, amplamente divulgadas pela plataforma política daquele governo. Dentre outros pontos, as tão propagadas reformas abrangiam, de acordo com o historiador Boris Fausto:

[...] um amplo leque de medidas, entre as quais a reforma agrária, com o objetivo de eliminar conflitos pela posse de terra e garantir o acesso à propriedade de milhões de trabalhadores do campo [...]. Ao lado da reforma agrária, defendia-se uma reforma urbana, cujo objetivo principal consistia em criar condições pelas quais os inquilinos poderiam se tornar proprietários das casas alugadas. No plano dos direitos políticos, sustentava-se a necessidade de estender o direito de voto a dois setores diversos: os analfabetos e os inferiores das Forças Armadas [...]. Ao lado disso, as reformas de base incluíam medidas nacionalistas, prevendo uma intervenção mais ampla do Estado na vida econômica. Entre essas medidas estava a nacionalização das empresas concessionárias de serviço público, de frigoríficos e da indústria farmacêutica; a estreita regulamentação da remessa de lucros para o exterior; e a extensão do monopólio da Petrobrás<sup>20</sup>.

Com um quadro de propostas tão radicais, reações distintas da sociedade brasileira ganharam relevo. Alguns segmentos sociais e políticos enxergaram nas medidas reformistas uma possível semente de diálogo com o ideário comunista. Evidentemente, existiam grupos que apoiaram as reformas de base<sup>21</sup>. O curioso é que igualmente havia setores que defendiam as reformas de base, mas eram contrários que fossem elas tuteladas pelo

20 Cf. FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 447-448.

21 Dirigentes sindicais, setores do clero católico, intelectuais e até alguns membros das Forças Armadas eram alguns dos estratos sociais e políticos que apoiavam as Reformas de Base. Concordando com Boris Fausto, alguns intelectuais ainda imaginavam que uma suposta burguesia nacional apoiaria a conformação em favor das reformas, uma vez que aquela classe lutava contra o imperialismo e tenderia a se articular com o governo Jango em rumo à construção de um projeto de nação. Ver FAUSTO, Boris. *Op. Cit.*, p. 449.



governo Jango. Dom José Brandão fez parte de um desses setores e não recusou utilizar seu *status* de liderança episcopal para convocar marchas contra a plataforma janguista.<sup>22</sup> Cidades como Cedro de São João, Jopoaã, Aquidabã e Propriá foram tomadas por marchas populares concatenadas ao bloco de oposição ao governo Jango. Em meio à marcha do “triunfo da Revolução”, dom Brandão, que se encontrava no Recife, enviou uma mensagem oficial que foi lida no fim da passeata pelo cura da catedral, o padre belga Paulo Lebeau.<sup>23</sup>

Desde que o regime político do país voltou a ser o presidencialismo, compete ressaltar que o boletim informativo oficial da diocese de Propriá, o jornal *A Defesa*, sintonizou-se claramente com o campo político contrário a Jango.<sup>24</sup> De acordo com a pesquisa de Ana Luzia Santos sobre aquele jornal, *A Defesa* refletia a postura do bispo e da maior parte dos religiosos da diocese de Propriá.<sup>25</sup> Na sequência do enunciado, analisando as abordagens apresentadas pelo referido jornal, Ana Luzia procurou demonstrar que, ao menos na primeira década do bispado de dom Brandão, valores do catolicismo tradicional eram presentes naquele meio. Partindo dessa observação, a pesquisadora usou a expressão “progressista contida” para demarcar a postura do bispo na década de 1960.<sup>26</sup>

A expressão apresentada por Ana Luzia sugeria que o comportamento do bispo se assemelhava ao pensamento conservador católico. E mesmo quando esse assumia uma postura de combate, essa aparecia de forma diplomática, concluía a pesquisadora.<sup>27</sup> A forma diplomática que falava Ana Luzia pode ser ilustrada precisamente em posicionamentos adotados pela diocese naquele cenário de conturbação política. Antes de apresentar exemplos disso, cumpre-se pontuar que a Igreja Católica no Brasil, durante o processo que culminou no golpe de 1964, recebeu especial atenção do

22 Cf. CASTRO, Dom José Brandão de. “O Brasil camponês confia na Revolução”. In: *A Defesa*, 13 de junho de 1964, p. 1.

23 Idem. Interessante notar também a complexa trajetória dos padres estrangeiros que atuavam na diocese de Propriá.

24 Após dezesseis meses sob a forma de um regime parlamentarista, a restauração do regime presidencialista pôde finalmente devolver os poderes anteriormente reduzidos para o presidente da República. Com isso, João Goulart ganhou um inédito, para ele, poder político. Cf. NETTO, José Paulo. *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. – São Paulo: Cortez, 2014, p. 31. A respeito da posição oposicionista vista em *A Defesa*, ver a coluna “Perguntas Indiscretas” do jornal *A Defesa*, datada de 31 de agosto de 1963, em sua primeira página.

25 SANTOS, Ana Luzia. *Educação na imprensa católica: as representações do jornal A Defesa sobre a formação da juventude. (1961-1969)*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2006, p. 109.

26 Ibidem.

27 Ibidem.



complexo IPES/IBAD (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/Instituto Brasileiro de Ação Democrática).<sup>28</sup>

De acordo com o historiador René Dreifuss, a Igreja Católica foi fundamental para o complexo IPES/IBAD, dado que o clero proporcionava a necessitada comunicação entre o bloco de poder oposicionista e as bases sociais populares. Ademais, representava o órgão ideal para atingir as classes médias, assim como para agir por intermédio do bloco no seio das classes camponesas e das trabalhadoras urbanas.<sup>29</sup> Somado a isso, a política externa dos Estados Unidos procurou encontrar canais de obstrução de governos populares na América Latina. O programa “Aliança para o Progresso” estava no pacote intervencionista estadunidense. Em concordância com o pesquisador Vicente Gil da Silva, o programa “Aliança para o Progresso” escondia, por trás das suas intenções filantrópicas, a tática de Washington em garantir os interesses dos Estados Unidos na América Latina.<sup>30</sup>

A articulação entre os setores políticos e empresariais, a direita nacional e a política intervencionista estadunidense flanqueou o bloco nacional-reformista capitaneado por Jango. Além disso, seduziu para o seu lado forças do conservadorismo reformista; ou seja, daqueles grupos desejosos por reformas, mas temerosos que essas fossem capazes de se chocar com os seus interesses.

Aparece então o momento oportuno para ilustrar a “forma diplomática” da qual falava Ana Luzia para tratar da postura quando combativa de dom Brandão. O bispo, a título de exemplo, fez fileira com o grupo que defendeu um amplo processo de reformas estruturais, desde que essas fossem tocadas por um governo ideologicamente contrário ao que conduzia o país. Na manchete *O Brasil camponês confia na Revolução*, dom José Brandão sinalizou a favor de reformas sociais e políticas, porém a partir de uma dúbia sentença: “Reformas certas, em mãos erradas”.<sup>31</sup> O que dom Brandão externava com a sentença era o seu cristalino alinhamento com as forças políticas que derrubaram o presidente João Goulart.

Não obstante a posição assumida sobre as reformas, a diocese de Propriá foi alvo da “Aliança para o Progresso” e o bispo reconheceu anos mais tarde que o envolvimento entre o programa e a Cáritas diocesana,

28 O complexo IPES/IBAD tinha por objetivo desestabilizar o governo Jango. Seu intento foi exitoso. Sobre o IPES/IBAD, conferir: NETTO, José Paulo. Op. Cit., p. 50-51.

29 DREIFUSS, René. *A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. - Petrópolis: Vozes, 1981, p. 254.

30 Cf. SILVA, Vicente Gil da. *A Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008, p. 30.

31 Cf. CASTRO, Dom José Brandão de. “O Brasil camponês confia na Revolução”. In: *A Defesa*, 13 de junho de 1964, p. 1.



no tocante a distribuição de leite na região, ilustrou o personalismo do início de seu pastoreio.<sup>32</sup> Sendo assim, as primeiras disposições político-eclesiais do bispado de dom Brandão podem ser identificadas no campo do conservadorismo reformista tão conhecido dos círculos de poder e notavelmente pleiteado pelo bloco de oposição a Jango. A expressão “progressista contido” usada por Ana Luzia traduz uma preferência da pesquisadora pela utilização dos binômios progressista e conservador.<sup>33</sup> No entanto, pelos pontos externados até aqui, compete problematizar essa e outras formas de classificação.

Com a consumação do golpe militar de 1964 e comemorado por parcela da cúpula católica o triunfo da “Revolução de 64”, balanços sobre o apoio ao movimento político que derrubou Jango passaram a ser levantados por inúmeros segmentos da sociedade. Segundo a biografia de dom José Brandão, escrita por Isaías do Nascimento, o jornal *A Defesa*, em setembro de 1966, dá início a publicações relacionadas à vida concreta do povo.<sup>34</sup> Isaías Nascimento cita como exemplo a solidariedade do bispo a membros da Ação Católica, presente em *A Defesa*. Para o biógrafo, a postura do jornal demonstrava o distanciamento do bispo com a ditadura militar instaurada no país após o golpe.

De fato, dom Brandão prestou solidariedade a membros da Ação Católica, quando esses foram acusados de agitação comunista por divulgarem documento acerca da situação dos trabalhadores rurais e urbanos do Nordeste.<sup>35</sup> Contudo, é válido ressaltar que as matérias de *A Defesa*, as quais supostamente traduziam o distanciamento do bispo com a ditadura, vinham acompanhadas, além dos tradicionais artigos de cunho notadamente conservador, de outras matérias que atestam a permanência da ligação da diocese com o *status quo*.<sup>36</sup> Dessa forma, o distanciamento do bispo diante da ditadura precisa ser compreendido através de um complexo percurso.

32 Cf. BERNARDI, Luciano. [Entrevista] Dom José Brandão, Bispo de Propriá, *Mensageiro de Santo Antônio*. 04 de abril de 1984, p. 10-12.

33 A predileção de Ana Luzia pelas classificações não a impediu de notar em sua dissertação uma série de movimentos heterogêneos da diocese, incluindo as formas utilizadas pelo jornal *A Defesa* para justificar o golpe de 1964. As suas observações, portanto, permitiram-na questionar a postura progressista da diocese. Isso significa dizer que é possível demarcar posições em esquemas de classificação sem comprometer a pesquisa.

34 Cf. NASCIMENTO FILHO, Isaías Carlos. *Dom Brandão: um pastor com cheiro de ovelhas*. – Belo Horizonte: O Lutador, p. 80.

35 *Ibidem*, p. 81.

36 Cf. SANT’ANA, Monsenhor Moreno de. O divórcio é inadmissível. In: *A Defesa*, 04 de outubro de 1966, p. 1. São recorrentes as matérias que apresentam forte ligação da diocese com lideranças políticas e os chamados biônicos. Cf. A Sociedade União Beneficente confere diploma de sócio benemérito ao governador eleito, Dr. Lourival Batista. In: *A Defesa*, 30 de novembro de 1966, p. 2.

Ainda sobre o distanciamento de dom Brandão com a ditadura, estudos variados comentaram o acontecimento. Ao analisar a assunção do bispo-auxiliar da arquidiocese de Aracaju, dom Luciano Cabral Duarte, ao arcebispado da instituição, o historiador Ibarê Dantas afirmou que a nomeação de dom Luciano produziu uma conformação entre elites civis, militares e eclesiásticas no Estado de Sergipe durante a ditadura militar.<sup>37</sup> Entretanto, Dantas notou que a conformação só não foi maior graças a mudanças ocorridas com a diocese de Propriá e com a assunção de uma nova postura do seu bispo frente à preocupação com a situação dos grupos subalternos.

Ibarê Dantas, dessa forma, é mais um que sustenta as mudanças na postura do bispo dom Brandão. No exame feito por Dantas, entende-se que ocorreu um deslocamento do bispo diante da antiga aliança com as forças da repressão. Nas suas conclusões, a diocese “começou a preocupar-se com a situação de grupos das classes subalternas e a proporcionar guarida a alguns religiosos que passavam por Sergipe”.<sup>38</sup> Ainda que Dantas não tenha especificado em que momento ocorreu a modificação na linha político-ecclesial da diocese, é possível concluir, baseado nos acontecimentos, que o historiador estivesse falando dos anos 1970.<sup>39</sup> Naquela década, o bispo de Propriá tem a sua primeira grande crispação com a ditadura militar, resultado do conflito na Fazenda Betume. Segundo o cientista social Alex Sandro França:

Somente com o caso da Fazenda Betume, deflagrado em 1974, o religioso modifica sua postura “paternalista”. Ante as falhas do projeto da CODEVASF, o bispo se frustra e se defronta com os apelos dos posseiros desapropriados injustamente pela companhia. Isto se deu quando, ao tentar estabelecer um diálogo entre os técnicos da CODEVASF e os posseiros, D. Brandão não obteve êxito. Como a população envolvida já havia descartado o vigário local, afirmando que o mesmo estava do lado da empresa governamental, o bispo, buscava resolver o dilema, diz que também desconhecia o sofrimento dos posseiros [...] (FRANÇA, 2004, p. 98).<sup>40</sup>

37 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe: 1964-1984: partidos e eleições num estado autoritário*. – Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, p. 149.

38 Ibidem.

39 Até o conflito da Fazenda Betume, no município de Neópolis, em meados dos anos 1970, não há nenhum caso de grande vulto que pudesse sinalizar uma mudança radical na linha político-ecclesial do bispo e da diocese.

40 Cf. FRANÇA, Alex. *A Conversão de D. José Brandão de Castro: a ação social de mediadores religiosos na Diocese de Propriá*. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004, p. 98. Contudo, outras fontes pontuam que o conflito teria começado, de fato, no ano de 1975. Esse foi o caso do documento oficial escrito pelo bispo dom Brandão. Ver: Cf. CASTRO, Dom José Brandão de. *Resumo do caso do Betume*, 09 de agosto de 1977.



Alex Sandro França soma-se aos autores que pontuam as mudanças do bispado na diocese de Propriá. O autor entendeu o ano de 1974 como o ponto referencial da cisão do bispo com uma conduta “paternalista”. Vale notar que é traço marcante na pesquisa de Alex Sandro França a percepção de uma “conversão” na postura do bispo, motivada por uma série de fatores. Dentre eles, a relação do bispo com membros da sua equipe diocesana e a nova recepção das demandas populares. Assim como na pesquisa de Ana Luzia Santos, aparece no trabalho de Alex Sandro França o esquema de classificação que difere progressistas de conservadores. No tocante ao trabalho do sociólogo, dom Brandão sai da condição de “paternalista” até “converter” sua posição a uma linha “progressista”.

Outra importante contribuição para os estudos das disposições da Igreja Católica em Sergipe foi produzida pelo frade franciscano Roberto Eufrásio de Oliveira, que era membro da equipe missionária da diocese. Roberto Eufrásio traçou em poucas linhas o perfil de dom Brandão e colheu testemunhos de religiosos e leigos sobre o bispo. No geral da apresentação acerca da trajetória do bispo, a descrição exaltou o compromisso de dom Brandão com os pobres e salientou que o bispo sempre esteve consciente da “verdade de fé” proclamada por João XXIII: “A Igreja é [...] a Igreja dos pobres”. No tocante as relações inicialmente amistosas de dom Brandão com a ditadura, não há menção. Ao contrário, é demarcado apenas o enfrentamento do bispo com o regime e com a ala conservadora da Igreja.<sup>41</sup>

A predileção por destacar as ações sociais da diocese de Propriá a partir dos anos 1970 também é presente na pesquisa de Quintino Ribeiro Neto. Semelhantemente ao trabalho de Alex França, Quintino Neto deu considerável espaço ao ocorrido na Fazenda Betume e apontou para a omissão da cúpula da Igreja em Sergipe diante da “condição de exploração do povo”, com a exceção do bispo dom Brandão e da diocese de Propriá.<sup>42</sup> Quintino também faz uso da tipologia progressista para identificar dom José Brandão.

Por outro lado, algumas pesquisas apontaram para uma realidade bem diversa e apresentaram a postura da diocese nos conflitos como mera mediadora e até mesmo enquanto instituição conservadora devido ao distanciamento de uma prática de transformação na sociedade.<sup>43</sup> Mas não foi o foco de nenhuma dessas pesquisas até aqui citadas esquadriñar os

41 Cf. OLIVEIRA, Frei Roberto Eufrásio. *Caminhando com Jesus: uma experiência missionária no Nordeste*. - João Pessoa: Ideia, 2006, p. 82.

42 Cf. NETO, Quintino Ribeiro. *A Teologia da Libertação em Sergipe*. 1996. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1996, p. 39.

43 Cf. CRUZ, Marta Vieira. *Igreja Católica e Sindicalismo no campo: conservadorismo ou transformação (1975-1985)*. 1992. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

detalhes do processo cíclico da mudança de lugar social do bispo e da sua esfera religiosa.<sup>44</sup>

Para isso, seria necessário examinar com cuidado os anos iniciais do bispado de dom Brandão e a partir daí obter a dinâmica própria do caminho labiríntico trilhado pelo bispo e por sua esfera religiosa no processo de mudança. A necessidade da questão é explicável, dado que o distanciamento do bispo com a ditadura militar e a publicidade das crispções com as classes dominantes da região não se deram de forma homogênea e linear. Negar essa necessária problematização é correr o sério risco de cair em uma “ilusão biográfica” ou na “fabricação” de uma coerência não humana em meio ao processo de análise da trajetória de um determinado personagem.<sup>45</sup> Também por esse motivo, torna-se indispensável uma sensibilidade analítica capaz de questionar o uso dos recorrentes esquemas de classificação.

No que toca a problemática envolvendo o episcopado católico sergipano é importante salientar que os questionamentos em torno do uso de *tipos ideais* para definição de bispos e religiosos já são realidades presentes na produção de distintos pesquisadores. A começar pelo próprio Ibarê Dantas. De acordo com a observação do historiador Magno Francisco Santos, mesmo quando Dantas expôs sucintamente as diferenças entre o arcebispo da arquidiocese de Aracaju, dom Luciano Cabral, e seu predecessor, dom José Vicente Távora, ele evitou classificá-los.<sup>46</sup>

O próprio Magno Francisco elaborou um minucioso trabalho questionando as corriqueiras categorias de classificação dos sujeitos históricos, visto que, para o historiador, elas levam a “contrastes pouco construtivos”. Em poucas linhas, Magno advogou que esses binômios expressam, com maior propriedade: “as necessidades acadêmicas de enquadramento de sujeitos de outras épocas”.<sup>47</sup> Além disso, para ele:

44 Um importante exemplo desse cíclico processo: no ano de 1967, portanto um ano depois de *A Defesa* marcar, segundo Isaías Nascimento, o distanciamento do bispo com a ditadura, o respectivo jornal saudou o terceiro aniversário do golpe de 1964. Cf. SANT’ANA, Monseñor Moreno de. Terceiro aniversário da Revolução. In: *A Defesa*, 16 de abril de 1967, p. 2. O mesmo jornal serviu como um dos porta-vozes da convocação para as comemorações do Sesquicentenário da Independência em Sergipe. Cf. CASTRO, Dom José Brandão de. A Igreja no Sesquicentenário da Independência. In: *A Defesa*, 03 de setembro de 1972, p. 1. O evento foi criado pelos militares no ano de 1972 com o forte intuito de promover a ditadura. Sobre o Sesquicentenário, conferir: ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa: a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972)*. – Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2009.

45 Sobre a ilusão biográfica, conferir: BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. – Campinas: Paripus, 2005, p. 184. A respeito da fabricação de um personagem, ver: GOMES, Ângela. *Escrita de si, escrita da história*. – Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 13.

46 Cf. SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “O Bispo da Terra” e as agruras dos camponeses de Dom Luciano: escrita biográfica e reinvenção de si. *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 09, n. 26, p. 101-126, set./dez., 2016, p. 106.

47 Ibidem.



[...] eles podem ser vistos como pouco condizentes com a vivência histórica, na qual homens e mulheres apresentam-se em trânsito, escorregadios e muitas vezes com ações e condutas distanciadoras do parâmetro estabelecido para o perfil preestabelecido para [sic] a categoria.<sup>48</sup>

Não obstante o uso das classificações tradicionais e da sua negação completa, outras formas de classificação podem ser encontradas nos trabalhos sobre Igreja em Sergipe. No recente artigo do sociólogo Péricles Andrade, há uma preferência pelos *tipos*: “ala ortodoxa” e “ala heterodoxa”. O intuito do estudioso foi realçar as distintas recepções do *aggiornamento* católico no interior da Igreja. Péricles definiu a ala ortodoxa como aquela “que insiste em rejeitar parte do mundo, defendendo a ‘abstenção’ quanto aos conflitos sociais”.<sup>49</sup> Enquanto que a ala heterodoxa se caracterizaria pela maior inclinação às questões sociais.

Lançar mão de *tipos ideais* para definir de modo mais didático um determinado indivíduo ou grupo social é algo compartilhado por historiadores e pesquisadores de outras áreas. Quando se trata da historiografia acerca das disposições do episcopado brasileiro durante os anos marcados pelo golpe de 1964 e pela consequente interrupção do período democrático do país, findada 21 anos depois, a escolha por rígidos esquemas de classificação para bispos e religiosos no geral é bastante notável.

É importante ressaltar que não é intenção deste artigo uma defesa pelo fim do uso dos esquemas de classificação. Contudo, o texto apresenta problematizações a fim de qualificar o exame sobre as posições que sacerdotes brasileiros, e até daqueles provenientes do exterior, assumiram durante a ditadura militar. A princípio, é preciso de imediato salientar a necessidade de questionar até mesmo generalizações quando se examina a Igreja Católica. Em flerte com o filósofo Antônio Gramsci, é equivocado falar em Igreja Católica no singular, dado que a instituição – em seu interior – é repleta por uma multiplicidade de catolicismos. De acordo com a discussão proposta por aquele autor:

[...] Toda religião, inclusive a católica (ou antes, sobretudo a católica, precisamente pelos seus esforços de permanecer superficialmente unitária, a fim de não fragmentar-se em igrejas nacionais e em estratificações sociais), é na realidade uma multiplicidade de religiões distintas e frequentemente contraditórias: há um catolicismo dos camponeses, um catolicismo dos pequenos burgueses e dos operários urbanos,

48 Ibidem.

49 ANDRADE JUNIOR, Péricles. “Aceitáveis com restrições, outras totalmente inaceitáveis”: Dom Luciano Cabral Duarte e as “Teologias da Libertação”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, v. 45, p. 131-141, 2015, p. 140.

um catolicismo das mulheres e um dos intelectuais, também este variado e desconexo.<sup>50</sup>

Em outras palavras, Hugues Portelli explicou que, para Gramsci, a dinamicidade de catolicismos no âmago da instituição era um produto da penetração da “heterogeneidade social e ideológica” por lá presentes.<sup>51</sup> Seguindo a análise deixada por Gramsci, o sociólogo Michael Löwy procurou decifrar as chamadas *tendências orgânicas do catolicismo brasileiro*. Seria essa uma forma eficaz, segundo Löwy, de problematizar o uso de *tipos ideais* sem precisar negá-los de forma taxativa. Num pequeno quadro explanatório, Löwy ilustrou da seguinte forma as *tendências católicas* no Brasil:

1- Um grupo pequeno de fundamentalistas, que defendem ideias ultrarreacionárias e às vezes semifascistas: por exemplo, o grupo “Tradição, Família e Propriedade”. 2- Uma poderosa corrente conservadora e tradicionalista, hostil à Teologia da Libertação e organicamente associada às classes dominantes (e também à Cúria Romana), por exemplo, a liderança do CELAM. 3- Uma corrente reformista e moderada [...] pronta para defender os direitos humanos e certas demandas sociais dos pobres [...] 4- Uma minoria [...] influente de radicais, simpáticos à Teologia da Libertação e capazes de uma solidariedade ativa com os movimentos populares, de trabalhadores e de camponeses.<sup>52</sup>

Apesar das aparências, a explanação de Löwy não negligenciou a complexidade existente entre as *tendências*. Pelo contrário, o teórico rapidamente aludiu para a existência de um “arco-iris de tonalidades diferentes” que não cristaliza as posições de bispos e religiosos mediante os *tipos ideais* citados. Noutras palavras, elementos de uma dada *tendência* podem ser atraídos por uma ou outra posição.<sup>53</sup> Diante disso, percebe-se a procura do autor em evitar construções de esquemas rígidos de classificação usados para definir a linha de atuação de determinado religioso ou corrente católica.

A simplificação de um indivíduo ou grupo social a *tipos* pré-definidos, sem a devida problematização, pode resultar em conclusões danosas para a pesquisa. Rígidas classificações impossibilitam o reconhecimento da autonomia – embora seja ela relativa - dos indivíduos que agem na sociedade, além de negligenciar contradições que são inerentes

50 GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Introdução ao estudo da filosofia; a filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, 115.

51 PORTELLI, Hugues. *Gramsci e a questão religiosa*. – São Paulo: Paulinas, 1984, p. 26.

52 LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. – Petrópolis: Vozes, 2000, p. 66.

53 Ibidem, p. 65-66.



ao comportamento humano ante a tessitura sócio-histórica. Discorrendo sobre os historiadores que aderiram a reduções de escalas de observação, o historiador Giovanni Levi assim descreveu o objetivo do trabalho daqueles:

Seu trabalho tem sempre se centralizado na busca de uma descrição mais realista do comportamento humano, empregando um modelo de ação e conflito do comportamento do homem no mundo que reconhece a sua – relativa – liberdade além, mas não fora, das limitações dos sistemas normativos prescritivos e opressivos. Assim, toda ação social é vista como o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais.<sup>54</sup>

A redução da escala de observação utilizada pelos historiadores aliados por Levi tinha por objetivo, dentre outros pontos, realçar relações *micro* que, por vezes, passam despercebidas no trabalho historiográfico. Dessa forma, para além de domar ações e procedimentos dos indivíduos seguindo a cartilha das classificações, torna-se necessário fazê-las passar pelo crivo de um minucioso diagnóstico. Embora não seja intenção desse artigo trabalhar em cima de experiências *micro*, é imprescindível destacar a importância do “jogo de escalas” no realce das escolhas particulares, e enganosamente negligenciáveis, de um dado indivíduo. Visto que tais escolhas podem escapar da observação do pesquisador quando esse limita sua pesquisa a enquadramentos inflexíveis dos personagens por ele escrutinados.

A recorrente afirmação - de trabalhos citados neste artigo - que diz ter havido uma mudança considerável na postura do bispo dom José Brandão de Castro entra em sintonia com os acontecimentos e as fontes. Alguns exemplos notáveis são expressos por variados meios. Não cabe neste artigo compilar a série de movimentos que traduziram as mudanças das disposições de dom Brandão. Pontua-se por este texto apenas quatro delas: (1) a denúncia do bispo a esquemas de grilagens de terras no Nordeste;<sup>55</sup> (2) a sua participação na luta em favor da demarcação das terras do grupo

54 Cf. LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 135.

55 Isso rendeu longas páginas em jornais de todo o país. Conferir as matérias: Criada na Assembleia a CPI da grilagem, *Tribuna da Bahia*, 11 de maio de 1977, p. 2; VILELA, Avelar Brandão. Nota à imprensa. *A Tarde*, 13 de junho de 1977, p. 13. Ver também: CASTRO, Dom José Brandão de. DOSSIÊ sobre grilagem de terras, 20 de abril de 1976, 23f.

indígena kariri-xocó;<sup>56</sup> (3) os inúmeros imbróglis entre ele e a Companhia do Vale do São Francisco (Codevasf);<sup>57</sup> e (4) o seu marcante envolvimento no caso Santana dos Frades.<sup>58</sup>

A mudança era clara e cristalina. As antigas matérias moderadas do jornal *A Defesa* deram lugar ao tom nada ameno diante das estruturas políticas e sociais entendidas enquanto iníquas.<sup>59</sup> O conservadorismo reformista foi substituído pela postura radical que, segundo Löwy, caracterizava os simpatizantes da Teologia da Libertação e aqueles capazes de se solidarizar ativamente com os movimentos populares.<sup>60</sup>

Essas mudanças não são insignificantes e quando somadas às distintas posições de dom Brandão com o seu metropolitano, dom Luciano, entende-se a ainda importante opção pela demarcação dos bispos a partir dos esquemas de classificação.<sup>61</sup> Cabe à demarcação estar acompanhada por problematizações, como supracitado neste artigo, que obliterem cristalizações e fabricações de coerência e linearidade nos movimentos de grupos e personagens. O conceito de “aplicabilidade circunscrita”, utilizado pelo historiador Iraneidson Santos Costa, parece ser uma excelente

- 56 O caso envolvendo o bispo, os xocó da Ilha de São Pedro e a família Britto é exemplar para a observação acerca das relações do bispo com as classes dominantes na segunda década do seu bispado. Relações bem distintas do antigo caráter mediador e amistoso que caracterizou os anos iniciais do bispo à frente da diocese. Sobre isso, conferir o manifesto publicado pelo, à época, advogado da família Britto, Carlos Ayres Britto, contra a postura do bispo de Propriá: BRITTO, Carlos Ayres. O coronel e o bispo. In: *Jornal da Cidade*, 17 de novembro de 1978. O tom usado por Carlos Ayres Britto no manifesto que circulou por toda a cidade de Propriá ilustra precisamente o incômodo que a postura do bispo causava para a família Britto. Para maiores detalhes do conflito entre xocó e família Britto, conferir o Boletim: *A outra vida dos Xocó*. Comissão Pró-Índio-SP, maio/junho de 1983.
- 57 Um dos resultados das querelas entre o bispo e a Codevasf e, especialmente, as confrontações entre dom Brandão e o presidente da companhia, Nilo Peçanha, resultaram numa ampliação dos marcos persecutórios direcionados contra o bispo. A esse respeito, conferir: DOSSIÊ de Dom José Brandão de Castro. Aracaju, [197-]. Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES). Acervo do Arquivo do Departamento de ordem política e social (DOPS), nº 770/05.
- 58 Cf. SANTOS, Fábio Alves dos. *Começo de mundo novo: sofrimento, luta e vitória dos posseiros de Santana dos Frades*. – Petrópolis, 1990.
- 59 Cf. D. José Brandão de Castro fala aos Deputados sobre Problema fundiário. In: *A Defesa*, 13 de junho de 1977, p. 1.
- 60 LÖWY, Michael. Op. Cit., p. 65-66. No que toca a ligação de dom Brandão com a Teologia da Libertação, conferir: COMBLIN, José. [Correspondência] 06 de agosto de 1985, Serra Redonda-PB [para] Dom José Brandão de Castro, Propriá, 2f.
- 61 Por meio do manifesto *O caso Boff e a rebeldia contra Roma*, percebe-se claramente as discordâncias de dom Luciano com os bispos solidários ao teólogo Leonardo Boff, um dos expoentes da Teologia da Libertação. Cf. DUARTE, Dom Luciano Cabral. *O caso Boff e a rebeldia contra Roma*. – Brasília: SBEF Edições, 1985. O bispo dom Brandão, por seu turno, prestou solidariedade a Boff, chegando a enviar carta endereçada ao cardeal Ratzinger, então responsável pelo processo inquisitório contra o teólogo. Cf. NASCIMENTO FILHO, Isaias Carlos. Op. Cit., p. 98-99.

alternativa para realização do intento.<sup>62</sup> Em concordância com Iraneidson, é possível a aplicação das classificações mediante o reconhecimento dos seus limites.

Dessa forma, pode-se classificar a postura inicial de dom Brandão em flerte com o conservadorismo reformista, presente em múltiplos segmentos da Igreja Católica. Em um processo cíclico, o bispo assumiu uma posição sintonizada com as *tendências orgânicas do catolicismo* mais radicalizadas, sendo uma das vítimas do desmantelamento dessa *tendência* na América Latina.<sup>63</sup>

O caminho percorrido nos anos iniciais do bispado de dom Brandão até o ano da sua aposentadoria precisa ser compreendido em toda a sua complexidade. Um caminho cíclico, dialético, imerso por contradições que fazem parte do processo histórico vivenciado por indivíduos, instituições e também por grupos sociais. Este artigo teve como função apresentar problematizações para o entendimento mais completo das disposições político-eclesiais de dom José Brandão de Castro à frente da diocese de Propriá. Evidentemente que não coube a este artigo examinar cada detalhe do pastoreio de dom José Brandão, mas competiu a ele suscitar modos de observar a complexa circularidade que resultou em uma nova conformação de dom Brandão na tessitura política, social e eclesial.

62 Cf. COSTA, Iraneidson Santos. “Eu ouvi os clamores do meu povo”: o episcopado profético do nordeste brasileiro. *Revista Horizonte*, Belo Horizonte, v. 11, n. 32, p. 1461-1484, out./dez., 2013, p. 1471.

63 Os vaticanistas Carl Bernstein e Marco Politi elaboraram um rico trabalho sobre as disposições do papado de João Paulo II. Puderam observar as ligações do papa com a Agência Central de Inteligência (CIA) dos EUA e perceber a sua sintonia com o presidente Ronald Reagan no que diz respeito à oposição aberta contra expressões do cristianismo da libertação na América Latina. Cf. BERNSTEIN, Carl; POLITI, Marco. *Sua Santidade: João Paulo II e a História Oculta do nosso Tempo*. – São Paulo: Objetiva, 1996. Ver também correspondência enviada por José Comblin a dom Brandão. Por ela, o importante teólogo da libertação insistia para que dom Brandão não sucumbisse a um suposto esquema montado – segundo Comblin, a conspiração envolvia o clero sintonizado com o papado de João Paulo II e segmentos políticos e sociais, como a Codevasf e os latifundiários da região – para adiantar a sua aposentadoria. Cf. COMBLIN, José. [Correspondência] 14 de setembro de 1985, São Paulo [para] Dom José Brandão de Castro, Propriá, 2f.







## RESENHA



## O Teatro das Letras: educar, instruir e internar\*

Iranilson Buriti de Oliveira\*\*

Com 484 páginas bem desenhadas, o livro escrito por Joaquim Tavares da Conceição, professor da Universidade Federal de Sergipe, nos apresenta as práticas histórico-educacionais associadas aos internatos brasileiros entre o século XIX e a primeira metade do século XX, dando visibilidade às transformações ocorridas com a chegada de educadores estrangeiros, o aumento no número de alunos e a busca pela escolarização por parte de uma certa elite econômica brasileira. Fruto de sua tese de doutoramento em História pela Universidade Federal da Bahia, o livro “Internar para Educar” fotografa os corredores, os ambientes de aula, os refeitórios, os dormitórios e os sujeitos (meninos e meninas, diretores e professores, vigilantes e inspetores) dos internatos brasileiros, bem como suas conexões com as práticas educativas do internar na Europa, principalmente na França, dando sonoridade às pedagogias do educar do colégio-internato.

Com uma narrativa detalhada e ancorada em diversas fontes (teses médicas, relatórios, plantas arquitetônicas, litografias, gravuras, estatutos, narrativas de viajantes, fotografias), o livro é um convite à reflexão sobre o ambiente dos internatos e suas práticas socioculturais, envolvendo as estratégias de controle e de hierarquia, as questões de gênero e geração, as atividades desenvolvidas no cotidiano e os reclames publicitários que davam visibilidade às diversas geografias do ensinar e do aprender, e as promessas de diretores de formar os futuros dirigentes e intelectuais da pátria brasileira.

Os colégios-internatos e as pedagogias do internar emergem nos cinco capítulos do livro como uma prática sociocultural que dialoga com muitos referenciais desse tipo de educação, que envolve tanto os seminários criados pelos jesuítas quanto o modelo francês de internar, passeando pelas pedagogias modernas e pelo olhar médico

\* Resenha do livro: CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. *Internar para educar*. Colégios-internatos no Brasil (1840-1950). Aracaju: Edise, 2017, 484p.

\*\* Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2002); pós-doutorado em História das Ciências e da Saúde na Casa de Oswaldo Cruz - Rio de Janeiro (2009) e pós-doutorado em História na PUC-SP. Professor Associado IV da Universidade Federal de Campina Grande. Pesquisador com bolsa de produtividade em pesquisa vigente no CNPq.





sobre o corpo interno. Da capital do Império a Sergipe, as prescrições e interdições médicas ganham relevo e voz. É um profícuo enredo tecido por Joaquim Tavares sobre a interface entre corpo, escola, internato e medicalização escolar. O médico insurge textualmente como uma autoridade no plano dos cuidados higiênicos no espaço do colégio, incluindo a preocupação com as vestes, asseio pessoal, prevenção de doenças e vícios, castigos físicos e alimentação. Um conjunto de teses médicas apresentadas nas faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia desenhava os modos de ser e de comportar nos internatos, permeando as sensibilidades e sociabilidades do colégio e sua interface com as questões mais gerais de saúde pública, o que incluía sexualidade, libertinagem, princípios morais e regulação dos espaços escolar, familiar e social. O vocabulário médico está por toda parte, desde a arte de conservar a saúde combatendo o onanismo, a ausência de educação física e corporal nos colégios, a deficiente educação moral baseada no medo e nos castigos humilhantes, a deficiência alimentar e a maneira equivocada de trajar de meninos e meninas. Ainda fazia parte da gramática da saúde, os reclames de jornais anunciando tanto no Rio de Janeiro quanto nas capitais das províncias os diversos tipos de banhos de saúde, que incluía o banhar-se com água quente, o “tiburungar” em cachoeiras e as barcas para banhos de mar. Esse corolário de prescrições e recomendações médicas poderia ajudar no funcionamento adequado dos colégios.

O livro de Joaquim Tavares apresenta o recurso da propaganda como uma condição de possibilidade de crescimento dos colégios entre o público leitor, de modo que os leitores-pais se interessem pelas diversas formas de educar que são teatralizadas pelos jornais, revistas, almanaques e prospectos, estes últimos confeccionados e distribuídos, incluindo, além da propaganda, o enxoval que deve ser levado pelas alunas. Nos diversos reclames, a população em geral é conectada com os internatos. Jornais e periódicos tornam-se territórios nos quais circulam normas e economias simbólicas dos colégios, sentimentalidades e geografias educativas. Os periódicos, a exemplo do Almanak Laemmert, com os seus anúncios de colégios na capital do Brasil ou do interior, tornam-se aos poucos um “grande bazar”, implantando cada vez mais imagens em suas propagandas objetivando despertar os olhares dos pais e mães, engendrando novas coordenadas de produção da subjetividade ao afirmar padrões estéticos, éticos e políticos dos colégios-internatos. Os recursos publicitários utilizados desejam que o produto anunciado cause no leitor uma necessidade de consumi-lo. Ao agenciar certos comportamentos dos pais de alunos e alunas, a publicidade interfere, com seu discurso pedagógico, nos níveis mais íntimos da subjetividade familiar. Torna-se, portanto, um elo entre o sistema de produção e o universo de consumo, estreitando a confiança entre os diretores de colégios-internatos e as famílias.

Os capítulos do livro são relatos sobre as maneiras de educar nos internatos, incluindo a situação da instrução pública em Sergipe no século XIX, cartografada por Joaquim Tavares como pedaços de experiências culturais tanto no interior (Estância, Laranjeiras), quanto na capital, alguns deles organizados com aspectos de um pequeno empreendimento familiar. O autor discorre magistralmente sobre o atraso educacional, a péssima condição do professorado, a ausência de escolas normais na província, a inexistência de prédios próprios para o funcionamento das aulas e dos baixos salários recebidos pelos professores. Desenhando as práticas educativas no final do XIX em Sergipe, Joaquim Tavares apresenta ao leitor a procura pelos estabelecimentos particulares de ensino (liceus, ateneus e outros colégios) versus a situação desacreditada pelo ensino público, situação que elevou o Ateneu Sergipense ao posto de principal instituição de ensino secundário de Sergipe. No século XX (até 1950), duas características principais do internato sergipano são mencionadas, quais sejam, a existência de espaços específicos para a organização e funcionamento escolar e o crescimento no número de escolas particulares que ofereciam internato para ambos os sexos, seja em Aracaju ou nas cidades do interior, muitas delas dirigidas pelas congregações católicas (Imaculada Conceição, irmãs Sacramentinas, irmãs Franciscanas, Salesianos, dentre outras) que aliavam as práticas da escolarização formal à manutenção da influência do catolicismo entre os sergipanos.

Os cinco capítulos, sequencialmente, apresentam o ato de internar nos colégios e a pedagogia da teatralização dos atos de controlar, vigiar e inspecionar meninos e meninas. Na ausência de escolas públicas, se afirmava a centralidade dos internatos, ateneus e liceus no contexto das grandes e médias cidades do Brasil. Para os filhos da elite brasileira, o internato era uma possibilidade do seu filho desasnar e tornar-se, futuramente, um bacharel, um médico, um padre, um engenheiro. Era uma possibilidade de sua filha tornar-se, também, uma professora ou uma excelente esposa, prendada na arte de governar, de recitar ou de tocar piano. Portanto, o livro é uma importante contribuição historiográfica para a história da educação brasileira entre os séculos XIX e XX.

Destaco que as imagens em preto e branco reproduzidas no livro aparecem de maneira muito bem integradas aos textos e aos capítulos, com a devida problematização por parte do autor e com uma boa qualidade visual. Estabeleço uma crítica ao primeiro capítulo (*Princípio do Internato*) que soou para o leitor como uma busca às origens, uma leitura evolucionista do internato e da arte de educar. O autor poderia ter feito as devidas conexões com os internatos franceses sem apresentar essa corrida ao início, ao princípio, às origens, pois o espaço e o tempo de educar, no Brasil, possuem as suas configurações próprias, diferentemente da França. Internar e educar no Brasil eram feitos de outra ordem, embora dialogas-



sem com os modos de governar e de disciplinar meninas e meninas nos internatos franceses. Na pedagogia da vigilância, o tempo e os espaços dos colégios no Brasil eram organizados para enfrentar as ameaças e as tentações características dessas paisagens.

Em poucos momentos do livro há repetições, apresentando informações já ditas em capítulos anteriores, porém, como leitor, considero que isso é um recurso narrativo que o autor utiliza para reforçar os argumentos em relação ao governo dos corpos estudantis, textualizando as pedagogias de internar arraigadas nas práticas educativas em Sergipe, seja nos colégios confessionais seja nos colégios laicos.

Finalizando, o livro apresenta os **deslocamentos** nas práticas de internar e de educar no contexto histórico, com o crescimento dos colégios confessionais no interior de Sergipe, as boas condições arquitetônicas de muitas escolas (dormitórios, salas de aula, pátios escolares) e as **permanências**, dentre as quais a grande maioria de internatos instalados na residência do proprietário do estabelecimento. Ao finalizar a leitura do livro, uma lição é muito bem evidenciada: nas práticas de educar o corpo do outro, muitas indagações e (in)compreensões históricas ainda permanecem.





DISCURSOS





## No governo da Casa de Sergipe\*

*Samuel Albuquerque\*\**

353  


Refletindo sobre sua vida, Norbert Elias mencionou a antiga lenda germânica do cavaleiro do Lago de Konstanz. O sociólogo judeu-alemão muito se identificava com aquela lenda.

O Lago de Konstanz, denominação que remete à cidade alemã que fica às suas margens, é um dos maiores da Europa e constituiu uma fronteira natural entre Alemanha, Áustria e Suíça.

Segundo a lenda, em tempos imemoriais, um cavaleiro teria atravessado a imensidão daquele lago, sem se dar conta que o fizera sobre uma superfície congelada e não sobre a terra firme. Nesse sentido, Elias diz ter atravessado a vida como o lendário cavaleiro: sem temer que o gelo cedesse.

Concluída minha passagem pela presidência da Casa de Sergipe, respiro fundo e, assim como Elias, identifico-me com a lendária figura do cavaleiro do Lago de Konstanz. A exemplo deles, fiz minha travessia sem medo de perder o chão.

Preciso registrar que, depois da gestão de mais de três décadas de Maria Thetis Nunes, foi o mais longo percurso pela presidência desta Casa. Foram oito longos anos à frente do centenário Instituto, à frente do sodalício que preserva a memória, escreve a história e (re)inventava a sergipanidade.

Somados aos seis anos da gestão Ibarê Dantas, da qual tomei parte na condição de editor da Revista do IHGSE, vão-se quase quinze anos de dedicação ao nosso querido Instituto.

Permitam-me ser imodesto e concluir que foram muitas as realizações ao longo dos últimos anos. Mencionarei as que, na pressa de escrever este discurso, julguei mais importantes.

Contando com a efetiva participação do mestre Ibarê Dantas em nossa Diretoria, penso termos conseguido manter, em linhas gerais, a grande reforma promovida por

\* Discurso proferido na tarde de 18 de janeiro de 2018, durante a sessão solene de posse da Diretoria Executiva do IHGSE, eleita para o triênio 2018-2020, quando o autor deixou a presidência do Instituto.

\*\* Historiador e professor da UFS

ele no Instituto, a partir de 2004. Em meu discurso de posse, há oito anos, afirmei: “Teremos sucesso se continuarmos conduzindo o barco na mesma direção [que conduziu Ibarê]”. Penso que fomos bem sucedidos nesse quesito. Tivemos menos rupturas e mais continuidades.

O Instituto manteve sua rotina de trabalho e serviços prestados ao público; realizou suas tradicionais, ricas e concorridas sessões solenes de julho e agosto, comemorativas da Emancipação de Sergipe e do Aniversário do Instituto; renovou e ampliou seu quadro de sócios, promovendo o encontro e o diálogo entre as antigas e as novas gerações de estudiosos da nossa história e da nossa cultura.

Depois da realização da primeira edição do Congresso Sergipano de História, em 2008, sob a batuta de Ibarê Dantas, realizamos mais quatro edições do evento bianual, sendo a edição mais recente realizada em outubro de 2016. Sempre em parceria com a ANPUH/SE, o evento se consolidou como o mais importante da área de História em Sergipe, atraindo público diverso e de diversos estados da federação. A terceira edição do evento foi pensada como eixo central das celebrações centenário do IHGSE, ocorridas em agosto de 2012. Aliás o livro *História, Memória e Comemorações na Casa de Sergipe*, que publicamos em 2014, dá uma ideia clara das comemorações do centenário, ao registrar a programação completa e reunir os textos dos discursos e das principais conferências, palestras e mesas redondas do evento. No mais, outros eventos importantes foram realizados (seminários, encontros, rodas de leitura etc.). Mas, como disse, seria impossível tratar de todos aqui.

Manutenção e intervenções no prédio sede do Instituto foram realizadas (ao menos o que foi possível realizar com os nossos recursos), como a instalação da rampa de acesso ao andar térreo e a reforma banheiro no mesmo andar, adaptando-o às necessidades de portadores de deficiências.

Respeitando sua periodicidade, lançamos oito novos números da Revista do IHGSE, que ganhou novo formato, mais volume, qualidade, projeção e reconhecimento no país, figurando hoje como a segunda melhor revista de Institutos Históricos, ficando atrás somente, da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, conforme avaliação da CAPES/MEC. Além disso, o IHGSE passou a contar com prefixo editorial próprio, concedido pela Biblioteca Nacional, e um qualificado conselho editorial, facilitando e profissionalizando a publicação e a chancela de obras de sócios e não sócios da entidade, submetidas ao referido conselho.

Considero, todavia, que o nosso maior feito foi a Coleção Biblioteca Casa de Sergipe que, inicialmente, contou com a parceria da UFS. Conseguimos a façanha de, com nossos minguados recursos (tendo a UFS arcado com a impressão de um dos títulos), reeditar obras raras e de di-



ficil acesso que tratam da nossa história, da nossa geografia, da nossa cultura. Foram elas: *Historia de Sergipe (1575-1855)*, de Felisbello Firmo de Oliveira Freire (tomando como referência a primeira edição de 1891); *Sergipenses (escriptos diversos)*, de M. P. Oliveira Telles (tomando como referência a primeira e única edição, de 1903); *História dos limites entre Sergipe e Bahia*, de Carvalho Lima Júnior (tomando como referência a primeira e única edição, de 1918); *A Capitania de Sergipe e suas Ouidorias*, de Ivo do Prado (tomando como referência a primeira e única edição, de 1919); *Sergipe artistico, litterario e scientifico*, de Prado Sampaio (tomando como referência a primeira e única edição, de 1928); *Investigações histórico-geográficas de Sergipe*, de Felte Bezerra (tomando como referência a primeira e única edição, de 1952); *A Taieira de Sergipe: uma dança folclórica*, de Beatriz Góis Dantas (tomando como referência a primeira e única edição, de 1972); *A Revolução de 1930 em Sergipe*, de José Ibarê Costa Dantas (tomando como referência a primeira e única edição, de 1983); *Impasses do federalismo brasileiro: Sergipe e a Revolta de Fausto Cardoso*, de Terezinha Alves de Oliva (tomando como referência a primeira e única edição, de 1985); *A Inquisição em Sergipe*, de Luiz R. de B. Mott (tomando como referência a primeira e única edição, de 1989); *Textos para a História de Sergipe*, organizado por Diana Maria de Faro Leal Diniz (tomando como referência a primeira e única edição, de 1991); *Aracaju e outros temas sergipanos*, de José Calazans Brandão da Silva (tomando como referência a primeira e única edição, de 1992); além da inédita *História da Casa de Sergipe: os 100 anos do IHGSE (1912-2012)*, de Ibarê Dantas. Da coleção, faltou publicar, somente, o *Album de Sergipe*, de Clodomir Silva, cuja primeira edição é de 1920. Ainda assim, a tarefa está bem adiantada, faltando, basicamente, uma última revisão e impressão do material.

Claro que tudo isso é resultado de um trabalho de equipe e de parcerias estabelecidas. Sou grato: aos diretores José Ibarê Costa Dantas, Igor Leonardo Moraes Albuquerque, José Rivadálvio Lima, Tereza Cristina Cerqueira da Graça, Lenalda Andrade Santos, Terezinha Alves de Oliva, Saumíneo da Silva Nascimento, Eva Maria Siqueira Alves, Lorena de Oliveira Souza Campello, Sura Souza Carmo, João Paulo Gama Oliveira, além dos ex-diretores Josefa Eliana Souza, Ane Luíse Silva Mecnas Santos e Magno Francisco de Jesus Santos; aos funcionários e prestadores de serviços Gustavo Paulo Bomfim (*in memoriam*), Ângela Nickaulis Corrêa Silva, Maria Fernanda doa Santos, Aline Santos Cruz, Nayara Santos de Jesus, José Carlos dos Santos, Fernando dos Anjos Renovato, entre outros; aos muitos estagiários, notadamente Leonice Pereira dos Santos, Jocelina Santos Silva e Jhon Lennon Souza Santos; aos sócios efetivos, honorários e beneméritos, notadamente João Gomes Cardoso Barreto, Luiz Eduardo Magalhães, José de Oliveira Júnior, Clóvis Barbosa de Melo e Patrícia Ve-



rônica Nunes Carvalho Sobral de Souza, sempre atentos às necessidades do sodalício. Sou muito grato, também, aos nossos parceiros, notadamente o Governo de Sergipe, a Prefeitura de Aracaju, a Assembleia Legislativa de Sergipe e o Instituto Banese.

Vou encerrando minha fala, inspirando-me em depoimento da maturidade de José Calasans, e afirmando que, até o presente, o Instituto foi minha principal experiência no campo intelectual. Aqui me enriqueci imensamente pelos contatos estabelecidos, pelas amizades feitas, pela intimidade adquirida com o precioso acervo da Casa de Sergipe.

Cheguei à presidência com pouco mais de trinta, saio com pouco menos de quarenta e a experiência de um ancião, acredito. Na condição de presidente do Instituto, tornei-me doutor em História, publiquei alguns livros importantes para mim (e, destaque, sem aporte financeiro oriundo do Instituto).

Evidentemente, e isso seria inevitável, cruzei com alguns “malassombros” que se esforçaram em parecer pedras de tropeço. Não o foram! Felizmente, sigo aperfeiçoando minha capacidade de converter energia ruim e combustível para seguir adiante.

Encerro, efetivamente, dizendo que muitos são os desafios da nova diretoria, muito há ainda por fazer e manter. Mas não tenho dúvida de que passo o bastão às mãos certas.

Aglaé D'Ávila Fontes, além de um dos nomes mais importantes da nossa vida cultural e intelectual, é uma mulher honrada e muitíssimo experiente. Fiquei muito satisfeito com o seu aceite, com o seu desprendimento, em constatar o seu compromisso em relação à memória sergipana, tão bem representada por este Instituto.

Com essa certeza, encerro meu discurso, encerro minha travessia e declaro empossada a nova Diretoria Executiva do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, eleita para o triênio 2018-2020, que tem a seguinte composição: Aglaé D'Ávila Fontes, presidente; Tereza Cristina Cerqueira da Graça, primeira vice-presidente; Igor Leonardo Moraes Albuquerque, segundo vice-presidente; José Rivadálvio Lima, secretário geral; Eva Maria Siqueira Alves, primeira secretária; Luiz Fernando Ribeiro Soutelo, segundo secretário; Terezinha Alves de Oliva, oradora; Saumíneo da Silva Nascimento, primeiro tesoureiro; Lourival Santana Santos, segundo tesoureiro.

Sucesso à nova Diretoria e vida longa à Casa de Sergipe!



Posse do Instituto  
Histórico e Geográfico  
de Sergipe  
18 de Janeiro de 2018

*Palavras da presidente  
Agláé D'Ávila Fontes\**

É um costume já consagrado, que em momentos solenes se anunciem que o Sr. Fulano de Tal ou o presidente de uma determinada instituição:

*“Fará uso da **palavra**”*

Em outros momentos conforme a solenidade se costuma dizer:

*“A **palavra** está franqueada a quem dela quiser fazer uso”*

Pelo que se vê, a **palavra** é um elemento de grande importância, porque estando ligada ao pensamento, pode ser expressa através da fala.

Agora, os senhores membros da mesa diretora do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, acabam de me entregar a **palavra**, e me vejo na obrigação, de fazendo uso dela, trazer à cena algumas ideias que justifiquem aos que aqui vieram, o tempo empregado em me ouvir.

Senhoras e senhores, amigos e convidados aqui presentes:

A **palavra**, para soar requer uma *energia*

Essa energia é o sopro da ideia e se apresenta através da fala ou da escrita.

Isto me faz lembrar um povo africano que habita as falésias de Bandiagara ao leste do rio Níger, no Mali: os dogons.

Na sua sabedoria eles consideram que a **palavra** tem um poder transformador inquestionável, pois é Divina. Teria sido revelada a um dos seus ancestrais – Bicon Séron, primeiro sacerdote totêmico, e repassada aos demais homens ou Maa como lhe denominou o criador supremo: Maa Nagla.

Para eles a **Palavra** é constituída de 4 elementos:

Água - que fornece a vida;

Terra - que lhe dá sentido;

\* Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.



Fogo - que lhe dá calor;  
Ar - que lhe dá o sopro da fala.

Para enriquecer a **palavra**, acrescentam *simbolicamente* o óleo que vem do sangue e lhe dá beleza e charme, produzindo a **palavra bela**. E sal e mel também dosando segundo a necessidade.

A junção dos elementos faz com que a **palavra** tenha equilíbrio e produza sementes se tornando então uma “**boa palavra**”.

Mas se a dosagem sair errada, a **palavra** se faz vazia, estéril e nada significa “**palavra ruim**”.

Nas sociedades orais, além da memória muito desenvolvida é a **palavra** que tem força, sendo “o laço que a une ao homem” nos diz Hampaté Bá grande etnólogo e pesquisador da cultura africana: “Onde não há escrita o homem está ligado à sua **palavra**”

Historicamente a **palavra** tem então o poder de construir ou destruir, pois possuem três potenciais:

*Poder*

*Querer*

*Saber*

Suas 3 potências recebem vibrações das forças divinas e ficam cheias de magia ou Sacralidade.

Ao me entrarem a **palavra**, os senhores correm um risco muito grande, porque ao atingir seus ouvidos elas podem produzir efeitos diferentes.

Se ela for muito forte, queima... Mas se for doce, cheia de água e óleo, pode até ser benéfica. Se tiver água demais e se fizer vazia, sem força, pode provocar sonolência.

Porém se tiver mais fogo que água, pode vir a desagradecer, o que é muito ruim em uma solenidade.

Entretanto se for cheia de elan, com aspectos significativos e com um ritmo agradável de ouvir, pode até causar magia e encantamento.

Para isso tenho que passar também pelo risco dos 3 estágios: o primeiro é o do pensamento, o segundo é o da sonoridade das **palavras** escolhidas e o terceiro é realmente a construção do falar, a emoção expressa.

Preciso então escolher para minha fala, **palavras** com melhor ritmo, sonoras, significativas, e fortes na interpretação do pensar.

“Se há épocas em que os ouvidos e o coração se fecham para o mágico e o poético, outras, entretanto, encontram o homem pronto a se encantar”.

*Gislayne Avelar Matos in A Palavra dos Contadores de História*



Estava eu em São Cristóvão quando ouvi uma **palavra** revestida na doçura no dizer. A prof.<sup>a</sup> Terezinha Oliva me consultava se aceitava me candidatar a presidência do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe – a Casa de Sergipe.

A **palavra** às vezes sai do mel para o fogo de forma rápida e surpreendente.

Surpresa, admiração, confusão, loucura no meio da praça S. Francisco após um espetáculo, com vozes tumultuando o espaço a ideia nunca pensada. Não é sem razão que Cassier na sua Antologia Filosófica diz que:

*“O tempo guarda uma força misteriosa que abrange o presente o passado e o futuro que abarca todas as experiências humana numa corrente continua.”*

A **palavra** se fez continua.

Voltou depois envolvida em um convite para conhecer o funcionamento do lugar e ser talvez conquistada.

Dois amigos queridos me conduziram então pelos espaços do Instituto: Samuel e Terezinha.

Vi a organização, seu pessoal solícito, os sonhos sonhados e realizados, vi a seriedade do trabalho que a casa guardava.

As palavras ganharam ritmos diferenciados e sonoridades na busca do meu convencimento.

Mesmo assim, com mil desculpas, veio um *não*. Pronto. Estava livre. A **palavra** fez a resposta ser dada.

Mas as **palavras** voltavam a funcionar, dosadas no equilíbrio do mel e de um pouquinho de sal e de outros ritmos nas falas, e nas ideias, buscando outros caminhos para o convencimento. A **palavra** *palavrou a minha cabeça* e como diz a linguagem popular sergipana: foi uma danoção no juízo.

A dúvida sorrateira se instalou, enfraquecendo o não.

Nas horas da noite, em forma de sonhos as **palavras** se degladiavam como duas personagens distintas, de uma história cuja dramaturgia buscava um final feliz na defesa da lógica de seus motivos. A cortina se abre.

Na cena, impetuosa, surge a dona do *não*. A cena não combinava com ela, pois era o jardim, da minha casa com um casal de bentevis anunciando sua chegada na residência que montaram no ipê roxo e as roseiras se abrindo em cores de quem talvez a moça tenha herdado alguns espinhos.

A dona do *não* possuía o reforço do calor, no convencimento:



– “Que aceitar nada, vá curtir sua vida! Seu jardim... Suas roseiras... seus escritos...”

– “Ora me poupe! Vá escrever seus livros! Já terminou a História dos Lugares? Garanto que não.”

– “Vá aprofundar suas pesquisas sem tempo de concluir.”

– “Já fez tanta coisa na Cultura, se aquiete criatura!”

– “Lugar sem recurso, para viver de tigela na mão, parece até um carma.”

– “De novo lidar com gente, administrar... acho uma loucura.”

– “Não tinha dito não? Segure o não. Não vá!”

– “Eu lhe conheço: só faz tudo com paixão, se doando por inteira ao que faz... Não acho graça nessa ida pro Instituto.”

360



E com uma **palavra** mais cheia de fogo disse em alto tom: *olhe se você aceitar eu lhe interno!!!*

O conflito foi instalado, na cena teatral da decisão! E como convém a uma personagem dramática, saiu de cena suspendendo os ombros com desprezo.

Mas a palavra dona do *sim* tinha misturado água com mel e entrou suavemente em cena enquanto se ouvia a uma sinfonia de Mozart, acho que a 41 ou podia ser o Trenzinho Caipira de Villa-Lobos numa estrada com mil curvas de conflitos acumulados.

– “Pois é... claro que tem trabalho, mas no fundo você gosta... Lidar com memória...”

– “Depois lá está tudo organizado, o pessoal é muito bom...”

– “É um lugar de memória coisa que você sempre defendeu.”

– “Não precisa ir morar lá, organize seu tempo...”

– “Experimente...”

– “Depois... todos vão lhe ajudar, é uma equipe unida.”

– “Todos são voluntários mas comprometidos com a Casa.”

Novamente os dogons com suas casas penduradas nas escarpas de Bandiagara, vieram em meu socorro com um provérbio do Mali:

– O que é pôe uma coisa no jeito?

– É a palavra.

– O que é que atrapalha uma coisa?

– É a palavra.



– O que é que mantém as coisas no seu melhor estado?

– É a **palavra**!

Na verdade a **palavra** tem poder.

Tem querer e é preciso saber misturar seus elementos.

A cena se encerra mas outra se inicia.

Senhores:

É por causa da **Palavra** que estou aqui...

As sementes geraram convencimento para enfrentar o desafio de presidir junto com uma equipe competente a Casa de Sergipe que para mim é também a Casa da **Palavra**.

Casa Guardiã de Memória:

Entre suas paredes, *documentos, fotos, livros e linguagens diversas expressas* também nas artes visuais, vivem sendo visitados e consultados.

Casa Guardiã do pensamento dos escritores sergipanos e aberta para dividir com todos, seu importante acervo documental o que a faz respeitada, pelos serviços prestados nos seus 106 anos de vida desde de a criada em agosto de 1912, pelos intelectuais da época chefiados por Florentino Telles de Meneses, contando com Prado Sampaio e João de Silva Melo tendo como objetivo o estudo e a defesa da cultura sergipana.

De seu acevo constam ensaios, críticas, textos filosóficos, produção científica do Estado de Sergipe, teses, história de épocas diversas, etnografias, pensamentos de múltiplas tendências e estilos.

Todos vêm esta *Casa* como um espaço sólido que não se move a sabor dos ventos de ideologias políticas mas está sempre aberta para consultas de fontes importantes entregando seu conhecimento consolidado pelo tempo, atendendo a todos que a procuram. Das suas entranhas, surgem vários espaços especiais:

Uma biblioteca com 30 mil volumes dentre os quais 8 mil de autores sergipanos. O museu Galdino Bicho com objetos históricos, mosaicos, cartografia, um arquivo com certidões, cartas documentais de vários períodos, sem falar na hemeroteca com jornais do passado, outros extintos e os atuais, merecendo destaque para sua revista em circulação desde de 1913, e analisada como a segunda *Revista* científica mais importante do país. Considerada como instituição de utilidade pública tanto estadual como federal, o instituto Histórico faz jus também ao título de utilidade pública Continental desde de 1916.

A **palavra** presente na história sergipana, nela encontrou abrigo e morada há 106 anos.



Quando fui eleita para a Academia Sergipana de Letras foi aqui que encontrei os textos teatrais de Severino Cardoso patrono da cadeira 12 que ocupo e sobre quem teria que falar no ato de posse. A gentileza do prof. Ibarê Dantas seu presidente, me colocou em contato com as fontes solicitadas podendo então, ter a minha fala muito mais enriquecida.

E aqui estou, merecendo dos senhores a honra de presidir esta Casa, fazendo da *palavra* o meu compromisso em dar continuidade as ações implantadas pela sua diretoria anterior porque são como a “*palavra boa*” dos dogons, plenas de compromisso com a memória, a história e a pesquisa do nosso estado.

E por certo que vou também realizar com minha equipe atividades que vindas da minha forma de ver a cultura, o patrimônio e a memória, possam plantar sementes para abraçar crianças e jovens com laços que venham a consolidar a história do futuro. Buscar o ontem para entender o hoje construindo o amanhã.

Pretendo também não esquecer de lançar um olhar sobre a cultura do povo com seus falares, cantares e fazeres compondo a ideia que hoje se confirma de que as falas, os cantos, as fotos familiares, as festas, a literatura, e o registro oral, são fontes para o conhecimento da história dos lugares e das pessoas. A memória também está diretamente ligada ao patrimônio do povo. Vamos aprimorar sua trajetória em defesa de seu entendimento, oferecendo acesso aos seus bens simbólicos, porque como nos diz Cecília Londres:

*“Patrimônio é tudo que criamos, valorizamos e queremos preservar. São os monumentos e as obras de arte, e também as festas, músicas, os folguedos, as comidas, fazeres e falares o que produzimos com as mãos, as ideias e a fantasia.”*

Na construção da história nada pode ser deixado de lado.

Considero uma honra ter sido eleita para esta *Casa* e espero dar continuidade ao que aqui foi implantado pelos professores Ibarê Dantas e Samuel Albuquerque na construção de caminhos, propondo práticas e estratégias, fortalecendo a ideia de identidade e pertencimento ao nosso estado.

Ao tempo em que agradeço a honra das presenças de todos, concluo a minha fala deixando com os senhores um poema de Maria Beatriz Rezende.

Museu

*Era uma vez uma gente que falava uma língua  
Que vivia num tipo de casa,  
Que trabalhava e fabricava coisas,  
Determinadas coisas.*



*Que se divertia, inventava brincadeiras,  
Que contava histórias,  
Que comia uns tantos quitutes,  
Que se vestia mais ou menos assim...  
Que conhecia uns bichos e umas plantas.*

E tinha gente que gostava de pintar.  
E tinha gente que gostava de moldar,  
De cantar, escrever, representar.  
Pintavam, moldavam, cantavam o que sentiam;

E no meio dessa gente que fazia tanta coisa,  
Apareceu alguém que gostava de guardar.  
Guardava coisinhas pequenas numa caixa de sapato  
E as grandes dentro do quarto e não  
Parou mais de guardar.  
Ninguém entendia muito aquela mania.

Ai, um dia, aconteceu de o mundo girar tão depressa  
Que toda a gente do lugar adormeceu.  
Quando enfim despertou, estava esquecida do que fazia..  
De como morava, do que comia.  
Não se pronunciava palavra,  
Não se ia a nenhum lugar, nem se tinha uma ideia qualquer.

De repente apareceu a pessoa que guardava  
E convidou todo mundo até a sua casa.  
Então toda a gente entendeu  
Que a mania de guardar  
Era para poder lembrar.

A casa ficou famosa.  
Quem a visitava, lembrava do que mais gostava  
*E gostava do que mais lembrava,  
E poucos se deram conta de que a vida assim continuava.*

Obrigada!



Edição : 2018  
Impressão : Gráfica J. Andrade  
Papel de miolo : Off Set 75g/m<sup>2</sup> da Suzano  
Papel da capa : Supremo 350g/m<sup>2</sup> da Suzano  
Tiragem : 150 Exemplares  
Tipologia : Philosopher